

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

**AGRICULTURA FAMILIAR, SEGURANÇA ALIMENTAR E POLÍTICAS
PÚBLICAS: Uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto
Uruguai/RS.**

Marcio Gazolla

Porto Alegre

-2004-

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

**AGRICULTURA FAMILIAR, SEGURANÇA ALIMENTAR E POLÍTICAS
PÚBLICAS: Uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto
Uruguai/RS.**

Marcio Gazolla

Professor Orientador: Dr. Sergio Schneider

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre Desenvolvimento Rural.

**Série PGDR – Dissertação n.º
Porto Alegre
-2004-**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

A banca examinadora abaixo relacionada aprovou, no dia *21 de Dezembro de 2004*, a Dissertação de *Marcio Gazolla* intitulada “*Agricultura Familiar, Segurança Alimentar e Políticas Públicas: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS*” como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Sergio Schneider (Orientador, Presidente, Departamento de Sociologia/UFRGS).

Prof. Dr. Flavio Sacco dos Anjos (Departamento de Ciências Sociais Agrárias/UFPeL).

Prof. Dr. Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Netto (Departamento de Economia/UFRGS).

Prof. Dr. Paulo Eduardo Morruzi Marques (PRODOC/UFRGS/PGDR).

DEDICATÓRIA ESPECIAL

Dedico esta dissertação aos meus pais, Luciano e Genoefa, que sempre me incentivaram ao estudo e que me ensinaram os valores da responsabilidade, humildade e da perseverança que me são tão úteis tanto na minha vida pessoal como profissional. A eles a minha gratidão, carinho e amor.

AGRADECIMENTOS

Neste momento tão importante de minha vida gostaria de agradecer a todos que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a realização deste trabalho, que para mim é valioso e engrandecedor tanto do ponto de vista pessoal como profissional. Minhas sinceras desculpas, desde já, se por acaso esquecer de alguém.

- Primeiramente a minha família, especialmente, os meus pais Luciano e Genoefa, aos meus irmãos Marcia, Marcos e Alexandre pelo incentivo, amor, convivência e amizade. Vocês todos são muito importantes e especiais para mim!!!;
- Ao meu orientador o Professor Sergio Schneider pelo convívio, amizade, orientação e incentivo pessoal aos trabalhos de pesquisa e reflexão;
- Em nome do Professor Luis Alberto Cadoná, Diretor do Colégio Agrícola de Frederico Westphalen (CAFW/UFSM), gostaria de agradecer a todos os colegas professores, funcionários e alunos desta instituição que entenderam a minha situação profissional e me possibilitaram o desprendimento necessário para a conclusão desta obra. Esta dissertação também tem um pouquinho de vocês!!!;
- A todos os meus colegas da turma 2003 de Mestrado do PGDR pela amizade, convívio e estudo em conjunto neste período da minha vida;
- Aos membros e participantes do grupo de pesquisa “Desenvolvimento Territorial Rural e Segurança Alimentar” pelas frutíferas discussões e reuniões de pesquisa e estudo. Em especial a Ana Luiza e ao Leonardo pela ajuda no banco de dados do projeto;
- Aos professores e funcionários do PGDR pelo ensino, conhecimento e atendimento;
- Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de estudo que me possibilitou a realização do curso;
- A todos os agricultores familiares e atores sociais de desenvolvimento que deixaram o seu trabalho de lado para me dar atenção durante as entrevistas, discussões e visitas;
- As demais pessoas que de um ou outro modo contribuíram para a realização desta pesquisa.

A todos os meus sinceros agradecimentos!!!

[...] O pequeno agricultor ele é um doutor na sua profissão, ele sabe, ele conhece o clima, ele sabe a época de plantar o produto, ele tem um conhecimento, uma história, uma cultura que vem há centenas de anos, sendo passada de gerações em gerações e isso não podemos perder, temos que buscar isso. Conhece a função de cada planta, a sua adaptação, o período de cultivo e isso é importante.

[De uma liderança do Movimento dos Pequenos Agricultores]

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	iv
LISTA DE FIGURAS	vi
LISTA DE BOXES	vii
LISTA DE GRÁFICOS	viii
LISTA DE ANEXOS	ix
LISTA DE SIGLAS	x
RESUMO	xii
ABSTRACT	xiii
INTRODUÇÃO	1

CAPÍTULO 1:

A AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO DO ALTO URUGUAI: referências teóricas e processos de mudança social	17
1.1 – ELEMENTOS TEÓRICOS PARA O ESTUDO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO TERRITÓRIO	18
1.1.1 – De colonos a agricultores familiares: gênese, evolução e transformação do Sistema Agrícola Colonial (SAC)	18
1.1.2 – Elementos teóricos aplicados ao estudo da agricultura familiar	23
1.1.3 – O processo de mercantilização da agricultura familiar	30
1.1.4 - O Alto Uruguai: um território da agricultura familiar	36
1.2 – AS TRANSFORMAÇÕES DA AGRICULTURA E DO TERRITÓRIO DO ALTO URUGUAI: os colonos tornam-se agricultores familiares	41
1.2.1 – O papel do Estado nas políticas de modernização	43
1.2.2 – O progresso tecnológico e seus efeitos na estrutura de produção	47
1.2.3 – As transformações no processo de produção agrícola	51
1.2.4 – Os resultados econômicos da modernização	54
1.2.5 - Diferenciação sócio-produtiva e vulnerabilização do autoconsumo	56

CAPÍTULO 2:

AUTOCONSUMO E AGRICULTURA FAMILIAR: autonomia, sociabilidade e saber-fazer	64
2.1 – AUTOCONSUMO E CAMPESINATO: Chayanov e Wolf	65
2.1.1 – O autoconsumo segundo Chayanov: a tese do equilíbrio ótimo	65
2.1.2 – Eric Wolf e a constituição dos fundos do campesinato	68
2.1.3 – A produção para autoconsumo na agricultura familiar	71
2.2 – O autoconsumo como estratégia de “produção” da autonomia	74
2.3 – Autoconsumo e sociabilidade	78
2.4 – Autoconsumo, identidade e saber-fazer nas formas sociais familiares	83
2.5 – O autoconsumo como estratégia de diversificação dos modos de vivência	90

CAPÍTULO 3:

AUTOCONSUMO E AGRICULTURA FAMILIAR: segurança alimentar, mercantilização e vulnerabilização da reprodução social no Alto Uruguai	96
3.1 – A importância do autoconsumo para a agricultura familiar do Alto Uruguai	99
3.2 – Autoconsumo e segurança alimentar na agricultura familiar	108
3.3 - A mercantilização do consumo familiar no Alto Uruguai	116
3.4 - A mercantilização do consumo e a pobreza rural: a insegurança alimentar	132
3.5 – O autoconsumo como uma estratégia de combate à pobreza rural e a insegurança alimentar	138
3.6 – Agricultura, segurança alimentar e intervenção do Estado	147

CAPÍTULO 4:

POLÍTICAS PÚBLICAS, PRODUÇÃO PARA AUTOCONSUMO E DESENVOLVIMENTO RURAL NO ALTO URUGUAI: uma análise a partir do Pronaf	152
4.1 – O PRONAF: uma política pública para a agricultura familiar	154
4.1.1 – Breve caracterização	154
4.1.2 – O Pronaf como política de desenvolvimento rural e de fortalecimento da agricultura familiar	157
4.2 – FAZENDO “MAS DE LO MISMO”: uma análise do Pronaf no Alto Uruguai	163
4.2.1 – O Pronaf e a intensificação da especialização produtiva da agricultura familiar	163
4.2.2 – O Pronaf como política de fortalecimento da produção para autoconsumo	177
4.3 – AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A DIVERSIFICAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE VIVÊNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR: para repensar o desenvolvimento rural no Alto Uruguai	190
4.3.1 – Qual desenvolvimento? Qual política pública?	190
4.3.2 – O Pronaf e a diversificação das estratégias de vivência	196

CAPÍTULO 5:

ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO E SEGURANÇA ALIMENTAR: qual caminho trilhar?	203
5.1 – Os impactos sociais e econômicos do desenvolvimento agrícola no Alto Uruguai	206
5.2 – As migrações no território do Alto Uruguai	212
5.3 – O PAPEL DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR	215
5.3.1 – A agricultura familiar como geradora da segurança alimentar: o caso do Programa Fome Zero	215
5.3.2 – Abastecimento e segurança alimentar do território: o caso das “feiras da agricultura familiar”	231
5.4 – POLÍTICAS PÚBLICAS E INICIATIVAS LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO, PRODUÇÃO PARA AUTOCONSUMO E SEGURANÇA ALIMENTAR	237
5.4.1 – As políticas públicas e iniciativas locais de fortalecimento da esfera mercantil das unidades de produção	238

5.4.2 – As políticas públicas e iniciativas locais de estímulo à produção para autoconsumo	244
--	-----

CONCLUSÕES	256
-------------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	269
---	------------

ANEXOS	280
---------------------	------------

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Percentagens de estabelecimentos que receberam assistência técnica e financiamentos em alguns municípios do Alto Uruguai do Rio Grande do Sul	45
Tabela 2: Uso de adubos químicos, calcário e defensivos agrícolas por estabelecimentos em alguns municípios do Alto Uruguai do Rio Grande do Sul	49
Tabela 3: Uso de tratores em alguns municípios do Alto Uruguai do Rio Grande do Sul	50
Tabela 4: Idese por blocos e agregado de alguns municípios do Alto Uruguai do Rio Grande do Sul	57
Tabela 5: Extratos de autoconsumo vegetal e animal de acordo com os valores monetários que seriam gastos pelas famílias para a sua aquisição no Município de Três Palmeiras/RS	100
Tabela 6: Extratos de renda agrícola da venda de produtos vegetais e animais no Município de Três Palmeiras/RS	103
Tabela 7: Extratos de renda agrícola por extratos de Produto Bruto Vegetal e Animal de autoconsumo no Município de Três Palmeiras/RS	104
Tabela 8: Extratos das médias de idade das famílias no Município de Três Palmeiras/RS .	105
Tabela 9: Extrato das médias de idade das famílias por extrato de Produto Bruto Vegetal e Animal de autoconsumo no Município de Três Palmeiras/RS	106
Tabela 10: Percentagens de famílias que possuem horta e pomar na propriedade no Município de Três Palmeiras/RS	106
Tabela 11: Percentagens das famílias nas quais a horta e o pomar são suficientes para suprir o consumo do grupo familiar no Município de Três Palmeiras/RS	107
Tabela 12: Canais de mercado utilizados pelos agricultores para a venda da produção vegetal, animal e da agroindústria caseira no Município de Três Palmeiras/RS	117
Tabela 13: Percentagens das quantidades de alguns produtos consumidos e vendidos pelas famílias no Município de Três Palmeiras/RS	119
Tabela 14: Grau de mercantilização do processo produtivo por extratos de autoconsumo nas famílias de agricultores no Município de Três Palmeiras/RS	121
Tabela 15: Extratos de Produto Bruto de autoconsumo sobre o Produto Bruto Total das famílias do Município de Três Palmeiras/RS	125

Tabela 16: Em que local o Senhor e sua família gastam a maior parte do dinheiro que ganham [não importa a fonte deste dinheiro]?	130
Tabela 17: Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) para alguns municípios do Alto Uruguai do Rio Grande do Sul	133
Tabela 18: Indicadores de infra-estrutura e qualidade de vida dos agricultores familiares no Município de Três Palmeiras/RS	135
Tabela 19: Acesso a políticas de crédito e financiamento na agricultura familiar de Três Palmeiras/RS	165
Tabela 20: Principais empreendimentos rurais financiados pelo Pronaf Crédito de Custeio e Investimento, em ordem de importância, para os municípios pesquisados no Alto Uruguai	167
Tabela 21: Número de contratos e montantes do Pronaf Crédito de Custeio e Investimento em alguns municípios selecionados do Alto Uruguai do Rio Grande do Sul	173
Tabela 22: Principais empreendimentos financiados pelo Pronaf Crédito de Custeio em alguns municípios do Rio Grande do Sul no ano de 2000	176
Tabela 23: Valor Adicionado Bruto (VAB) a preços básicos, por setor de atividade econômica, em alguns municípios selecionados do Alto Uruguai do Rio Grande do Sul	209
Tabela 24: Produtividade de algumas culturas para autoconsumo e para venda em alguns Municípios selecionados do Alto Uruguai do Rio Grande do Sul	211
Tabela 25: Principais razões que levam os membros da família a migrar segundo os agricultores familiares de Três Palmeiras	214
Tabela 26: Principais produtos vendidos ao Programa Fome Zero e os seus respectivos preços com base nos valores da Conab	220
Tabela 27: Produtos, quantidades e valores gastos no Programa Fome Zero, em Constantina, até 26/11/2004	223

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Socialização entre famílias de colonos gerada pela produção para autoconsumo ..	81
Figura 2: Importância da produção para autoconsumo da horta e do pomar na agricultura familiar do Alto Uruguai	108
Figura 3: Processo de “sojicização” no Alto Uruguai e conseqüente deslocamento da produção para autoconsumo	127
Figura 4: Agricultor familiar em situação de pobreza rural no território do Alto Uruguai ..	136
Figura 5: Graus de mercantilização do consumo e rotas de produção/reprodução social da agricultura familiar no Alto Uruguai	143
Figura 6: Importância da atividade leiteira para as unidades de produção familiares	246

LISTA DE BOXES

Box 1: Principais motivações e justificativas para a intervenção do Estado na agricultura .	150
Box 2: Principais características do Pronaf Alimentos	182

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Proporção do Produto Bruto de autoconsumo e de venda sobre o Produto Bruto Total no Município de Três Palmeiras/RS	102
Gráfico 2: Evolução da população total, urbana e rural na Microrregião de Frederico Westphalen nos anos de 1970, 1980, 1991 e 2000	213

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1: Microrregião de Frederico Westphalen com destaque para o Município de Três Palmeiras, base dos dados primários da pesquisa AFDLP no Alto Uruguai do Rio Grande do Sul	280
Anexo 2: Agricultores familiares e atores sociais de desenvolvimento entrevistados no Alto Uruguai	281
Anexo 3: Metodologia de cálculo do autoconsumo utilizada na pesquisa AFDLP	282

LISTA DE SIGLAS

AFDLP: Pesquisa Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local e Pluriatividade no Rio Grande do Sul: a emergência de uma nova ruralidade.

AGF: Aquisições do Governo Federal.

BACEN: Banco central do Brasil.

BANCOOB: Banco Cooperativo do Brasil S.A.

BANSICREDI: Banco Nacional de Crédito Cooperativo.

BASA: Banco da Amazônia S.A.

BB: Banco do Brasil.

BN: Banco do Nordeste.

BNDES: Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social.

CAI: Complexo Agroindustrial.

CEBs: Comunidades Eclesiais de Base.

CIC: Contratos de Investimentos Coletivos.

CMDR: Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

CNA: Confederação Nacional da Agricultura.

CNDRS: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável.

CNPq: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

CPT: Comissão Pastoral da Terra.

CPR: Cédula do Produto Rural.

CODEMAU: Conselho de Desenvolvimento do Médio-Alto Uruguai.

COMSEA: Conselho Municipal de Segurança Alimentar.

CONAB: Companhia Nacional de Abastecimento.

CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

COOPAC: Cooperativa de Produção Agropecuária Constantina Ltda.

COOPERAC: Cooperativa Regional das Agroindústrias.

EGF: Empréstimos do Governo Federal.

EMBRATER: Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural.

EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

FAO: Food Agricultural Organisation.

FEE: Fundação de Economia e Estatística.

FETAG: Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul.

FETRAF-SUL: Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Sul.

FMI: Fundo Monetário Internacional.

IBASE: Instituto Brasileiro de Estudos Econômicos e Sociais.
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.
IDESE: Índice de Desenvolvimento Social e Econômico.
IDH-M: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.
IDS: Índice de Desenvolvimento Social.
INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
IPEA: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas.
MAARA: Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária.
MA: Ministério da Agricultura e Abastecimento.
MESA: Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar.
MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário.
MDS: Ministério do Desenvolvimento Social.
MMTR: Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais.
MPA: Movimento dos Pequenos Agricultores.
MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.
PGA: Programa de Pós-Graduação em Agronomia.
PGDR: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural.
PGPM: Política de Garantia de Preços Mínimos.
PIB: Produto Interno Bruto.
PLANAF: Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.
PM: Prefeitura Municipal.
PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.
PROVAP: Programa de Valorização da Pequena Produção.
UFPEL: Universidade Federal de Pelotas.
UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
UFSM: Universidade Federal de Santa Maria.
SAC: Sistema Agrícola Colonial.
SAM: Secretaria da Agricultura Municipal.
SDT: Secretaria de Desenvolvimento Territorial.
SNCR: Sistema Nacional de Crédito Rural
SPSS: Statistical Package for Social Sciencies.
STR: Sindicato dos Trabalhadores Rurais.
VAB: Valor Adicionado Bruto.
VBP: Valor Bruto da Produção agropecuária.

RESUMO

Esta dissertação analisa o papel da produção para autoconsumo na agricultura familiar e as políticas públicas e iniciativas locais no território do Alto Uruguai do Rio Grande do Sul. Desde a década de 1970, a agricultura familiar deste território vem passando por transformações profundas desde o início da modernização da agricultura devido a sua crescente inserção mercantil. A partir deste período, a agricultura familiar se torna uma forma de produção e trabalho marcada pela mercantilização social, econômica e financeira. Neste contexto, a produção de alimentos para consumo que era uma característica típica destas unidades de produção sofreu um processo de mercantilização. Este estudo procura demonstrar que isto decorreu, em grande parte, devido aos processos de especialização produtiva via plantio de grãos e *commodities* agrícolas, do uso cada vez mais intenso de tecnologias em larga escala e da perda do conhecimento acumulado pelos agricultores. Com a mercantilização da produção de alimentos que se destina ao consumo, as famílias se tornam vulneráveis em relação à produção de alimentos básicos e o abastecimento alimentar passa a ocorrer mediante compras nos mercados locais. Este processo de mercantilização e vulnerabilização do consumo fez com que no Alto Uruguai aparecessem situações de pobreza e de insegurança alimentar entre os agricultores familiares. Em face desta situação, a dissertação busca analisar em que medida as políticas públicas destinadas a fortalecer a agricultura familiar, estão contemplando ações de reforço a produção para autoconsumo. Através de pesquisa de campo e entrevistas semidiretivas realizadas no Alto Uruguai, estuda-se o Pronaf e um conjunto de iniciativas locais que operam com a agricultura familiar. A conclusão é que, em grande medida, o Pronaf e, em menor escala, as iniciativas locais, não estão conseguindo intervir e estimular os agricultores familiares a retomar a produção para autoconsumo. Neste sentido, o trabalho mostra que as políticas públicas e as iniciativas locais acabam reforçando o padrão produtivista e não permitem que os agricultores familiares possam diversificar as suas estratégias de vivência e de desenvolvimento rural no Alto Uruguai.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the paper of the self-consumption production in the family agriculture and the public politics and local initiatives in the territory of High Uruguai of Rio Grande do Sul. Since the decade of 1970, the family agriculture of this territory is going by deep transformations since the beginning of the modernization of the agriculture due to his/her crescent mercantile insert. Starting from this period, the family agriculture becomes a production form and work marked by the commoditization social, economical and financial. In this context, the production of foods for consumption that was a typical characteristic of these units of production suffered a commoditization process. This study search to demonstrate that this elapsed, largely, due to the processes of productive specialization he/she saw planting of grains and agricultural commodities, of the use more and more intense of technologies in wide it climbs and of the loss of the accumulated knowledge for the farmers. With the commoditization of the production of foods that is destined to the consumption, the families become vulnerable in relation to the production of basic foods and the provisioning alimentary raisin to happen by purchases in the local markets. This commoditization process and vulnerability of the consumption did with that in High Uruguay appeared poverty situations and of alimentary insecurity among the family farmers. In face of this situation, the dissertation looks for to analyze in that measured the public politics destined to strengthen the family agriculture, they are contemplating reinforcement actions the self-consumption production. Through field research and interviews semidiretivas accomplished in High Uruguay, it is studied Pronaf and a group of local initiatives that operate with the family agriculture. The conclusion is that, in great measure, Pronaf and, in smaller scale, the local initiatives, they are not getting to intervene and to stimulate the family farmers to retake the self-consumption production. In this sense, the work shows that the public politics and the local initiatives end up reinforcing the pattern produtivista and they don't allow the family farmers to diversify their existence strategies and of rural development in High Uruguai.

INTRODUÇÃO

Esta dissertação analisa as transformações do papel da produção para autoconsumo na agricultura familiar, a vulnerabilização da segurança alimentar nestas unidades e os efeitos das políticas públicas e iniciativas locais no território do Alto Uruguai. A análise empreendida tem como referência empírica à agricultura familiar do Alto Uruguai e as suas estratégias para garantir a reprodução social e a segurança alimentar dos membros do grupo doméstico. Neste sentido, assume importância decisiva as diferentes estratégias de vivência acionadas pelas famílias, visando gerar processos de fortalecimento da produção de autoprovisionamento e de diversificação rural.

Desta forma, buscar-se-á analisar uma realidade social complexa e multifacetada que envolve os agricultores familiares e as suas estratégias de reprodução social. Este estudo focaliza a produção para autoconsumo das famílias procurando demonstrar como nas últimas três décadas esta sofreu um processo de fragilização nas unidades familiares. Neste período, por conta das transformações técnicas e produtivas decorrentes da modernização da agricultura, os agricultores familiares se inseriram crescentemente na dinâmica de mercado, fazendo com que muitos perdessem a autonomia do processo produtivo e inclusive a tradição e o corpo do saber de produzir os próprios alimentos para consumo. Este processo produziu uma diferenciação social entre os agricultores familiares e fez com que uma parcela, não desprezível, passasse a ter dificuldades em garantir a sua segurança alimentar, pois a sua alimentação deixou de ser produzida no interior da unidade produtiva e passou a ser adquirida no comércio local ou de vendedores ambulantes (fruteiros, verdureiros, etc). Nesse sentido, uma parcela importante da agricultura familiar do Alto Uruguai foi levada a um processo contínuo de vulnerabilização da sua segurança alimentar e de perda da sua autonomia frente ao contexto social e econômico.

A partir da compreensão deste processo mais geral de fragilização das estratégias de vivência, tal como definido por Ellis (2000), passou-se a estudar as políticas públicas e

iniciativas locais que têm como objetivo fortalecer a agricultura familiar no Alto Uruguai. Verificou-se que, no geral, estas ações não têm sido capazes de estimular a diversificação produtiva e econômica e possuem efeitos superficiais no sentido de contribuir para melhorar a segurança alimentar dos agricultores familiares. As políticas públicas, tradicionalmente praticadas no Alto Uruguai, como o crédito rural, a partir dos anos de 1970, sempre foram voltadas a estimular o padrão de desenvolvimento agrícola e setorial, no qual a produção de grãos e *commodities* agrícolas assumiram uma importância central. É só no final da década de 80 que começam a aparecer diversas iniciativas locais alternativas a este padrão hegemônico.

Com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1996, esperava-se que esta situação de financiamento e fortalecimento do padrão agrícola e produtivista dominante fosse reorientada, que novas atividades produtivas e econômicas surgissem e que a produção de alimentos para consumo das famílias voltasse a ser estimulada. Contudo, o estudo que se empreendeu nesta dissertação das políticas públicas e iniciativas locais indica que elas estão gerando efeitos contrários aos esperados, pois estas continuam a apoiar o processo de estreitamento das condições objetivas de reprodução social e alimentar da agricultura familiar. Este processo decorre da manutenção de sistemas produtivos calcados no cultivo de grãos, o que restringe a diversificação da economia local e regional e estimula a intensificação do padrão tecnológico. Neste sentido, mantém-se inalterada a situação de insegurança alimentar das famílias rurais devido à baixa produção de autoprovimento.

Por outro lado, a análise empreendida nesta pesquisa consistiu no uso de um referencial conceitual que desse conta das transformações sociais, econômicas, técnicas e produtivas que os agricultores familiares passaram a partir dos anos 70 no Alto Uruguai. Por este motivo, optou-se pelo uso de referências teóricas que captassem as *mudanças* e a *dinâmica social* dos processos em estudo. Nesse sentido, a presente dissertação trabalha com três orientações analítico-conceituais. A primeira consiste em conceber a agricultura familiar como uma forma social de produção e trabalho, que se encontra atualmente mercantilizada do ponto de vista social e econômico. A segunda orientação perseguida pela pesquisa refere-se ao processo de vulnerabilização da produção para autoconsumo dos agricultores familiares em contextos em que imperam situações de fragilização social e de insegurança alimentar. Uma terceira orientação focaliza as diferentes estratégias de vivência adotadas pelos agricultores familiares, visando assegurar a diversificação das economias e atividades produtivas bem como a sua reprodução social e alimentar.

Com base nesta abordagem adotada, traçam-se alguns objetivos gerais e específicos ao estudo do autoconsumo e das políticas públicas e iniciativas locais no Alto Uruguai. Como objetivo geral, a presente pesquisa pretende estudar o papel da produção para autoconsumo como uma das dimensões fundamentais da segurança alimentar e da reprodução social dos agricultores familiares, bem como as políticas públicas e as iniciativas locais, visando analisar qual o tipo de fortalecimento que estas estão gerando na produção para autoconsumo e no desenvolvimento rural do Alto Uruguai do Rio Grande do Sul. Como objetivos específicos, o estudo pretende analisar qual o papel que a produção para autoconsumo possui na segurança alimentar e na reprodução social dos agricultores familiares. Também, pretende-se verificar qual o tipo de fortalecimento que o Pronaf está gerando como política pública no âmbito da produção para autoconsumo e na diversificação das estratégias de desenvolvimento rural do território. E, por fim, busca-se compreender qual a contribuição das políticas públicas e iniciativas locais na geração da produção para autoconsumo e de um tipo de desenvolvimento rural diversificado.

Neste sentido, o que se buscou na presente pesquisa é estudar o papel da produção para autoconsumo das unidades de produção familiares com o objetivo de entender as “funções” que este tipo de produção preenche na dinâmica social, simbólica, econômica e produtiva das mesmas. Busca-se, também, estabelecer os vínculos da produção para autoconsumo com os princípios da segurança alimentar e com a sua importância em relação à reprodução social e alimentar das famílias rurais e das demais populações do Alto Uruguai. Neste sentido, ressalta-se que a pesquisa analisa o papel do autoconsumo tanto internamente nas unidades familiares, como do ponto de vista das “funções” que este tipo de produção possui para o conjunto da população da região.

No que se refere às políticas públicas, analisa-se o Pronaf, no âmbito federal, e o que usualmente chamou-se de iniciativas ou de políticas públicas locais que compreendem as ações das instituições como as Secretarias da Agricultura Municipais (SAMs), as Prefeituras Municipais (PMs), os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs), o Conselho de Desenvolvimento do Médio-Alto Uruguai (Codemau), os escritórios municipais da Emater e as organizações sociais e de representação política da agricultura familiar do Alto Uruguai como cooperativas de produção agropecuária (Cooperativa de Produção Agropecuária Constantina Ltda - Coopac), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), as organizações sindicais como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (Fetag) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Sul do país (Fetraf-Sul), dentre outras instituições ligadas ao desenvolvimento do Alto Uruguai. Tanto no

que se refere às políticas públicas federais como às iniciativas locais, o estudo visa analisar as ações implementadas e os seus efeitos sobre a produção para autoconsumo e, conseqüentemente, em relação à segurança alimentar tanto do ponto de vista dos agricultores familiares como do restante da população do território.

As motivações para a realização deste estudo são variadas. A primeira motivação está ligada à própria origem social do autor, filho de agricultores familiares desta região, que durante o curso de graduação em Agronomia, pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), sempre se indagou sobre os problemas sociais e econômicos ligados à agricultura familiar, as suas formas de inserção social e econômica, os seus sistemas produtivos desenvolvidos, as formas de uso da terra e dos meios de produção, a fragilização social, o não desenvolvimento social e econômico da região, o êxodo rural, dentre outros fenômenos e processos sociais que ocorriam no Alto Uruguai. Assim, a estada no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) propiciou as condições para reflexão sobre algumas destas questões.

A segunda motivação relaciona-se à própria importância social e econômica que possui a agricultura familiar no Brasil e o interesse acadêmico que tem despertado. Isso remete o cientista social a uma série de indagações sobre o futuro desta forma social de produção e trabalho nas sociedades contemporâneas. E, também, a outras perguntas sobre como se dão as suas estratégias de reprodução social, a importância desta categoria como “ator” social e econômico, o agir da família como uma base determinante de um modo de vida que, sociologicamente, é diferente dos demais atores da agricultura brasileira, os valores culturais e simbólicos, entre outras dimensões que poderiam ser destacadas e que desafiam os estudiosos a buscar explicações plausíveis para este “(re)nascimento” da temática no âmbito dos estudos rurais brasileiros.

O terceiro e principal motivador da pesquisa é o debate mais amplo que está se desenvolvendo no país desde os anos 90 sobre segurança alimentar e nutricional das populações em situações de risco, fragilidade e pobreza. Debate este que culminou, no ano de 2003, com a criação do Programa Fome Zero pelo Governo Federal. Neste sentido, a pesquisa pretende trazer uma contribuição relativamente original ao tratar a produção para autoconsumo como fonte geradora da segurança alimentar tanto para os agricultores familiares como para a população de um determinado território em que se encontra em situação de insegurança alimentar e precariedade social. Assim, o estudo se propõe a trazer uma contribuição ao tema do autoconsumo, pois de acordo com pesquisas documentais e conversas mantidas com cientistas sociais de centros de pesquisa em desenvolvimento rural

do país, verifica-se que o tema do autoconsumo ainda não recebeu um tratamento adequado no Brasil, com exceção de alguns estudos realizados no passado como os de Garcia Jr. (1983; 1989) e Herédia (1979), mas que não o analisaram sob o enfoque de sua relevância para a geração de processos de segurança alimentar.

A realidade empírica de observação desta dissertação é a região do Alto Uruguai. Acredita-se que esta região seja extremamente representativa de uma situação social em que a agricultura familiar é hegemônica como ator social e econômico. No Alto Uruguai esta é a forma de produção e trabalho que predomina nos espaços rurais, sendo responsável por 93,9% da ocupação da força de trabalho em propriedades rurais onde o tamanho médio é de 13,0 ha por família, demonstrando a predominância e relevância da agricultura familiar como ator social coletivo. A região em estudo também se caracteriza por um relevo topográfico acidentado, com grande ocorrência de áreas declivosas. A maioria dos indicadores e índices de desenvolvimento humano, social e econômico estão abaixo das médias estaduais, demonstrando a situação de fragilidade social em que a população se encontra. Os municípios possuem uma economia essencialmente agrícola e a grande parte da população é rural. Nestes, a produção agropecuária geralmente é responsável por mais de 50% dos valores monetários adicionados à economia local. O rural é caracterizado como um espaço pouco diversificado em termos produtivos e econômicos. O desenvolvimento histórico que se gestou neste território, seguiu a rota da chamada *modernização da agricultura* e do desenvolvimento agrícola setorializado com a produção de grãos, *commodities* agrícolas e a integração agroindustrial.

A agricultura familiar como forma de produção e trabalho se encontra mercantilizada do ponto de vista social e econômico como já demonstraram estudos recentes realizados na região, como é o caso de Conterato (2004). Neste sentido, concorda-se com o autor de que a agricultura familiar é mercantilizada do ponto de vista social e econômico e vai-se demonstrar que isso acontece também no caso da produção de consumo alimentar, das políticas públicas e iniciativas locais. Em relação às políticas públicas praticadas nesta região, pode-se dizer que desde os anos 70, estas reforçam o padrão de desenvolvimento produtivista e agrícola da mesma. Já no caso da produção para consumo, esta vem passando por um movimento intenso de mercantilização que, em alguns casos, está comprometendo a segurança alimentar e a reprodução social de uma parcela importante dos agricultores do Alto Uruguai.

Esta situação de fragilização social da agricultura familiar do Alto Uruguai leva a refletir sobre o seu processo histórico de gênese e constituição desta forma social. Mesmo não desconhecendo a ocupação humana prévia (sobretudo indígena), a região do Alto

Uruguai foi apropriada e transformada em um verdadeiro território da agricultura familiar. Desde a chegada dos colonos descendentes de imigrantes alemães, italianos, poloneses, etc a agricultura familiar é a forma social que historicamente se apropriou e se desenvolveu no Alto Uruguai do Rio Grande do Sul. É esta a forma social de produção e trabalho que se relaciona com a natureza, com os sistemas produtivos, com o meio ambiente e que estabelece relações de poder com as outras categorias sociais existentes no território. Neste sentido, ela é hegemônica não só do ponto de vista numérico, mas, sobretudo, em termos sociais, econômicos, produtivos e culturais.

Com relação ao processo histórico de evolução e transformações da agricultura familiar no Alto Uruguai, concorda-se com uma distinção operacional que Abramovay (1998) estabeleceu entre agricultores camponeses e familiares. Para este autor, a agricultura familiar de hoje já foi uma agricultura camponesa que sofreu uma *metamorfose* social a partir dos anos 70, com as transformações técnico-produtivas surgidas durante o processo de modernização da agricultura. Acredita-se que esta distinção seja útil para diferenciar agricultura colonial, praticada por colonos, que Schneider (1999) caracterizou como um Sistema Agrícola Colonial (SAC) dos atuais agricultores familiares. É importante frisar que embora se trate da mesma categoria social, existem diferenças fundamentais entre ambas que decorrem, basicamente, das relações sociais e econômicas estabelecidas com o ambiente em que estão inseridas.

Por isso, a agricultura familiar que hoje se encontra no Alto Uruguai se caracteriza pela sua mercantilização social e econômica e a sua crescente dependência aos circuitos mercantis para executar a sua reprodução social e alimentar. Assim, a agricultura familiar que se analisa no Alto Uruguai se caracteriza pela sua dependência ao progresso tecnológico, ao mercado, a crescente externalização do processo produtivo (inclusive dos alimentos para consumo) e aos movimentos de cientificização da produção agrícola, conforme formulado por Van der Ploeg (1990; 1992). Contudo, ela não perdeu o seu caráter familiar e, tampouco, deixou de ser a forma social de produção e de trabalho capaz de se apropriar do espaço rural com o qual desenvolve interações sociais importantes como no caso dos sistemas produtivos, do meio ambiente, dos agroecossistemas e mesmo através dos outros atores sociais do território, estabelecendo com estes, diferentes relações de poder.

Deste modo, é a agricultura familiar a forma social que se desenvolveu no Alto Uruguai desde os primórdios de sua ocupação com descendentes de italianos, alemães, poloneses, dentre outras etnias. Por estes motivos, concebe-se teórica e metodologicamente esta unidade do espaço rural como um território, mas não um território qualquer, e sim um

território da agricultura familiar, por ser esta a forma de produção e trabalho que se territorializou e se apropriou historicamente do espaço rural. Assim, como procedimento metodológico, o Alto Uruguai é entendido como um nível meso de análise dos processos sociais, econômicos, culturais e produtivos em curso. Tomando-se o Alto Uruguai como um território da agricultura familiar, é possível analisar e estudar as transformações da produção para o autoconsumo, as políticas públicas e iniciativas locais de desenvolvimento para além das fronteiras domésticas das unidades produtivas, pois assim se toma como unidade de referência os processos que afetam a região como um todo.

As principais transformações sociais, econômicas e culturais da região são iniciadas a partir dos anos 70, em que as condições objetivas em que se assentava a reprodução desta forma social de produção e trabalho foram solapadas. No transcurso histórico deste processo de mercantilização, os agricultores familiares sofreram uma diferenciação social e produtiva decorrente da penetração do capitalismo na agricultura. Este processo foi desigual e contraditório gerando, ao mesmo tempo, pobreza e riqueza, exclusão e inclusão, vencedores e vencidos. Assim sendo, no Alto Uruguai, encontram-se agricultores que conseguiram se adaptar aos efeitos da mercantilização social e econômica, ascendendo socialmente, acumulando capital, meios de produção e usando tecnologias cada vez mais sofisticadas. Por outro lado, existem aqueles agricultores que foram se vulnerabilizando e fragilizando-se frente às condições impostas pela mercantilização e pela penetração do capitalismo na agricultura. Segundo a perspectiva analítica de Ellis (2000), pode-se dizer que os primeiros utilizam-se de estratégias de adaptação às mudanças sociais e econômicas, enquanto o segundo grupo recorreu à estratégias de reação em face das dificuldades, riscos e da própria insegurança alimentar.

Neste processo mais amplo de transformações e mudanças, uma das esferas da unidade de produção que sofreu os efeitos da mercantilização social e econômica foi à produção de consumo alimentar. O processo de mercantilização no Alto Uruguai, iniciado a partir dos anos 70, vulnerabilizou as condições de reprodução social e alimentar dos agricultores familiares, solapando as condições objetivas da produção para consumo e desencadeando processos de fragilização social e de insegurança alimentar entre os próprios agricultores. A produção própria de alimentos para consumo, que era um dos pilares básicos em que se assentava a reprodução social e o modo de vida colonial, passou (e ainda está passando) por um processo de mercantilização, no qual o acesso aos alimentos começa a ser realizado cada vez mais via mercado e a sua aquisição assume, em algumas famílias, uma relevância maior que a produção no interior da unidade doméstica com o uso da força de trabalho do grupo familiar.

Ellis (2000) denominou este processo de vulnerabilização da produção para consumo. Na análise que se empreende com relação ao processo de solapamento da produção para autoconsumo no Alto Uruguai, assumem fundamental importância as opções em torno da especialização produtiva, do processo de aprofundamento do padrão tecnológico, da perda do conhecimento e do corpo do saber dos agricultores familiares, como se referiram Woortmann e Woortmann (1997).

Nesta dissertação, pretende-se demonstrar que o definhamento e o lento abandono da produção para consumo revela um dos efeitos do processo mais geral de mercantilização das relações sociais dos agricultores familiares do Alto Uruguai. Este processo se caracteriza pela crescente inserção dos agricultores nos diversos circuitos mercantis, que vão desde a produção até a tomada de crédito no sistema financeiro. Entretanto, o mais contraditório deste processo é que, em alguns casos, o crédito rural financia a própria mercantilização do processo de produção agrícola, inclusive, a mercantilização da produção para consumo. Isso ocorre porque as atividades financiadas pelos bancos como, por exemplo, o Pronaf, estimula o desenvolvimento de atividades produtivas como o cultivo de grãos e a integração agroindustrial, cuja lógica está assentada nos princípios do produtivismo e do padrão agrícola de desenvolvimento.

Neste sentido, pode-se dizer que no Alto Uruguai as políticas públicas, em grande medida, estão fazendo *“mas de lo mismo”* na feliz expressão de Schejtmann e Berdegú (2003). Ou seja, elas continuam a financiar o padrão de desenvolvimento que é, em parte, o responsável pelo solapamento das condições de reprodução social e alimentar dos agricultores familiares. Neste contexto, uma gama das políticas públicas praticadas como no caso do Pronaf e das iniciativas locais de desenvolvimento, acabam insistindo no viés da crescente mercantilização dos agricultores e não contribuem para o fortalecimento da produção para autoconsumo das famílias rurais, que possui um papel fundamental na geração da segurança alimentar, na reprodução social e na diversificação das estratégias de vivência dos agricultores familiares. Assim, as políticas públicas praticadas são, em grande medida, instrumentos de reforço do padrão de desenvolvimento agrícola e setorial.

É este elenco de questões que definem e recortam a problemática mais geral deste trabalho. A partir deste referencial, estabelecem-se algumas indagações específicas que tem o propósito de delimitar mais objetivamente o que se pretende estudar. São elas: a) qual o papel que possui a produção para autoconsumo na reprodução social e a geração de processos de segurança alimentar para os agricultores familiares do Alto Uruguai? b) como as políticas públicas, especialmente o Pronaf, tem gerado condições favoráveis ao fortalecimento da

produção para autoconsumo e a diversificação das estratégias de desenvolvimento rural do território? e, c) como as políticas públicas e iniciativas locais tem gerado ações de estímulo à produção para autoconsumo, a segurança alimentar e de desenvolvimento rural que transcendam a esfera da produção agrícola junto aos agricultores familiares?

A abordagem analítica que se julga adequada para dar conta da problemática referida, parte da idéia de que a agricultura familiar é uma forma social de produção e trabalho que se encontra imersa em um ambiente social e econômico em que vigoram de forma hegemônica relações sociais mercantilizadas, tal como definiu Van der Ploeg (1990; 1992). Acredita-se, também, que os condicionantes gerais da reprodução social e alimentar da agricultura familiar são determinados por dois conjuntos de fatores. De um lado, os fatores externos a unidade familiar como a ação do Estado, a política econômica, as leis e legislações vigentes podendo-se citar como exemplo, as políticas públicas analisadas nesta dissertação. De outro lado, os condicionantes internos ao grupo doméstico como a composição da família, o número de membros, a idade destes, as iniciativas adotadas, os recursos disponíveis, a racionalidade individual dos membros, tal como abordou Schneider (2003a). Também, entende-se a agricultura familiar como uma forma de produção e trabalho que operacionaliza as suas estratégias com uma separação heurística entre grupo doméstico e unidade de produção, visando melhor entender e explicar os processos sociais, econômicos e produtivos em torno da sua reprodução social, tal como indicado por Carneiro (2000). Neste sentido, a unidade básica de análise a nível micro é definida como a família rural.

Também se utilizam referências analíticas desenvolvidas por outros autores, como é o caso de Frank Ellis (2000). Para este autor, a agricultura familiar utiliza-se de dois tipos de estratégias de vivência. Um primeiro tipo são as estratégias de adaptação ao contexto social e econômico. Neste tipo de estratégia, a agricultura familiar está em uma situação social de incremento do seu *portfolio* de opções, que podem ser de acumulação e de ascensão social. O outro tipo de estratégias de vivência é de reação ao contexto social e econômico que são as situações de crise e choques em sua reprodução. Neste caso, a agricultura familiar está em processo de empobrecimento, de regressão e de fragilização social. Em relação às reflexões de Ellis (2000), também são importantes para a análise desenvolvida nesta dissertação os conceitos de vulnerabilização do autoconsumo e o de diversificação das estratégias de vivência. A vulnerabilização do autoconsumo é entendida como a situação social em que as unidades de produção familiares estão em insegurança alimentar devido ao fato de não produzirem os seus próprios alimentos para prover a sua segurança alimentar. A diversificação das estratégias de vivência é definida como um processo pelo qual as unidades

domésticas constroem um leque diversificadas de opções e iniciativas (*portfolio*), de atividades, rendas e ativos para sobreviver e melhorar o seu padrão de vida.

Este conjunto de referências analíticas e conceituais está sendo desenvolvido em diálogo e interação com os colegas que partilham de preocupações teóricas semelhantes e que estão ligados ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS) e ao Programa de Pós-Graduação em Agronomia, da Universidade Federal de Pelotas (PPGA/UFPel)¹. Esta pesquisa utiliza-se da base de dados e das reflexões do grupo de pesquisa “Desenvolvimento Territorial Rural e Segurança Alimentar” que recebeu financiamento pelo CNPq/MESA (atual Ministério do Desenvolvimento Social - MDS) no ano de 2004. Este projeto visa pesquisar o tema da segurança alimentar, o papel da produção para autoconsumo, as políticas públicas e os sistemas agroalimentares em quatro territórios distintos do Rio Grande do Sul, sendo um deles o Alto Uruguai, o qual é abordado nesta dissertação. Assim, este estudo constitui-se na consolidação de uma trajetória de pesquisas, indagações e preocupações de um grupo de pesquisadores de dois programas de pós-graduação em torno de temáticas correlatas com a agricultura familiar que vão bem além das aspirações e preocupações pessoais do autor.

Em termos do enfoque espacial, pretende-se trabalhar com a idéia de que o Alto Uruguai é um território da agricultura familiar conforme já enfatizado. Esta opção traz implicações metodológicas como a de realizar a pesquisa em vários municípios, a grande heterogeneidade de realidades e de atores sociais entrevistados e, a maior de todas, a explicação coerente e consistente de uma realidade social que em muitos aspectos se apresenta aos olhos como multifacetada, ambígua e contraditória. De certo modo, este desafio foi enfrentado trabalhando-se com a idéia que no Alto Uruguai existe um padrão de desenvolvimento agrícola e setorial, em que as estratégias de reprodução social dos agricultores familiares e as políticas públicas são pouco diferenciadas em relação ao contexto mais amplo. Assim, num primeiro instante, buscou-se explicar as grandes tendências em relação ao desenvolvimento do território, ao autoprovisionamento e a ação das políticas públicas e iniciativas locais. Num segundo momento, se procurou explicar os dados e informações específicas, destoantes e contraditórias dos aspectos sociais, econômicos e produtivos que estão sendo analisados.

¹ Esta pesquisa também está inserida no contexto mais amplo de um projeto de investigação denominado “Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local e Pluriatividade no Rio Grande do Sul: a emergência de uma nova ruralidade” que vem sendo desenvolvido pelo Departamento de Ciências Sociais Agrárias da UFPel e o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS, financiado pelo Conselho Nacional de

Quanto aos procedimentos metodológicos, o estudo utiliza-se de dados secundários e primários. Os dados secundários foram obtidos nos Censos Demográficos e Agropecuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Também se utilizam os dados da Fundação de Economia e Estatística (FEE), do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), dos escritórios municipais da Emater, da Coopac/Fome Zero, das instituições bancárias operacionalizadoras do Pronaf e de outras fontes secundárias. Como fonte de dados primários, utilizam-se os dados de 59 questionários semi-estruturados aplicados pela pesquisa AFDLP (2003) que estão organizados em um software de SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*)². Desta pesquisa, foram obtidos os dados quantitativos relativos à produção para autoconsumo³, dentre outros, que pertencem ao Município de Três Palmeiras⁴, no Alto Uruguai. Este município é tido como um caso representativo da dinâmica da agricultura familiar e do tipo de desenvolvimento que o Alto Uruguai se embuiu historicamente.

A pesquisa de campo utilizou-se de técnicas qualitativas de levantamento de dados, tais como o uso do diário de campo e de entrevistas semi-estruturadas. A técnica da entrevista como instrumento de coleta de dados em pesquisas na área das ciências sociais é muito utilizada pelos cientistas sociais, como formularam Colognese *et all* (1998) e Gil (1999). Enquanto técnica de pesquisa, Gil (1999) ressalta que a entrevista é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca de suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes (p. 117).

Para a obtenção das informações qualitativas foram realizadas 23 entrevistas semi-estruturadas com 26 atores sociais entrevistados, sendo que a transcrição de conteúdo das mesmas foi realizada apenas em 22. Uma foi descartada devido a pouca relevância das informações obtidas. Foram entrevistados 8 agricultores familiares, 4 secretários municipais da agricultura, 6 técnicos, agrônomos e extensionistas sociais da Emater, 2 representantes de

Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (CNPq), dentro do Edital “Agricultura Familiar”, vinculado à linha temática “Atividades Rurais Não-Agrícolas, Multifuncionalidade e Desenvolvimento Local”.

² Para ver uma melhor exposição de como foram organizados o questionário e a pesquisa AFDLP (2003) no Rio Grande do Sul consultar Conterato (2004) e também Sacco dos Anjos *et all* (2004).

³ No Anexo 3, realiza-se uma breve digressão e explicação sobre a metodologia de cálculo utilizada na Pesquisa AFDLP (2003) para os dados relativos a produção para autoconsumo.

⁴ Os municípios do Alto Uruguai possuem muitas particularidades semelhantes em termos de suas características constitutivas. A primeira grande semelhança é a presença esmagadora da agricultura familiar nos municípios pesquisados. A segunda é a existência de um padrão de desenvolvimento agrícola e setorial que é baseado na mercantilização das condições de reprodução social da agricultura familiar ali existente. E, um terceiro fator, é a relativa homogeneidade dos sistemas produtivos e das estratégias de reprodução social acionadas pelos agricultores familiares. Estes fatores legitimam o estudo do município de Três Palmeiras como um *caso típico* e, também, representativo das condições de reprodução social dos agricultores do Alto Uruguai e, assim,

CMDRs, o Presidente do Codemau e organizações sociais e de representação política dos agricultores familiares, sendo um representante da Coopac, um da Fetag (coordenador regional), 2 da Fetraf-Sul e um membro do MPA. A lista completa de atores sociais entrevistados pode ser visualizada no Anexo 2. Estes atores sociais foram escolhidos com base na posição que ocupam e devido a importância das instituições que representam, além de se considerar a relevância das informações e dados que poderiam fornecer. A escolha dos agricultores foi de acordo com a sua situação social e econômica, entrevistando-se desde agricultores pobres e descapitalizados até agricultores que gozam de uma situação social e econômica confortável, bem estruturados produtivamente e fortemente inseridos no padrão produtivo de grãos. Neste sentido, considera-se ter abarcado a heterogeneidade de situações sociais da região em estudo.

As entrevistas foram realizadas em seis municípios do Alto Uruguai com os quais se pretendeu abranger uma gama variada de instituições e atores sociais ligados ao desenvolvimento da região, propiciando a coleta de dados e informações heterogêneas e diversificadas dos atores entrevistados. Os municípios pesquisados foram: Constantina, Frederico Westphalen, Taquaruçu do Sul, Três Palmeiras, Palmitinho e Vista Alegre, todos pertencentes à Microrregião de Frederico Westphalen tal como definido pelo IBGE (vide Anexo 1). A escolha destes municípios foi feita com base em dois estudos exploratórios que antecederam a pesquisa de campo, visando o conhecimento mais detalhado dos locais de investigação. No Anexo 1, é possível a visualização da Microrregião de Frederico Westphalen, foco do estudo, com destaque para o município de Três Palmeiras que é à base dos dados da pesquisa AFDLP (2003).

Para orientar a problemática de estudo, a construção do referencial teórico e os procedimentos metodológicos estabeleceram-se três hipóteses de pesquisa. Estas hipóteses podem ser entendidas como tentativas de responder, preliminarmente, a problemática e as indagações que foram formuladas com relação ao papel do autoconsumo na agricultura familiar e o tipo de fortalecimento que as políticas públicas e iniciativas locais estão gerando no Alto Uruguai. Como primeira hipótese de pesquisa relativa ao papel do autoconsumo na agricultura familiar, acredita-se que este tipo de produção é a responsável pela geração de alguns dos princípios da segurança alimentar que são: o acesso e disponibilidade dos alimentos a serem consumidos, a qualidade nutricional destes, o fornecimento das quantidades suficientes e permanentes de alimentos e o abastecimento das famílias com uma alimentação

conseqüentemente, podem-se tornar os resultados ali obtidos, em parte, como representativos da situação social e econômico do Alto Uruguai como um todo.

que atenda os hábitos culturais de consumo alimentar. O autoconsumo, também, caracteriza-se por desempenhar nas unidades familiares o papel de diversificar as estratégias de vivência e de desenvolvimento das famílias.

Como segunda hipótese de pesquisa, acredita-se que o processo de mercantilização social e econômica da agricultura familiar a partir dos anos 70, no Alto Uruguai, solapou as condições objetivas em que se assentava a reprodução social dos agricultores. Neste processo, a esfera da produção de alimentos para consumo das unidades familiares foi mercantilizada e vulnerabilizada pelas opções produtivas relativas a especialização produtiva via cultivo de grãos, *commodities* agrícolas e integração aos CAIs. Neste sentido, entende-se que os agricultores do Alto Uruguai mergulharam em um processo contínuo de fragilização social que desencadeou situações de insegurança alimentar junto às famílias rurais. Esta fragilização social decorre, em grande parte, devido às transformações técnico-produtivas que se gestaram a partir dos anos 70 com a chamada modernização da agricultura e a conseqüente mercantilização do consumo familiar.

Como terceira hipótese de pesquisa, trabalha-se com a idéia de que as políticas públicas como o Pronaf e as iniciativas locais das SAMs, das Ematers, dos CMDRs, do Codemau e das organizações e representações sociais dos agricultores familiares (Coopac, MPA, Fetraf-Sul e Fetag) não estão agindo no sentido de fortalecer a produção para autoconsumo e de gerar a diversificação das estratégias de vivência e de desenvolvimento junto aos agricultores familiares. Neste sentido, crê-se que muitas das políticas públicas de desenvolvimento praticadas no Alto Uruguai insistem no viés da mercantilização social e econômica e na especialização produtiva dos agricultores familiares, vulnerabilizando e fragilizando a produção para autoconsumo e, assim, não gerando a segurança alimentar entre as famílias rurais.

Para dar conta destas hipóteses de pesquisa a presente dissertação está estruturada em cinco capítulos. No primeiro capítulo desenvolve-se um pequeno histórico da agricultura familiar, tomando como referência o início do processo de colonização do Alto Uruguai. Abordam-se, sucintamente, as principais transformações e metamorfoses que a agricultura familiar sofreu desde o SAC e a passagem pelo processo de mercantilização social e econômica dos anos 70. Também, elenca-se alguns elementos teóricos que se julga pertinentes para a definição, caracterização e estudo da agricultura familiar nas sociedades contemporâneas e em ambientes onde imperam relações mercantis. Neste capítulo, são apresentadas as justificativas pelas quais o Alto Uruguai é considerado um território da agricultura familiar e os pressupostos metodológicos para trabalhar com esta noção.

Demonstra-se, também, que o processo de modernização da agricultura no Alto Uruguai foi perverso do ponto de vista do solapamento das condições de reprodução social dos agricultores, gerando a internalização do progresso tecnológico em larga escala nas unidades de produção, transformações no processo de produção agrícola, a especialização produtiva, a diferenciação social e produtiva dos agricultores e a vulnerabilização da produção para autoconsumo dentre outros efeitos e conseqüências sociais, econômicas e produtivas.

No segundo capítulo analisa-se a produção para autoconsumo a partir do seu significado subjetivo para o conhecimento, para os simbolismos e a sociabilidade dos agricultores familiares. Analisa-se a produção para autoconsumo como uma característica típica da agricultura familiar responsável pela geração de uma identidade sócio-profissional entre os agricultores, que está ligada ao saber-fazer aplicado à produção dos alimentos que a família demanda para a sua alimentação. Também, aborda-se a produção para autoconsumo como geradora de processos de sociabilidade e de reciprocidade entre os agricultores. Ainda neste capítulo, desenvolve-se a idéia de que a produção para autoconsumo gera uma maior autonomia reprodutiva frente ao mercado para as formas familiares de produção e trabalho na agricultura, através do princípio da alternatividade produtiva que lhe é intrínseco. Também, constata-se que o autoconsumo propicia a base para que haja a diversificação das estratégias de vivência das unidades produtivas do Alto Uruguai.

No terceiro capítulo analisa-se a produção para autoconsumo a partir da esfera da produção propriamente dita. Demonstra-se a importância quantitativa que este tipo de produção representa para as famílias do Alto Uruguai utilizando os dados da pesquisa AFDLP (2003), realizada no município de Três Palmeiras. Elucida-se, também, que a produção para autoconsumo possui uma importância em termos de gerar a segurança alimentar dos agricultores familiares, devido ao fato dela propiciar a geração de alguns dos princípios norteadores do conceito de segurança alimentar. Analisa-se esta produção do ponto de vista das transformações técnico-produtivas que ocorreram a partir dos anos 70, através da modernização da agricultura e os seus efeitos sobre o autoconsumo. Neste sentido, assume importância a análise das opções pela especialização produtiva, os cultivos com “funções” comerciais, a compra dos alimentos no mercado, de feirantes locais, dentre outros, que se tornam as novas estratégias de obtenção dos alimentos das famílias, mesmo que esta característica seja diferenciada em relação as unidades de produção analisadas. O que se tenta mostrar é que a mercantilização do consumo de alimentos segue a rota dos diferentes graus de mercantilização entre os agricultores familiares do Alto Uruguai. Também se aborda que este intenso processo de transformações técnico-produtivas da base agrícola gerou situações de

fragilização social e de insegurança alimentar entre alguns agricultores. Por fim, trabalha-se com a idéia de que o fortalecimento do autoconsumo dever ser a principal estratégia de reação a ser acionada pelos agricultores familiares frente a um contexto de fragilização social e de insegurança alimentar.

No quarto capítulo analisa-se o Pronaf Crédito de Custeio e Investimento e tenta-se estabelecer os vínculos desta política com o fortalecimento da produção para autoconsumo. Demonstra-se, que o Pronaf guarda uma ambigüidade básica desde a sua criação que é a de não demarcar, claramente, qual é o tipo de fortalecimento que pretende alavancar na agricultura familiar brasileira. Constata-se, a partir do estudo no Alto Uruguai, que este fortalecimento está ligado ao aprofundamento do padrão tecnológico vigente, à especialização produtiva e a uma opção aberta pelo desenvolvimento agrícola e setorial. No caso do autoconsumo, demonstra-se que o fortalecimento gerado no Alto Uruguai somente acontece em termos periféricos e secundários na dinâmica das unidades de produção, devido a geração de novas atividades produtivas *alternativas*, mas que objetivam claramente a inserção mercantil dos agricultores. Verifica-se, também, que o Pronaf poderia realizar uma mudança social muito maior em termos de desenvolvimento, se incorporasse alguns dos princípios do enfoque territorial em sua operacionalização. Um destes princípios é o da diversificação das atividades produtivas e econômicas, da geração de ocupações e de renda junto às famílias assistidas. Contudo, a multiplicação das modalidades de financiamento do programa ainda não está acontecendo junto aos agricultores familiares beneficiados.

No quinto e último capítulo, demonstra-se que a agricultura família do Alto Uruguai encontra-se numa “encruzilhada” histórica em termos de sua reprodução social, pois as condições objetivas em que esta transcorre fragiliza-se de forma crescente. Malgrado esta situação social e econômica, demonstra-se que a agricultura familiar possui um papel importante na geração de processos de segurança alimentar local junto as demais populações do Alto Uruguai, através do estudo de caso da experiência do Programa Fome Zero, no município de Constantina. Também, analisam-se as experiências do que usualmente chamou-se de “feiras da agricultura familiar” que estão distribuídas em vários municípios do Alto Uruguai e o seu papel no abastecimento local da população. Por fim, demonstra-se que as políticas públicas e iniciativas locais de desenvolvimento possuem uma dupla lógica de ação, fortalecendo tanto a produção para autoconsumo, como as atividades que visam à inserção mercantil das unidades de produção familiares.

Enfim, o que se pretende demonstrar com este trabalho é que no território do Alto Uruguai estão em curso dois processos sociais que mesmo interligados parece que caminham

em sentidos opostos. O primeiro deles é o que está ligado à produção para consumo. Neste sentido, pretende-se demonstrar que a partir da década de 70 ocorreu um processo de mercantilização e vulnerabilização desta esfera das unidades produtivas, em que o provisionamento de alimentos passa ser externalizado das unidades e a sua aquisição passa a ser realizada pelos mecanismos do mercado. Este primeiro movimento gera, de uma forma geral, uma fragilização social e situações de insegurança alimentar entre alguns agricultores familiares. O segundo processo é o que está ligado às políticas públicas e as iniciativas locais de desenvolvimento. Neste caso, pretende-se demonstrar que estas possuem uma orientação que privilegia o financiamento e o desenvolvimento de ações visando estimular as atividades produtivas e econômicas tradicionais do território como a produção de grãos e a integração agroindustrial. Operando deste modo, estas políticas e iniciativas estimulam o autoconsumo de alimentos apenas de forma periférica e secundária na dinâmica das unidades familiares. Assim, pretende-se mostrar que as políticas públicas e as iniciativas locais também são responsáveis, mesmo que parcialmente, pela mercantilização e vulnerabilização do consumo de alimentos dos agricultores.

CAPÍTULO 1:

A AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO DO ALTO URUGUAI: referências teóricas e processos de mudança social.

O objetivo deste capítulo é demonstrar a gênese e evolução da agricultura familiar no Alto Uruguai. Abordam-se as principais transformações que esta forma de produção e trabalho passou no transcurso histórico do seu desenvolvimento na região, onde as mudanças sociais, produtivas, econômicas e culturais coincidem com a assim chamada modernização da base técnico-produtiva a partir dos anos 70.

Neste capítulo apresenta-se o contexto histórico em que transcorreram as transformações dos colonos em agricultores familiares no Alto Uruguai. Além disso, também, se expõe alguns elementos analítico-conceituais que servem de base ao entendimento do que é a agricultura familiar nas sociedades contemporâneas capitalistas. Demonstra-se que a agricultura familiar de hoje é uma agricultura mercantilizada e que depende cada vez mais das relações de mercado para se reproduzir. São também, elencados alguns elementos teóricos sobre o conceito de território e procura-se esboçar uma abordagem que demonstre que o Alto Uruguai é um território da agricultura familiar.

Num segundo momento, demonstram-se as diversas transformações que a modernização da agricultura gerou a partir dos anos 70 no território do Alto Uruguai. Apresentam-se as ações do Estado em relação às políticas de modernização e os seus diferentes instrumentos de política agrícola que foram utilizados em cada período histórico, para moldar a estrutura de produção agropecuária aos objetivos das mudanças técnico-produtivas em curso. Também é descrito como o processo de modernização da agricultura e a penetração do progresso tecnológico trouxeram consequências sociais perversas para os agricultores familiares da região.

É a partir da modernização da agricultura que as principais transformações sociais, econômicas e produtivas ganham espaço no Alto Uruguai. Neste sentido, analisam-se as mudanças e efeitos deste movimento nas unidades familiares, como é caso do aumento da produtividade da terra e do trabalho e a diferenciação social e produtiva dos agricultores familiares. Também sofrem estas transformações o processo de produção agropecuária e a produção para autoconsumo familiar de alimentos que passa por um processo de fragilização, em que esta começa a possuir uma importância cada vez menor na vida e dinâmica dos pequenos estabelecimentos familiares.

1.1 – ELEMENTOS TEÓRICOS PARA O ESTUDO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO TERRITÓRIO.

1.1.1 – De colonos a agricultores familiares: gênese, evolução e transformação do Sistema Agrícola Colonial (SAC).

Nesta seção, desenvolvem-se as principais características constitutivas que faziam parte da dinâmica do SAC. Demonstra-se que os colonos que se estabeleceram no início do século XX no Alto Uruguai passaram por mudanças profundas no seu modo de vida, transformando-se em agricultores familiares. Estas transformações implicaram em modificações nos sistemas produtivos adotados, no modo de vida colonial, na sociabilidade comunitária, nos tipos de vínculos mercantis desenvolvidos pelos colonos e em suas relações com a sociedade de forma mais ampla.

O território do Alto Uruguai já era habitado pelos índios (Gês, Guaranis e Kainganges), caboclos e luso-brasileiros antes da introdução dos imigrantes de origem européia, principalmente os alemães e italianos. Estas populações, principalmente as indígenas, viviam como nômades pela floresta, coletando frutas silvestres, caçando e pescando nos Rios Uruguai, Várzea e Guarita. No que se refere à agricultura, estes desenvolviam o cultivo do milho e da mandioca em clareiras abertas na mata com técnicas e instrumentos primitivos próprios de cultivo.

Já o sistema agrícola praticado pelos colonos pode ser definido como um *modo de vida*, como o fez Schneider (1999), no sentido que se constitui em uma forma de produzir e trabalhar própria dos agricultores, bem como formas de sociabilidade e traços culturais que estes imigrantes trouxeram como sendo uma “bagagem” de valores sociais. No que se refere ao modo de produzir era importante o tamanho das propriedades, a vegetação existente, o

solo, as condições agronômicas e os sistemas produtivos praticados. Do lado das formas de sociabilidade vicinal eram importantes as trocas simbólicas de alimentos, a prática de ajuda mútua, as relações de vizinhança, as festas comemorativas da comunidade e do padroeiro, os serões, os jogos de bocha, cartas, futebol, etc. Deste modo, o SAC deve ser compreendido como uma *forma de produzir* e uma *forma de sociabilidade* como definiu Schneider (1999).

A forma de produzir refere-se à organização do trabalho num processo produtivo capaz de assegurar a subsistência da família, é a maneira pela qual os indivíduos que trabalham organizam os meios de produção para garantir a sua reprodução (Marx, 1986). A forma de sociabilidade refere-se ao modo pelo qual se estruturam as relações sociais que a família do colono-camponês estabelece com os elementos exteriores (p. 21).

O início da prática agrícola ocorre com a introdução dos imigrantes europeus no Alto Uruguai, por volta do ano de 1925 (Enderle, 1996). A maior particularidade que marca a história dessa região é a sua ocupação humana tardia, vindo a ocorrer somente no final do século XIX e início do século XX. Um primeiro fator explicativo disto é o de que ela se localiza no extremo Norte do Estado e, assim, os habitantes das regiões Centrais e Sul do mesmo, demoraram a fazer incursões até ela. Um segundo fator que explica isso, segundo Brum (1987), é o de que no Rio Grande do Sul a economia girava em torno do latifúndio pastoril com a venda de couro, sebo e crinas para os comerciantes ingleses e franceses no Estuário do Prata sendo que a área de mata era considerada sem valor, pois não se prestava à criação do gado que era a principal atividade econômica praticada.

Como culturas de “subsistência” que eram cultivadas no SAC se destacam a batata-inglesa, o feijão preto, o milho, e a mandioca⁵. Destes, o milho era o primeiro em área cultivada e em volume de produção sendo conhecido como o *rei da agricultura colonial*, por possuir várias utilidades entre os colonos. Em relação à criação de animais, ressalta-se a grande existência de porcos seguidos do gado, galinhas e outros pequenos animais domésticos. Como produtos da transformação animal se destaca a banha que era usada pelos próprios colonos para autoprovisionamento e também vendida, sendo inclusive chamada de *ouro branco* das colônias (Roche, 1969).

Ressalta-se a grande produção para autoconsumo como principal meio de sobrevivência ao meio adverso da mata e do trabalho pesado nos primeiros anos de colonização. Esta consistia na produção de gêneros agrícolas diversos, que eram voltados

⁵ A mandioca era uma planta indicadora da fertilidade do solo. O seu desenvolvimento e crescimento em uma região indicavam o início da degradação dos solos e a perda da sua fertilidade natural. Assim, se podiam identificar quais as regiões coloniais que estavam em decadência e regressão econômica através da análise dos

primordialmente à alimentação das famílias que na época eram extensas e numerosas. O colono produzia, primeiramente, para o autoconsumo e só depois deste satisfeito é que ele produzia excedentes de produtos para colocar no mercado, como relatou Schneider (1999)⁶.

As técnicas de cultivo utilizadas pelos colonos eram técnicas primitivas e muito influenciadas pelos costumes dos indígenas e dos luso-brasileiros. Roche (1969, p. 288) cita um ciclo de manejo e preparo do solo que consistia em derrubada – queimada – plantação – capoeira⁷. A este sistema ele denominou de *agricultura temporária e periódica de queimada*. As observações de Roche (1969) de que os colonos praticavam um sistema agrícola primitivo, vão de encontro com o que Waibel (1979) também verificou estudando a colonização no Sul do Brasil. Waibel observou que:

[...] a maioria dos colonos usa o mais primitivo sistema agrícola do mundo, que consiste em queimar a mata, cultivar a clareira durante alguns anos e depois deixá-la em descanso, revertendo em vegetação secundária, enquanto nova mata é derrubada para ter o mesmo emprego. O colono chama este sistema de roça ou capoeira; na literatura geográfica é geralmente conhecido como agricultura nômade ou itinerante. Na linguagem dos economistas rurais, é chamado sistema de rotação de terras (Waibel, 1979, p. 245).

Waibel (1979) classificou os sistemas agrícolas dos colonos no Rio Grande do Sul em três tipos. O primeiro desenvolvido foi o *sistema de rotação de terras primitiva* o qual consistia na derrubada e queima da vegetação para plantio. O segundo sistema foi chamado por Léo Waibel de *sistema de rotação de terras melhorada*, caracterizando a melhoria das técnicas e cultivos desenvolvidos. O terceiro sistema praticado pelos colonos Waibel (1979, p. 253) chamou de *rotação de culturas combinada com a criação de gado*, em que se praticava a agricultura em terrenos arados e adubados com esterco dos animais que eram criados⁸.

Tanto Waibel (1979) como Roche (1969) concordam com os principais motivos que levaram à desestruturação e decadência do sistema agrícola colonial. Dentre estes, pode-se elencar o esgotamento do solo devido ao uso de sistemas agrícolas primitivos, o pequeno tamanho das propriedades dadas ou vendidas aos colonos e a divisão (minifundização) das

cultivos praticados pelos colonos. Já no caso do milho este era usado inicialmente para desbravar as áreas de mata como primeiro cultivo e era também uma planta que exauria fortemente a fertilidade natural do solo.

⁶ O mercado, muitas vezes, no início do desbravamento de uma nova área a colonizar era inexistente devido o isolamento dos colonos mata adentro e a não existência de estradas ou vias com meios de transportes eficientes por onde o colono pudesse escoar os seus excedentes produtivos. Em outros lugares até existia meios de transportes e estradas, mas, a localização dos colonos em relação ao mercado era imprópria o que os levava a receberem menores preços pelos gêneros agrícolas ou os impossibilitava de vendê-los.

⁷ A este mesmo sistema de manejo e preparo do solo Mazoyer & Roudart (1997) denominaram de agricultura de corte e queimada.

⁸ Waibel (1979, p. 255) estimou que somente 5% dos colonos atingiram o terceiro e mais desenvolvido estágio; 50% viveram no segundo estágio onde as terras encontravam-se esgotadas e exauridas e, 45% estavam no primeiro ou na fase de decadência do segundo.

propriedades por herança ou venda como os principais fatores que levaram a derrocada do sistema agrícola colonial⁹.

Como afirmou Léo Waibel, a população não emigrava pelo excesso populacional, mas pelo esgotamento da fertilidade natural do solo que foi acometida pela incompatibilidade dos sistemas de cultivo empregados pelos colonos. A degradação do solo teve como consequência a queda dos rendimentos e da produtividade agrícola, impossibilitando os mecanismos de reprodução colonial. Este processo mais amplo levou os filhos dos colonos a migrarem, primeiramente, para os entornos das próprias colônias velhas em formato de “manchas de óleo”. Num segundo momento para outras regiões do Estado, como no Planalto, Oeste, Norte e, finalmente, para fora deste, atingindo os estados de Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso e inclusive a Região Norte do país (Amazônia).

O processo de migração das colônias velhas para as novas, foi denominado por Roche (1969) de *enxamagem dos pioneiros*, pois os colonos migravam em busca de novas terras para se estabelecer, casar e restabelecer o mesmo sistema de cultivo empregado nas colônias velhas¹⁰. Jean Roche periodizou as diferentes fases da enxamagem. Segundo o autor, a primeira fase da enxamagem se deu até 1850 na periferia das colônias velhas, a chamada expansão em “mancha de óleo”. Entre 1850 a 1890 ocorre a migração para o Oeste do estado. De 1890 em diante ocorre as migrações em direção ao Planalto e para o Norte do estado, incluindo o Alto Uruguai. A última fase, de 1917 em diante, o êxodo era para fora do Rio Grande do Sul. Assim, a “fome de terra” como formulou Roche (1969, p. 343), leva os pioneiros a buscarem sua reprodução social em outras regiões¹¹.

⁹ Nas colônias velhas a média de ha de terra dadas aos colonos era bem maior do que nas colônias novas. Nas velhas essa média girava em torno de 70 ha, nas novas não passava de 25 a 30 ha. Nas colônias novas devido ao menor tamanho das propriedades a sua regressão econômica e social se deu mais fortemente. Outra diferença fundamental é a de que nas colônias velhas a terra foi, na sua grande maioria, dada ou doada pelo Estado para que os colonos a explorassem. Nas colônias novas o colono teve que pagar pela terra em dinheiro ou na prestação de serviços públicos como abertura de estradas, construção de pontes, escolas, etc. Assim, nas colônias novas a terra como ativo fundiário para a sobrevivência e reprodução do colono já é uma terra mediatizada e apropriada pelo capital, é uma terra convertida em mercadoria como formulou Martins (1995).

¹⁰ As principais colônias velhas que forneceram braços para o desbravamento do território do Alto Uruguai foram: a da Serra, nos entornos de Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Garibaldi; as do Centro do Estado com as cidades de Cachoeira do Sul, Júlio de Castilhos, Santa Maria e, as do Planalto Médio do RS, com as cidades de Erechim, Marau, Santa Rosa, etc. As colônias novas são as colônias que são formadas a partir da migração dos pioneiros das colônias velhas para novos territórios pelo processo de enxamagem dos pioneiros ao qual Roche (1969) aludiu. As principais colônias novas se localizaram no Planalto Médio, nas Missões, no Norte do Rio Grande do Sul incluindo o Alto Uruguai.

¹¹ A esse mecanismo de migração Waibel (1979) chamou de avanço da *zona pioneira*. Segundo Waibel o conceito de pioneiro, [...] significa mais do que o conceito de *frontiersman*, isto é, do indivíduo que vive numa fronteira espacial. O pioneiro procura não só expandir o povoamento espacialmente, mas também intensificá-lo e criar novos e mais elevados padrões de vida (Waibel, 1979, p. 281-282; grifos no original).

As colônias novas formadas no Planalto e no Norte do Rio Grande do Sul no final do século XIX e início do século XX tiveram um desenvolvimento rápido e passaram pelas mesmas fases de desenvolvimento das colônias velhas. A sua prosperidade econômica e social foi mais rapidamente atingida devido as melhores condições de infra-estrutura como vias de acesso, estradas e meios de transportes mais modernos. Contudo, a sua decadência e regressão econômica se manifestaram também de forma mais ativa devido à rapidez do esgotamento do solo, a partilha entre co-herdeiros e a venda ser mais seguidamente acionada. Ressalta-se, também, que as propriedades recebidas eram menores e o fim da fronteira agrícola era atingida mais depressa que nas colônias velhas, onde este processo levava mais anos para ocorrer. Assim, os mesmos fatores que levaram à regressão das colônias velhas, acometeram as novas, porém, com uma diferença, a intensidade do processo foi multiplicada. Como formulou Schneider (1999, p. 87), o sistema produtivo adotado pelos colonos continha, na sua própria dinâmica, os limites de sua reprodução, devido à forma de uso do solo, a falta de tecnologias apropriadas, o tipo de sistema de herança praticado e a necessidade constante de expansão da frente pioneira.

Sendo assim, o SAC pode ser entendido como uma forma de reprodução social dos colonos que passou por várias transformações, no qual as mais significativas dizem respeito ao acesso à terra, ao tamanho das propriedades, a diminuição da fertilidade natural dos solos e ao número de membros das famílias que influenciavam a sua dinâmica. O SAC possuía, de uma forma geral, uma dinâmica governada, em grande medida, pela família e pela sua relativa autonomia em relação ao contexto social e econômico. Neste sistema produtivo, o mercado existia na forma de vínculos pessoais e personalizados com os vizinhos, com os comerciantes locais e os mercados regionais e locais de venda de gêneros agrícolas. Porém, estas características gerais do SAC se modificam a partir dos anos 70 onde ocorre a transformação da base técnico-produtiva da agricultura do Alto Uruguai.

Concomitante a estas transformações por que passou o SAC, no Alto Uruguai, inicia-se um processo em que começa a erigir-se uma “nova” forma social de trabalho e produção com uma dinâmica de reprodução social bem diferente dos colonos. Na verdade, o que acontece é uma metamorfose social, em que os colonos passam a ser denominados e chamados de agricultores familiares como aludiu Abramovay (1998). Esta forma social se caracteriza por estar assentada no uso do progresso tecnológico, na existência de vínculos efetivos com o mercado e num maior dinamismo reprodutivo como características constitutivas intrínsecas a sua dinâmica econômica e social. Assim, o SAC, como um modo de vida, incluindo uma forma de produção e de sociabilidade é transformado e transmutado.

Ergue-se, então, a agricultura familiar como substrato para o desenvolvimento do Alto Uruguai. Assim, na próxima seção, desenvolvem-se alguns elementos que caracterizam e melhor definem o que se entende por agricultura familiar e as suas relações com o contexto social e econômico em que esta se encontra inserida.

1.1.2 – Elementos teóricos aplicados ao estudo da agricultura familiar.

Nesta seção pretende-se caracterizar como se desenrolou a passagem de colonos a agricultores familiares no Alto Uruguai. Também se situa e caracteriza-se a agricultura familiar como forma de produção e trabalho nas sociedades capitalistas contemporâneas, elencando-se, para isso, alguns elementos que se julga pertinentes ao estudo e compreensão desta forma social de produção e trabalho.

As principais transformações que levou a modificar-se a forma como transcorria a dinâmica de reprodução social do SAC, pode ser localizada, para o caso do Alto Uruguai, em torno dos anos 70 com a chamada modernização da base técnico-produtiva da agricultura. Com estas mudanças, o SAC como um modo de vida que inclui uma forma de produzir e de sociabilidade se transforma. Os colonos se metamorfoseiam em uma “nova” forma social a qual usualmente denomina-se de agricultura familiar. Desta forma, o agricultor familiar “nasce” com características distintas do colono de outrora em relação às estratégias que executa para obter a sua reprodução social, mas também, com algumas características constitutivas originais do colono. Pode-se dizer que, neste caso, o novo nasce do velho, mas, sem destruí-lo totalmente, sem superá-lo completamente em suas bases primordiais. O novo se edifica sobre o velho de forma a ser o velho um sujeito revestido de um caráter novo, diferente e modernamente construído.

É isso que demonstra a obra *seminal* de Abramovay (1998), no qual o seu maior mérito foi o de diferenciar o campesinato da agricultura familiar, superando o debate acadêmico polarizado e dicotômico que se tinha até então entre estudiosos sobre o caráter das formas sociais como: tradicional/moderno, camponês/pequeno agricultor, se capitalista ou não capitalista, etc¹². Como o autor demonstrou, o camponês, e para o nosso caso, os colonos, se tratavam de um *modo de vida*. Assim, de acordo com essa perspectiva se pode pensar a metamorfose dos colonos em agricultores familiares para o caso do Alto Uruguai,

¹² Para ver uma caracterização histórica das diferentes nomenclaturas e conteúdos que cada denominação recebeu em cada momento do desenvolvimento da “agricultura familiar” no Brasil, ver o excelente artigo de Medeiros (1997).

distinguindo-se esta forma social em termos de características sociológicas intrínsecas e do seu caráter enquanto categoria social no meio rural¹³. Como Abramovay (1998) mesmo formulou:

[...] é o que ocorreu de maneira mais intensa no Sul do Brasil - integram-se plenamente a estruturas nacionais de mercado, transformam não só sua base técnica, mas, sobretudo o círculo social em que se reproduzem e metamorfoseiam-se numa nova categoria social: *de camponeses, tornam-se agricultores profissionais*. Aquilo que era antes de tudo um modo de vida converte-se numa profissão, numa forma de trabalho (p. 126-127; grifos no original).

O ambiente no qual se desenvolve a agricultura familiar contemporânea é exatamente aquele que vai asfixiar o camponês, minar as bases objetivas e simbólicas de sua reprodução social. [...] O paradoxo de um sistema econômico (é o de que ele), ao mesmo tempo em que aniquila irremediavelmente a produção camponesa, ergue a agricultura familiar como sua principal base social de desenvolvimento (p. 131).

O colono existia numa situação de parcialidade em relação ao restante da sociedade, pois tinha a capacidade de ele próprio nas comunidades rurais em que vivia de estipular e construir os códigos coletivos de conduta, os valores de sociabilidade, de reciprocidade¹⁴, a cultura, enfim, as “regras” que lhe serviam de guia à sua vida social¹⁵. Contudo, no que se refere à sua integração mercantil, esta já existia desde os primeiros anos de colonização, pois o colono participava ativamente dos mercados de compra de terras, de relações mercantis com os comerciantes locais, do comércio nas vilas, casas e vendas rurais, etc. Mesmo que nos primeiros anos o colono somente desbravava a mata e produzia para o autoconsumo familiar, mas, tão logo se criassem as condições materiais, sociais, as vias de transporte e os canais de circulação de mercadorias, este, se inseria no mercado.

Como Abramovay (1998) verificou, os mecanismos de mercado se confundem com um conjunto de relações e prestações pessoais que os colonos estabeleciam com os comerciantes locais, em termos de empréstimos de dinheiro em casos de doenças, compromisso de venda da produção ao mesmo comerciante, obrigações comunitárias e simbólicas, compra antecipada da produção, etc. Tudo isso demonstra a *pessoalidade* e o

¹³ Para fins de estudo da agricultura familiar do Alto Uruguai, acredita-se que os colonos que existem nesta região são a mesma categoria social dos camponeses a que Abramovay (1998) alude em seus estudos.

¹⁴ O conceito de reciprocidade implica que os membros de um grupo agem com relação aos membros de um outro grupo da mesma forma que os membros deste grupo, ou de um terceiro, ou de um quarto, agem com relação a eles. Ela não envolve nenhuma idéia de igualdade, de justiça e não obedece a uma regra soberana. A reciprocidade significa antes e unicamente que não há um fluxo de dupla direção ou circular de bens. (...) Os grupos provêm mutuamente suas necessidades no que se refere aos artigos que entram nesta relação de reciprocidade (Polanyi, 1957/1975, p. 220 *apud* Abramovay, 1998, p. 110; nota de rodapé).

¹⁵ Parcialidade não quer dizer isolamento do restante da sociedade ou das outras comunidades rurais, mas sim, a capacidade de estruturação própria da vida social, da cultura, da sociabilidade, da reciprocidade, etc (Abramovay, 1998).

caráter, em certa medida, incompleto dos mercados nas colônias do Sul. Quando começam a imperar as características do mercado nas formas camponesas e, no nosso caso no SAC, as condições sociais em que se assentava a sua reprodução social começam a ser solapadas, como Abramovay (1998) formulou:

O mercado acaba por substituir o código que orienta a vida camponesa e por aí solapa suas possibilidades de reprodução social (p. 105).
As sociedades camponesas são incompatíveis com o ambiente econômico onde imperam *relações claramente mercantis*. Tão logo os mecanismos de preços adquiram a função de arbitrar as decisões referentes à produção, de funcionar como princípio alocativo do trabalho social, a reciprocidade e a personalização dos laços sociais perderão inteiramente o lugar, levando consigo o próprio caráter camponês da organização social (p. 117, grifos meus).

Neste sentido, no que se refere à agricultura familiar de hoje, Abramovay (1998) mostra que esta é uma forma social integrada ao mercado, de modo que não pode ser compreendida como um modo de vida como esta era no sistema agrícola colonial devido à impessoalidade com que o mercado se apresenta nas sociedades contemporâneas capitalistas. Os laços comunitários que possuíam um papel importante na reprodução simbólica dos colonos são, em parte, desestruturados, assim como os códigos sociais pelos quais a conduta dos indivíduos se pautava pelas relações de pessoa para pessoa. Da mesma forma, a inserção do agricultor na divisão do trabalho corresponde à maneira universal como os indivíduos se socializam na sociedade burguesa: a competição e a eficiência convertem-se em normas e condições da reprodução social (Abramovay, 1998, p. 127).

Deste modo, a agricultura familiar deve ser entendida como uma forma social de trabalho e produção que ainda conserva algumas características típicas do camponês ou, para o nosso caso, dos colonos do Alto Uruguai, porém, as diferenças desta para os colonos são em termos de como são executadas as suas estratégias de reprodução social. A agricultura familiar de hoje é extremamente dinâmica do ponto de vista econômico e social abarcando uma diversidade muito grande de sistemas produtivos, de tipos de inserção mercantil, de vínculos intersetoriais, sendo capaz de reproduzir-se incorporando as inovações e o progresso tecnológico em larga escala. Ela é, enfim, uma forma social de constituição distinta da forma colonial e, por isso, esta se constitui na base do desenvolvimento rural da sociedade brasileira e dos países capitalistas avançados¹⁶.

¹⁶ Schneider (2003) situa o reconhecimento do termo agricultura familiar na sociedade brasileira na década de 90 e dá três motivos para isso. O primeiro é a própria pesquisa desenvolvida por Abramovay (1998) e a de Veiga (1991) que deram status teórico e reconhecimento acadêmico ao termo como categoria analítica. O segundo é a pressão e as mobilizações das próprias representações sindicais e movimentos sociais no período. E, o terceiro,

Deste modo, a sua compreensão e estudo devem se dar nos marcos de uma sociedade capitalista, incorporando à sua dinâmica de reprodução social, o entendimento do papel do mercado como esfera impessoal organizadora da vida social, do progresso tecnológico, do Estado, da mercantilização das relações de trabalho e do processo de produção agrícola e da crescente subordinação ao desenvolvimento urbano-industrial. É neste contexto que Abramovay (1998) tenta dar uma definição aproximada do que seja a agricultura familiar nas sociedades contemporâneas. Para o autor o agricultor familiar é aquele

[...] cuja integração ao mercado é completa e cuja base técnica acompanha os principais avanços permitidos pelo conhecimento científico. [...] O que se escamoteia sobre o nome “pequena produção” é o *abismo social* que separa *camponeses* – para o qual o desenvolvimento capitalista significa [...] total desestruturação – de *agricultores profissionais* – que vêm se mostrando capazes não de sobreviver (porque não são resquícios de um passado em via mais ou menos acelerada de extinção), mas de formar a base fundamental do progresso técnico e do desenvolvimento do capitalismo na agricultura contemporânea (p. 211).

Entretanto, não basta apenas diferenciar colonos de agricultores familiares. É preciso, também, no caso da realização de pesquisas e estudos, compreender e definir a unidade de análise da realidade social. Neste sentido, a unidade micro de “leitura” da realidade social, vai ser a família rural. Para isso, embasa as reflexões contidas nesta dissertação alguns novos elementos, que foram elaborados por outros estudiosos rurais que se propõem a compreender a reprodução social da agricultura familiar na atualidade. Um dos estudos decisivos, neste sentido, é o de Schneider (2003a) o qual deu contribuições interessantes e explicativas para se operar o conceito de agricultura familiar. Para este autor, a agricultura familiar não deve ser compreendida tanto por sua integração ao mercado e a incorporação do progresso tecnológico, como o fez Abramovay (1998), mas pelo sentido de suas relações sociais de parentesco e consangüinidade no ambiente intrafamiliar. Como Schneider definiu:

[...] a família rural, entendida como um grupo social que compartilha um mesmo espaço (não necessariamente uma habitação comum) e possui em comum a propriedade de um pedaço de terra. Esse coletivo está ligado por laços de parentesco e consangüinidade (filiação) entre si, podendo a ele pertencer, eventualmente, outros membros não consangüíneos (adoção) (Schneider, 2001, p. 9; Schneider, 2003a, p. 106).

Porém, ressalta-se, que não é uma simples definição operacional que vai dizer o que é a agricultura familiar nas sociedades capitalistas contemporâneas. Assim, é preciso o esboço

que decore, em partes, dos outros dois é o surgimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1996, que deu caráter público ao termo dentro do Estado brasileiro.

de mais elementos teóricos para se conseguir melhor “recortar” e caracterizar esta forma social de produção e trabalho. Neste sentido, as reflexões de Schneider (2003a) são as que embasam este estudo para se tentar ir além de uma definição conceitual, pois se tem que elencar vários elementos teóricos e conceituais que melhor situem o debate em torno desta forma social. Para Schneider (2003a) são quatro elementos que definem a agricultura familiar nas sociedades contemporâneas.

O primeiro elemento diz respeito à gestão dos trabalhos das unidades familiares. Segundo Schneider (2003a), estas funcionam com base no trabalho dos membros da família e até podem, em caráter temporário, contratar outros trabalhadores, como assalariados desde que estes não ultrapassem o número de membros existentes na família. O segundo elemento exposto pelo autor está relacionado a uma especificidade estrutural da agricultura. Refere-se aos obstáculos naturais que a mesma possui e que impedem o desenvolvimento capitalista de se apropriar de todo o processo de produção agropecuário de uma forma contígua. Ou seja, mesmo com notórios avanços científicos e tecnológicos o desenvolvimento capitalista ainda não conseguiu se apropriar da base natural dos processos agrícolas como já realizou, por exemplo, com o setor industrial.

O terceiro elemento elencado por Schneider (2003a) para que se compreenda a agricultura familiar atualmente, passa pelo entendimento do ambiente social e econômico em que estas unidades estão inseridas. Neste sentido, o estudo e compreensão de como esta forma social de produção e trabalho se reproduz, só é possível quando se analisam os chamados condicionantes externos das unidades como a ação do Estado, das políticas públicas, da política macroeconômica, o papel do mercado, de legislações, dentre outros condicionantes mais gerais da sociedade moderna. Segundo Sergio Schneider, esse ambiente compõe-se de um espaço social e econômico e um conjunto de instituições, que tendem a fornecer estímulos e determinar limites e possibilidades e, assim, exercer uma influência exterior decisiva sobre as unidades familiares.

Porém, em que pese à importância destes elementos elencados, o fator principal que determina e condiciona a reprodução social destas unidades é a sua natureza familiar. É na família que são encontrados os elementos como: as relações de parentesco, de gênero, de herança e a lógica de ação da família que determinam escolhas, estratégias e diferentes “caminhos” por onde vai se dar a sua reprodução social. Como formulou Schneider (2003a) é em razão das decisões tomadas pela família e pelo grupo doméstico, frente às condições materiais e ao ambiente social e econômico no qual estiver inserida, que ocorrerá ou não sua reprodução social, econômica, cultural e moral (p. 95).

Estes quatro elementos teóricos são importantes ao estudo da agricultura familiar, por permitirem considerar-se o trabalho da família na agricultura com base nas suas relações internas de mediação entre os seus membros domésticos, bem como os fatores externos às unidades que condicionam e determinam a reprodução social dos agricultores. Permite, também, considerar os imperativos e os limites naturais que a agricultura, como setor de atividades, possui frente a certas especificidades ligadas à natureza¹⁷.

Com estes elementos teóricos vai-se estudar a agricultura familiar por dois ângulos de análise integrados. Por um lado, estuda-se o âmbito da família, da unidade de produção e do grupo doméstico, situando e entendendo as estratégias, escolhas e mediações utilizadas pelo grupo familiar para se reproduzir social e economicamente no curto e longo ciclo evolutivo da família, de modo a compreender a sua lógica de ação e de decisão. Por este ângulo, também se acredita que a agricultura familiar possui certas características que lhes patrocina uma determinada autonomia frente ao contexto social e econômico como: a posse dos meios de produção, a posse do objeto de trabalho (a terra), a organização familiar baseada no trabalho de parentes, etc. Sendo assim, a agricultura familiar é uma forma de produção e trabalho que detém uma relativa autonomia decisória na alocação dos fatores de produção quando confrontada com o contexto social e econômico em que está inserida. Deste modo, como formulou Almeida (1986, p. 74), a família se *autoproduz* no sentido de que esta cria e gera novas estratégias de ação e de reprodução quando confrontada com condições adversas para continuar afirmando-se e reproduzindo-se socialmente.

Por outro lado, pode-se dizer que a agricultura familiar é determinada em níveis diferenciados pelo modo de produção capitalista em que está inserida e ao qual se subordina enquanto forma de produção e trabalho. Desta maneira, o seu estudo deve considerar também os marcos sociais e econômicos que a afetam e a determinam nas sociedades capitalistas contemporâneas. Além de sua lógica reprodutiva interna, a agricultura familiar depende parcialmente das políticas econômicas, das decisões, dos agentes e instituições que medeiam e impõem sua vontade na sociedade em geral. Assim, o seu estudo deve ser realizado dentro dos condicionantes mais gerais da sociedade contemporânea, que a afetam de forma indelével.

¹⁷ Para uma melhor compreensão da teoria dos limites naturais impostos à penetração do capitalismo no campo ver o artigo de Mann e Dickinson (1987). A teoria dos obstáculos naturais à penetração do capitalismo no campo não explica somente a permanência das formas familiares nas sociedades contemporâneas, mas explica, também, a permanência da agricultura empresarial ou capitalista que também é assentada em uma base biológica. Explica também, o porque da agricultura e os processos de base biológica não conseguirem ser apropriados, substituídos e subordinados totalmente a indústria e ao desenvolvimento tecnológico. Mais do que limites naturais intransponíveis, a agricultura se constitui em um setor assentado na base fundiária, no uso da energia solar, nos processos de fotossíntese, na dependência de chuvas, do clima, etc que não podem ser completamente transpostos pelo capital.

Estes condicionantes podem ser decisões relativas a um determinado tipo de “modelo” de desenvolvimento, as políticas públicas praticadas, a macroeconomia, a política e a ação praticada pelo Estado como agente regulador da vida social, a ação de outros grupos sociais, o mercado, etc. Todos estes setores, agentes e instituições, impreterivelmente, afetam e determinam parcialmente a conduta e as decisões do grupo doméstico familiar nas sociedades capitalistas.

O que se fará é estudar a agricultura familiar tentando-se articular dialeticamente estas duas esferas de análise. Neste sentido, como ressaltou Schneider (2003a), o estudo da agricultura familiar nas sociedades capitalistas deve ser realizado levando-se em conta as suas estratégias de reprodução social acionadas frente às diferentes situações sociais¹⁸. Segundo o autor:

A reprodução social, econômica, cultural e simbólica das formas familiares dependerá de um intrincado e complexo jogo através das quais as unidades familiares relacionam-se com o ambiente e o espaço no qual estão inseridas. [...] Desse modo, a reprodução não é apenas o resultado de um ato de vontade individual ou do coletivo familiar e tampouco uma decorrência das pressões econômicas externas do sistema social. A reprodução, acima de tudo, é o resultado do processo de intermediação entre indivíduos – membros com sua família e de ambos interagindo com o ambiente social em que estão imersos (p. 95).

Um outro recurso sociológico ao estudo da agricultura familiar é a separação da unidade familiar em unidade de produção e grupo doméstico. Esta operação permite uma melhor distinção das esferas da produção e do trabalho, no primeiro caso, e das relações de parentesco e consangüinidade, no segundo¹⁹. Nos domínios do parentesco estaria a família, aqui entendida como uma unidade que sustenta uma rede de relações sociais diversificadas que não podem ser reduzidas às relações de trabalho. Na esfera do trabalho estaria a unidade de produção e suas “funções” econômicas como: a área plantada, a mão-de-obra utilizada, a relação com o mercado, as tecnologia utilizadas, etc (Carneiro, 2000, p. 155).

¹⁸ Segundo Schneider (2001, p. 10; 2003a, p.108-109) o conceito de estratégia de reprodução social é o elo de ligação entre as unidades familiares investigadas e o ambiente externo, mas também a ligação que parece superar a dicotomia sociológica em torno do problema da relação estrutura-agente ou processos micro *versus* macro. Nesse sentido, a utilização do conceito de estratégia levará em consideração os marcos teóricos e conceituais sobre as unidades familiares e sua relação com o contexto sócio-econômico específico. Do ponto de vista substantivo, as estratégias são interpretadas como o resultado das escolhas, opções e decisões dos indivíduos em relação à família e da família em relação aos indivíduos” (Marini e Pieroni, 1987) *apud* (Schneider, 2003).

¹⁹ Na verdade este é um recurso meramente metodológico e teórico. É uma operação heurística que o cientista social usa para melhor classificar e “ler” a realidade social em torno da agricultura familiar, pois, na realidade a unidade familiar é uma só, não cindível e separável não sendo possível a sua fragmentação ao nível dos atores sociais.

Esta proposta parece adequada aos fins pretendidos na presente dissertação, pois se pode pensar, no caso do autoconsumo, a unidade de produção como determinante das quantidades, tipos de produtos e de como estes vão ser produzidos pela família. Por outro lado, a produção para autoconsumo depende do número de membros da família e da sua divisão por sexo e idade sendo, então, recorrentes as preocupações com o grupo doméstico. O que se pretende é tomar a agricultura familiar como unidade de análise, levando-se em conta tanto as suas relações econômicas quanto as suas relações sociais e culturais, quer seja internamente ou no que concerne aos acometimentos e condicionantes do ambiente em que a mesma se insere.

Na próxima seção, elenca-se alguns elementos teóricos que se julga serem explicativos da reprodução social da agricultura familiar em contextos de mercantilização das suas relações sociais e econômicas, como no caso em estudo do Alto Uruguai.

1.1.3 – O processo de mercantilização da agricultura familiar.

A mercantilização da agricultura familiar é definida como um processo social no qual o mercado se apresenta como esfera primordial e organizadora da reprodução social dos agricultores familiares. Este é, na atualidade, a instituição que, em grande medida, governa a produção e a reprodução da agricultura familiar moderna. Deste modo, esta só pode ser entendida nas sociedades contemporâneas se for compreendido o caráter, a lógica e a integração que esta forma social de produção e trabalho se submete aos circuitos mercantis que se colocam de forma impessoal, heterogênea e como condicionantes da manutenção e sobrevivência de muitas unidades de produção.

Como já se demonstrou acima, no SAC o mercado se apresentava de forma distinta ao de hoje para os agricultores do Alto Uruguai. Neste sistema produtivo, o mercado se apresentava de forma pessoal e perceptível, geralmente travestido de comerciante local das comunidades ou linhas e estradas interioranas, o vizinho e o comércio em casas de venda e armazéns. Neste período, o mercado era uma instituição social que não subjugava enormemente os colonos e não lhes apropriava o volume de excedentes que lhes retira agora. Enfim, o mercado era distinto em ação, submissão da força de trabalho e em termos de como se apresentava aos colonos.

Contudo, uma coisa é certa, ele sempre existiu e é anterior a chegada dos colonos no Brasil. Desde o SAC, o mercado e o capital são as instituições sociais que comandam a colonização, a abertura de novas áreas, a produção de mercadorias pelos colonos e a

organização social e da produção em todas as áreas coloniais do Rio Grande do Sul. Para o tipo de desenvolvimento que se queria gestar com a colonização, a agricultura colonial era “funcional”²⁰. Quando da chegada dos colonos ao Brasil e ao Rio Grande do Sul o mercado já existia e se apresentava a eles de forma inequívoca. Como formulou Max Weber (1982), na América o agricultor produz para o mercado. O mercado é mais antigo do que ele na América (p. 415).

No SAC o mercado se apresentava aos colonos na fisionomia do comerciante local, que comprava os gêneros agrícolas e pecuários dos colonos e lhe vendia artigos para a manutenção familiar e complementos para a alimentação como sal, querosene, produtos de estiva, etc. Os colonos também trabalhavam na abertura de estradas, na construção de pontes e escolas gerando excedentes financeiros líquidos para pagar a terra devida ao Estado. No caso do Alto Uruguai a colonização se deu através da compra e não da doação de terras aos colonos. A terra desde o início é convertida em mercadoria e ajuda o capital e o Estado a subjugar os colonos (Martins, 1995). Como formulou Piran (2001):

Desde o início, os agricultores familiares organizam a sua produção para o mercado, mesmo porque necessitavam de excedentes para pagar suas terras e complementar a manutenção familiar. Isto era conseguido, não apenas comercializando os excedentes não consumidos pela família, mas dedicando-se efetivamente ao cultivo ou criação para o mercado (p. 31).

Atualmente, o mercado e a mercantilização das relações sociais e do processo produtivo mudaram em relação ao SAC. A mudança é de intensidade, pois hoje, a mercantilização é um processo social muito mais forte e intenso entre os agricultores familiares. A mercantilização se expressa através da subjugação do agricultor familiar ao mercado, através da externalização e da cientificação da produção agrícola e, das diferentes relações que emergem dos diferentes circuitos mercantis em que os agricultores estão inseridos²¹.

A mercantilização é o processo pelo qual o agricultor familiar passa a ter a sua reprodução social e econômica dependente do mercado através da externalização dos elementos ou das etapas que integram o processo de produção. Assim, a sua reprodução também é dependente deste, pois as duas são domínios integrados e interdependentes como

²⁰ A colônia passa a cumprir o papel de produzir alimentos ao mercado consumidor urbano, já em expansão na época, além de fornecer matérias-primas industriais ao incipiente, mas já em andamento, processo de industrialização. Isto sem esquecer o papel político-ideológico (ser proprietário, trabalhar e acumular) e estratégico (implantar o império da lei, evitar importar o latifúndio) [...] (Piran, 2001, p. 25).

²¹ Segundo Marsden hoje não se mercantiliza somente a produção agrícola e as demais mercadorias no processo de troca, mas, se mercantiliza a força de trabalho, a paisagem rural, o meio ambiente, os agroecossistemas, etc (apud Schneider, 2003a).

demonstrou Van der Ploeg (1990; 1992)²². O mercado através do seu “jogo de forças”, do estabelecimento dos preços dos produtos agrícolas e das mercadorias e, das suas decisões é que comanda, em certa medida, a lógica de ação do agricultor familiar, incluindo a influência sobre as suas decisões relativas ao o que plantar, quais atividades produtivas desenvolver e quais instrumentos e meios de produção usar no processo produtivo. Aqui o mercado é impessoal e, muitas vezes, invisível materialmente²³.

Como formulou Marx, a produção mercantil só existe quando as mercadorias passam a ter valor de troca ao invés de valor de uso. O valor de uso, no caso da agricultura, pode ser definido como aqueles elementos que entram no ciclo produtivo agrícola sem serem adquiridos via mercado. Eles são provenientes dos ciclos anteriores de produção e são usados para o novo ciclo produtivo (Van der Ploeg, 1990; 1992). Deste modo, o agricultor produz os valores de uso e não os compra, sendo que o mercado não interfere na sua reprodução social. O valor de troca caracteriza-se pela época histórica na qual surgem as contradições entre capital e trabalho²⁴. Na agricultura, o valor de troca surge da necessidade do agricultor comprar as diversas mercadorias e elementos para iniciar o novo ciclo produtivo anual. Além disso, o agricultor necessita de excedentes monetários o que o faz, também, vender a produção de mercadorias agrícolas no mercado, executando, desse modo, o valor de troca e caracterizando, assim, um processo de mercantilização. Como Marx formulou, o valor de troca:

Unicamente ao ser intercambiados os produtos do trabalho adquirem, em quanto valores, um status social uniforme, distinto de suas formas variadas de existência como objetos de utilidade (Marx *apud* Van der Ploeg, 1992, p. 172; nota de rodapé; tradução livre).

²² Em sua teoria da mercantilização Van der Ploeg (1990; 1992) parte das reflexões já realizadas por Friedmann (1978a; 1978b) nos seus estudos sobre o trigo e as relações sociais mercantis que este sistema imprimia nos agricultores. Para Friedmann o agricultor familiar é designado como um produtor simples de mercadorias.

²³ Como formulou Adam Smith, um dos pressupostos do Estado liberal é a “mão invisível” do mercado no comando da economia, da política econômica e da forma como as decisões são tomadas numa economia de mercado. De certa forma a teoria da “mão invisível” do mercado pode ser usada aqui para explicar a forma como o mercado se apresenta aos agricultores familiares no Alto Uruguai. Estes não o vêem, mas sabem que ele existe e sabem mais: sabem que é a ele que eles tem, em parte, a sua dependência estrutural na sociedade contemporânea. A “mão invisível” do mercado é que lhes retira a rentabilidade que seria desejada para a manutenção do processo produtivo, da família, para a renovação dos meios de produção e das condições objetivas em que ocorre a sua reprodução. O mercado é aqui a “mão invisível” que organiza e comanda a submissão do agricultor familiar ao Estado e ao capital usurário e mercantil.

²⁴ As condições históricas da sua existência (do capital) não coincidem com a circulação de mercadorias e da moeda. Só ocorre onde o detentor dos meios de produção e de subsistência encontra no mercado o trabalhador livre que vem vender sua força de trabalho. É esta a única condição histórica que encerra todo um mundo novo. O capital se anuncia desde o início como uma época da produção social (Marx, 1967, p. 173 *apud* Garcia Jr., 1989, p. 270).

Mas também não se pode ser ingênuo a ponto de achar que a reprodução social da agricultura familiar não passa pelos mercados tanto de mercadorias como de força de trabalho. Em resumo, é isso que mostra os estudos de Abramovay (1998) e de Van der Ploeg (1990; 1992). Ou seja, *que a agricultura familiar precisa da integração mercantil para sobreviver e se reproduzir*. A questão que parece ser fundamental para a compreensão do assunto é a *maneira* como se dá esta integração ao mercado. A agricultura familiar não pode ser totalmente isolada do mercado, mas também, não pode ser totalmente subordinada e submissa a este, como ocorreu na maioria dos casos de produção de *commodities* no Alto Uruguai. Como formulou Woortmann (1984, p. 73), o grupo doméstico deve produzir tanto valores-de-uso quanto renda monetária, não só para reproduzir sua força de trabalho, mas para reproduzir a *família*. A articulação necessária entre a produção de valores-de-uso e de mercadorias – inclusive a força de trabalho – é o princípio organizador básico do grupo doméstico.

A mercantilização se corporifica através da externalização, da cientifização e da dependência estrutural ao mercado dos agricultores familiares, para executar a sua produção agrícola e a reprodução da família. A externalização se refere à dependência do agricultor a fatores externos a propriedade para iniciar um novo ciclo produtivo. No caso do Alto Uruguai, o início deste processo ocorreu nos anos 70 com a modernização da agricultura. Neste território, o agricultor familiar passa a demandar de fatores externos para produzir como máquinas e equipamentos, insumos químicos (fertilizantes, os agrotóxicos, espalhantes adesivos, etc), sementes melhoradas, assistência técnica e outros elementos que são demandados pelo novo estágio organizacional das forças produtivas na agricultura. Como Van der Ploeg (1992) mesmo definiu a externalização na agricultura:

A chamada **modernização** da agricultura segue frequentemente a rota da externalização pela qual um número crescente de tarefas são separadas do processo de trabalho agrícola e são assim tomadas por organismos externos (p. 169, tradução livre; grifos no original).

[...] o desenvolvimento agrícola sempre implica em um processo de externalização que gera uma multiplicação de relações mercantis. As tarefas que foram organizadas e coordenadas inicialmente, sobre o comando do mesmo agricultor, vão ser coordenadas agora mediante o intercâmbio mercantil e por meio do sistema recém estabelecido de relações técnicas-administrativas. Esta externalização crescente não só afeta as atividades de produção, mas também resulta em uma transformação completa do processo de reprodução (p. 170; tradução livre).

A mercantilização da agricultura familiar através da externalização²⁵ e da modernização da base técnico-produtiva gera novas demandas ao agricultor. Demandas estas, que somente podem ser supridas com a compra, via dinheiro, de mercadorias e elementos para serem usados na produção e na reprodução das condições objetivas de existência das famílias. Estas novas demandas se caracterizam por submeterem o agricultor familiar a uma dependência estrutural ao mercado: a de ter que comprar os vários fatores de produção todos os anos aos preços de mercado, executando, desta forma, a sua reprodução de forma dependente deste (Van der Ploeg, 1990; 1992).

A mercantilização da agricultura familiar também se corporifica materialmente no que Van der Ploeg (1990; 1992) chamou de cientifização da produção agrícola e da agricultura. A cientifização do processo de produção agrícola se refere à maneira pela qual a agricultura começa a internalizar e assimilar a técnica desenvolvida pela ciência moderna na produção agropecuária. É o estágio em que as forças produtivas da agricultura usam da ciência para produzir e reproduzir as condições objetivas de existência humana e a materialidade do processo produtivo agrícola. A cientifização da agricultura no Alto Uruguai se desenvolve através da internalização, pela agricultura, das técnicas modernas de cultivo e manejo, no uso de máquinas e equipamentos, no plantio de sementes melhoradas, na fertilização e correção das propriedades químicas e físicas dos solos, no uso dos agrotóxicos agrícolas, etc. Como definiu Van der Ploeg (1992) a cientifização:

Por cientifização entendo a reconstrução sistemática das atuais práticas agrícolas segundo os caminhos traçados por desenhos de caráter científico. Por meio da cientifização se cria uma estrutura que permite ao capital obter um controle mais direto sobre o processo de trabalho agrícola (p. 153-154; tradução livre).

Nestes novos termos, o trabalho agrícola também é mercantilizado, pois o incremento da externalização via novas tecnologias faz com que o trabalho agrícola aumente em termos de produtividade e que o tempo de trabalho em determinados processos de produção sejam diminuídos enormemente. Assim, o trabalho agrícola se torna uma relação de mercado e, simplesmente, mais um fator de produção que entra no ciclo produtivo agrícola. Van der Ploeg (1990) resumiu de forma muito inteligente os efeitos da mercantilização sobre o agricultor familiar. Segundo ele

²⁵ Segundo Van der Ploeg (1992) [...] a externalização de tarefas e da produção implica um aumento das relações de intercâmbio, dos objetos mesmo de trabalho, dos instrumentos e, progressivamente, o trabalho também, entra no processo de produção em qualidade de mercadorias e assim alcança simultaneamente um valor de uso e um valor de cambio (troca). Deste modo às relações mercantis penetram até o centro do processo produtivo e começam a mercantilizar o processo de trabalho [...] (p. 172; tradução livre).

A “externalização” de uma parte do processo de produção e reprodução (do agricultor) requer a crescente incorporação da dominância das relações de preços e de mercado como princípio regulador, reduzindo assim o “papel relevante” e a autonomia funcional” (do agricultor familiar). A mercantilização *dos elementos usados dentro* do processo de trabalho como também na prescrição *externa* de tarefas da unidade produtiva se tornam características fundamentais que trazem com eles a comercialidade crescente e uma simultânea indeterminação da base de relação de habilidade (do agricultor). [...] A adoção de inovações externamente desenvolvidas se torna a palavra chave. Esse é o modo pelo qual a alienação do trabalho agrícola e sua formal submissão para com o capital é acompanhada (p. 272, grifos no original; tradução livre).

Apesar de ser um processo social de longo alcance e de intensidade fortemente aumentada após a modernização da base técnico-produtiva da agricultura com a externalização e a cientificação da produção, a mercantilização da agricultura familiar é um processo inconcluso, heterogêneo e não linear como mostrou Van der Ploeg (1990; 1992). Assim, para o Alto Uruguai, o conceito de *graus de mercantilização* tornar-se-á muito útil para se pensar as diferentes categorias sociais de agricultores familiares existentes. Como definiu Van der Ploeg (1992), o grau de mercantilização reflete o estágio em que as relações mercantis já penetraram no processo produtivo de trabalho e produção²⁶.

Estes elementos teóricos da teoria da mercantilização social e econômica da agricultura familiar serão úteis nos próximos capítulos desta dissertação como aportes reflexivos para o estudo da produção para autoconsumo e também no caso das políticas públicas como o estudo do Pronaf e das iniciativas locais de desenvolvimento. Tanto o estudo da alimentação para o consumo como no caso da ação das políticas públicas, pretende-se demonstrar que há um processo de mercantilização destas dimensões da agricultura familiar. No primeiro caso, a mercantilização incide sobre o consumo alimentar dos membros do grupo doméstico. No segundo sobre a esfera dos financiamentos destinados aos agricultores familiares. Na próxima seção, demonstra-se o por que o Alto Uruguai é entendido como um território da agricultura familiar.

²⁶ No Alto Uruguai a mercantilização deu origem a um desenvolvimento social desigual e contraditório. Isso pode ser explicado pelo funcionamento do modo capitalista de produção que é por definição contraditório e desigual em suas várias facetas e em relação também às formas sociais que lhe fazem parte. Assim, para o Alto Uruguai, a principal consequência da mercantilização social e econômica foi o desenvolvimento desigual das formas sociais gerando uma diferenciação social e produtiva entre os próprios agricultores familiares como já demonstrou amplamente Conterato (2004).

1.1.4 – O Alto Uruguai: um território da agricultura familiar.

A noção de território aqui expressa é entendida como local de práticas sociais e de atividades econômicas semelhantes e convergentes dos atores sociais. Sendo visto dessa forma, este pode ficar dentro de certos limites normativos do IBGE como o município ou região, bem como ultrapassar estes limites recortá-los e/ou englobá-los. Assim conceituado, o território se refere a uma unidade do espaço rural, em que se dão as relações da sociedade com a natureza e que não segue os limites pré-estabelecidos pela atual legislação que estabelece o que é “rural” em exclusão ao que não é “urbano”, como já demonstrou Abramovay (2003).

O território, assim entendido, será constituído de um conjunto de unidades municipais do Alto Uruguai, onde nestas unidades mais relevantes será desenvolvido o estudo relativo ao autoconsumo, às políticas públicas e iniciativas locais de desenvolvimento. Esta opção metodológica é possível de ser realizada devido ao fato do Alto Uruguai ser um espaço onde as características sociais, reprodutivas, constitutivas, a matriz econômica agrícola e a população possuem similaridades em termos de constituição social e desenvolvimento histórico da agricultura familiar. Desse modo, explicar-se-á as temáticas propostas nesta dissertação de forma a considerar o *entorno* e/ou a *economia local* como unidade de análise meso dos processos sociais em curso no Alto Uruguai, como já foi proposto por Kageyama (1998) e Saraceno (1994).

Entretanto, as questões que tão logo se colocam são as seguintes: por que o Alto Uruguai do Rio Grande do Sul pode ser considerado um território? Quais os atributos e características que o definem como tal?

O Alto Uruguai é aqui entendido como um território no sentido de este ser uma unidade do espaço geográfico na qual se dão as relações da sociedade com a natureza. No caso em estudo, é onde os homens e, mais especificamente, os agricultores familiares, trabalham, produzem e se relacionam com os sistemas de produção, com os cultivos, com as criações animais e também com os demais seres humanos. O território é o espaço onde se desenvolvem as forças produtivas e as diferentes formas sociais de produção e trabalho. É, também, o lugar onde emergem as contradições do modo de produção capitalista. Ou seja, as contradições e conflitos do desenvolvimento capitalista desigual como formulou Marsden

(1998) e, onde ocorrem e decorrem relações de poder entre as categorias sociais que constroem, destroem e reconstróem o território no sentido amplo²⁷.

Concebido desta forma, o território é a expressão da ação humana mediatizada com a natureza no contexto histórico em que se desenvolvem as formas sociais de produção e trabalho. O território é o produto do trabalho e da ação do homem sobre a base física natural e não uma construção social mentalizada, idealizada e imaginada dos atores sociais e das suas práticas. Ele é o resultado das relações sociais e contradições concretas das diferentes categorias sociais que o constituem, que o moldam e que o definem fazendo valer seus interesses e os interesses do capital. Como definiu Rückert (2003):

De uma forma geral, se aceita que o território como um todo é a dimensão espacial concreta da síntese das múltiplas determinações da formação social capitalista. O território é assim, o espaço concreto das relações sociais. Os homens, diferenciados em classes sociais, estão a cada dia escrevendo sua história que é ao mesmo tempo, a história do trabalho produtivo e a história do território. As forças produtivas, no decorrer dos processos econômicos-sociais, é que conformam o território, imprimindo-lhe as características inerentes às classes sociais e ao tempo presentes (p. 15-16).

Como definiu Rückert (2003), o território é construído pelos indivíduos e suas relações com a natureza mediada por um espaço onde se dão estas relações dentro de um dado contexto histórico. Assim, o Alto Uruguai constitui um território, mas não é um território qualquer, é um *território da agricultura familiar*, pois é esta a forma de produção e trabalho que, historicamente, se relaciona com os sistemas produtivos, com as demais classes sociais e com o espaço rural. Deste modo, é a agricultura familiar que *produziu e produz* o território em sua ação contínua sobre os recursos naturais, os agroecossistemas, os sistemas produtivos e o meio ambiente.

Como se demonstrou anteriormente, o Alto Uruguai sempre foi um território no qual a agricultura familiar predominou e predomina como forma de produção e trabalho. Antes, com o trabalho dos colonos, desmatando, abrindo estradas, erguendo casas, enfim, *construindo o seu território* como espaço de trabalho e de relações entre indivíduos e categorias sociais. Com a desestruturação do SAC, os colonos metamorfoseiam-se em agricultores familiares, mas o território não muda, ele continua sendo constituído e construído, só que por uma “nova” forma social que agora o produz e o molda a seus interesses, aos interesses dos

²⁷ Reportando-se ao conceito clássico alemão de território formulado pelo geógrafo Ratzel, este era definido em função do Estado-nação. Ou seja, o território em seus limites geográficos (tamanho) era a expressão do poder de um Estado. Isso explica as várias guerras travadas pela Alemanha para conquistar outros territórios e incorporá-los ao seu, pois a compreensão era a de que quanto maior o território de um Estado-nação maior seria o seu poder em relação aos demais.

agricultores familiares. O território não se constrói sozinho, ele necessita de uma forma social que territorialize seus interesses e que o construa de acordo com seus desejos, relações de poder e aspirações. Como no Alto Uruguai a forma social de produção e trabalho que se “apropriou” historicamente do território é a agricultura familiar, é ela que territorializa os seus interesses e que define e redefine o território como espaço de ação concreta. Deste modo, é que se pode falar que o Alto Uruguai constitui-se num território da agricultura familiar.

Esta opção em tomar o Alto Uruguai como um território é plenamente justificável do ponto de vista do recorte do objeto de pesquisa, que se constitui no estudo da produção para autoconsumo e das políticas públicas e iniciativas locais de desenvolvimento. Tanto o autoprovisionamento de alimentos como as políticas públicas e iniciativas locais, são temáticas de pesquisa correlatas ao tema da agricultura familiar. Estas, também são assuntos de investigação que são “territorializados” neste espaço rural da geografia gaúcha e, desta forma, não se vê maiores limitações metodológicas em operacionalizar tal empreendimento. Neste sentido, a seguir, elenca-se alguns elementos teóricos e reflexivos que ajudam a explicitar esta opção de trabalho com o conceito de território como unidade meso de estudo dos processos correlatos aos temas em estudo.

Para executar tal iniciativa de estudo, aportam-se algumas reflexões desenvolvidas por outros autores que trataram do tema. Uma primeira autora importante é Saraceno (1996), que explicitou que as teorias explicativas da segmentação e diferenciação entre o rural e o urbano, com o processo de modernização interpretavam o rural que é uma categoria territorial com um setor - a agricultura -, opondo-se ao urbano, também uma categoria territorial, coincidente com outros setores - a indústria e os serviços. Segundo Saraceno (1996, p. 8), a leitura das diferenciações espaciais em termos do binômio urbano-rural, foi significativa até o momento em que os processos de urbanização e industrialização funcionaram de modo “clássico”, concentrando recursos nos centros urbanos e esvaziando as zonas rurais dos recursos acumulados na época pré-industrial.

Para Saraceno (1996, p. 9; 1994, p. 321), a partir dos anos 80, verificou-se duas tendências que contribuíram para mudar o conceito clássico de ruralidade e, também, para encurtar as fronteiras entre o “rural” e o “urbano”. A primeira é a inversão ou desaceleração dos fluxos migratórios tradicionais entre as zonas rurais e urbanas. Ou seja, os fluxos populacionais começam a ser também em direção ao rural. Do outro lado, como no caso da Itália, começa a haver uma difusão das atividades econômicas que privilegiava não mais apenas as zonas urbanas, mas também os centros menores e as zonas rurais. Para a autora, a difusão das atividades industriais, as novas “funções” de laser das áreas rurais e a

descentralização dos serviços públicos fazem com que as categorias analíticas do “rural” e do “urbano”, percam a sua validade teórica e explicativa. Desse modo, a autora propõe o conceito de *economia local* como nova categoria analítica espacial para se interpretar os processos sociais.

A referência espacial relevante parece ser a região ou, mais apropriadamente, a *economia local* (Saraceno, 1994, p. 326; tradução livre: grifos meus). A ruralidade é um conceito territorial que pressupõe a homogeneidade dos territórios agregados sob essa categoria analítica, e isto naturalmente vale também para o conceito de urbano (Saraceno, 1996, p. 3).

Outros autores que também discutem a ruralidade, abordam a necessidade de se repensar as categorias analíticas “rural” e “urbano”. É o caso de Carneiro (2001), que entende que a ruralidade clássica que existia, sofreu uma desestruturação com o surgimento da pluriatividade, na qual há uma inserção plural dos membros das famílias rurais no mercado de trabalho e os espaços rurais sofrem uma diversificação em seus usos. A autora cita ainda a existência de moradores que não necessariamente pertencem às comunidades rurais e, muitos, que nem agricultores são, como uma nova expressão no meio rural. A estes “novos” moradores das áreas rurais, a autora chama “os de fora” ou, os “neururais” caracterizando, assim, uma nova ruralidade. Esses fatores elencados levam a autora a propor o conceito de *localidade* como sendo um conceito nem “rural” e nem “urbano”, mas sim orientado ao estudo dos grupos sociais e as suas práticas. A localidade,

esta âncora territorial é a base sobre a qual diferentes culturas locais elaboram a interação entre representações do “rural” e do “urbano”, de uma maneira própria (Carneiro, 2001, p. 6).

Também cabe aqui analisar, como é do interesse desta dissertação, as implicações metodológicas em termos de pesquisas que considerem o território como nova categoria analítica dos processos sociais, econômicos, produtivos e culturais. A perspectiva de Kageyama (1998), que estudou a ruralidade em conjunto com a noção de pluriatividade, também é interessante para se pensar a questão metodológica do enfoque local e a dimensão espacial do rural. Segundo a autora, que se fundamenta muito em consonância com a proposição de Saraceno, o conceito de *economia local* deve ser usado como uma categoria espacial que independe, para sua definição, da exclusividade ou predominância da atividade agrícola [...] (p. 529). Sua perspectiva analítica propõe diferentes níveis analíticos para os estudos rurais. Na perspectiva de Kageyama (1998):

A referência espacial relevante (“região”) é a *economia local* (a cidade e seu entorno rural) que forma o “ambiente produtivo” ou contexto. A análise da capacidade de desenvolvimento das áreas rurais - dada pela sua

diversificação interna e suas formas de integração com o exterior - deve ter portanto dois pólos, as empresas (ou as famílias) e o contexto ou economia local em que se inserem (p. 531, grifos meus).

A sua contribuição é decisiva ao propor o *entorno* ou *contexto local* como nível meso de análise dos processos sociais como será utilizado na presente dissertação. Como a autora mesmo se refere:

[...] surge à idéia de entorno ou contexto – uma espécie de nível meso de análise, porque ultrapassa a unidade produtiva, a família e os atores individuais (micro) e fica aquém do nível geral do desenvolvimento do país ou da grande região (macro) -, no qual a economia agrícola familiar [...] está inserida (Kageyama, 1998, p. 538).

Neste sentido, este debate em torno das novas ruralidades e da relação entre o “rural” e o “urbano”, propõe-se a reconsiderar as implicações em termos das fronteiras espaciais dos estudos que estão sendo desenvolvidos dentro de uma ótica setorial e/ou mesmo municipal. O desafio aqui proposto reside no fato de sair dos limites normativos de um município e tentar explicar os processos sociais, econômicos, produtivos e culturais como um todo para o Alto Uruguai. Para operacionalizar tal empreendimento, corroboram os elementos sugeridos por Kageyama (1998) e Saraceno (1994; 1996), de que o território deve ser entendido como uma espécie de nível mesmo de análise e de estudos das temáticas no âmbito do “mundo” rural. Assim sendo, o Alto Uruguai é tomado como um território da agricultura familiar e ao mesmo tempo como uma unidade meso de análise.

Desse modo, o presente estudo desafia a não se prender às fronteiras normativas operacionais das unidades administrativas municipais. Pretende-se, assim, estudar o autoprovisionamento alimentar das famílias e as políticas públicas e iniciativas locais de desenvolvimento, levando em conta o entorno produtivo e a economia local dos municípios, como formularam Kageyama (1998) e Saraceno (1994; 1996). Este tipo de proposição se faz operacionalizável por considerar-se que as temáticas de pesquisa são objetos de estudo plenamente territorializáveis do ponto de vista de ocorrer em todos os lugares que se pretende desenvolver a investigação.

A partir destes elementos teóricos discutidos com relação à agricultura familiar e ao processo mais geral de mercantilização social e econômica que transcorreu no Alto Uruguai, acredita-se que se possa explicar e trazer a luz do conhecimento às principais mudanças nos processos históricos em curso na região. Com este referencial teórico, esboçado nas seções anteriores deste capítulo, espera-se compreender os principais movimentos históricos em

torno da agricultura familiar e as intensas transformações sociais, culturais, econômicas e territoriais por que passou a região em estudo.

1.2 – AS TRANSFORMAÇÕES DA AGRICULTURA E DO TERRITÓRIO DO ALTO URUGUAI: os colonos tornam-se agricultores familiares.

Nesta seção pretende-se analisar o processo de transformação e diferenciação da agricultura colonial do Alto Uruguai, praticada segundo um sistema produtivo assentado na produção de excedentes econômicos e na busca constante de novas fronteiras de terras, para garantir a sua reprodução social, econômica e demográfica. Pretende-se demonstrar, sucintamente, que há fatores de natureza endógena como o grande número de filhos herdeiros, a diminuição da fertilidade natural do solo, a limitação da fronteira fundiária, etc que, ao se combinar com um processo mais geral de transformações econômicas e produtivas que tomaram lugar a partir da década de 1970 (a assim chamada modernização agrícola), acabam alterando estruturalmente o modo de vida destas famílias rurais.

Buscar-se-á elucidar, ainda que de modo superficial, o processo de mudanças que afetou os agricultores do Alto Uruguai e implicou em transformações profundas nas formas de produção e trabalho. Em razão das alterações dos processos produtivos, que serão apontadas em maior detalhe na seqüência, modifica-se o perfil sócio-econômico da região. As conseqüências mais notáveis deste processo podem ser percebidas através da diferenciação dos sistemas produtivos praticados, que tendem cada vez mais para o lado das monoculturas, e do próprio tecido social, que faz aparecer uma visível segmentação entre os agricultores mais e menos inseridos nesta dinâmica territorial.

Em síntese, o que se pretende desenvolver, nesta segunda parte do capítulo, é o processo de metamorfose social e econômica, que implicou em uma passagem da agricultura praticada nos termos do que se denominou de sistema agrícola colonial para uma agricultura familiar mercantilizada. Para descrever este processo, a análise que se empreenderá está baseada em alguns elementos que se julga de fundamental importância na explicitação deste movimento histórico.

O primeiro elemento importante e condicionante do processo de transformação da base técnico-produtiva foi a ação do Estado a partir de 1965 com a criação do sistema de crédito rural e dos demais instrumentos de política agrícola. Este foi o responsável pelo financiamento do padrão de desenvolvimento e pela moldagem da atual estrutura de produção agrícola da região. Um segundo elemento fundamental à compreensão deste movimento de

mudanças, é o entendimento do papel que desempenhou o progresso tecnológico junto às formas sociais de produção e trabalho. Este é um dos principais determinantes da modificação do modo de vida dos agricultores familiares e, também, o responsável, em grande medida, pelo solapamento das condições de reprodução social da agricultura familiar na atualidade.

O terceiro elemento que elenca-se como um fator essencial à compreensão destas transformações, são as mudanças que ocorreram no processo de produção agropecuário. Este foi transfigurado pelo uso de diferentes tipos de tecnologias, de novas variedades de plantas e espécies animais, com a artificialização da fertilidade do solo, etc, seguindo o rumo do apropriação industrial das tarefas agrícolas que anteriormente eram executadas pelos agricultores. O quarto elemento que se acha importante para a elucidação do processo de transformação da base técnico-produtiva, é o aumento da produtividade do trabalho agrícola e da terra. Estes tiveram o seu crescimento sensivelmente intensificado a partir dos anos 1970, devido o uso de tecnologias modernas poupadores do trabalho humano e de métodos de manejo, condicionamento físico e correção da fertilidade dos solos.

Como quinta ocorrência importante à compreensão destas modificações, elenca-se a intensa diferenciação do tecido social do território. Neste processo existem agricultores que conseguiram se inserir na dinâmica empreendida pelo processo de mudança na base técnica e produtiva e que acompanharam os principais avanços científicos e tecnológicos gerados. Contudo, de outro lado, existe uma camada de agricultores familiares que foram excluídos e estão sobrevivendo à margem deste movimento de transformações sociais, econômicas e produtivas. Entretanto, essa diferenciação não é somente social, mas é também produtiva. Neste sentido, houve uma diferenciação dos sistemas agrícolas praticados e dos tipos de cultivos e criações que eram desenvolvidos. Neste processo, assumem relevância o movimento de especialização produtiva dos agricultores com o cultivo de poucas culturas e a integração via contratos verticais com alguns CAIs específicos.

Uma das principais conseqüências de todas estas transformações, que serão mais bem desenvolvidas na próxima parte deste capítulo, foi o solapamento da produção para autoconsumo das unidades familiares. Esta sofreu intensas modificações e passou a ocupar um lugar cada vez mais secundário na dinâmica de tais unidades. Se antes o colono possuía como preocupação fundamental para a sua reprodução social a produção dos seus alimentos, atualmente, isso não é mais a realidade para uma grande parcela destes. Assim, demonstrar-se-á, mesmo que de forma superficial, pois este assunto será retomado nos próximos capítulos, que a produção de alimentos para consumo foi uma das dimensões das unidades familiares que mais sofreu o processo de mercantilização iniciado nos anos 70.

Na seqüência, abordam-se estas transformações que ocorreram na região a partir dos anos 1970, de forma a elucidar como ocorre esta metamorfose social dos colonos em agricultores familiares. Ressalta-se que este não é um processo simples, linear e inequívoco de eventos e mudanças sociais, mas sim um movimento histórico permeado de contradições, disputas e conflitos. Ele não ocorre da mesma forma e intensidade junto a todos os agricultores e, por causa disso, algumas das afirmações realizadas devem ser relativizadas e entendidas como uma tentativa de explicitação dos acontecimentos gerais que transcorrem no território como um todo. Inicia-se esta abordagem com a análise do papel do Estado na moldagem da atual estrutura de produção agropecuária existente no Alto Uruguai.

1.2.1 – O papel do Estado nas políticas de modernização.

O processo de mudanças na base técnico-produtiva da agricultura do Alto Uruguai somente foi possível devido à intervenção do Estado, financiando o seu “arranque” inicial no pós-guerra. Desta forma, é de suma importância a análise das políticas implementadas pelo Estado junto aos agricultores familiares, no sentido de tentar apreender o contexto histórico em que este processo acontece na região em estudo.

O papel do Estado no financiamento e na promoção da modernização da base técnica da agricultura brasileira pode ser dividida em três grandes fases, que começam a partir de 1945. A primeira grande fase vai do pós-guerra até a década de 70. A segunda é, geralmente, localizada nos anos 80 e, a terceira é referida como sendo da década de 90 em diante. A primeira fase é caracterizada pela criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) no ano de 1965. É a partir daí que o Estado se engaja arduamente numa política modernizante para o campo. A criação do SNCR marca um ponto de inflexão na ação do Estado com relação à agricultura, pois nunca antes o mesmo havia feito uma opção clara com relação a subsidiar e modernizar o setor agrícola (Garces Pares, sd).

O crédito rural cumpriu diversos papéis junto aos agricultores familiares do Alto Uruguai, porém, o mais importante deles foi o de financiar a modernização agrícola através dos subsídios indiretos aos agricultores com taxas de juros, muitas vezes negativas, para que os mesmos comprassem os insumos, as máquinas, equipamentos e sementes melhoradas, que eram organizadas no chamado “pacote tecnológico” das indústrias e agroindústrias nascentes no período²⁸. O mesmo subsidiava o processo de produção agrícola viabilizando o mesmo,

²⁸ “Pacote tecnológico” era a designação usada na época para conceituar o conjunto de tecnologias que eram “empurradas” ao agricultor como forma de modernizá-lo. O termo “pacote” ficou consagrado devido ser o

mas, também, transferia renda aos setores agroindustriais de tecnologia intensiva em capital, pois o agricultor aplicava o dinheiro do crédito rural em insumos e tecnologias comprados do setor agroindustrial que era o agente que ficava com a renda líquida da transação. Nesse processo o agricultor era somente o intermediário do fluxo monetário: Estado (Banco do Brasil) \Rightarrow agricultor \Rightarrow setor agroindustrial²⁹.

Do ponto de vista dos beneficiários da política de crédito rural, os grandes agricultores e as culturas mais importantes em termos de área plantada e para a exportação, foram as grandes beneficiárias dos montantes de financiamento. Os agricultores familiares foram excluídos dos mecanismos de financiamento, bem como as culturas voltadas à produção para autoconsumo em pequenas áreas (Garces Pares, sd). Os agricultores familiares só começam a acessar o crédito em 1977. Neste ano, no Rio Grande do Sul, os agricultores familiares acessam 35,7% dos contratos de financiamentos, porém alcançando apenas 5,4% do total de recursos disponibilizados. Já os médios e grandes proprietários efetuam 44,5% do número de contratos, tomando 62,12% do valor do crédito (Rückert, 2004, p. 116). Assim, o crédito rural possui um tipo de agricultura definida: a grande agricultura monocultora e para a exportação.

A exclusão dos agricultores familiares dos financiamentos e da assistência técnica pode se visualizado na Tabela 1. Observa-se que, no Alto Uruguai, a percentagem de agricultores familiares que recebem assistência técnica somente começa a ser significativa a partir dos anos 80. O mesmo ocorre com os financiamentos. Até os anos 80 os dados demonstram que um pequeno número de agricultores familiares tinha acesso às políticas públicas. Número este que era inferior a 30% do número de estabelecimentos na maioria dos municípios do Alto Uruguai, sendo uma exceção os municípios de Frederico Westphalen e Constantina que superam esta cifra (Tabela 1). Nota-se ainda, que mesmo na década de 90 o percentual de estabelecimentos que receberam financiamento agrícola é baixo: 50,15% em Caiçara; 37,07% em Constantina; 42,32% em Frederico Westphalen; 28,39% em Irai; 45,59% em Palmitinho e, apenas 31,21% em Vicente Dutra, demonstrando a pouca democratização e acesso pelos agricultores familiares aos recursos públicos³⁰.

conjunto de tecnologias recomendado para qualquer situação não importando o tipo de cultura, o tipo de solo, clima, condições sócio-econômicas do agricultor, etc. A receita era homogenizante para todos os casos.

²⁹ Em muitos casos os agricultores eram obrigados a apresentarem as notas da compra de insumos e tecnologias modernas para receberem financiamento do Banco do Brasil. O financiamento era “casado” com a compra dos insumos agroindustriais.

³⁰ Em algumas das próximas tabelas apresentadas na presente dissertação os municípios de Três Palmeiras, de Taquaruçu do Sul e de Vista Alegre não estão incluídos devido a serem municípios recém emancipados e que não dispõem de uma série histórica de dados que se possa realizar a análise. Por este motivo, os processos sociais que se quer explicar são elucidados com dados de outros municípios da mesma Microrregião de Frederico Westphalen.

Tabela 1: Percentagens de estabelecimentos que receberam assistência técnica e financiamentos em alguns municípios do Alto Uruguai do Rio Grande do Sul.

Município	Censos	Estab. que receberam assistência técnica (%)	Estab. que receberam financiamento (%)
Caiçara	1970	0,00	15,75
	1975	0,00	25,16
	1980	0,00	33,03
	1985	27,33	36,05
	1995/96	73,76	50,15
Constantina	1970	0,00	27,05
	1975	0,00	36,44
	1980	0,00	48,52
	1985	17,57	29,61
	1995/96	48,34	37,07
Frederico Westphalen	1970	0,00	20,04
	1975	0,00	30,07
	1980	0,00	42,05
	1985	9,85	23,13
	1995/96	43,84	42,32
Irai	1970	0,00	17,72
	1975	0,00	13,99
	1980	0,00	25,35
	1985	6,30	17,19
	1995/96	38,49	28,39
Palmitinho	1970	0,00	14,83
	1975	0,00	22,39
	1980	0,00	35,43
	1985	9,12	33,13
	1995/96	53,28	45,59

Fonte: Censos Agropecuários 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96.

Do ponto de vista da segurança alimentar em termos de política de armazenagem e abastecimento, é na década de 80 que ocorre o desmonte do sistema de armazenagem, através da extinção dos chamados estoques reguladores de produtos agropecuários. Isso decorre da decrescente importância da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), pois é nesta década que ela perde campo para as políticas “liberais” da década de 90. A constatação é a de que não tinha sentido o Estado manter um sistema público de armazenagem se não compra mais a produção via Empréstimos do Governo Federal (EGF) e Aquisições do Governo Federal (AGF).

A década de 90 em relação às políticas agrícolas é, em princípio, o reflexo dos acontecimentos anteriores da década de 80 e, principalmente, do ajuste externo que o governo sofreu em suas finanças (Delgado, 2001). Neste novo cenário, a política de preços continua perdendo espaço na agropecuária; o financiamento via fundos públicos é diminuído enormemente; o padrão de financiamento passa por um processo de seletividade de agricultores em que se destacam os segmentos empresariais; a taxa de juros praticada tem aumentos reais e positivos; o financiamento da produção agrícola toma a direção do mercado e o Estado cada vez mais se retira da intervenção na agricultura (Delgado, 2001; Leite, 2001; Belik *et all*, 2001)³¹.

Vale salientar que as políticas públicas atualmente praticadas pelo Estado brasileiro em relação à agricultura, continuam com a mesma lógica e não rompem, totalmente, com o padrão de desenvolvimento gestado durante os anos de modernização agrícola. Ou seja, o pouco de crédito rural público que atualmente se disponibiliza é voltado às culturas mercantis e dinâmicas visando às exportações e o comércio internacional como é o caso da soja. Por outro lado, o beneficiamento dos grandes agricultores empresariais em detrimento dos pequenos também é uma questão que parece quase impossível de ser superada pelas políticas públicas. Neste sentido, lembra-se a última negociação das dívidas dos grandes empresários rurais realizada no ano agrícola 2000/2001, em que estes conseguiram prazos de até 25 anos para pagamento das mesmas.

Uma iniciativa importante e voltada aos pequenos agricultores na década de 90 é a criação do Pronaf, em 1996. Contudo, como se demonstra no capítulo 4, esta política possui muitas contradições a serem superadas para ser uma política que realmente gere o fortalecimento da agricultura familiar. Uma das suas principais limitações é a de estar sendo aplicado na compra de tecnologias como insumos modernos, fertilizantes, sementes melhoradas, agrotóxicos, etc. Ou seja, tecnologias de base do processo de modernização agrícola. Neste sentido, pode-se afirmar que o Pronaf não rompe, totalmente, com uma velha tradição do crédito rural no Brasil que persiste desde os anos de sua criação: a de continuar financiando a mudança da base técnico-produtiva.

³¹ Na década de noventa mudam a forma de financiamento e os mecanismos pelos quais os recursos são transferidos aos agricultores. Destaca-se a atuação *colada* dos agentes privados no financiamento como empresas de processamento, de máquinas e insumos agropecuários, agricultores integrados, *traders*, securitários, etc. Como instrumentos de financiamento destacam-se o sistema soja verde, os títulos privados, certificados de mercadorias negociadas, e o da troca de produtos por insumos, a compra antecipada, a Cédula do Produto Rural (CPR), o Finame Agrícola, os Contratos de Investimentos Coletivos (CIC), os pregões eletrônicos, etc (Belik *et all*, 2001). Em resumo, o padrão de financiamento agrícola se pauta pela dispersão em vários instrumentos e o setor privado toma a dianteira do processo de financiamento e de administração dos mercados agrícolas.

Não é o objetivo realizar grandes digressões históricas sobre as políticas públicas praticadas nos anos áureos de modernização agrícola, mas sim apenas demonstrar como o Estado através das mesmas foi o *starter* responsável de um processo maior de transformações sócio-econômicas e produtivas como já indicado anteriormente³². Esse processo de intervenção estatal na agricultura modificou enormemente a estrutura de produção no Alto Uruguai. Foi a partir do momento que o Estado toma a dianteira deste movimento maior, que as mudanças na base técnico-produtiva ocorrem de forma mais rápidas. A principal modificação que ocorreu neste território foi à incorporação do progresso tecnológico em larga escala como se verá na próxima seção.

1.2.2 – O progresso tecnológico e seus efeitos na estrutura de produção.

Como demonstrado anteriormente, é a intervenção do Estado que leva a agricultura a se modernizar e a incorporar crescentemente o progresso tecnológico que é a faceta principal das transformações técnico-produtivas e da penetração do capitalismo no campo. É através do progresso tecnológico que o modo de produção capitalista exerce sua penetração *lenta e gradual* na agricultura, transformando o processo produtivo, “desqualificando” as forças da natureza e subjugando o trabalho do agricultor familiar às demandas do capital industrial e agroindustrial (Kautsky, 1986).

A modernização da agricultura é o processo pelo qual o progresso tecnológico se internaliza e penetra na agricultura, modificando o tipo de relação que o agricultor estabelece com a natureza e os sistemas produtivos. Este processo se materializou por o que se usou designar como “Revolução Verde”, que nada mais é do que a transposição e adaptação do padrão de modernização agrícola dos países desenvolvidos aplicado por agências internacionais para os países em desenvolvimento como o Brasil³³. A modernização agrícola pode ser definida como sendo o processo através do qual ocorrem modificações na base técnica da produção³⁴. Assim, a agricultura moderna (ou modernizada) é a fase agrícola que

³² Existe uma vasta bibliografia sobre o papel do Estado, as políticas públicas praticadas e os diferentes instrumentos de intervenção estatal em cada período histórico do Brasil. Devido a isso, não é objetivo, na presente dissertação, fazer uma análise exaustiva destes instrumentos de regulação e intervenção pública na agricultura.

³³ Como exemplo de agências que tiveram um papel pioneiro no processo de internacionalização da modernização agrícola pode-se citar a Fundação Rockefeller e a Aliança para o Progresso dentre outras. Para uma maior exposição deste assunto ver Brum (1987).

³⁴ Martins (1975, p. 15) define a modernização como sendo a modificação da cultura material das populações rurais, pelo abandono das práticas rotineiras e de instrumentos “arcaicos” e pela adoção de práticas “modernas” como a curva de nível, a vacinação do rebanho, o combate às pragas, a utilização de maquinaria de tração mecânica, os fertilizantes, herbicidas, etc.

se caracteriza pelo uso intensivo, em nível das unidades produtoras, de máquinas e insumos modernos, bem como por uma maior racionalização do empreendimento e pela incorporação de inovações técnicas, quer dizer, a utilização de métodos e técnicas de preparo e cultivo do solo, de tratos culturais e de processos de colheita mais sofisticados, como descreveram Brum (1987) e Cadoná (1993).

A forma como o progresso tecnológico penetrou na agricultura, pode ser descrita por três tipos de inovações como descreveu Graziano da Silva (1981; 1999), que constituíram o “tripé” de sustentação desse padrão de desenvolvimento. Em primeiro lugar, as inovações mecânicas descritas como aquelas em torno das novas formas de maquinaria agrícola como os tratores, colheitadeiras, ensiladeiras, carroças, trilhadeiras, motores estacionários de combustão interna, etc. Em segundo lugar, se podem citar as inovações físico-químicas como sendo aquelas desenvolvidas para modificar as propriedades físicas e químicas naturais dos solos com o objetivo de aumentar a sua produtividade. Dentro destas inovações estão, por exemplo, os fertilizantes (as formulações de N-P-K desenvolvidas industrialmente), os agrotóxicos, os medicamentos veterinários, as adaptações de espaçamento, curvas de nível, terraços, densidade de plantas, dentre outras que viabilizam uma agricultura intensiva e dependente da matriz química industrial.

Esse aumento do consumo de fertilizantes, de calcário e de agrotóxicos para o Alto Uruguai, pode ser visto pelos dados da Tabela 2. Nota-se o grande incremento no uso destes, a partir dos anos de 1970 em diante, nos estabelecimentos agropecuários. Apenas os defensivos vegetais não registraram um crescimento significativo³⁵. Em terceiro lugar, estão as inovações biológicas definidas como aquelas que visam, via o melhoramento genético de plantas ou animais, gerarem seres vivos “superiores” em termos de produtividade, redução do tempo de abate ou colheita, e que sejam potenciadores dos efeitos das inovações mecânicas e físico-químicas. O objetivo perseguido é o de aumentar a rotação de capital fazendo com que quem as utiliza diminua, em parte, o tempo de produção auferindo maiores lucros ao final do ciclo produtivo. Dentre estas se pode citar o caso do milho híbrido, as novas variedades mais produtivas de soja, feijão, o melhoramento genético nos suínos, gado de leite e corte, aves, caprinos, etc³⁶.

³⁵ Isso é devido, em parte, a não disponibilidade dos dados do Censo Agropecuário de 1995/1996.

³⁶ É neste tipo de inovação que se tem desenvolvido mais intensamente o progresso tecnológico. O caso do feijão é emblemático: este não podia ser colhido mecanicamente devido a sua inserção de vagem ser muito próxima do solo o que acarretava perdas muito elevadas na colheita. A solução foi o desenvolvimento de variedades com inserção de vagens mais alta o que permitiu a colheita mecanizada. Os exemplos disso, também estão na área das biotecnologias na criação de novas plantas e animais. Atualmente pode se citar as plantas transgênicas onde a soja é o maior exemplo. Do lado animal, é a clonagem nos bovinos a concretização da biotecnologia aonde no

Tabela 2: Uso de adubos químicos, calcário e defensivos agrícolas por estabelecimentos em alguns municípios do Alto Uruguai do Rio Grande do Sul.

Municípios	Censos	Total de estabelecimentos	Fertilizantes		Defensivos vegetais
			Adubo químico	Calcário e outros corretivos	
Caiçara	1975	1.244	342	7,0	541
	1980	1.105	498	12	418
	1985	1.032	608	22	344
	1995/96	987	877	211	-
Frederico Westphalen	1975	2.557	733	181	822
	1980	2.811	1283	181	655
	1985	2.750	1535	145	426
	1995/96	1.380	1212	529	-
Irai	1975	1.344	150	7,0	257
	1980	1.554	175	30	329
	1985	1.588	305	67	167
	1995/96	930	705	259	-
Palmitinho	1975	2.260	232	6,0	357
	1980	2.365	741	25	237
	1985	2.433	793	20	397
	1995/96	1.145	974	43	-

Fonte: Censos Agropecuários de 1975, 1980, 1985 e 1995/1996.

- Dado não disponível.

Como um “quarto pilar” do processo de modernização da agricultura que permitiu a penetração e difusão do progresso tecnológico, pode-se citar a criação de um amplo sistema de pesquisa e extensão rural, destinado a gerar e difundir o conhecimento das novas plantas e animais, dos novos métodos de manejo dos solos, dos novos fertilizantes e medicamentos, Enfim, para implantar o padrão de desenvolvimento baseado no tripé mecanização - químificação – melhoramento genético dos processos produtivos agrícolas. Foi através dos profissionais das Ciências Agrárias que este padrão de fazer agricultura foi colocado de pé no campo.

No Alto Uruguai, este padrão de desenvolvimento começou a se gestado a partir dos anos de 1970. A sua particularidade neste território é que ele ocorreu mais intensamente baseando-se nas inovações físico-químicas e biológicas, dada a impossibilidade de entrada de maquinaria de grande porte ou de potência elevada, devido as áreas das propriedades rurais serem diminutas não viabilizando, assim, o investimento econômico em tratores,

Brasil a Embrapa vem mantendo convênios com empresas da biotecnologia a nível mundial. É obra da Embrapa a primeira bezerra clonada no Brasil durante o ano de 2003.

colheitadeiras, etc para uso individual. Outro motivo que fez com que isso acontecesse foi a grande declividade encontrada nesta região, onde há o impedimento da mecanização pesada e em larga escala devido ao elevado grau de declividade impossibilitar tais operações (Piran, 2001).

Isso pode ser visualizado pelos dados da Tabela 3, que mostra a ocorrência de um pequeno número de tratores nos municípios do Alto Uruguai. Nota-se que na maioria dos estabelecimentos agrícolas, a percentagem de tratores por estabelecimento não atinge nem 1%. Dessa forma, as transformações na base técnica e produtiva seguiram o caminho da matriz química e biológica. A mecanização penetrou na agricultura familiar do Alto Uruguai somente através de pequenos motores estacionários, trilhadeiras, forrageiros, trituradores de cereais e outros equipamentos de menor monta.

Tabela 3: Uso de tratores em alguns municípios do Alto Uruguai do Rio Grande do Sul.

Municípios	Censos	Nº de tratores	Tratores/estab. (%)
Caiçara	1970	15	0,01
	1975	37	0,03
	1980	83	0,08
	1985	88	0,09
	1995/96	138	0,14
Constantina	1970	6,0	0,00
	1975	128	0,05
	1980	271	0,11
	1985	371	0,14
	1995/96	412	0,25
Federico Westphalen	1970	21	0,01
	1975	115	0,04
	1980	185	0,07
	1985	253	0,09
	1995/96	252	0,18
Irai	1970	8,0	0,01
	1975	12	0,01
	1980	52	0,03
	1985	51	0,03
	1995/96	90	0,1
Palmitinho	1970	0,0	0,00
	1975	8,0	0,00
	1980	28	0,01
	1985	41	0,02
	1995/96	39	0,03

Fonte: Censos Agropecuários 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96.

Este padrão de desenvolvimento, que é calcado na mercantilização e na externalização do processo produtivo, como se referiu Van der Ploeg (1990; 1992), é que levou o agricultor a aumentar o seu consumo intermediário necessário à renovação dos fatores de produção em cada ciclo produtivo, surgindo com este processo de dependência para com as indústrias fornecedoras de insumos, máquinas, equipamentos e sementes melhoradas³⁷. É através do aumento do consumo intermediário que o setor urbano-industrial auferiu rendas crescentes sobre o agricultor familiar do Alto Uruguai. Ou seja, o capital industrial garante a sua reprodução ampliada através da subjugação do trabalho produtivo do agricultor e da exploração da mais-valia extraordinária, gerada pela incorporação do progresso tecnológico.

O principal efeito da penetração do progresso tecnológico na agricultura foi o de tornar a sua reprodução subjugada e dependente do ramo industrial a montante desta como verificou Cadoná (1993). Assim, a agricultura enquanto setor autônomo, não mais existe feito que a sua dinâmica é comandada por forças produtivas que se antepõe a ela, que estão determinando as suas condições de reprodução *ex-ante*. Desse modo, a dinâmica da agricultura do Alto Uruguai só pode ser compreendida dentro desse novo padrão de desenvolvimento que se gestou a partir da 2ª Guerra Mundial³⁸.

Sobre o progresso tecnológico e as transformações que este gerou na estrutura produtiva da agricultura brasileira, há uma vasta bibliografia que trata do assunto. Assim, não é objetivo, nesta seção, realizar-se uma análise exaustiva deste tema. Passa-se, então, a examinar algumas das conseqüências das transformações técnico-produtivas sobre o processo de produção agrícola.

1.2.3 – As transformações no processo de produção agrícola.

Uma das principais modificações ocorridas com a modernização da agricultura no Alto Uruguai foi sobre a organização do processo produtivo. Foram as mudanças que se implementaram no manejo do solo, das plantas, dos animais e na relação do próprio agricultor

³⁷ Segundo Graziano da Silva (1987, p. 21), o consumo intermediário corresponde ao valor de todos os insumos que entram no processo de produção (excetuando a força de trabalho). Inclui as despesas com sementes, agrotóxicos, fertilizantes, rações e medicamentos para animais, aluguel de máquinas, embalagens e outros itens que possam ser considerados matérias-primas ou insumos produtivos.

³⁸ Segundo Cadoná (1993, p. 3) os momentos de crise acentuaram-se com a euforia inicial desse processo modernizador e, principalmente, após a constatação das inúmeras seqüelas que restou: agressão ao meio ambiente com desmatamentos e queimadas descontroladas; desgaste do solo [...], o exagero de emprego de máquinas agrícolas, adubos químicos, pesticidas, hormônios e técnicas exógenas de cultivo. Controle da venda e distribuição dos insumos agropecuários por determinados setores do complexo comercial, financeiro e industrial que se beneficiam duplamente: na venda de insumos e na aquisição de produtos agropecuários, ocasionando uma constante transferência dos recursos financeiros e humanos das áreas rurais para esses setores urbanos [...].

familiar com a natureza e os sistemas produtivos agrícolas, que foram modificadas substancialmente a partir dos anos de 1970. Por outro lado, estas modificações estão intimamente relacionadas com a penetração do progresso tecnológico na agricultura familiar³⁹.

As modificações no processo de produção agrícola no território do Alto Uruguai seguem a dinâmica do que Goodman (1990) chamou, sabiamente, de *apropriacionismo*. O apropriacionismo é o processo pelo qual a indústria se apropriou dos elementos *discretos* utilizados no processo de produção. Segundo Goodman (1990), o apropriacionismo é um processo descontínuo, porém persistente de eliminação de elementos discretos da produção agrícola, sua transformação em atividades agrícolas e sua reincorporação na agricultura sob a forma de insumos [...] (p. 1-2). A diferença básica no processo de reincorporação do elemento discreto que foi modificado pela indústria é: o elemento volta ao processo agrícola com uma nova forma de aplicação ou manejo, o que exige do agricultor, por sua vez, novos conhecimentos e, o que é mais importante, dinheiro para adquiri-lo, para comprá-lo no mercado industrial a montante do processo produtivo. É neste movimento de reincorporação do elemento ao processo produtivo que estão os interesses do capital industrial em apropriar-se do trabalho do agricultor familiar.

O processo de apropriacionismo inicia-se com o desenvolvimento industrial voltado a agricultura e com as transformações da base técnico-produtiva desta a partir dos anos de 1970. Anteriormente, a dinâmica do SAC era organizada de forma que o capital industrial não conseguia se apropriar dos elementos do processo de produção. Nessa dinâmica, o solo possuía a fertilidade natural desejada e quando não a possui em suficiente eram, em alguns casos, usados esterco animais em sua fertilização. As máquinas e equipamentos utilizados pelos colonos eram fabricadas no interior da sua própria unidade de produção nas assim chamadas “indústrias caseiras” (marcenarias, ferrarias, carpintarias, etc). As sementes usadas para o plantio da safra eram provenientes da colheita do ano anterior ou conseguida com um vizinho ou parente próximo. Enfim, no SAC o agricultor comprava muitas poucas coisas de fora da unidade produtiva e não permitia que o setor industrial, emergente na época, se apropriasse do seu trabalho (Cole, 2003; Plein, 2003).

As modificações nessa dinâmica começam a se manifestar, no Alto Uruguai, em torno dos anos 1970 com as transformações da base técnico-produtiva nos estabelecimentos

³⁹ Entende-se, na presente dissertação, o processo produtivo como uma seqüência de operações ordenadas no tempo e no espaço onde em cada momento deste o agricultor familiar usa e maneja diferentes fatores de produção necessários e complementares entre si de modo a obter a melhor combinação possível.

familiares. Foi assim, por exemplo, que aconteceu com a fertilidade do solo. O setor industrial se apropriou desta e colocou à disposição do agricultor familiar os adubos nitrogenados e o N-P-K para que o agricultor abandonasse a fertilização natural com esterco ou resíduos vegetais. Foi assim, também, com as máquinas e equipamentos usados no processo de produção. O arado de aiveca, por exemplo, foi trocado pelo arado tratorizado, o boi e o cavalo pelo trator, a força humana pela matriz petrolífera, o “manguá”⁴⁰ cedeu lugar à trilhadeira que por sua vez, em alguns casos, mais tarde, cedeu lugar à colheitadeira e, assim, tantos outros exemplos poderiam ser enumerados.

Do lado biológico, o apropriacionismo industrial fez que os agricultores familiares do Alto Uruguai trocassem suas sementes “crioulas” e tradicionais de cultivo, pelas sementes do melhoramento genético em laboratórios e centros de pesquisa. Assim, os agricultores familiares deixaram de plantar as sementes de variedades de milho que passavam de geração a geração e eram selecionadas naturalmente pelo meio ambiente e pelos seus próprios ascendentes, para passar a comprar e cultivar o milho híbrido que é “mais produtivo”, “rende mais” e que possui um maior vigor híbrido. Assim, o apropriacionismo industrial penetrou em outras tantas variedades de cultivos como a soja, o feijão, o trigo, o fumo, etc.

Do lado da produção animal aconteceu à mesma coisa. Trocou-se o porco que o colono criava a base de pasto, mandioca e milho para a obtenção da banha e autoconsumo da família, pelo suíno tipo carne, voltado para o mercado e que só se alimenta, exclusivamente, de ração industrializada que contém uma infinidade de medicamentos e hormônios de crescimento, como já havia descrito Piran (2001). Na bovinocultura o melhoramento genético das raças aumentou a produtividade das mesmas sem precedentes. Mas, foi na criação de aves que o capital industrial mais penetrou. Antes, no SAC, a criação de galinhas caipiras era feita nas condições naturais à solta no “terreiro” da casa se alimentando de insetos, vegetais e pequenos animais atingindo o período de abate quando o colono decidia comê-la. Agora, a galinha é criada em grandes unidades (aviários), é alimentada somente com rações balanceadas e vai para o abate aos 42 dias de vida e, em alguns casos, até menos.

Assim, neste movimento de modificações do processo de produção, o agricultor familiar teve que redirecionar a maneira e o modo como praticava agricultura. O agricultor familiar do Alto Uruguai ficou dependente ao capital industrial, que é o fornecedor de quase

⁴⁰ Instrumento que era usado no SAC para a debulha dos grãos dos cultivos que continham os grãos em vagens, geralmente as leguminosas. O produto agrícola era espalhado em cima de uma “lona” de sacos de estopa ou de pano onde passava por golpes do manguá que nada mais era do que um pau de mato com o qual se batia sobre as vagens do produto para que as mesmas liberassem as sementes.

todos os fatores de produção intensivos em capital. A dependência se configura no uso de insumos, máquinas, sementes melhoradas e raças de animais. Neste novo contexto de transformações econômicas, sociais e produtivas, a busca pela competitividade, inclusive entre agricultores familiares, faz com que elementos como a produtividade da terra e do trabalho humano, seja central para o agricultor familiar conseguir manter a sua reprodução social e se adaptar a estas mudanças. Ainda mais, devido a este exercer a agricultura em pequenas áreas de terra o que o leva a buscar o progresso técnico e a seus conseqüentes aumentos de produtividade como abordará a seguir.

1.2.4 – Os resultados econômicos da modernização.

As transformações da base técnica de produção agropecuária no Alto Uruguai trouxeram como resultado um significativo aumento da produtividade dos fatores de produção. Os fatores de produção que mais sofreram este processo ascendente em sua produtividade foram a terra e o trabalho. Como descrito, anteriormente, as pequenas áreas em que a produção é desenvolvida neste território é que levam o agricultor familiar a uma intensificação no uso do progresso tecnológico, que é a principal forma de aumentar a produtividade dos fatores produtivos.

No SAC, o colono possuía a possibilidade de buscar a sua reprodução social em outras terras na frente pioneira, como forma de expandir a fronteira agrícola, incorporando áreas ainda não desbravadas para a produção. A fertilidade natural do solo, os instrumentos rústicos de trabalho e o uso intensivo da força de trabalho familiar dos membros do grupo doméstico eram os “motores” do desenvolvimento das colônias. Com o fechamento da fronteira fundiária nos anos 60 e a degradação da fertilidade natural dos solos, os colonos buscavam outras estratégias de reprodução social. A saída encontrada, neste contexto, foi à intensificação da produção nas pequenas áreas de terras que possuíam. A intensificação se desenvolveu no sentido de dispensar a força de trabalho familiar e incrementar os fatores de produção intensivos em capital. Por sua vez, isso somente foi possível devido aos incrementos tecnológicos constantes, o que levou os agricultores familiares a adentrarem em uma “corrida” tecnológica, como descreveu Graziano da Silva (1999).

A modernização da agricultura através da incorporação do progresso tecnológico, é que fez com que houvesse aumento da produtividade da terra e do trabalho. A produtividade da terra é proveniente dos incrementos tecnológicos que lhe fazem aumentar a sua fertilidade “artificial” e a sua capacidade física de produção (melhoria das propriedades físicas do solo

como estrutura, textura, porosidade, plasticidade, etc)⁴¹. Estes são entendidos como o uso de insumos como fertilizantes químicos, adubos diversos, processos de condicionamento dos solos, incorporação de matéria orgânica, etc. A produtividade do trabalho é proveniente das inovações que são poupadoras de trabalho. É o chamado “desemprego tecnológico”, ou seja, é o processo pelo qual a força de trabalho do agricultor familiar do Alto Uruguai é substituída pela força mecânica do trator, da colheitadeira, do pulverizador, só para citar alguns exemplos.

Segundo Graziano da Silva (1999), a modernização da agricultura através da incorporação do progresso tecnológico fez a agricultura aumentar a produtividade no período de 1970 a 1975 a taxas de 1,7% a.a.; no período de 1975 a 1980 em 2,3% a.a. e, no período de 1970 a 1980 em 2,0% a.a., em média. Os rendimentos físicos das principais culturas comerciais também sofreram incrementos de produtividade por ha. De 1970 a 1980 o milho aumentou o seu rendimento físico em 1,26%, a soja em 3,47%, a laranja em 2,19% e a cana-de-açúcar em 1,99%. Já as lavouras destinadas ao autoconsumo familiar, no mesmo período analisado, tiveram recuos significativos em seus rendimentos físicos. O arroz recuou -0,08%, o feijão -3,25% e a mandioca -2,50%. Isso demonstra que o processo de aumento da produtividade da agricultura brasileira se deu de *modo desigual*, selecionando as culturas voltadas ao mercado, principalmente, o mercado internacional, em que a soja é o maior exemplo e, deixando de lado os cultivos voltados ao autoprovisionamento alimentar como o feijão e o arroz.

No caso da agricultura familiar, o aumento da produtividade da terra e do trabalho foram as saídas encontradas pelos agricultores familiares para continuarem se viabilizando economicamente. É o que demonstram os dados da pesquisa AFDLP (2003), realizada no município de Três Palmeiras, no Alto Uruguai. No que tange à produtividade da terra ou física, a pesquisa AFDLP demonstrou que a riqueza gerada por hectare (ha) de terra explorado, na grande maioria dos estabelecimentos (67,8%), ficou em torno de R\$ 500 por hectare. O maior percentual (37,3%), obteve uma produtividade física entre R\$ 251 a R\$ 500 e, apenas 6,8% obteve uma rentabilidade por hectare explorado acima de R\$ 1.000. Pode-se perceber que estas produtividades são baixas na grande parcela de unidades familiares, o que se explica, em parte, pela grande relevância da produção de grãos e *commodities* agrícolas no

⁴¹ A produtividade da terra não existe. O que existe é a produtividade da terra realizada pelo trabalho produtivo aplicado nela, pois é somente o trabalho socialmente aplicado a um processo de produção agrícola que gera valor.

Alto Uruguai que possuem um baixo valor agregado por unidade de área, como já havia verificado Conterato (2004).

No que se refere à produtividade do trabalho agrícola, que é a riqueza gerada pela mão-de-obra familiar e contratada aplicada nas atividades agropecuárias, para praticamente 60% dos estabelecimentos, esta não ultrapassa os R\$ 2.000. Pouco mais de 10% dos estabelecimentos obtêm uma produtividade do trabalho agrícola superior a R\$ 5.000, demonstrando substanciais diferenças em relação à capacidade de gerar riqueza na agricultura familiar do Alto Uruguai. Esta diferenciação em relação à riqueza gerada, deve-se justamente à capacidade instalada e ao tamanho de cada estabelecimento agrícola familiar. Isso porque, um agricultor que dispunha de máquinas e equipamentos agrícolas trabalha em condições bem distintas de um agricultor que necessita alugar estas mesmas tecnologias. Apesar de ambos trabalharem em regime de economia familiar, as escalas de produção são distintas e incomparáveis (AFDLP, 2003).

O aumento da produtividade da terra no Alto Uruguai não foi a principal transformação sofrida pela agricultura familiar, já que com a perda da fertilidade natural dos solos desde o SAC era, sem dúvida, necessário um método de restabelecimento da produtividade das mesmas. A produtividade do trabalho é que, juntamente com o fechamento da fronteira fundiária e outros fatores, foi a responsável pela falta de alternativas viáveis para os agricultores do Alto Uruguai. A principal consequência disso foi à expulsão de milhares de pessoas deste território desde a década de 70, demonstrando que o progresso tecnológico com o uso de tecnologias poupadoras de força de trabalho, é um instrumento de “exclusão” social e de extremamento das diferenciações entre as categorias sociais e dentro da própria agricultura familiar como se demonstrará a seguir. Além disso, demonstra-se, mesmo que de uma forma superficial, já que o tema será retomado nos próximos capítulos, que o autoprovimento alimentar das famílias também passou por um processo de fragilização e solapamento com as mudanças técnicas e produtivas iniciadas nos anos 70.

1.2.5 – Diferenciação sócio-produtiva e vulnerabilização do autoconsumo.

As transformações por que passou a base técnica e produtiva da agricultura no Alto Uruguai trouxe inúmeros efeitos perversos do ponto do tecido social. Dentre estes, relata-se alguns que se julga serem, em parte, explicativos da dinâmica de desenvolvimento que se gestou a partir dos anos 1970 na região em estudo. Entre os elementos explicativos discorre-se, sucintamente, sobre alguns indicadores das condições sociais e humanas da população do

Alto Uruguai. Discute-se, também, a diferenciação social e produtiva que surgiu entre os agricultores e o que se usou chamar de fragilização da esfera produtiva do autoconsumo das unidades familiares.

Um dos indicadores mais importantes das contradições geradas pelas mudanças que aconteceram após a década de 70, foram as migrações. Neste sentido, o principal efeito foi a expulsão de uma parcela significativa da população que habitava o “mundo” rural deste território, invertendo a pirâmide populacional. Por exemplo, o número de estabelecimentos de 1985 a 1995/96 diminuiu em 27,6%, demonstrando a forte migração que a agricultura familiar dessa região sofreu (Brum, 1999).

Outra consequência estrutural que decorre, em grande medida, do processo de modernização da agricultura é a pobreza rural das populações desta região. Segundo a Fundação de Economia e Estatística (FEE, 2004), o Alto Uruguai possui a segunda pior situação em termos de indicadores sociais e econômicos. A FEE identificou um Idese que para a maioria dos municípios do Alto Uruguai fica abaixo do Idese do estado do Rio Grande do Sul, sendo uma exceção o Município de Frederico Westphalen, como mostra a Tabela 4⁴².

Tabela 4: Idese por blocos e agregado de alguns municípios do Alto Uruguai do Rio Grande do Sul.

Municípios	Educação	Renda	Sanea- mento	Saúde	Idese
Frederico Westphalen	0,861	0,687	0,617	0,913	0,769
Taquaruçu do Sul	0,837	0,766	0,218	0,882	0,676
Irai	0,811	0,616	0,393	0,867	0,672
Palmitinho	0,806	0,578	0,327	0,879	0,647
Vista Alegre	0,847	0,560	0,247	0,880	0,633
Caiçara	0,839	0,531	0,169	0,899	0,609
Três Palmeiras	0,799	0,652	0,053	0,888	0,598
Pinheirinho do Vale	0,777	0,507	0,181	0,880	0,586
Vicente Dutra	0,738	0,469	0,205	0,883	0,574
Rio Grande do Sul	0,834	0,757	0,562	0,853	0,751

Fonte: Fundação de Economia e Estatística (FEE). Site: www.fee.tche.br. Acesso em 09/04/2004.

Analisando-se o Idese desagregado, ou seja, por blocos, nota-se que os piores indicadores estão no caso da renda e de saneamento básico. O baixo índice de saneamento se explica pelo Alto Uruguai ser uma região essencialmente rural, cuja taxa de urbanização é muito baixa. A baixa renda, conseqüentemente, se o Alto Uruguai é essencialmente rural, esta

⁴² O Idese é um índice sintético que abrange um conjunto amplo de indicadores sociais e econômicos com o objetivo de mensurar o grau de desenvolvimento dos municípios do Estado. O Idese é resultado da agregação, com a mesma ponderação (0,25), de quatro blocos de indicadores: Domicílio e Saneamento, Educação, Saúde e Renda. Cada um dos blocos, por sua vez, resulta da agregação de diferentes variáveis (FEE, 2004).

se localiza nos espaços rurais. A predominância da agricultura familiar nos espaços rurais é histórica, o que se conclui é que a baixa renda, medida pelo Idese, se encontra na agricultura familiar, demonstrando, assim, as péssimas condições de vida e a pobreza rural destas populações. Note que nos blocos da educação e da saúde os indicadores são melhores e mais próximos ao estadual. Verifica-se ainda, a proeminência do Município de Frederico Westphalen nos indicadores de educação, saneamento e saúde se sobressaindo aos indicadores estaduais.

Em outro estudo, a FEE encontrou um Índice de Gini⁴³ baixo (0,425), demonstrando ser a excessiva fragmentação das propriedades rurais, a assim chamada minifundização, uma das causas da fragilização social da agricultura familiar. Também a área média das propriedades, em ha, é de 12,0⁴⁴, corroborando com a assertiva da ocorrência de pequenas áreas as quais devido às más condições químicas, físicas, de fertilidade e de declividade elevadas impossibilitam a manutenção e a reprodução social das famílias de agricultores familiares sendo, desta forma, uma das causas da situação social degradante da agricultura familiar local (FEE, 1995 *apud* Schneider *et all*, 2000).

O Alto Uruguai é um espaço que revela indicadores nos quais o percentual da população rural é o mais elevado (72,14% e 64,49%, respectivamente para as duas das três sub-regiões em que o Alto Uruguai foi dividido pelo estudo) e o grau de indigência também ocupa posições de destaque (31,57% e 30,73%, respectivamente). Ou seja, o segundo e o terceiro mais elevado, embora o Índice de Desenvolvimento Social (IDS) não esteja entre os mais baixos do Estado (Schneider, 2000, p. 25)⁴⁵.

Outra consequência das transformações sociais, produtivas e econômicas no Alto Uruguai é a ocorrência de uma diferenciação social e produtiva entre os agricultores⁴⁶. Isso ocorre devido à chamada “corrida” tecnológica, em que alguns agricultores familiares

⁴³ O Índice de Gini mede a concentração da propriedade da terra. Quando próximo de 1 significa concentração máxima, ao contrário, quando mais próximo de 0 (zero) indica baixa concentração.

⁴⁴ Acrescenta-se que quando do processo de ocupação desse território, via introdução dos chamados colonos de origem européia ao redor dos anos de 1925, a média de ha que era destinado a cada uma das famílias para se instalarem e produzirem era em torno de 25 ha. Sendo assim, pode-se dizer que hoje as colônias estão “partidas ao meio” no sentido de que a média, em ha, das propriedades serem em torno de 50% menores que quando do processo inicial de colonização.

⁴⁵ Cadoná (1993) estudando a agricultura familiar do Alto Uruguai, mais especificamente no Município de Frederico Westphalen, também chama a atenção para a situação de pobreza rural e para o fenômeno das migrações que tiveram início na década de 1960 no Alto Uruguai. O referido autor observou que as precárias condições de vida dos agricultores familiares residiam principalmente: em habitações precarizadas, nas infra-estruturas de galpões, máquinas, implementos e animais, problemas de água e saneamento básico.

⁴⁶ Ressalta-se que a diferenciação social a qual se refere nesta dissertação não é a diferenciação na visão de Lênin (1889) que achava que devido o desenvolvimento do mercado interno capitalista na Rússia as classes sociais no campo, como os camponeses iriam se tornar de um lado burgueses e detentores dos meios de produção

conseguiram acesso às inovações provenientes da modernização agrícola e ascenderam socialmente, pelo menos, por um período de tempo. Outros, por não terem capital, acesso ao financiamento público e as condições de incorporar as novas tecnologias não conseguiram se inserir nesta dinâmica territorial de desenvolvimento.

No Alto Uruguai a diferenciação social e produtiva dos agricultores familiares é um processo em curso na região, como já demonstrou Conterato (2004) em um trabalho recente sobre a mercantilização da agricultura familiar no município de Três Palmeiras⁴⁷. Ela gera o *desenvolvimento desigual* das formas sociais de produção e trabalho e possui um caráter excludente entre as categorias sociais de agricultores⁴⁸. É o caráter *desigual e excludente* da modernização agrícola. Ou seja, por um lado ela gera desigualdades nas categorias sociais já integradas ao processo de desenvolvimento e, de outro, acentua a “exclusão” dos agricultores já precarizados e pobres.

A diferenciação produtiva se refere ao processo pelo qual os agricultores familiares se diferenciaram de acordo com o tipo de atividade produtiva que exercem. A diferenciação produtiva se refere ao estágio em que estão organizadas as forças produtivas na agricultura. Já a diferenciação social, é o processo pelo qual uma parte dos agricultores familiares conseguiu melhorar sua situação sócio-econômica e ascender socialmente se integrando a dinâmica de desenvolvimento vigente no território e, outros, foram “excluídos” de tal processo⁴⁹. Tanto a diferenciação produtiva como a social, coloca um grande número de famílias à “margem” do processo de desenvolvimento social e econômico no Alto Uruguai. Como formulou Graziano da Silva (1999), [...] todo o processo de desenvolvimento capitalista é, por si mesmo, contraditório: produz riqueza e miséria, como duas faces da mesma moeda (p. 115).

A diferenciação social e produtiva é vista como um processo que pode ser *externo* ou *interno* à unidade de produção e ao grupo doméstico. Como fatores externos que podem levar

e de outro lado proletários e jornaleiros agrícolas. Também não é uma diferenciação social no sentido a que Graziano da Silva (1999) considera.

⁴⁷ Conterato (2004, p. 34-35) faz uma distinção entre diferenciação da agricultura e diferenciação social. Segundo o autor, a primeira, a da agricultura, ocorre através dos diferentes sistemas de produção praticados na agricultura, diferenciando-a ao longo do tempo por sistemas de produção que surgem para depois serem substituídos por outros. Já a diferenciação social dos agricultores familiares, ocorre pelos diferentes mecanismos viabilizados por estes para garantir a sua reprodução social e econômica durante os ciclos geracionais, como acesso a terra, ao progresso tecnológico, às políticas públicas, etc.

⁴⁸ Para ver um referencial teórico para o estudo de diferentes territórios, sua regulação e o desenvolvimento desigual das formas sociais que nele interagem, consultar Marsden (1998).

⁴⁹ A asserção de que alguns agricultores familiares foram “excluídos” do processo de desenvolvimento territorial em curso no Alto Uruguai deve ser interpretada de maneira relativa, já que estes agricultores participam desta dinâmica de desenvolvimento, mesmo sendo de uma forma periférica e “funcional”, pois como formulou Martins (2003), ninguém é totalmente “excluído” de um sistema ou tipo de desenvolvimento. O que existem é pessoas a margem do desenvolvimento, ou seja, indivíduos mais e menos integrados a uma determinada dinâmica.

à diferenciação dos agricultores, pode-se citar a ação do Estado, das instituições e do mercado que se relacionam com a agricultura familiar. Como fatores internos à família, pode-se aludir ao tamanho desta, as diferentes estratégias de reprodução social postas em prática, o tipo de solo, o tamanho da unidade produtiva, os tipos de cultivos e criações praticados, o número de membros da família, etc.

Com o intuito de demonstrar que há uma diferenciação social entre os agricultores do Alto Uruguai, utiliza-se mesmo que de forma sucinta e com poucos indicadores, alguns dados da pesquisa AFDLP (2003), realizada no município de Três Palmeiras. Um primeiro indicador deste processo é o capital disponível que mostra a capacidade instalada das unidades de produção. Neste sentido, os dados são bastante ilustrativos, já que 22% das unidades operam com um capital disponível de R\$ 0 a 5.000. No outro extremo, tem-se 28,8% das unidades de produção que possuem um capital disponível maior que R\$ 20.001. Há ainda, nos extratos intermediários a estes dois, unidades produtivas que operam com capital disponível de R\$ 5.001 a 10.000 (27,1%) e unidades com capital de R\$ 10.001 a 20.000 (22%). Estes dados demonstram uma diferenciação da agricultura familiar no que se refere a sua capacidade produtiva instalada, pois o capital disponível é importante na dinâmica das unidades de produção para fazer frente, por exemplo, a gastos excepcionais, iniciar novas atividades econômicas e produtivas, para o pagamento de dívidas, etc. Assim, unidades com maior capital disponível possuem a sua reprodução social assegurada frente às oscilações de rendimentos e do contexto social e econômico em que se encontra inserida.

Outro indicador importante que se pode considerar decisivo no estudo da diferenciação social da agricultura familiar, é a renda agrícola das famílias. Os dados da Pesquisa AFDLP (2003) são elucidativos neste sentido. A grande maioria das famílias pesquisadas (56%), possui uma renda agrícola anual de até R\$ 5.000. Nos extratos de renda agrícola de R\$ 5.001 a 10.000 e de R\$ 10.001 a 20.000, respectivamente, o percentual de famílias é de 25,4% e de 11,8%. No extremo oposto estão os agricultores familiares, cuja renda agrícola anual é maior que R\$ 20.001, totalizando apenas 6,8% das famílias pesquisadas. Estes dados também mostram a diferenciação social da agricultura familiar com base no critério da renda obtida na atividade agropecuária que as famílias desenvolvem, o que é importante para a sua manutenção social, pois famílias com maiores rendas agrícolas possuem melhores condições sociais e econômicas de prosperarem na atividade agropecuária.

Não é o objetivo central deste estudo discutir o processo de diferenciação social e produtiva dos agricultores familiares, mas somente demonstrar que ele existe no Alto Uruguai como estudos recentes já verificaram, como é o caso de Conterato (2004). Assim, a presente

dissertação objetiva estudar o autoprovisionamento alimentar, as políticas públicas e iniciativas locais de desenvolvimento no Alto Uruguai. Deste modo, aborda-se, em seguida, mesmo que de uma forma superficial, a problemática relativa à produção para autoconsumo das famílias visando, sucintamente, situar a situação social em que se encontra esta dimensão das unidades de produção da região.

Uma das esferas da agricultura familiar do Alto Uruguai que sofreu um processo de fragilização com as transformações técnicas, produtivas e econômicas, foi à produção de alimentos destinados ao consumo das famílias. Este processo que se pode chamar de fragilização da produção para autoconsumo das unidades familiares, começou a se gestar a partir dos anos 70 com a assim chamada modernização agrícola. Neste contexto, os agricultores familiares que possuíam a sua lógica de reprodução social assentada, primeiramente na produção dos alimentos necessários ao grupo doméstico e, só em segundo plano, a produção de excedentes visando o mercado, passaram por um processo pelo qual esta lógica é solapada e modificada.

Neste movimento de fragilização da produção de autoprovisionamento alimentar das famílias, assumem uma importância relativa os tipos de vínculos mercantis dos agricultores, os tipos de sistemas produtivos praticados, o conhecimento do agricultor, o número de membros do grupo familiar, etc, dentre outros fatores que agem no sentido de gerarem uma diferenciação social e produtiva desta característica, que pode ser descrita como *genuína* ou *típica* do modo de vida colonial. Deste modo, o processo de solapamento da produção para autoconsumo decorre, em parte, das transformações técnico-produtivas dos anos 70. Entretanto, há também fatores internos às unidades de produção que também são explicativos das mudanças que esta característica sofreu nas famílias. Alguns destes fatores são: o número de membros da unidade, a sua diferenciação por sexo e idade, as necessidades alimentares e calóricas do grupo, as estratégias de obtenção e produção dos alimentos, etc, que podem ser decisivas na explicação dos processos sociais relacionados à produção para autoconsumo como se aborda no capítulo 3.

Um dos motivos responsáveis pelo solapamento da produção para autoconsumo no Alto Uruguai, foi o processo de quebra da lógica de policultivos e de criações dos colonos e o início de um movimento que tornou os agricultores familiares profissionais e especializados em poucas atividades produtivas. Este processo já havia sido diagnosticado por Cadoná (1993), que estudou a agricultura familiar da região e as suas estratégias coletivas de reprodução social. Segundo Cadoná (1993), os pequenos agricultores que deveriam caracterizar sua atividade produtiva pela policultura [...] buscando em primeiro lugar o

suprimento das necessidades alimentares da família e dedicando-se a algumas culturas e criações para o comércio, atem-se à prática da monocultura. Ou seja, o cultivo preferencial de uma cultura, normalmente soja ou fumo, ligada à agroindústria. Observa-se que muitos destes pequenos produtores [...] pretenderam transformar-se em “minigranjeiros”, tornando suas propriedades uma lavoura homogênea de algum produto preferencial da agroindústria [...] (p. 107).

É este processo de inserção mercantil dos agricultores familiares com o cultivo e criação preferencial de produtos que são facilmente comercializáveis que levou, em grande medida, ao solapamento da produção para autoconsumo. Ou seja, é o processo de mercantilização social e econômica dos agricultores familiares que faz com que a produção para consumo seja fragilizada e, em muitos casos, externalizada da unidade de produção como nos casos em que os agricultores compram o seu consumo alimentar em supermercados citadinos, de comerciantes locais ou mesmo de fruteiros e feirantes ambulantes que percorrem o interior dos municípios da região realizando a comercialização de diversos gêneros alimentícios para as famílias rurais.

É o que observou Pelegrini (2003, p. 85), estudando a agricultura familiar da região e as associações de agroindústrias familiares. Segundo o autor, com a modernização agrícola os agricultores passaram a produzir, fundamentalmente, produtos destinados às agroindústrias como: soja, fumo, suíno, milho e leite. Este processo mais geral de privilegiamento das atividades produtivas dinâmicas e mercantis em detrimento da produção para autoconsumo é, em grande medida, responsável pela vulnerabilização da produção para autoprovisionamento das famílias. Assim, estas transformações (que serão abordadas nos próximos capítulos) por que passou esta esfera da agricultura familiar, pode ser entendida a partir do conceito de vulnerabilização da segurança alimentar dos agricultores como esboçou Ellis (2000).

Neste processo de transformações sociais, produtivas e econômicas, a produção para autoconsumo passou por mudanças nas unidades de produção que são diferenciadas de agricultor para agricultor. O que se pretende demonstrar nos próximos capítulos, é que esta característica é diferenciada entre os agricultores familiares, os seus sistemas produtivos praticados, os diferentes tipos de inserções mercantis, etc. Esse movimento pode ser entendido a partir do conceito de diferentes graus de mercantilização da agricultura familiar como definiu Van der Ploeg (1990; 1992). Ou seja, o consumo alimentar também, como uma característica constitutiva e intrínseca da agricultura familiar, pode ser descrito como possuindo diferentes graus de mercantilização.

Neste sentido, nos próximos capítulos, procede-se a análise da importância que possui a produção para consumo das famílias rurais da região em estudo. Demonstra-se que este tipo de produção passou por um processo de mercantilização nas famílias que, por sua vez, é diferenciado de unidade para unidade produtiva. Neste sentido, pretende-se demonstrar que, nos agricultores em que o autoprovisionamento foi vulnerabilizado, estes, em alguns casos, se encontram em situações de insegurança alimentar. Analisa-se, também a produção para autoconsumo do ponto de vista da sua importância para a geração de processos de segurança alimentar nas famílias. Esta análise está contida, principalmente, no capítulo 3.

Porém, antes desta análise, e ainda no capítulo 2, demonstra-se que o autoconsumo possui várias “funções” entre os agricultores familiares. Este vai além de ser somente uma fonte de alimentação para as famílias. É através do autoconsumo que os agricultores se sociabilizam, realizam trocas, que transmitem o saber de uma geração para a outra. É, também, através do autoconsumo que o agricultor familiar se identifica com a *profissão* de agricultor. Assim, o autoprovisionamento é muito mais do que uma simples produção para a alimentação da família, ele guarda uma série de construções simbólicas para o agricultor. Este tipo de produção também possibilita a geração de estratégias de vivência diversificadas na unidade de produção, pois é a partir da garantia do mínimo calórico, que o agricultor familiar e a sua família vão gerar outras formas de reprodução social, como definiu Ellis (2000). É esta análise que se empreende no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2:

AUTOCONSUMO E AGRICULTURA FAMILIAR: autonomia, sociabilidade e saber-fazer.

Neste capítulo, procura-se demonstrar que a produção para autoconsumo não serve somente para alimentar os membros do grupo doméstico. Tampouco, o autoprovisionamento é apenas um tipo de produção que serve para ser estudado do ponto de vista produtivo. Ela é, também, uma característica genuína da agricultura familiar que cumpre vários outros papéis nas formas sociais de produção e trabalho. Estas outras “funções” que o autoconsumo possui, estão ligadas à esfera da cultura dos agricultores, aos simbolismos e ao modo de vida típico das comunidades rurais.

Deste modo, o que se quer demonstrar é que a produção para autoconsumo é responsável pela geração da autonomia reprodutiva do agricultor familiar, frente ao contexto social e econômico, principalmente pelo princípio da alternatividade produtiva. Além disso, analisa-se o papel deste tipo de produção no que tange a reciprocidade e a sociabilidade vicinal entre os agricultores familiares através da troca de alimentos, dos chamados “serões” e visitas informais entre vizinhos, compadres e parentes.

Aborda-se, também, o autoprovisionamento alimentar do ponto de vista da constituição identitária sócio-profissional do agricultor familiar. Neste sentido, demonstra-se que o autoconsumo faz parte dos elementos do cotidiano das famílias como a terra, a própria família, a alimentação e, principalmente, em torno do saber-fazer dos agricultores que é transmitido de geração em geração no Alto Uruguai. Também, se analisam alguns elementos teóricos e conceituais que são utilizados nos próximos capítulos desta dissertação, com o intuito de explicar os processos sociais, econômicos e territoriais ligados à produção para autoconsumo, as políticas públicas e iniciativas locais de desenvolvimento praticadas nesta região. Inicia-se este capítulo com uma abordagem teórica sobre alguns autores clássicos

como Chayanov e Wolf, que se debruçaram sobre este assunto buscando-se alguns conceitos e elementos teóricos que se julga serem importantes para o estudo desta dimensão das unidades familiares.

2.1 – AUTOCONSUMO E CAMPESINATO: Chayanov e Wolf.

Esta seção propõe-se a apresentar duas diferentes reflexões teóricas que foram desenvolvidas por autores clássicos, que trataram do assunto do autoconsumo nas formas sociais familiares. Os autores de referência são Chayanov (1974) e Eric Wolf (1976) que deram contribuições pontuais, contudo significativas, em relação ao estudo do autoconsumo no campesinato, como uma característica típica das formas sociais familiares de produção e trabalho na agricultura.

O autoconsumo é uma característica que pode ser descrita como *genuína* as formas sociais familiares, pois este é uma dimensão constitutiva do campesinato que o define e o caracteriza em todas as sociedades, tanto nas já não mais existentes como nas contemporâneas. No campesinato, o autoconsumo possui as mais diversas denominações, sendo descrito como nível de subsistência, *mínimo calórico* como o descreveu Wolf (1976), como agricultura de “subsistência” como foi chamado por muito tempo no Brasil e, como consumo propriamente dito, que é o termo clássico cunhado por Chayanov (1974), que sintetiza e embasa a maioria dos estudos sobre campesinato no país. Deste modo, passa-se a apreciar a contribuição desenvolvida por Chayanov.

2.1.1 – O autoconsumo segundo Chayanov: a tese do equilíbrio ótimo.

A contribuição de Alexander Chayanov está compilada no seu livro “*A organização da unidade econômica camponesa*” de 1964. Sua contribuição reside no fato de ter concebido a unidade econômica camponesa como uma unidade de trabalho e também uma unidade de consumo familiar. O seu “modelo” básico explicativo é o de que o camponês executa as tarefas e trabalhos produtivos visando um equilíbrio ótimo entre o consumo e o trabalho da família, levando em conta, para isso, a composição e o tamanho da família (número de consumidores e trabalhadores diferenciados por sexo e idade) e as necessidades que daí derivam.

Para Chayanov (1964; 1981), a unidade de trabalho familiar é composta pelo número de membros que compõem a família e que se encontram em plenas condições de trabalho. A

unidade de consumo é composta pelos membros que compõem a família que estão em condições plenas de trabalho bem como os que não estão ou ainda não a alcançaram⁵⁰. A racionalidade camponesa, dirige-se no sentido de obter o equilíbrio ótimo entre o consumo e o trabalho familiar. Para isso, o camponês organiza a família de acordo com seu tamanho e a sua composição interna por sexo e idade ao longo do ciclo biológico de existência da mesma, de maneira a obter o melhor ponto de equilíbrio entre o consumo e o trabalho do grupo doméstico. Neste contexto, é central a relação consumidor/trabalhador (c/t) ao longo da existência da família, pois dependerá desta o maior ou menor esforço que deverão desprender os membros em condições de trabalho. Quanto mais próximo de 1,0 a relação c/t menor o grau de autoexploração dos trabalhadores e melhor será o equilíbrio consumo/trabalho da unidade econômica camponesa. Ou seja,

Qualquer unidade doméstica de exploração agrária tem assim um limite natural para sua produção, o qual está determinado pelas proporções de trabalho anual da família e o grau de satisfação da suas necessidades (Chayanov, 1964, p. 85; tradução livre).

Para Chayanov (1964), o balanço consumo/trabalho é afetado por dois conjuntos de fatores. De um lado, a própria estrutura interna da família (composição e tamanho da mesma), que determina a pressão em termos das necessidades de consumo. De outro, está o nível de produtividade da força de trabalho que é aplicado pela família. Assim, quanto maior for o número de consumidores da família e mais baixa for a produtividade da força de trabalho empregada no processo produtivo, maior será o grau de autoexploração dos trabalhadores. Como formulou Chayanov (1964), o volume de atividades da família depende totalmente do número de consumidores e de nenhuma maneira do número de trabalhadores (p. 81). Portanto, o que se infere a partir da tese deste estudioso, é que a dimensão do autoconsumo alimentar nas formas familiares de produção e trabalho, é uma esfera fundamental que orienta e afeta as estratégias de reprodução e os cálculos das unidades familiares, no sentido de como os seus membros se organizam para obter a alimentação necessária ao seu consumo.

Segundo o autor, o mais elevado grau de exploração da força de trabalho na família faz com que as fadigas de trabalho aumentem e que, desse modo, o bem estar da família diminua sensivelmente a cada novo aumento de trabalho. Como formulou Chayanov (1964):

Quanto maior é a quantidade de trabalho realizada por um homem em um período definido de tempo, maiores fadigas representam para o homem as

⁵⁰ Para Chayanov (1964), as crianças menores de 14 anos são computadas como consumidores apenas e as maiores de 14 anos como trabalhadores plenos. Já os velhos, enfermos e demais membros incapacitados ao trabalho produtivo são computados somente como consumidores.

últimas (*marginales*) unidades de força de trabalho consumidas (p. 84; tradução livre).

Para Chayanov, o camponês tinha uma existência que era mediatizada pela penosidade do trabalho agrícola. Isso deriva, em parte, pelo campesinato não possuir em sua lógica de reprodução, os pressupostos que o habilitavam ao uso do progresso tecnológico para que, assim, este pudesse aumentar a produtividade da força de trabalho familiar. Não que Chayanov não reconhecesse o papel do progresso tecnológico no aumento da produtividade do trabalho, mas sim, pelo fato observado de que o camponês não incorporava o progresso tecnológico devido este dispensar parte da força de trabalho familiar que não poderia ser usada em outras atividades. E, também, devido à falta de condições do camponês em investir em bens de capital dadas as condições sociais e econômicas dos mesmos que, muitas vezes, não conseguiam atingir o nível do consumo necessário à alimentação da família⁵¹.

Uma interpretação recorrente em Chayanov (1974) é a de que o objetivo final das ações e da lógica do campesinato é o bem estar da família. Neste sentido, o autor desenvolve a tese do equilíbrio ótimo entre consumo e trabalho, visando explicar que as estratégias postas em prática pelos membros do grupo doméstico, objetivam, em última instância, a obtenção do consumo que é um pré-requisito fundamental para o bem estar de todo o grupo familiar. Assim, para Chayanov, a família camponesa se mune de diferentes estratégias para garantir o seu consumo necessário durante o ano, que é o principal pressuposto para se chegar a uma condição de bem estar social dos seus membros. Este aspecto é importante na obra de Chayanov, pois ele permite inferir que a obtenção do consumo alimentar dos membros domésticos está relacionado com as condições objetivas de existência humana, que por sua vez, correlacionam-se com a segurança alimentar da família, no sentido desta traçar as suas estratégias visando primeiramente o consumo dos alimentos necessários aos seus membros.

Para Chayanov, a tese do balanço consumo/trabalho é também importante para se explicar à racionalidade da família frente ao contexto social e econômico em que esta desenvolve as suas estratégias de reprodução. Neste sentido, o autor deixa explícito em sua obra que as unidades de produção camponesas que possuem o consumo necessário aos seus membros, também possuem uma maior autonomia. Ou seja, para Chayanov (1974) a possibilidade de se obter o consumo necessário no interior das unidades é sinônimo de uma maior autonomização da família frente à sociedade envolvente. Este aspecto da tese do autor é

⁵¹ Para Chayanov (1964) a família camponesa não investe em bens de capital, pois este investimento lhe custaria parte do consumo necessário à manutenção familiar. A família camponesa compensa a falta de capital com a

essencial de ser compreendido, pois é por ele que se pode explicar e, até mesmo justificar se se quiser, a importância dos processos produtivos de autoprovisionamento alimentar nas famílias rurais na atualidade.

Chayanov (1964), também considera que a unidade econômica camponesa faz parte de um sistema de economia nacional que a determina e a afeta. Isso faz com que o autor reconheça o papel do mercado como principal determinante do plano organizativo da unidade econômica camponesa. Para o autor, é o mercado, em parte, que começa a determinar qual as mercadorias que o camponês deve produzir, fazendo com que o mesmo empregue a sua força de trabalho nos melhores mercados e, assim, produza as mercadorias que lhe dão uma melhor remuneração da força de trabalho, etc. Em suma, é o avanço do mercado que faz com que o balanço consumo/trabalho comece a ser desestruturado no interior da família camponesa.

Um outro autor que é fundamental a compreensão da forma como o campesinato organiza a sua reprodução social e ao estudo do autoconsumo nas famílias, é Eric Wolf o qual analisa-se nesta próxima seção.

2.1.2 – Eric Wolf e a constituição dos fundos do campesinato.

No livro “*Sociedades camponesas*”, Wolf (1976) sumariza alguns elementos a partir dos quais pode-se entender e estudar o autoconsumo nas formas familiares. Para Eric Wolf (1976, p. 16), os camponeses são cultivadores rurais cujos excedentes são transferidos para as mãos dos grupos dominantes que são os que governam e utilizam os excedentes camponeses para manterem o seu nível de vida. Além dos grupos dominantes, os excedentes camponeses sustentariam os demais grupos sociais que por não serem cultivadores teriam que ser alimentados pelo campesinato. Além disso, Wolf entende o campesinato como sendo uma unidade de consumo e também de trabalho, coincidindo, em grande medida, com a teoria da unidade econômica campesina de Chayanov. Como o próprio Wolf (1976) explicou:

Sua propriedade tanto é uma unidade econômica como um lar.

A unidade camponesa não é, portanto, somente uma organização produtiva formada por um determinado número de “mãos” prontas para o trabalho nos campos; ela é também uma unidade de consumo, ou seja, ela tem tanto “bocas” para alimentar quanto “mãos” para trabalhar (p. 28; grifos no original).

maior autoexploração da força de trabalho familiar. A falta de capital é, em parte, que determina o grau de autoexploração dos membros trabalhadores da família.

Entretanto, Eric Wolf pressupõe algumas diferenças fundamentais em relação a Chayanov. Em primeiro lugar, Wolf define os camponeses como sociedades não primitivas e que produzem excedentes que lhes são apropriados pelos grupos que os dominam e que fazem parte da sociedade mais ampla em que os camponeses estão inseridos. Neste sentido, Wolf se diferencia de Chayanov, já que o segundo concebia toda a sua teoria sobre a unidade econômica campesina somente baseada no balanço consumo/trabalho. Em Wolf, os camponeses não produzem visando somente o seu consumo. Em segundo lugar, Wolf entende o campesinato como uma forma social que possui relações com outros grupos sociais e entre os próprios grupos camponeses, como no caso dos fundos para cerimoniais, o que não é tão claramente perceptível em Chayanov, que concebia o campesinato como avesso à integração humana e às regras de conduta dos outros grupos sociais.

Eric Wolf entende que o campesinato estrutura a sua vida social através dos *fundos* (de manutenção, cerimonial e de aluguel) que lhe servem, segundo o tipo, para as suas diversas funções como as ligadas à subsistência, às funções econômicas e sociais, etc. Para o autor, o camponês deve ser entendido como um produtor de excedentes e que se integra a uma sociedade mais ampla da qual geralmente é subordinado aos grupos dominantes. O camponês, em sua estruturação da vida social, necessita realizar dois conjuntos de operações para sobreviver. Por um lado, ele deve alimentar-se e, de outro, produzir excedentes para os diversos fundos. Para alimentar-se, ele precisa produzir o que Wolf (1976) chamou de *mínimo calórico* que [...] pode ser definido como o consumo diário de calorias alimentares exigidos para compensar o desgaste de energia que o homem desprende em seu rendimento diário de trabalho (p. 17).

Contudo, o camponês não produz somente para alimentar-se, ele necessita manter os meios de produção, ter relações sociais e, também, devido a sua subordinação à sociedade envolvente, transferir parte de seus excedentes para os grupos dominantes. Sob tais condições, uma porção considerável do fundo de manutenção do camponês poderá tornar-se o fundo de lucro de outrem (Wolf, 1976, p. 23). Assim, é que tem origem os demais fundos necessários à sobrevivência e relacionamento do camponês com os demais grupos sociais. Um desses fundos é o *fundo de manutenção* que pode ser definido como a produção de excedentes não consumíveis (acima do mínimo calórico) que deve ser guardado pelo camponês para a alimentação animal e plantio da próxima safra. Também pode ser conceituado como os esforços e o tempo gasto para reparar e manter os meios de produção necessários ao processo produtivo.

Outro fundo exigido ao camponês para que este tenha acesso às relações sociais, principalmente, em comunidade e entre camponeses é o *fundo cerimonial*. Este exige que os camponeses gerem certos excedentes para serem aplicados em, por exemplo, festas e casamentos, ou seja, cerimoniais que o camponês e sua família participam. Segundo Wolf (1976, p. 21), se os homens tem pretensões de participar de relações sociais, deverão trabalhar para a criação de um fundo visando às despesas para tais atividades. Para acessar o fundo cerimonial o camponês deve gerar excedentes que vão além do mínimo calórico e do fundo de manutenção.

Além destes fundos, o camponês deve gerar através do seu trabalho, o que Eric Wolf chamou de *fundo de aluguel*, que é a proporção de trabalho, bens ou dinheiro que o camponês dá ou transfere aos grupos que o dominam e o subjagam. Em todos os lugares onde houver alguém exercendo um poder superior de fato, ou domínio, sobre um cultivador, este deverá produzir um fundo de aluguel (Wolf, 1976, p. 24).

Mas, segundo Wolf (1976), o camponês vivencia um dilema. Este seria descrito como o camponês, ao mesmo tempo, ter que gerar o mínimo calórico e os respectivos fundos para a sua manutenção e sobrevivência do grupo doméstico e, também, auferir os excedentes que são apropriados pelo resto da sociedade envolvente e os grupos sociais que o dominam. Assim, o camponês teria que manter um equilíbrio entre as necessidades do grupo doméstico e as exigências de fora da sua unidade de produção⁵². Como formulou Wolf (1976):

As necessidades do camponês – as exigências para manter um mínimo calórico, o fundo de manutenção e os fundos cerimoniais – entrarão freqüentemente em choque com as exigências colocadas por quem está de fora.

[...] Os camponeses serão obrigados a manter o equilíbrio entre suas próprias necessidades e as exigências de fora, estando sujeitos às tensões provocadas pela luta para manter um equilíbrio (p. 28).

Eric Wolf também reconhece o papel da moderna agricultura e do mercado na desagregação do “mundo” camponês. Para o mesmo, o campesinato tende a deixar de lado a produção do mínimo calórico, assim que a sociedade evolui e ocorre a consolidação das técnicas modernas de cultivo e criação, bem como o camponês começa a substituir os cultivos plantando os destinados à venda e ao lucro, pois nas sociedades complexas o lucro é que

⁵² Neste ponto Wolf (1976), também, de certa forma, se referencia em Chayanov (1974), pois a tese central de Chayanov é a de que a unidade econômica camponesa deveria manter um equilíbrio ótimo entre a esfera do consumo e do trabalho. Wolf somente diz que o equilíbrio deve ser entre as necessidades do grupo doméstico e com relação aos de fora do grupo doméstico. Wolf dá um peso muito grande a dominação do campesinato pelo restante da sociedade.

equivale aos diversos fundos em que o camponês tradicionalmente subsistia⁵³. Portanto, pode-se inferir daí, que a produção de fundos no campesinato, segundo Wolf (1976), é um traço marcante e fundante do camponês, pois sem os diversos fundos não existiria camponês enquanto tal.

2.1.3 – A produção para autoconsumo na agricultura familiar.

Em que pese a importante contribuição de Chayanov e de Eric Wolf para o estudo do campesinato e do autoconsumo, as suas reflexões precisam sofrer alguns ajustes para serem operacionalizáveis no contexto atual da dinâmica da agricultura familiar. Tenta-se, nesta seção, executar tal empreendimento, bem como se lança mão de algumas idéias e conceitos de outros autores, visando avançar além do que os clássicos disseram sobre o assunto do autoconsumo. Neste sentido, uma primeira assertiva importante a realizar, é a de responder o que diferencia camponeses ou, no caso estudado, os colonos dos agricultores familiares em relação à produção para autoconsumo e a sua lógica de reprodução? Neste sentido, acha-se que Chayanov e Wolf deram pistas importantes, mas não suficientes para tal empreendimento.

No caso dos colonos, a sua lógica era baseada eminentemente na reprodução da família com a produção da sua alimentação através do autoprovisionamento. Não que estes não produziam excedentes como formulou Wolf (1976). Contudo, a produção era voltada, primeiramente, para suprir às necessidades da família, mas não se restringia somente a isso. Os colonos desde os primeiros anos de trabalho nas colônias eram responsáveis pela geração de excedentes produtivos diversos como o suíno, o milho, a banha, etc que, em muitos casos, eram comercializados nas pequenas vilas, casas rurais de comércio, armazéns de secos e molhados, e outros. Neste sentido, tal como enfatizado no capítulo anterior, os colonos possuíam vários vínculos mercantis com a sociedade que os envolvia. Entretanto, estes vínculos mercantis não chegavam a comprometer a sua autonomia e também não solapavam a sua reprodução social, pois na maioria das vezes, estes eram baseados na personificação das relações sociais de pessoa a pessoa como no caso dos vizinhos, comerciantes locais, parentes, compadres, etc.

⁵³ Para Wolf (1976), o uso de técnicas modernas de cultivo e criação designa o que ele chamou de ecótipos neotécnicos. Wolf distingue entre ecótipos *paleotécnicos* e *neotécnicos*. O primeiro seria baseado no trabalho do homem e do animal, ou seja, seria baseado nas fontes de energia e instrumentos da 1ª Revolução Agrícola. O segundo seria baseado pelos aperfeiçoamentos da ciência e na energia dos combustíveis fósseis. Poderia-se chamá-lo de 2ª Revolução Agrícola, como é mais conhecida entre os estudiosos rurais.

Neste sentido, em Chayanov (1974), não se encontram os elementos suficientes para tal explicação. Este é um ponto controverso no autor, pois o mesmo considera que o camponês somente exerce o trabalho produtivo até o nível onde a família atinge as necessidades de consumo para o ano. Para o autor, a família camponesa não trabalha além das suas próprias necessidades de consumo. Este tipo de lógica, para a agricultura familiar do Alto Uruguai, não pode ser aceita, pois o agricultor familiar possui uma racionalidade que é determinada tanto pelo mercado como pela dinâmica interna do seu estabelecimento. Neste sentido, atualmente os agricultores familiares possuem uma produção que é muito maior que a necessária para assegurar o balanço consumo/trabalho. A maioria dos agricultores familiares produz quantidades apreciáveis de excedentes que são comercializados e fazem parte da quota de mercadorias que excedem às necessidades do grupo doméstico.

O agricultor familiar também se diferencia do colono em termos do tipo de integração ao mercado. Antes, os colonos possuíam apenas vínculos mercantis e a sua lógica da ação visava, fundamentalmente, a manutenção da família, em que o autoconsumo desempenhava um papel importante. Em relação aos dias atuais, isso não acontece mais com os agricultores familiares. Estes últimos são definidos não mais por seus vínculos mercantis personalizados, mas sim pela mercantilização das suas relações sociais de produção e trabalho como formulou Van der Ploeg (1990; 1992). Neste sentido, a agricultura familiar e a produção para autoconsumo, somente podem ser estudados e entendidos se se compreender a sua dinâmica, do ponto de vista das relações que esta estabelece com os diferentes mercados com que esta forma social de produção e trabalho estabelece contatos e transações. Deste modo, a agricultura familiar de hoje não pode ser entendida pelo seu relativo isolamento social e econômico que era inerente à lógica das “sociedades” camponesas de outrora, como a compreendia Chayanov, mesmo que o autor não deixasse muito explícita esta questão.

Já com relação a Eric Wolf, acha-se que este autor realizou avanços significativos em relação a Chayanov. Neste sentido, um ponto a destacar em Wolf é o de conceber os camponeses como produtores de excedentes e como transferidores destes para os grupos que os dominam, o que em Chayanov não aparece tão nitidamente, pois no segundo autor o campesinato é visto sob a lógica interna do balanço entre consumo e trabalho da família. Não que os elementos internos da família como a sua diferenciação por sexo, idade e tamanho não tenham valor na explicação sociológica dos fatos, mas sim por que não se pode conceber uma família sobrevivendo na sociedade atual somente tendo por racionalidade a busca das suas necessidades de consumo e alimentação.

Porém, por mais contraditório que pareça, é neste último ponto que reside a grande contribuição teórica e histórica de Chayanov, no sentido de que este autor é que relevou ao *status* dos estudos rurais, os elementos internos da família camponesa para o estudo do campesinato, da agricultura familiar e, conseqüentemente, da produção para autoconsumo nos dias atuais. Assim, a contribuição do autor é decisiva no que se refere à clareza com que o mesmo aborda os elementos internos do campesinato como as relações de gênero, a diferenciação por sexo e idade, o tamanho da família, os seus cálculos, etc, que servem como elementos explicativos de como o consumo doméstico de alimentos é diferenciado de família para família na agricultura familiar.

Neste sentido, um outro autor que é importante ao estudo do autoconsumo é Jerzy Tepicht, por ter realizado reflexões que, em grande medida, se baseiam nos argumentos de Chayanov sobre a lógica interna das unidades familiares. Sua contribuição reside no fato de ter explicado a permanência do campesinato através da teoria das *forças marginais* ou *não transferíveis* que o camponês possui no interior da unidade de produção como abordou Abramovay (1998). Essas forças se constituem da força de trabalho de crianças, velhos e mulheres que não são contados como trabalhadores plenos na unidade de produção e por isso são “marginais”. São intransferíveis, pois só podem ser utilizadas na agricultura enquanto setor econômico. Se o camponês mudar de atividade econômica, estas forças ficariam imobilizadas e inutilizadas no interior do grupo familiar, já que não poderiam ser usadas em outras atividades.

Para o caso do Alto Uruguai, o entendimento dessas forças marginais ou não transferíveis é essencial ao estudo do autoconsumo, pois é delas que provém uma grande parte da força de trabalho necessária para se executar a produção para autoconsumo do grupo doméstico. São os idosos, as crianças e as mulheres, em grande medida, que executam os trabalhos de cultivo das pequenas plantações ou mesmo a criação de animais, voltada ao autoconsumo do grupo doméstico.

De outro modo, as reflexões de Eric Wolf também se tornam úteis ao se estudar o papel do autoconsumo no Alto Uruguai. Em primeiro lugar, porque o autoconsumo ou o mínimo calórico como Wolf o descreveu ainda continua sendo uma característica tanto camponesa como da agricultura familiar moderna. Segundo, porque a teoria do mínimo calórico e dos diversos fundos necessários ao campesinato é também extensível ao agricultor familiar do Alto Uruguai que guarda, em grande medida, traços do campesinato (colonos) de outrora. E, em terceiro lugar, porque Wolf considera o campesinato integrado à sociedade que o envolve e também o considera do ponto de vista de hoje ser o camponês um sujeito que é

pervertido pelo mercado e explorado pelos grupos que o dominam o que não aparece em Chayanov (1974).

Deste modo, com estas adaptações conceituais e pontuais em torno destes autores, acha-se que é possível dar conta do estudo do autoconsumo sem deixar de lado estas reflexões clássicas que estes autores desenvolveram, mesmo se estudando esta característica em agricultores familiares que, como já se definiu anteriormente, possuem outra lógica de reprodução social e alimentar nas sociedades atuais. Neste sentido, passa-se à análise do papel da produção de autoprovisionamento alimentar para a agricultura familiar do Alto Uruguai que será desenvolvida, em parte, neste capítulo e no capítulo 3. Na próxima seção, aborda-se o autoconsumo na perspectiva da autonomia que este tipo de produção gera para os agricultores familiares.

2.2 – O autoconsumo como estratégia de “produção” da autonomia.

A autonomia do agricultor familiar é constituída por uma dupla lógica produtiva/reprodutiva, relacionada ao autoconsumo e ao grupo doméstico. Por um lado, esta lógica está assentada no grupo doméstico, onde a alimentação produzida pela unidade de produção é central. O agricultor familiar produz e consome a própria produção, ou seja, esta segue diretamente da lavoura para a casa, que é a unidade de consumo do grupo familiar⁵⁴. Por outro lado, o grupo doméstico transaciona no mercado, de vários produtos agrícolas e não-agrícolas, para conseguir comprar o necessário a sua alimentação e consumo. Isso é necessário devido a não produção da totalidade dos produtos e mercadorias consumidas, a sazonalidade da produção agrícola, a não possibilidade de armazenamento de alguns gêneros alimentares, a imprevistos climáticos (secas, enxurradas, geadas, etc) que afetam a produção.

O autoconsumo familiar gera a autonomia produtiva e reprodutiva do grupo doméstico⁵⁵. A produção para autoconsumo gera a autonomia do agricultor familiar por manter interna a unidade produtiva, uma das principais esferas responsáveis pela reprodução do grupo doméstico, ou seja, o autoconsumo, fazendo com que o grupo doméstico dependa cada vez menos das condições externas à unidade de produção para se reproduzir socialmente.

⁵⁴ Como formulou Garcia Jr. (1983): A casa representa a unidade de consumo. Portanto, é o *roçado* que dá as condições mesmas de existência da *casa*. Se as atividades do *roçado* geram produtos, as atividades da casa se ligam às condições de seu consumo, de sua *queima* (p. 111; grifos no original).

⁵⁵ Autonomia, neste contexto, se refere às possibilidades de geração e produção das condições materiais de produção e de reprodução social pelo próprio agricultor familiar. Ou, como formularam Woortmann e Woortmann (1997), a capacidade de manter internamente a unidade de produção os chamados supostos da produção.

É através da produção para autoconsumo que o agricultor familiar não depende, totalmente, do ambiente social e econômico em que está inserido e, principalmente, não depende das suas constantes *flutuações* das condições de troca, como demonstram os trechos das entrevistas. Nota-se, que os informantes elaboram a definição da importância da produção para autoconsumo, sempre relacionado esta, com o contexto social e econômico usando, para isso, termos como “independência” e “auto-sustentável” para definir o papel que o autoprovisionamento possui, no sentido de autonomizar a reprodução das famílias.

Então isso cria uma estrutura de independência dessas famílias, elas se tornam independentes, elas vão produzir o seu próprio alimento (Entrevista 6, 2004, C. A., Representante Sindical, MPA).

Isso nós damos uma grande importância por que o agricultor não depende de fatores externos a propriedade. Ele está sendo auto-sustentável, a propriedade é auto-sustentável [...]. Para nós isso é fundamental por que tu trabalha com o próprio desenvolvimento dentro da propriedade sem depender de fatores externos, de compras (Entrevista 20, 2004, M. C., Técnico em Agropecuária, SAM).

A produção para autoconsumo gera a autonomia produtiva e reprodutiva do grupo doméstico devido a este depender muito menos do mercado como demonstra os trechos das entrevistas. Isso é possível devido à produção para autoconsumo seguir da lavoura para a casa e desta para a mesa do agricultor, assegurando, em grande medida, a sua alimentação. Ao contrário das lavouras ditas comerciais, onde o agricultor familiar teria que vender a produção num determinado mercado, para com a remuneração obtida fazer frente ao “capital constante” (objetos e instrumentos de trabalho) e ao “capital variável” (manutenção e autoconsumo do grupo familiar). Neste caso, o agricultor familiar do Alto Uruguai depende das flutuações e das condições de troca do mercado, não dispondo de *certezas* sobre a remuneração que vai obter com a venda da produção, os preços de venda, as condições de troca, a rentabilidade, etc ficando à mercê destas condições para saber qual o “excedente” monetário que terá para fazer frente ao consumo familiar através da compra deste (Garcia Jr., 1983, p. 128).

A produção para autoconsumo gera autonomia do agricultor familiar pelo princípio da *alternatividade*⁵⁶ produtiva, como formulou Garcia Jr. (1983; 1989) e pelo da *flexibilidade*⁵⁷, tal qual esboçou Herédia (1979). A alternatividade pode ser definida como a possibilidade da produção para autoconsumo ser vendida ou consumida pelo grupo doméstico, dependendo das

⁵⁶ Alternatividade entre (os produtos) serem consumidos diretamente, e assim atender às necessidades domésticas de consumo, e serem vendidos, quando a renda monetária que proporcionam permite adquirir outros produtos também de consumo doméstico, mas que não podem ser produzidos pelo próprio grupo doméstico, como o sal, o açúcar, o querosene, etc (Garcia Jr., 1989, p. 117).

⁵⁷ A noção de flexibilidade de Beatriz Herédia (1979) é semelhante à de alternatividade formulada por Garcia Jr. (1983).

condições familiares (número de membros trabalhadores e consumidores estratificados por sexo e idade, bem como pelas condições sociais de reprodução em que o grupo doméstico se encontra) e das condições de troca desta no mercado. Esta lógica do agricultor foi muito sabiamente explicada por Garcia Jr. (1983):

Se os preços dos produtos estão altos, o pequeno produtor pode vender a sua produção, guardando o dinheiro para as épocas em que baixarem os preços. Consumirá de sua própria produção apenas o necessário na época em que está vendendo. Se os preços estão baixos e tiver dinheiro, o pequeno produtor adquire o produto necessário ao consumo familiar. Com os preços baixos, caso não tenha dinheiro, lança mão do próprio produto na obtenção do necessário ao consumo familiar. Assim, tanto a comercialização da própria produção quanto ao autoconsumo destes produtos levam em consideração a flutuação dos preços de mercado, não havendo nenhuma falta de sensibilidade a estas flutuações, mas uma forma própria de fazer face a elas (p. 129)⁵⁸.

A possibilidade de venda de parte da produção, tanto de autoconsumo, pelo princípio da alternatividade, como da produção comercial da unidade produtiva, é um modo do agricultor familiar fazer frente à sazonalidade da produção, a perecibilidade dos produtos e a não possibilidade de armazenamento da totalidade dos produtos na época de colheita, dando-lhe autonomia nas operações de consumo ou de venda da produção⁵⁹. O agricultor familiar realiza um “cálculo”, como demonstraram Garcia Jr. (1989) e Herédia (1979), no qual determina, aproximadamente, o montante da produção que deve ser plantada para consumo do grupo doméstico e para a venda dos diferentes produtos⁶⁰. Após a colheita, o cálculo incide sobre as percentagens e quantidades que serão autoconsumidas de cada produto, as quantidades que serão armazenadas e, finalmente, as quantidades que serão vendidas, levando-se em conta sempre à satisfação das necessidades alimentares e reprodutivas do grupo doméstico e os preços de venda dos produtos nas praças de mercado.

⁵⁸ Para o caso do Nordeste, a alternatividade é mais explícita para o caso da mandioca que pode ser tanto consumida pelo grupo doméstico na forma inatura, pode ainda ser armazenada sob o solo de um ano para o outro para o consumo ou para fazer a farinha, alimento típico no Nordeste. Pode ainda, ser utilizada para fazer farinha que pode ser consumida ou vendida para fazer frente a outros gastos ou necessidades de consumo, conforme demonstraram Garcia Jr. (1983; 1989) e Herédia (1979).

⁵⁹ O armazenamento de alguns produtos pode ser realizado tanto na lavoura como é a operação de dobra do milho onde se inverte a haste da planta para que não entre umidade das chuvas e deteriore o produto. No caso da mandioca, já citada, e da batata-doce o armazenamento se dá sob o próprio solo. No caso dos demais produtos não perecíveis no médio-longo prazo o seu armazenamento se dá através de seu “ensacamento” ou a granel em galpões, silos e outros locais fechados como “tuias” como era realizado no SAC. Neste último caso citado, pode-se enumerar os seguintes produtos: o arroz, o feijão, o amendoim, o milho-pipoca, a batatinha (para consumo e para semente), etc.

⁶⁰ Este cálculo subjetivo do agricultor familiar também informa as possibilidades de criação, consumo e venda dos animais da unidade de produção que são também formas de “armazenamento”, ou melhor, formas de “acumulação” de valor que propiciam e seguem também o princípio da alternatividade. Ou seja, possuem a capacidade de serem vendidos ou autoconsumidos pelo grupo doméstico dependendo das condições de reprodução social e dos preços que atingem no mercado. Para ter uma idéia desta lógica do agricultor familiar Nordestino ver: Garcia (1983; 1989) e Herédia (1979).

O autoconsumo do grupo doméstico deve ser fornecido para o período de todo o ano, mas nem sempre é possível o armazenamento da totalidade da produção para o ano todo, devido alguns produtos serem produzidos somente em algumas épocas (sazonalidade e estacionalidade) e devido a perecibilidade de outros. A saída, então, encontrada pelo agricultor familiar, é a de realizar o valor de uma parte da produção no mercado, de armazenar o necessário e possível e, de autoconsumir a produção momentânea e estacional. Com a realização do valor de parte da produção que não pode ser armazenada e autoconsumida naquele momento, o agricultor familiar pode comprar o consumo nos demais momentos do ano possuindo, assim, uma *margem de manobra* o que lhe dá um *consumo diferido*⁶¹ durante todo o ano, como esboçou Garcia Jr. (1983). Esta operação do agricultor familiar lhe garante condições de fazer frente ao consumo necessário do grupo doméstico, tanto pelo lado do autoprovisionamento alimentar, como pelo lado da compra do que lhe falta ao consumo. Como formulou a questão Garcia Jr. (1983):

A possibilidade de realização de valor de parte da produção no mercado permite diminuir estes riscos, diminuir também o trabalho necessário para contrarestar a perecibilidade dos produtos e para propiciar a estocagem necessária. Em suma, o dinheiro obtido com a venda possibilita um consumo diferido, que permite enfrentar as flutuações de produção e diminuir a volume de trabalho socialmente necessário. Portanto, a compra e venda de produtos é uma forma de fazer a mediação entre o *roçado* e a *casa*, mesmo sem considerar aqueles produtos necessários à casa que não são fornecidos pela unidade doméstica (p. 137; grifos no original).

Assim, pode-se dizer, que o agricultor familiar possui uma dupla lógica de reprodução social aliada à produção e compra do consumo. Como agricultor ele produz o autoconsumo, ou seja, os produtos de lavoura e da criação animal que por serem consumidos pela família e por não passarem pelos circuitos de mercado possuem apenas *valores de uso*. Quanto ao relacionamento com o mercado, este pode ser através da venda da produção ou da compra de mercadorias agrícolas e não-agrícolas, incluindo-se o consumo alimentar. Na esfera da

⁶¹ Segundo Garcia (1983) o consumo diferido (representa) um bem que é vendido por um lado; ou o consumo de um outro bem necessário ao *gasto*, por outro. Nestes casos, o *mais do que o gasto* é uma forma própria de ajustamento entre o ciclo de produção da unidade doméstica e a periodicidade do consumo familiar. Ou então, uma forma própria de ajustamento entre o uso dos “produtos de subsistência” e a compra daqueles bens de que se é consumidor, mas de que não se é produtor (p. 142; grifos no original).

Note que Afrânio Garcia (1983) usa a designação da categoria “subsistência” para designar não a produção para autoconsumo, mas sim, a reprodução social do agricultor familiar, como ele mesmo explica: (o uso do termo “subsistência” é) para tentar voltar à acepção clássica, sobretudo em Marx e Ricardo, isto é, aquilo que é socialmente necessário para a reprodução física e social do trabalhador e de sua família. *Subsistência* não é, portanto, um dado, um mínimo abaixo do qual a existência física não seria possível, mas uma categoria social que permite estabelecer que padrões e normas de reprodução são socialmente aceitáveis; por conseguinte um conceito que se move de sistema para sistema e que está tão submetido às leis de um sistema determinado como qualquer outro (p. 16; grifos no original).

produção o agricultor familiar pode vender a produção comercial e obter um rendimento que o permite dar conta das necessidades de consumo do grupo doméstico. Por este mecanismo, ele está vendendo mercadorias agrícolas que possuem um *valor de troca mercantil*. Neste caso, ele é também um consumidor, pois compra a preços de mercado o consumo necessário à alimentação e manutenção da família⁶².

Além de gerar uma maior independência e autonomia das famílias rurais do Alto Uruguai, a produção para autoconsumo também possui um papel significativo nos processos de reciprocidade e de socialização entre as famílias rurais. Estas “funções” do autoprovisionamento alimentar nas famílias são analisadas na próxima seção.

2.3 – Autoconsumo e sociabilidade.

A sociabilidade refere-se ao processo pelo qual os indivíduos, as famílias e os grupos sociais se relacionam material e simbolicamente entre si. A sociabilidade encerra razões “práticas” e simbólicas de ser e de agir. O autoconsumo é uma das dimensões das formas familiares que é responsável, em grande parte, pela geração de processos de sociabilidade e da reciprocidade entre os agricultores⁶³. A necessidade de se socializar emerge inicialmente devido ao isolamento que os colonos eram deixados em meio à mata densa e cerrada. A única comunicação ou meio de se conversar com alguém de fora da família, inicialmente, era se indo até a casa do vizinho mais próximo. Assim, a forma de se sociabilizar era fazendo uma “visita” à casa dos outros vizinhos de picada. Com a abertura da mata e a constituição das primeiras comunidades, a sociabilidade familiar passa para a esfera pública da comunidade, mas, ainda assim, se mantém na esfera das famílias através das “visitas”.

O interessante deste processo é que as transformações sociais, econômicas e produtivas que transcorreram a partir dos anos de 1970, no Alto Uruguai, não solaparam totalmente estes tipos de costumes ligados ao modo de vida colonial. Neste sentido, a esfera

⁶² É por esta dupla lógica do agricultor familiar que não se aceita a designação de “agricultura de subsistência” ou de agricultor totalmente mercantilizado e integrado ao mercado. O termo “agricultura de subsistência” passa a idéia de um tipo social de agricultor em que a sua produção seria somente utilizada para fazer frente às necessidades domésticas do grupo familiar, não passando pelas transações mercantis, o que se coloca, desde já, como falso no caso dos agricultores familiares do Alto Uruguai, pois estes possuem a lógica da produção do autoconsumo, mas também, por outro lado, a lógica do mercado no que se refere a produção dita comercial. Não existe, atualmente, uma “agricultura de subsistência” somente, bem como, não existe um agricultor familiar totalmente mercantilizado do ponto de vista social e econômico. O que existe é um agricultor familiar que possui sua lógica de produção e reprodução social assentada no mercado e também, ao mesmo tempo, na produção para autoconsumo como duas esferas integradas dialeticamente e sobrepostas à unidade de produção e ao grupo doméstico determinando e apontando os “caminhos” que a reprodução social vai seguir.

⁶³ Antonio Candido (1987), também observou que a produção para autoconsumo era responsável por gerar trocas e a socialização entre os caipiras paulistas.

da sociabilidade permanece, até hoje, como uma dimensão importante da reprodução moral e cultural das formas familiares de produção e trabalho nos espaços rurais, malgrado todas as transformações técnico-produtivas que se gestaram a partir da assim chamada modernização agrícola. É claro que a sua intensidade foi enormemente diminuída após estas mudanças, mas a sociabilidade continua sendo um fator importante de entendimento da cultura, das relações sociais e dos valores morais da agricultura familiar.

O autoconsumo é um engendrante da sociabilidade familiar, na medida em que este era um meio das famílias se socializarem e se relacionarem. O autoconsumo era motivo de sociabilidade, pois o mesmo encerrava razões “práticas” e simbólicas do *ser* colono. O plano prático é entendido como as necessidades em torno da produção e reprodução que faziam com que o colono se socializasse. O plano simbólico é permeado pelos valores, pela cultura e pelo modo de vida dos colonos e suas relações com as demais famílias. Nesse sentido, o colono não é só uma ordem econômica, é também uma *ordem moral* que possui certos valores de *campesinidade* como formulou Woortmann (1990), que lhe são guias de relacionamento e comportamento social frente aos outros.

Um destes valores é a reciprocidade. Os colonos se socializavam em torno da troca de produtos, animais e sementes ligadas à esfera do autoconsumo, bem como, na doação de alimentos aos vizinhos mais próximos. Um exemplo disso era o do abate de uma rês ou de porcos em que os vizinhos mais próximos eram chamados a ajudar e, em troca da ajuda, recebiam uma parte do animal para si. Quando os outros vizinhos abatiam qualquer animal retribuía a doação da mesma forma. Nesta troca não interessava o tamanho ou a quantidade de carne recebida, mas sim, que a família “que carneava”, não esquecesse de nenhum dos vizinhos. Se isso acontecesse, era motivo para discórdias e para se “falar mal”. Porém, o processo de matança do animal não é somente trabalho, é também o lugar de se falar de negócios, dos outros vizinhos, de acontecimentos recentes da comunidade, da vida, dos problemas, etc. É um espaço onde ocorre a socialização e o trabalho num processo único. Este papel da produção para autoconsumo é demonstrado no trecho de entrevista com um agrônomo da Emater.

Ela proporciona uma integração maior por que se sabe bem que na produção para autoconsumo as famílias nas comunidades acabam trocando estes gêneros alimentícios que são produzidos na propriedade. Então gera um diálogo maior, uma maior socialização das pessoas na comunidade, uma integração maior [...] (Entrevista 12, 2004, G. S., Engenheiro Agrônomo, Emater).

Um outro caso no qual o autoconsumo é gerador da sociabilidade, é o das trocas de produtos ou animais entre vizinhas, parentes e “comadres”. É o caso da troca de ovos de galinhas caipiras entre as mulheres. Nesse caso também existem razões “práticas” e simbólicas no processo de troca. No plano prático e produtivo a troca é para “misturar as raças” das galinhas que já estão muito “afinadas de sangue”. No plano simbólico é a forma de se fazer uma “visita”, de saber dos últimos acontecimentos, ou mesmo, para se conversar sobre a vida, e, sobretudo, sobre a vida dos outros se fazendo a chamada “fofoca” muito comum nas regiões coloniais até hoje.

Também é o caso da troca de sementes de pipoca, de amendoim, de ramas de mandioca, de batatas, etc. Ocorre de uma família “ter perdido a semente” de uma determinada planta de autoconsumo e que a família vizinha a possua. Neste caso, pede-se “emprestado” um pouco para se reproduzir, sendo o empréstimo nem sempre passível de algum tipo de pagamento. Isso é possível devido às relações de sociabilidade que permitem que as famílias transacionem produtos para autoconsumo sem trocarem mercadorias com valor real de troca. Ou, pode-se trocar um tipo de semente ou animal por outro, numa forma de escambo em que as necessidades práticas de determinado produto ou animal é que guiam a troca. É o caso da comida, como formulou Woortmann (1990), que no contexto da reciprocidade e sociabilidade nas formas familiares não possui valor de troca:

O elemento central é a comida. Ela tem um valor grande demais para ser mercadoria. É por seu valor de uso que ela tem valor de troca no contexto da reciprocidade, onde o dinheiro nenhum valor de troca tem porque pertence ao domínio do mercado. No campo da reciprocidade [...] quanto maior o valor de uso, tanto maior o valor de troca que possui a coisa trocada (p. 58-59).

Em outros casos o alimento pode ser usado para pagamento de dias de trabalho. É o caso das “miudezas” de suínos e bovinos principalmente que são “dadas” a um agricultor “mais fraco” para que este dispense uma certa quantidade de dias de trabalho para “pagar” pelo alimento recebido. Além de trabalho, este tipo de “negociação” envolve uma socialização das famílias envolvidas, pois sempre que se abater um animal se oferecerá as “miudezas” em trocas de “dias de serviço” numa troca não mercantil e simbólica, na qual quem “dá” as miudezas parece estar ajudando a quem a recebe⁶⁴. Da mesma forma que quem a recebe fica como que comprometido com o doador em lhe “pagar” a mesma com os dias de serviço que serão dispendidos futuramente.

⁶⁴ Esse processo é idêntico ao relatado por Woortmann (1990), em que os camponeses em trabalho de mutirão na Amazônia (*ajuri*) pagavam o dia de serviço dos ajudantes com comida.

Em algumas formas de sociabilidade o consumo de alimentos e bebidas entre os colonos era central, como demonstra a Figura 1. É o caso do “serão” ou do “filó” dentre os colonos, principalmente, os italianos. Estes consistiam em uma visita à casa de outra família geralmente à noite com o objetivo de conversar, “se visitar”, ou mesmo fazer algum negócio ou tratativa de trabalho. Neste caso, a família receptora da visita sempre tem que servir alguma comida ou bebida para os visitantes como forma de “agrado” e gratidão. É o caso analisado por Tavares dos Santos (1984) entre colonos italianos⁶⁵:

Se é no inverno, gosto de seron... Seron é quando a gente vai numa casa no inverno, como batata, pinhon, amendoim e vinho [...] (p. 159).



Fonte: Museu Municipal de Caxias do Sul/Arquivo Histórico Municipal João Sapadari Adami (1928).

Figura 1: Socialização entre famílias de colonos gerada pela produção para autoconsumo.

Em muitos casos, é através de uma destas formas de sociabilidade e de conversas que surgem informações sobre como plantar determinada espécie, qual o “tipo” de cultivo é melhor, produz mais, ou mesmo sobre as técnicas de manejo mais adequadas. Deste modo, se por um lado a produção para autoconsumo engendra a sociabilidade, por outro, as formas de

⁶⁵ Outro caso em que é recorrente o consumo de alimentos e bebidas eram as festas de aniversário na casa do próprio aniversariante. Esta era planejada antecipadamente pelos vizinhos e pela mulher do aniversariante. “Se roubava” deste na noite anterior ao aniversário um pequeno animal, que geralmente era um suíno, com o consentimento da mulher, para que fosse abatido e preparado para os festejos. As famílias vinham à noite em grupo a casa do aniversariante que de nada sabia e era surpreendido com cantigas, bebidas e os parabéns dos vizinhos. Neste caso os alimentos de autoconsumo e as bebidas coloniais como os vinhos eram que davam o tom da festa na colônia.

sociabilidade também fazem surgir novos conhecimentos relacionados à produção para autoconsumo.

Os mutirões coletivos também encerravam a sociabilidade através do trabalho em grupo dos vizinhos nos períodos de maior “precisão”. Ele encerra, também, a sociabilidade através da alimentação na “hora do almoço”, pois é neste momento que o grupo de trabalho fica junto em sua totalidade. Além de almoçar, se tira também uns “dedos de proza” sobre os mais variados assuntos. A qualidade e a quantidade dos alimentos dispostos à mesa na hora do almoço é de fundamental importância, pois indica se a esposa é “caprichosa” e se o colono é um “colono forte”. Neste caso, se ajudar o vizinho é o motivo central do mutirão, este não é o único. É a maneira também de se socializar com “os compadres” e de botar a conversa em dia. Para outros, o atrativo ao trabalho é o já sabido churrasco e a bebida, que serão servidos no almoço ou depois do término dos trabalhos⁶⁶.

Deste modo, pode-se dizer que a sociabilidade, a reciprocidade e o autoconsumo são elementos centrais ao trabalho produtivo e na lógica reprodutiva das formas familiares, pois encerra muito mais do que “ajudas” em trabalhos e trocas, eles são também simbólicos, cheios de significados e engendram relações sociais dos mais variados tipos entre os colonos. Como se formulou acima, o autoconsumo e a sociabilidade se possuem, por um lado, razões “práticas” relacionadas ao processo produtivo, por outro, guardam um papel muito variado em termos de construções simbólicas e de relações sociais entre famílias e destas com a comunidade. Guardam muitos dos valores da campesinidade que definem o campesinato (colonos) como uma ordem que é mais que econômica, é também uma *ordem moral*, como se referiu Woortmann (1990).

O autoprovisionamento alimentar dos agricultores familiares do Alto Uruguai, também possui outros papéis em sua reprodução social. É o caso da identidade sócio-profissional dos mesmos que está diretamente fundada com a produção dos próprios alimentos consumidos pela família. É, também, o caso do conhecimento e do saber-fazer dos agricultores mais experientes que é repassado aos jovens de forma a reproduzir muito mais do que aspectos produtivos, mas também a forma como estes se relacionam e entendem a natureza, os sistemas de produção e o meio ambiente em que vivem. São estes temas que se analisa na seqüência.

⁶⁶ É o caso, por exemplo, do final das colheitas “a mão” de soja nos anos 70 e 80, no qual o término destas e dos trabalhos eram comemorados com uma grande festa em família e a todos que haviam ajudado a mesma nos serviços da colheita como forma de retribuição pelos esforços despendidos.

2.4 – Autoconsumo, identidade e saber-fazer nas formas sociais familiares.

O autoconsumo não é somente a produção através do trabalho do agricultor aplicado a um processo produtivo, no afã de obter os elementos e produtos necessários à alimentação e manutenção do grupo doméstico. O trabalho do agricultor é produtivo, mas é também simbólico e repleto de significações e sentidos que lhe são fundamentais para a construção da sua identidade social enquanto agricultor familiar. A sua identidade, por sua vez, está ligada ao *ser colono*, ao trabalho laborioso aplicado no processo produtivo, ao apego à terra enquanto patrimônio, à família, ao saber-fazer histórico transmitido de geração em geração, que embasa a produção para autoconsumo enquanto produção alimentar e simbólica das relações sociais. Assim, a produção para autoconsumo longe de ser apenas mais uma mercadoria produzida pelo colono, é a produção e reprodução de relações sociais e expressa um saber acumulado e transmitido na socialização dos filhos.

Os agricultores possuem a sua identidade assentada em vários atributos distintos que os ligam com a produção para autoconsumo. Um primeiro atributo que os ligava fortemente a produção para autoconsumo é o do trabalho laborioso dos colonos pioneiros (Seyferth, 1994; Renk, 2000). O desbravar o mato, amansá-lo e a constituição das primeiras lavouras de feijão, milho, batata, mandioca, etc, para o sustento da família era o que identificava o colono. Neste primeiro momento, o colono é identificado como o único com qualidades de trabalho superior aos demais membros da população das colônias, em condições de “abrir” e “por abaixo” a mata e extrair o sustento da sua família. Nesse caso, a sua superioridade laboral era devido à etnia a ele associada, geralmente germânica ou italiana⁶⁷. A idéia de pioneirismo está acoplada à de conquistador, de desbravador, àquele que venceu a natureza inóspita e com seu trabalho plantou o progresso, que só pode ser associado aos colonos, como uma de suas virtudes étnicas (Renk, 2000, p. 164)⁶⁸. Além do trabalho laborioso para desbravar a mata e instalar as primeiras lavouras para autoconsumo, o colono também passava por privações alimentares constantes o que o identificava cada vez mais como um personagem de sofrimento, sem recursos e que suportava adversidades e carências alimentares. Como

⁶⁷ Os colonos se auto-intitulavam desbravadores e os únicos a possuírem as verdadeiras capacidades para o trabalho na agricultura. Definiam-se em contraposição aos caboclos, luso-brasileiros e indígenas, pois estes no seu entendimento eram “preguiçosos”, “sem vontade” e “nunca iriam prosperar”. Para uma melhor exposição desta identidade no período colonial, ver Seyferth (1994) e Renk (2000).

⁶⁸ Ressalta-se que a superioridade laboral e as demais distinções realizadas entre colonos e os indígenas, luso-brasileiros, caboclos, etc é baseada em estudos anteriores que demonstraram como os colonos se identificavam e se viam frente os demais grupos sociais. Estas afirmações são tomadas “emprestadas” de outros autores e não necessariamente expressam a opinião do escritor.

formulou um dos informantes de Renk (2000, p. 168): “nós ficando até quarenta dias sem comer pão”.

Com o desenvolvimento das colônias a identidade ligada ao trabalho pesado aplicado à produção para autoconsumo se modifica. Das carências alimentares dos anos iniciais, as colônias passam a se identificarem como *auto-suficientes* em alimentos para suas famílias. Isso se reflete em comparação com “os da cidade” que “precisam comprar tudo” (Renk, 2000, p. 169). Nas colônias, ao contrário destes, a auto-suficiência se baseia nas propriedades coloniais policultoras, que produziam um pouco de tudo. Sua produção ia desde artigos simples da alimentação como as verduras e frutas, até a carne de suíno, aves ou gado, passando pelo feijão, milho, batata, mandioca, dentre outros gêneros alimentícios.

A identidade do colono é também acionada com relação à terra. Esta é um *patrimônio familiar* que o colono administra e cultiva durante toda a sua existência e que, para a maioria dos colonos do sul, deve ser repassada a um dos membros (por um padrão de herança variável em cada caso) do grupo familiar para que permaneça indiviso⁶⁹. A terra para o colono não é simplesmente mais um “fator” de produção, ela é, sobretudo, o local onde ele nasceu, cresceu e também, em alguns casos, onde constituiu a sua família. A terra é um ente central na lógica produtiva do colono, pois é através dela que este retira o “sustento” da família, como verificou Tavares dos Santos (1984). É através dela que é possível ao colono possuir e manter uma certa autonomia no processo produtivo. Sem a propriedade da terra o colono é como que um desenraizado social, pois não conseguirá produzir nem para o autoconsumo alimentar da família.

Como verificou Tavares dos Santos (1984) entre colonos ítalo-brasileiros, a terra é usada pelos colonos, principalmente, para sustentar a família. Como se referiu um entrevistado seu: “se não tivesse a terá non posso sustentá a família” (p. 137), numa alusão que é da terra que brota a produção para autoconsumo que alimenta a família. Assim, a expressão “sustentá” quer dizer que a terra é o local de onde provém o alimento para o grupo doméstico. Ela tem assim, em primazia, uma “*função*” *social* antes de ser um “fator” de produção, um ativo fundiário ou simplesmente uma base para o desenvolvimento econômico e agrícola⁷⁰.

Mas o colono, como estratégia de sucessão e herança, não transmitia a terra apenas enquanto patrimônio indiviso a um dos filhos. O patrimônio que o colono transmite, de

⁶⁹ Para ver como é o padrão de herança entre colonos alemães no sul, consultar Woortmann (1995) e Arlene Renk (2000).

geração a geração aos seus filhos, não é somente um patrimônio material e produtivo, mas é também um patrimônio simbólico, cultural e uma matriz ou sistema de conhecimentos, como formulou Suarez *et all* (1983), aplicados à prática agrícola e à produção dos alimentos para o grupo familiar. Deste modo, o colono repassa um *saber-fazer* acumulado e que foi recebido do seu pai, irmão ou avó para todos os filhos socializando-os com os elementos da natureza e com o trabalho agrícola. Como formularam Woortmann e Woortmann (1997):

Para se reproduzirem, os camponeses produzem mercadorias, mas a produção de mercadorias é antecedida logicamente pela produção de bens, e esta, por sua vez, é antecedida pela produção-reprodução de bens simbólicos que constituem o *corpo do saber* (p. 13; grifos meus).

Assim, o processo produtivo de alimentos, no caso do agricultor, só é possível de ser realizado se, anteriormente a este, o mesmo possuir o corpo do saber que o embasa e informa. De nada adianta, aos agricultores familiares, a posse dos meios de produção e do objeto de produção (a terra), se estes não tiverem o saber-fazer que fornece o conhecimento necessário para desenvolver o processo de produção dos alimentos. O papel do conhecimento aplicado na produção de autoconsumo pelos agricultores, pode ser exemplificado pelo relato de uma liderança do MPA, que chega a formular que o agricultor familiar é um “doutor” em sua profissão se referindo a relevância que possui o corpo do saber no caso da obtenção da produção para autoconsumo.

[...] o pequeno agricultor ele é um “doutor” na sua profissão, ele sabe, ele conhece o clima, ele sabe a época de plantar o produto, ele tem um conhecimento, uma história, uma cultura que vem de centenas de anos, que vem sendo passada de gerações em gerações [...]. Conhece a função de cada planta, a sua adaptação, o período de cultivo e isso é importante (Entrevista 6, 2004, C. A., Representante Sindical, MPA).

O processo de trabalho nas formas familiares é executado tendo de um lado, as forças produtivas⁷¹ e de outro, as relações sociais de produção⁷², mediados pelo sistema de conhecimento aplicado ao processo produtivo. Porém, é o saber que permite usá-los e a cultura que lhes dá significado, inclusive para mais além da materialidade ou da instrumentalidade prática do trabalho (Woortmann e Woortmann, 1997, p. 10). O saber exerce

⁷⁰ O termo fator de produção provém da terminologia neoclássica, que classifica a terra, o capital e a mão-de-obra como os três principais fatores de produção no caso da agricultura.

⁷¹ A noção de forças produtivas, tal como é utilizada pela sociologia, significa o conjunto de fatores de produção: recursos disponíveis, homens, e instrumentos de trabalho. Os elementos desse conjunto se combinam de maneira específica, em cada momento histórico de uma sociedade, para produzir o que ela necessita (Woortmann e Woortmann, 1997, p. 10).

⁷² Segundo Woortmann e Woortmann (1997, p. 10), a noção de relações de produção refere-se às funções preenchidas por indivíduos e grupos no processo de produção e no controle dos fatores e meios de produção.

nas relações sociais de produção um trabalho que pode ser formulado como o *trabalho do saber*, no sentido de um método de ensinamento e pedagogia, que aplicado nos diferentes elementos da família, diferenciados por sexo e idade, são simultaneamente socializados com o sistema de conhecimentos em torno do trabalho agrícola e da produção de alimentos para o autoconsumo. É o saber que medeia a relação entre as forças produtivas e as relações sociais de produção no interior do grupo familiar.

O saber informando o processo produtivo e as relações sociais no grupo doméstico é um princípio em torno do qual se organiza a identidade das formas familiares de produção e trabalho. A transmissão do saber aplicado à produção para autoconsumo entre os agricultores envolve relações de hierarquia, de gênero e de idade no grupo doméstico. É só a partir destas variáveis que se pode entendê-lo e estudá-lo.

Como relação de hierarquia, o saber é tido no pai de família. É este quem *governa* a família, como se referiram Woortmann e Woortmann (1997), porque ele é que comanda o processo produtivo, pois é quem detém o saber e, nesse caso, *o saber é poder* no interior do grupo familiar. Como formulou Woortmann (1983), o papel dos mais velhos é central nas formas familiares, mesmo em situações em que o pai já possui idade avançada e sem condições físicas ideais para o trabalho, este consegue governar o processo produtivo e a família devido a sua “experiência” de vida acumulada. Mesmo sendo uma “força marginal” na unidade de produção, no sentido em que se referiu Jerzy Tepicht, este se impõe pelo seu saber.

É igualmente o pai de família que ensina, educa e transmite o saber-fazer aos filhos homens principalmente. O pai de família é que decide as tarefas a fazer, como, quem as executa e quando um dos filhos já está apto a ser o “novo” chefe e assumir as responsabilidades sobre a produção. O pai de família “avalia” quando o filho está se tornando “força plena” e quando ele pode assumir a frente do processo produtivo. Por outro lado, não é a idade e nem a força física que transformam um filho em força plena. É saber como e por que fazer. Nesse sentido, não é a idade que faz o homem pleno ou a força plena, mas é o *saber pleno* que faz a idade enquanto constructo social (Woortmann e Woortmann, 1997, p. 12; grifos meus).

O início da socialização dos filhos no processo de trabalho entre os colonos se dá desde pequenos quando estes acompanham os pais na lavoura e nas lides diárias. Mesmo não “ajudando” muito, apenas o fato de irem junto já expressa o interesse e o aprender, o qual, somente virá mais tarde quando estes ficarem “mais velhos”. Como verificou Tavares dos Santos (1984) em sua pesquisa com colonos italianos, quando um dos entrevistados lhe

informou que levava os filhos pequenos na “roça”: “Eles tem enxadinha cada um deles e von na roça, non son obrigado a trabalhá, mas só pra acostumá, fazé o serviço, ver o pai como faz, eles apreende” (p. 45).

Sé é o pai quem ensina aos filhos homens a socialização no processo produtivo, é a mulher e esposa quem socializa as filhas na esfera da casa e do consumo doméstico⁷³. Geralmente aos homens cabe o trabalho na criação e nas lavouras para venda, nas quais se produz em volume, ou seja, o trabalho dito “pesado”, tal como demonstraram Woortmann e Woortmann (1997). Para as mulheres cabe o trabalho na esfera da residência, do quintal e das pequenas lavouras e criações destinadas ao autoconsumo⁷⁴. É a mãe que ensina as filhas a se socializarem, por exemplo, no preparo e cozimento dos alimentos, ensinando-a a não desperdiçarem e a prepararem o alimento de forma que fique gostoso e palatável, pois para os colonos um dos atributos de uma “boa esposa” é aquela que “cozinha bem”⁷⁵.

São também as mulheres juntamente com as “forças marginais”, ou seja, os velhos e crianças, que realizam o trabalho de cultivo e criação para o autoconsumo doméstico das formas familiares, como mostra a entrevista. Nota-se, pelo trecho da entrevista, que o informante refere-se à oposição entre a mulher que é responsável pela produção para autoconsumo e o homem que fica com a responsabilidade sobre as lavouras comerciais, demonstrando as relações de poder e de gênero que existem em torno da produção para autoconsumo.

[...] A produção de subsistência⁷⁶ geralmente quem faz é a mulher. É a mulher que faz isso e ai tem aquela velha relação de poder, a mulher sempre fica prejudicada por que a mulher é inferior. O homem por que lida com a soja por que é a soja que dá dinheiro, a soja ou o fumo, quando é a soja principalmente (Entrevista 22, 2004, R. B., Engenheiro Agrônomo, Emater).

Pode-se dizer que a transmissão do conhecimento segue uma divisão social no interior da família. Esta divisão é baseada no gênero, na idade e na hierarquia social existente como demonstra o trecho da entrevista, onde a figura do pai da família e da mãe são centrais. Enquanto o primeiro *governa* a produção e transmite saber aos filhos homens, a segunda é o

⁷³ Sempre que se referir à palavra consumo está-se fazendo referência não só aos alimentos produzidos pelo grupo doméstico, mas também, a outras mercadorias que podem ser compradas de fora da unidade produtiva para consumo alimentar da família. Já a noção de autoconsumo, perfaz somente a esfera do que é produzido e utilizado na alimentação da própria família dentro da unidade doméstica. A distinção entre estas duas noções é baseada em Chayanov (1974).

⁷⁴ Esta asserção deve ser relativizada, pois muitas vezes os homens também ajudam nas pequenas lavouras e criações para autoconsumo.

⁷⁵ O cozinhar bem para os colonos é uma das principais qualidades que deveriam ser observadas nas moças antes do casamento para se ter uma boa esposa. Para uma melhor exposição deste assunto, ver Woortmann (1995).

governo da casa e do consumo. Esta também tem o papel de socializar as crianças e moças nos pequenos cultivos e serviços domésticos como demonstraram Woortmann (1993) e Woortmann e Woortmann (1997).

Nas formas familiares o autoconsumo é originário de um cálculo subjetivo, no qual são determinados por uma “negociação” entre homem e mulher os espaços destinados às lavouras comerciais e às de autoconsumo, onde serão plantados cada um dos cultivos, a quantia necessária para suprir as necessidades da família no ano, a organização dos espaços do “território” familiar dentro da unidade de produção, etc (Woortmann e Woortmann, 1997). Esse cálculo, leva em conta o tamanho da família diferenciados em termos de sexo e idade, ou seja, quantas bocas se têm para alimentar no ano, bem como as necessidades alimentares da família (Chayanov, 1974).

Deste modo, o saber nas formas familiares de produção e trabalho, é muito mais que uma “ferramenta” com a qual o agricultor familiar e a sua família produzem o autoconsumo alimentar do ano. O saber produz relações sociais e pessoas numa lógica que vai muito além da produtiva e material. O saber produz e reproduz a cultura, os valores, os significados dos alimentos, o ordenamento do “mundo” familiar e das suas relações que daí decorem como indivíduo integrante de uma sociedade muito mais ampla.

O saber nas formas familiares também não é estático. Ele muda e se metamorfoseia com o processo histórico de desenvolvimento das forças produtivas na agricultura. Assim, o saber nas formas familiares mudou muito desde o SAC até os primórdios da agricultura familiar de hoje. Este saber, incorporou elementos das novas tecnologias agroindustriais, das mudanças técnico-produtivas e aqueles repassados pelos organismos forâneos à unidade de produção como o prescrito por universidades, por órgãos de pesquisa, de assistência técnica e extensão rural, etc. Pode-se dizer que a mercantilização, tal como a definiu Van der Ploeg (1990; 1992), avança, inclusive, nesta esfera da vida social – no saber familiar – substituindo-o por tecnologias e procedimentos exteriores a unidade de produção, como bem se referiu Woortmann (1983):

[...] assiste-se não só o esgotamento das terras, mas do saber que orienta o trabalho sobre a terra e das possibilidades de manter internos à unidade produtiva os principais supostos da produção – talvez o componente mais importante da reprodução camponesa como tal (p. 227).

⁷⁶ Os entrevistados durante a pesquisa de campo, geralmente se referem ao autoconsumo como produção de subsistência e, em outros casos, como as “miudezas”.

Esta perda do corpo do saber e do conhecimento local pelos agricultores familiares, também é formulada em relação ao início do processo de mudanças técnico-produtivas da agricultura do Alto Uruguai. Este processo de transformação operou a troca do saber-fazer e da cultura do agricultor familiar pelo conhecimento moderno e pela tecnologia gerada no bojo do desenvolvimento industrial. Durante o trabalho de campo, verificou-se a ocorrência deste movimento, em que um engenheiro agrônomo chegou a explicitar que o conhecimento que os agricultores familiares possuem é “*a cultura da indústria*”, numa alusão ao processo de penetração das novas técnicas e tecnologias nas unidades de produção.

Então a Revolução Verde ela foi super desastrosa do ponto de vista da subsistência, da questão cultural uma vez que [...] o grande prejuízo da Revolução Verde foi na questão cultural por que os agricultores perderam aquela cultura que eles tinham e eles passaram a ter uma outra cultura que é a *cultura da indústria* (Entrevista 22, 2004, R. B., Engenheiro Agrônomo, Emater).

A não transmissão do corpo do saber, como formularam Woortmann e Woortmann (1997), das gerações mais velhas que ainda possuem estes conhecimentos herdados do modo de vida colonial, para as gerações mais novas de futuros agricultores no Alto Uruguai é, inclusive, um dos motivos da vulnerabilização da produção para autoconsumo nas unidades de produção. Na percepção de um dos extensionistas rurais da Emater, a juventude não é interessada pela produção para autoconsumo e quem, geralmente, faz este tipo de atividades no interior das famílias são as pessoas “mais velhas”, ou seja, as forças marginais como se referiu Tepicht. O relato que segue é ilustrativo deste processo.

A menina [...] não pode ir à horta fazer um canteiro, gente isso ai é o cúmulo. Vai desmotivado e eles não apreendem a fazer isso. É a avó que está lá na horta fazendo o canteiro e quando morre essa vó, quem é que vai fazer? [...] Essa juventude que está se criando ai e que futuramente vão ser as futuras famílias e que não vão saber fazer nada. E eu percebo que a gente trabalha muito em alimentação, incentivo e tem meninas de 15, 17, 18 anos que tem o prazer de me dizer que não sabem fazer um canteiro (Entrevista 7, 2004, M. Z. B., Extensionista Rural, Emater).

Contudo, não é o objetivo, nesta seção, realizar-se uma análise exaustiva em torno da perda dos conhecimentos dos agricultores familiares do Alto Uruguai, mas sim apenas apontar este tipo de acontecimento. Este assunto será retomado mais adiante nos outros capítulos da presente dissertação, no qual será mais bem desenvolvido. Passa-se, nesta próxima seção, a elencar alguns elementos teóricos e reflexivos esboçados por Frank Ellis que serão úteis nas análises que se quer realizar em torno da produção para autoconsumo, das políticas públicas e iniciativas locais de desenvolvimento que serão estudadas nos próximos capítulos.

2.5 – O autoconsumo como estratégia de diversificação dos modos de vivência.

A hipótese que se quer verificar para o caso do Alto Uruguai, é a de que o autoconsumo desempenha um papel nas formas sociais de produção e trabalho que está relacionado a propiciar a diversificação das estratégias de vivência e de desenvolvimento das famílias. Neste sentido, o que se quer demonstrar é que a produção de autoprovisionamento é a base sobre a qual se assenta, materialmente, grande parte da reprodução social e alimentar do grupo doméstico e o ponto de partida para que as unidades de produção consigam diversificar as suas estratégias de vivência⁷⁷. O entendimento que se persegue do que sejam as estratégias de vivência do agricultor familiar é baseado na definição de Ellis (2000):

As *estratégias de vivência (livelihoods)* compreendem os ativos⁷⁸ (capital natural, físico, humano, financeiro e social), as atividades, e o acesso para estas (mediado por instituições e relações sociais) que juntos determinam o ganho de vida pelos indivíduos e unidades domésticas (p. 10; tradução livre)⁷⁹.

Segundo Frank Ellis (2000), as estratégias de vivência podem ser classificadas em dois tipos principais, dependendo do contexto em que a unidade doméstica está inserida, o nível de riscos e choques a que esta está submetida. Estas podem ser de *escolha e adaptação* em um contexto no qual o grupo doméstico está em condição de ascensão social e até de acumulação. Neste caso, as estratégias de vivência como escolhas postas em prática se referem a uma reação *voluntária e proativa* para chegar à diversificação dos ativos, fontes de renda e acessos a estes (p. 55). Ou, podem ser definidas como estratégias de adaptação em um processo contínuo de mudança das estratégias de vivência, em que qualquer melhoramento existente traz segurança e riqueza para tentar reduzir a *vulnerabilidade* e a pobreza (Davies e Hossain, 1997 *apud* Ellis, 2000, p. 63). Neste tipo de estratégia, a unidade doméstica possui as condições materiais e sociais asseguradas por onde vai se dar a sua reprodução. Tal estratégia pode levar a unidade doméstica à ascensão e, talvez, a uma diferenciação social e econômica

⁷⁷ Nesta seção desenvolve-se esta hipótese somente de forma teórica. A sua operacionalização prática ocorre no capítulo 5.

⁷⁸ Os ativos podem ser descritos como estoques de capital que podem ser utilizados diretamente, ou indiretamente, para gerar os meios de sobrevivência da unidade doméstica ou para sustentar o seu bem-estar material para diferentes níveis de sobrevivência (Ellis, 2000, p. 31; tradução livre).

⁷⁹ Segundo Ellis (2000, p. 8), o capital natural se refere aos recursos de base como a terra, água, árvores, etc que rendem produtos utilizados pela população humana para a sua sobrevivência. O capital físico se refere ao acesso pelo processo de produção econômico de, por exemplo, instrumentos, máquinas, terraços, canais de irrigação, ou seja, obras de infra-estrutura em geral. O capital humano é referido como os níveis de educação e de saúde da população. O capital financeiro é definido pelo estoque de dinheiro que pode ser acessado para a aquisição da produção ou consumo de bens e, o acesso ao crédito. O capital social se refere às redes e associações em que as pessoas participam que lhes pode dar vários “suportes” e que contribuem em suas estratégias de vivência.

frente às demais, possivelmente pela maior *capacidade*⁸⁰ de manter, renovar e “criar” os diferentes tipos de capitais necessários a sua sobrevivência.

Por outro lado, as estratégias de vivência podem ser de *reação* e *necessidade* em um contexto de pobreza rural, de riscos e de choques na reprodução social do grupo doméstico como se referiu Ellis (2000). Neste caso, as condições sociais e materiais que lastreiam a reprodução social da unidade doméstica, estão em processo de desagregação e, é necessário lançar mão de estratégias para continuar sobrevivendo mesmo em um contexto de crise econômica, de riscos, de reprodução ameaçada e, também, de insegurança alimentar, como no caso da vulnerabilização da dimensão do autoconsumo pelo privilegiamento da esfera comercial e mercantil da unidade doméstica. Neste caso, as estratégias de necessidade se referem a uma ação *involuntária* e *infortúnia* em direção a diversificação dos ativos e tipos de capitais (p. 55). Ou, podem ser estratégias de reação definidas como uma seqüência definida de respostas para sobreviver a crises e desastres (p. 61).

No caso do Alto Uruguai, as estratégias de vivência seguem os dois cursos descritos por Frank Ellis, mas há um nítido direcionamento voltado ao segundo tipo de estratégia, ou seja, voltado às estratégias que são postas em prática devido às necessidades e carências dos grupos domésticos. Deste modo, as estratégias estão num contexto de reação à sua situação social e econômica, tentando buscar saídas à reprodução social que se encontra ameaçada e ao grande número de famílias em situação de fragilidade social e pobreza rural na região. No caso de desagregação do grupo doméstico, de reprodução social ameaçada e de riscos e desastres a que o agricultor familiar está submetido, este poria em prática as estratégias de vivência por necessidade e por reação para levá-lo a *diversificação das estratégias de vivência*. Como definiu Ellis (2000):

A diversificação das estratégias de vivência (*livelihood diversification*) é definida como um processo pelo qual as unidades domésticas constroem um incremento diversificado de suas carteiras de investimentos (*portfolios*)⁸¹ de atividades e ativos para sobreviver e para melhorar o seu padrão de vida (p. 15; tradução livre).

⁸⁰ Como formulou Ellis (2000, p. 7), o termo capacidade é derivado da Amartya Sen e se refere à habilidade dos indivíduos para realizar o seu potencial humano (nutrir-se adequadamente, ser livre de doenças) e fazer (exercer escolhas, desenvolver habilidades e experiência, participar socialmente). Frank Ellis utiliza o conceito de capacidade para explicar o conceito de estratégia de vivência. As diferentes estratégias de vivência postas em prática para se atingir a diversificação é dependente das capacidades dos indivíduos e das famílias em operacionalizá-las.

⁸¹ *Portfolio* pode também ser traduzido como um “leque” diversificado de investimentos. Quer dizer que a unidade doméstica deve constituir uma ampla gama de atividades e fontes de renda para fazer frente as suas necessidades e a sua reprodução social.

A idéia da diversificação das estratégias de vivência parece ser útil e aplicável ao Alto Uruguai, por ser este uma unidade do espaço rural não diversificada historicamente, com um desenvolvimento que é agrícola e setorializado. Além disso, esta região experimentou um processo histórico de empobrecimento no qual uma parcela dos agricultores familiares está lançando mão das diferentes estratégias de reação a sua situação social e econômica degradante em que se encontram⁸². Deste modo, se pretende usar o conceito de diversificação das estratégias de vivência para o estudo da produção para autoconsumo e também no caso da análise das políticas públicas e iniciativas locais de desenvolvimento.

De acordo com Ellis (2000, p. 44), a unidade doméstica lança mão de uma gama de estratégias diferentes frente à crise. Estas estratégias seguem, segundo o autor, uma seqüência que é relatada da seguinte forma: em primeiro lugar, a unidade doméstica diversifica as fontes de renda e atividades (diversificação). Em segundo lugar, amplia as suas relações sociais de reciprocidade baseadas no parentesco e na comunidade (capital social). Em terceiro lugar, exerce uma diminuição do tamanho da família através da migração temporária de membros da unidade. Em quarto lugar, vendem-se alguns ativos da propriedade como implementos, gado, etc. E, como quinta e última estratégia frente à crise, vende a própria propriedade e os demais ativos abandonando, talvez, definitivamente a atividade agrícola⁸³.

Segundo Ellis (2000), a diversificação das estratégias de vivência se justifica devido à características como a sazonalidade da atividade agrícola, devido aos riscos estratégicos (choques, guerra civil, doenças humanas, doenças de plantas e animais, etc), danos climáticos imprevisíveis (enxurradas, secas, neve, inundações, etc), devido a melhor remuneração que certos mercados de trabalho se apresentam frente à unidade doméstica em relação à agricultura⁸⁴ e, ainda, à migração como uma estratégia que não é de diversificação, mas que faz parte do modo próprio de reprodução das formas familiares. Poderia-se acrescentar a estas razões, a de que a diversificação das estratégias de vivência propicia um *lastro* mais amplo

⁸² É interessante ressaltar que Ellis concebe o desenvolvimento rural como um conjunto de ações e práticas que visam, em primeiro lugar, diminuir as desigualdades sociais e a pobreza rural das regiões pobres. Por este motivo, que sua teoria é tão útil ao caso estudado. Como ele mesmo formulou: o desenvolvimento rural pode ser definido como uma organização de princípios políticos antipobreza para as regiões rurais de baixa renda (p. 25; tradução livre).

⁸³ É claro que nem sempre as transformações e a desagregação das diferentes unidades domésticas vão se dar sempre da mesma forma. Este é apenas um modelo teórico e generalizador para mostrar, grosso modo, como pode ocorrer as estratégias e respostas das unidades familiares frente a uma crise e para justificar a importância que exerce a diversificação das estratégias de vivência que é a primeira estratégia posta em prática frente à crise. Se esta estratégia obtiver sucesso, provavelmente, as demais que a seguem não chegarão a serem ativadas.

⁸⁴ Outros economistas tratam isso como custo de oportunidade. O custo de oportunidade se refere ao princípio de que é melhor investir os diversos ativos que o agricultor possui em outra atividade de menor risco e mais rentabilidade de que a agricultura.

por onde se assentaria o desenvolvimento das formas familiares de produção e trabalho, garantindo, assim, uma base diversa e *multilinear* de reprodução social.

No caso do Alto Uruguai, o autoconsumo é a esfera da unidade doméstica que vai dar a base e o lastro para que haja a diversificação das estratégias de vivência na agricultura familiar. É com uma produção para autoconsumo fortalecida internamente na unidade de produção que, por sua vez, o grupo doméstico poderá lançar-se em outras atividades e obtenção de outras fontes de renda. Isso se justifica devido ao fato de que, sem autoconsumo, o agricultor familiar não consegue a diversificação das estratégias de vivência, pois com a renda e atividades que desenvolver vai gastar para comprar no mercado, a preços de mercado, o consumo alimentar necessário ao grupo doméstico dispendendo, assim, quase todas as suas “forças” para isso. Sem a produção para autoconsumo fortalecida, não se gera as *condições objetivas* e materiais para se fazer frente a um processo de diversificação das fontes de renda e das atividades produtivas. Dessa forma, o que acontecerá, poderá ser, a seqüência descrita por Frank Ellis de desagregação da unidade doméstica frente a uma crise ou choque que pode ser, por exemplo, o grupo doméstico incidir em situações de insegurança alimentar devido a não produzir os seus próprios alimentos.

É o fortalecimento da produção para autoconsumo que leva à diversificação das estratégias de vivência e à segurança alimentar pela diminuição do grau de *vulnerabilidade* em que se dá a reprodução social do grupo doméstico (Ellis, 2000). Como formulou Frank Ellis, citando Chambers e Davies:

Vulnerabilidade é definida como um alto grau de exposição para o risco, choques e stress; e a propensão à insegurança alimentar (do grupo doméstico) (Chambers, 1989; Davies, 1996 *apud* Ellis, 2000, p. 62; tradução livre).

Em termos sociológicos, o não fortalecimento do autoconsumo para o agricultor familiar, faz com que este enfraqueça a sua identidade sócio-profissional de agricultor, pois este usa a força de trabalho familiar, a terra e os meios de produção, ou seja, os fatores de produção para gerar mercadorias agrícolas que gerarão o valor correspondente quando da sua realização no mercado⁸⁵. Contudo, estas não gerarão a *forma primária* de o grupo doméstico

⁸⁵ Pude presenciar numa ocasião no município de Palmitinho à distribuição de cestas básicas por meio do Governo Federal no âmbito do Programa Comunidade Solidária. Era notável a crítica de alguns agricultores familiares aos demais que recebiam os benefícios do programa. A crítica era elaborada diretamente sobre a identidade do *ser colono*. Ou seja, os agricultores diziam que aqueles agricultores que pegavam as cestas básicas “não podem ser considerados colonos”, pois “não conseguiam produzir nem o que comem”, e que “era uma vergonha os colonos dependerem do Governo para terem o que comer”. Isso posteriormente também foi recorrente no trabalho de campo numa situação em que o agricultor formulou a questão de quem compra a banha de porco não pode ser considerado agricultor familiar como demonstra a entrevista.

se reproduzir enquanto tal, o autoconsumo. Em outras palavras, o autoconsumo deve ser o produto imediato da conjugação das forças produtivas na agricultura familiar, devido às características intrínsecas e a lógica de reprodução social e alimentar do grupo doméstico que está assentada em propiciar, em primeiro lugar, a alimentação aos membros da família. Esta primazia da produção da autoconsumo em detrimento da produção mercantil também foi verificada no trabalho de campo como os relatos demonstram. O primeiro relato deixa explícito que, “o agricultor tem que primeiro produzir para a sua subsistência e depois pensar em produzir para vender”.

O agricultor tem que primeiro produzir para a sua subsistência e depois pensar em produzir para vender. Primeiro ele tem que garantir o consumo da família [...]. A gente bate toda a hora que o agricultor tem que primeiro produzir de tudo para a alimentação, para o consumo humano, para a família, para a sustentação [...] (Entrevista 19, 2004, R. B., Engenheiro Agrônomo, Emater).

[...] A família que mora lá no interior e tem um pedacinho de terra o principal, em primeiro lugar, é que ela possa produzir aquilo que é consumido pela própria família. [...] Em primeiro lugar a família que mora no interior e que tem uma pequena área de terra ela tem que ter aquele produto para o consumo da família (Entrevista 17, 2004, V. S., Representante Sindical, CMDR).

Mas o autoconsumo possui, também, outro papel fundamental na reprodução da agricultura familiar. É o autoconsumo, que Ellis (2000) chamou de subsistência, que permite as formas familiares de produção e trabalho sobreviverem e se reproduzirem em uma sociedade capitalista cada vez mais competitiva. Como formulou Ellis, o campesinato persiste na economia capitalista devido [...] a sua capacidade de reunir os pré-requisitos para (produzir) a sua própria subsistência (p. 24; tradução livre). Concorda-se com a postura da Frank Ellis em colocar que o autoconsumo é uma das principais formas do agricultor familiar se reproduzir enquanto tal no Alto Uruguai.

Neste sentido que descreveu Ellis, realmente, é a produção para autoconsumo, em grande medida, que explica a permanência da agricultura familiar nas sociedades atuais. A importância do autoconsumo para a permanência e reprodução social da agricultura familiar, foi evidenciada também na pesquisa de campo como mostram os trechos das entrevistas com representantes de organizações da agricultura familiar. Os informantes definem a permanência da agricultura familiar, usando como requisito principal à importância do autoprovisionamento de alimentos. Para isso, note que os mesmos usam termos como “viabilidade”, “auto-sustentável”, para se referir a este papel do autoconsumo. No segundo

[...] Que nem eu conheço que tem agricultores que vão comprar uma lata de banha. Isso nem agricultor a gente pode chamar [...] (Entrevista 3, 2004, L. F., Agricultor

caso, o informante vincula a permanência das famílias nos espaços rurais a produção para autoconsumo fortalecida na unidade de produção.

[...] A viabilidade da pequena propriedade passa pela produção de subsistência, produzir a produção da agricultura familiar, *pequena propriedade que fizer isso ela permanece, ela permanece por que é auto-sustentável* [...]. Então eu acho que o caminho é esse, eu não tenho dúvida, nós temos que trabalhar a agricultura diferenciada, nós somos diferentes [...]. Então nós temos que produzir uma produção diferenciada para conseguir sobreviver (Entrevista 19, 2004, A. L., Agricultor familiar, Coopac).

[...] (A produção para autoconsumo) é a saída hoje para nós continuarmos na roça. Se nós não conseguirmos atingir dentro dos próximos 3 ou 5 anos esse objetivo a nossa visão é de que o êxodo rural vai aumentar ainda mais [...] (Entrevista 6, 2004, C. A., Representante Sindical, MPA).

No próximo capítulo, demonstra-se que a produção para autoconsumo possui uma importância fundamental para a reprodução social da agricultura familiar. Para isso, se analisa alguns dados quantitativos da pesquisa AFDLP (2003)⁸⁶. Também se argumenta que o autoconsumo gera alguns dos principais princípios da segurança alimentar para os agricultores familiares e assegura a alimentação básica das famílias rurais. Demonstra-se, também, que uma parcela significativa dos agricultores do Alto Uruguai no processo histórico de transformações, com a chamada modernização agrícola, mercantilizaram o consumo doméstico de alimentos. Estas transformações iniciadas a partir dos anos 70 são responsáveis, em grande parte, pelas situações de insegurança alimentar e de vulnerabilização do autoconsumo junto às famílias. São estes, alguns dos assuntos que se passa a analisar no capítulo 3.

familiar).

⁸⁶ A metodologia de cálculo do autoconsumo e os principais passos que foram seguidos para a obtenção de seus valores estão descritos no Anexo 3.

CAPÍTULO 3:

AUTOCONSUMO E AGRICULTURA FAMILIAR: segurança alimentar, mercantilização e vulnerabilização da reprodução social no Alto Uruguai.

No presente capítulo, busca-se delinear a importância da produção para autoconsumo para a reprodução social e a segurança alimentar dos agricultores familiares do Alto Uruguai, demonstrando que o autoprovisionamento possui vários papéis na unidade de produção e na alimentação do grupo doméstico. Também, pretende-se elucidar que houve um processo de mercantilização desta dimensão nas unidades de produção, a partir dos anos 70 com as transformações sociais, econômicas e produtivas que aconteceram no Alto Uruguai. Pretende-se ainda, abordar, que em uma parcela significativa dos agricultores do território este tipo de produção sofreu um movimento de vulnerabilização, no sentido de que o autoconsumo foi fragilizado na dinâmica da unidade de produção, levando, assim, uma parcela dos agricultores à situações de insegurança alimentar por não produzirem mais este tipo de alimentos.

Este capítulo, parte da hipótese de que a produção para autoconsumo possui o papel de gerar processos de segurança alimentar nos agricultores familiares do Alto Uruguai através da garantia de produção dos alimentos básicos, que integram a alimentação dos membros do grupo doméstico. Também, se quer testar a hipótese de que é o processo de mercantilização social e econômica da agricultura familiar, em grande medida, que levou alguns agricultores familiares a vulnerabilizarem a produção para autoconsumo, a optarem pela especialização produtiva e a se encontrarem em situações em que impera a insegurança alimentar.

Para realizar tal empreendimento, aborda-se o autoconsumo do ponto de vista da esfera da produção e da reprodução das unidades familiares, salientando a sua importância para a agricultura familiar do Alto Uruguai. Analisa-se a transformação da agricultura familiar, a partir das alterações nos processos produtivos, salientando-se os efeitos sobre o papel da produção para autoconsumo. De uma maneira geral, são identificados dois processos: o de mercantilização e o de vulnerabilização da produção para consumo alimentar.

Tal como indicado no capítulo 1, o processo de mercantilização da agricultura familiar, compreende o movimento pelo qual as unidades de produção se tornam cada vez mais dependentes do mercado, para executar a sua reprodução social e alimentar. Neste sentido, utiliza-se o conceito de mercantilização do consumo para se analisar as transformações por que passou esta dimensão da agricultura familiar na região.

Já o processo de vulnerabilização do autoconsumo, como definido no capítulo 2, refere-se à situação social pela qual o agricultor familiar passa a ter a sua reprodução social fragilizada, devido a não produzir o consumo alimentar necessário à alimentação dos membros do grupo doméstico. Neste sentido, se pretende demonstrar que o processo de vulnerabilização do autoconsumo leva, em parte, uma parcela significativa dos agricultores familiares a se encontrarem em situações de fragilização social e de insegurança alimentar.

Neste sentido, uma das questões que se pretende analisar é que o autoconsumo é uma produção responsável pela geração de alguns dos principais princípios norteadores do conceito de segurança alimentar. Dentre os princípios analisados, estão o do acesso regular e contínuo aos alimentos, o referente à qualidade nutricional da alimentação, o que se refere às quantidades adequadas e suficientes à alimentação das famílias rurais e, o que diz respeito aos hábitos alimentares de consumo, que se constituíram historicamente junto às famílias de agricultores do território.

Contudo, se faz necessário uma ressalva importante em relação ao objeto de estudo analisado neste capítulo. A análise que se empreende, visa delinear a segurança alimentar do ponto de vista da produção para autoconsumo para os próprios agricultores implicados neste tipo de produção. Assim sendo, a análise não visa diagnosticar a segurança alimentar gerada por este tipo de produção para a população do território⁸⁷, nem para o contexto internacional da segurança alimentar como já fizeram outros autores (Maluf, 2001; Maluf *et al*, 2004). Também não se enfoca a segurança alimentar sobre o prisma das políticas públicas; tampouco, com base no sistema agroalimentar e nas causas estruturais da fome e insegurança alimentar da população brasileira (Projeto Fome Zero, 2001; Belik *et al*, 2001).

Deste modo, a análise que se pretende desenvolver é bem mais modesta e está relacionada ao nível micro da unidade de produção familiar e das estratégias utilizadas pela família para viabilizar a reprodução social e alimentar dos seus membros. O objetivo é o de efetuar-se uma abordagem com base na agricultura familiar e nas dimensões da segurança alimentar que são geradas pela produção para autoconsumo para os membros desta. Assim,

⁸⁷ Esta análise será realizada no capítulo 5, quando se analisa o Programa Fome Zero e as “feiras da agricultura familiar”.

realiza-se uma leitura do papel do autoprovisionamento alimentar do ponto de vista da reprodução social e da segurança alimentar que esta produção gera na agricultura familiar, levando-se em conta os princípios da definição de segurança alimentar esboçados por Maluf *et all* (2004).

Neste sentido, entende-se a segurança alimentar a partir da definição brasileira que foi enviada à Cúpula Mundial de Alimentação de 1996, a qual é citada por Maluf (2001). Esta definição é bastante ampla e completa por trazer em seu corpo conceitual, tanto o princípio do acesso permanente dos indivíduos aos alimentos, a questão das quantidades suficientes e permanente destes, a esfera da qualidade alimentar e nutricional e a das práticas alimentares saudáveis, que são as principais dimensões constitutivas do conceito de segurança alimentar. É este conceito que se utiliza para analisar e definir o que se entende por segurança alimentar na presente dissertação. Este conceito é utilizado para analisar-se a segurança alimentar gerada através da produção para autoconsumo, do ponto de vista dos agricultores familiares. Análise esta, que é empreendida neste capítulo. Mas, também se utiliza deste conceito para as análises precedentes dos outros capítulos do presente estudo. Assim, de acordo com esta a definição a

[...] segurança alimentar significa garantir, a todos, condições de acesso a alimentos básicos de qualidade em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades básicas, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo, assim, para uma existência digna num contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana (p. 147).

Assim sendo, neste capítulo tenta-se demonstrar que no Alto Uruguai a mercantilização da produção para consumo é responsável por uma diferenciação social da produção de autoprovisionamento alimentar das famílias, nas quais há agricultores mais e menos vulnerabilizados nesta característica. Neste contexto, os agricultores que possuem o autoconsumo não vulnerabilizado são aqueles que, historicamente, conseguiram se desenvolverem via estratégias de adaptação à mercantilização social e econômica da agricultura familiar. Já outros, se vulnerabilizaram mais neste processo de transformações sociais, econômicas e produtivas e estão lançando-se em estratégias de reação à situação de reprodução social e alimentar ameaçada, como definiu Ellis (2000).

Demonstra-se, também, que a mercantilização da agricultura familiar é que gerou, em partes, o solapamento da produção para autoconsumo, em que muitos agricultores foram fragilizados em sua segurança alimentar não obtendo mais o mínimo calórico necessário a sua reprodução social e alimentar, como formulou Wolf (1976). Elucida-se ainda, que a

mercantilização do consumo familiar, em grande medida, tem como uma das suas faces mais cruéis o empobrecimento rural território, a dependência alimentar dos agricultores familiares ao contexto social e econômico (as compras de alimentos) e, em muitos casos, gera situações de insegurança alimentar junto aos agricultores.

Neste sentido, inicia-se o capítulo com a análise da importância da produção para autoconsumo junto às famílias de agricultores familiares de Três Palmeiras, no Alto Uruguai, utilizando-se, para isso, dos dados sobre autoprovisionamento alimentar obtidos pela pesquisa AFDLP (2003), realizada no ano de 2002 para este município. Esta análise é empreendida nesta próxima seção.

3.1 – A importância do autoconsumo para a agricultura familiar do Alto Uruguai.

Alguns dos dados sobre autoprovisionamento alimentar apresentados e analisados a seguir, fazem parte da pesquisa AFDLP (2003), que possui como objetivo estudar a dinâmica da agricultura familiar, as suas estratégias de reprodução social e o desenvolvimento rural em Três Palmeiras, no Alto Uruguai. Nesta pesquisa também se obtiveram dados relativos à produção para autoconsumo das famílias, no que se refere tanto a produção animal como vegetal e a respectiva importância que assume esta dimensão nos estabelecimentos familiares, em termos de valores monetários e percentuais.

Neste sentido, a produção para autoconsumo será estudada no Alto Uruguai tendo como base empírica dos processos sociais, o município de Três Palmeiras. Deste modo, acha-se que é possível esta operacionalização por dois motivos principais. Primeiro, por que se trabalha com a idéia de que no Alto Uruguai existe uma *dinâmica territorial da agricultura familiar*. Ou seja, existem poucas diferenças de reprodução social das unidades familiares nesta região, onde se desenvolve o estudo. Em segundo lugar, isso é possível por que se acredita que o município de Três Palmeiras seja um local representativo das condições de reprodução social, econômica e alimentar da agricultura familiar, sendo possível, assim, executar-se uma certa generalização dos dados empíricos deste município para o Alto Uruguai como um todo, sem incorrer em distorções abusivas.

O objetivo perseguido nesta seção, é o de demonstrar a importância da produção para autoconsumo nas famílias do Alto Uruguai. Para isso, estuda-se o autoprovisionamento dos agricultores com base nos conceitos de mercantilização do consumo, no de segurança alimentar e no de vulnerabilização do autoconsumo das famílias rurais, tal qual como definidos nos capítulos anteriores. O autoconsumo alimentar representa uma importante esfera

da unidade de produção da agricultura familiar⁸⁸. Este é fundamental para a segurança alimentar do grupo doméstico, principalmente em territórios nos quais imperam situações de fragilização social, como é o caso do Alto Uruguai, pois nestes lugares a pobreza rural pode ser a causa principal da insegurança alimentar entre os agricultores familiares, como já formularam autores como Belik *et all* (2001).

Assim, em pesquisa desenvolvida no município de Três Palmeiras, procura-se demonstrar a importância que o autoprovisionamento possui para a segurança alimentar dos agricultores familiares do Alto Uruguai. Na Tabela 5, estão expostos os valores que as famílias rurais do Alto Uruguai gastariam, caso fossem adquirir o seu consumo a preços regionais de mercado, demonstrando a importância que este assume na reprodução social e alimentar do grupo doméstico. A maioria das famílias de agricultores familiares, possui um autoconsumo que está situado no extrato de R\$ 1.000,01 a 2.000 por ano (49,2% e 47,5% para o autoconsumo vegetal e animal, respectivamente), demonstrando os gastos que estas famílias teriam, caso o adquirissem no mercado. Esta percentagem é ainda maior quando se soma às famílias que gastariam até R\$ 2.000 em autoconsumo anual (84,8% e 72,9% das famílias), o que demonstra o baixo nível de consumo que possuem as famílias rurais do Alto Uruguai e, que algumas podem se encontrar em situação de insegurança alimentar.

Tabela 5: Extratos de autoconsumo vegetal e animal de acordo com os valores monetários que seriam gastos pelas famílias para a sua aquisição no Município de Três Palmeiras/RS.

Extratos de autoconsumo (R\$/ano)	Vegetal (%)	Percentual vegetal acumul. (%)	Animal (%)	Percentual animal acumul. (%)
0 a 1000	35,6	35,6	25,4	25,4
1000,01 a 2000,00	49,2	84,8	47,5	72,9
2000,01 a 3000,00	11,9	96,7	22	94,9
3000,01 a 5000,00	3,4	100	5,1	100
5000,01 a 10000,00	0,0		0,0	
Total	100		100	
Média (R\$/ano)	1.337,83		1.566,57	
Média Total (R\$/ano)	2.904,40			

Fonte: Pesquisa AFDLP – CNPq/ UFPel /UFRGS, 2003.

⁸⁸ Como definido na pesquisa AFDLP (2003) e por Conterato (2004), o autoconsumo corresponde à parte do Produto Bruto animal e vegetal consumida pela família durante o ano agrícola correspondente. Ressalta-se para fins de compreensão, que este estudo somente analisa a produção para autoconsumo destinada à alimentação das famílias. Não se analisa, por exemplo, o autoconsumo intermediário, como o definiu Tepicht, tampouco, o produtivo ou “salário indireto”, como analisou Leite (2003; 2004).

O processo de mercantilização do consumo familiar fica mais claro quando se analisam os percentuais acumulados de autoconsumo vegetal e animal. De acordo com a Tabela 5, a grande maioria das famílias possui uma produção para autoconsumo que está no extrato de até R\$ 2.000 por ano, sendo que os percentuais acumulados até este extrato são de 84,8% para o caso do autoconsumo vegetal e de 72,9% para o caso do autoconsumo animal. Estes dados corroboram a hipótese de que existe uma mercantilização do consumo alimentar entre os agricultores familiares, o que pode ser a causa dos baixos montantes monetários que este assume na dinâmica de tais unidades familiares. Bem como, pode ser este processo que está levando muitos agricultores a situações de insegurança alimentar.

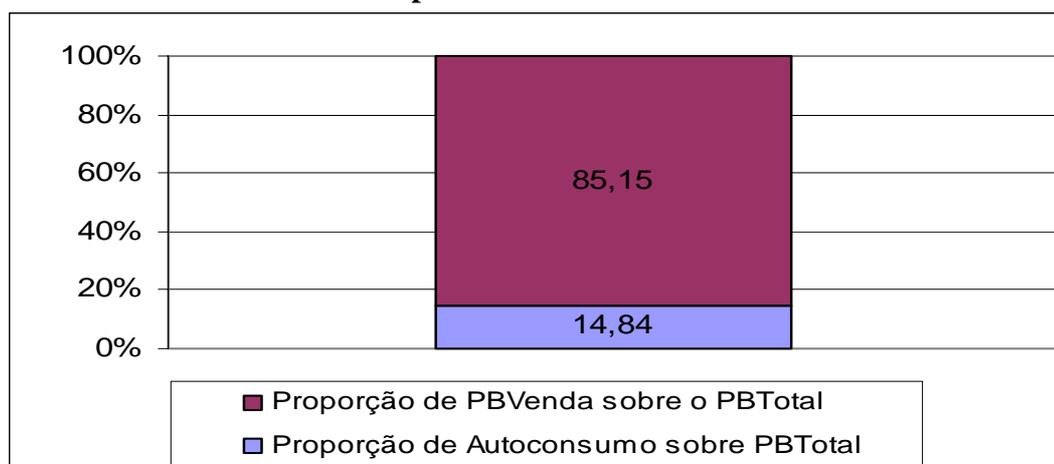
Porém, há uma quantidade de famílias que possuem um autoconsumo maior, variando entre R\$ 2.000,01 e 3.000 por ano, que não é desprezível (11,9% e 22%), para o autoconsumo vegetal e animal, respectivamente. Há outras famílias que se encontram em extratos de autoconsumo que podem variar de R\$ 3.000,01 a R\$ 5.000 por ano. Estes dados demonstram que há uma diferenciação social dentre os agricultores familiares e que não se expressa somente no âmbito dos sistemas produtivos, como demonstrou Conterato (2004) para o caso do Alto Uruguai. Há também uma diferenciação social no que se refere à produção para autoconsumo, onde na grande maioria dos agricultores este se encontra vulnerabilizado (extratos até R\$ 2.000), em função da especialização produtiva e o plantio de cultivos voltados ao mercado. Dentre as famílias que possuem um autoconsumo mais fortalecido (acima de R\$ 2.000,01), a situação é contrária. Ou seja, o autoconsumo perfaz um montante bem mais significativo, principalmente quando se analisa o autoconsumo animal.

Com relação aos valores totais que a produção de autoprovisionamento perfaz nas famílias, o autoconsumo vegetal atinge um valor médio de R\$ 1.337,83 e o animal de R\$ 1.556,57, totalizando, assim, um autoconsumo médio total por ano de R\$ 2.904,40 para as famílias do Alto Uruguai. Isto representa um autoconsumo de R\$ 242,03 por mês por família, ficando em torno de um salário mínimo federal mensal, que vigorava por ocasião da realização da pesquisa, que era de R\$ 240,00. Sendo a média de pessoas por família em torno de 4,0 membros, pode-se obter a média total *per capita* de autoconsumo que é de R\$ 60,50 por mês. Estes valores diferem dos obtidos por Leite (2003; 2004), que estudou o autoconsumo em quatro assentamentos no Rio de Janeiro e encontrou um valor anual de autoconsumo médio por família de R\$ 1.078,72 e de R\$ 89,89 por mês, sendo que os seus

valores de autoconsumo ficaram bem abaixo do encontrado neste estudo⁸⁹. Este valor, por ocasião da pesquisa, como o autor mesmo ressaltou, equivaleria a meio salário mínimo.

A produção para autoconsumo também assume um montante significativo quando se estima esta em relação ao Produto Bruto Total, como demonstra o Gráfico 1. O Produto Bruto de Autoconsumo assume um montante, em média, de 14,84% do Produto Bruto Total. Ou seja, quase 15% de tudo que é produzido nas unidades de produção no Alto Uruguai é destinado ao autoprovisionamento, o que indica a sua importância para a reprodução social e alimentar das famílias. Por outro lado, a proporção do Produto Bruto que é destinado à venda, assume um montante de 85,14% do Produto Bruto Total. Para o caso da região Sul, os estudos da FAO/INCRA e de Buainain *et al* (2001, p. 15), já apontavam que em torno de 20% do que é produzido pela agricultura familiar é utilizado no interior do próprio estabelecimento na forma de autoconsumo da própria família para fazer frente as suas necessidades, o que indica que os resultados de pesquisas diferentes são quase coincidentes.

Gráfico 1: Proporção do Produto Bruto de autoconsumo e de venda sobre o Produto Bruto Total no Município de Três Palmeiras/RS.



Fonte: Pesquisa AFDLP – CNPq/ UFPel /UFRGS, 2003.

A importância do autoconsumo para a agricultura familiar do Alto Uruguai também fica evidenciada quando se analisa a sua relação com a renda agrícola das famílias. De acordo com a Tabela 6, observa-se que grande parte das famílias possui uma renda agrícola de R\$ 0,0 (zero) a 2.000 por ano (47,4% e 32,2%, respectivamente, da venda de produtos vegetais e

⁸⁹ Ressalta-se, como é abordado no Anexo 3, que a metodologia utilizada por Leite (2003; 2004) é diferente da utilizada no âmbito da pesquisa AFDLP (2003). Dessa forma, a comparação dos dados obtidos pelas duas pesquisas pode não ser elucidativo dos processos sociais e, também, pode não ser um procedimento correto do ponto de vista estatístico. Entretanto, mesmo assim, mantém-se a comparação como forma meramente demonstrativa e com o intuito de manter um diálogo com outros estudos que estão sendo realizados no país no âmbito desta mesma temática.

animais). Renda agrícola esta, que é considerada baixa em relação ao restante das demais famílias, já que algumas possuem renda agrícola que ultrapassa os R\$ 10.000 anuais (22% e 23,7% da renda vegetal e animal, respectivamente). Isso também confirma a idéia da diferenciação social e produtiva entre os agricultores familiares, tal como se abordou no capítulo 1. O processo de mercantilização social e econômica da agricultura familiar gerou um movimento diferenciado entre os agricultores, sendo que em alguns ocorreu o solapamento da rentabilidade agrícola e, em outros, houve um aumento desta advindo da integração a dinâmica territorial da produção de grãos e *commodities* agrícolas.

Tabela 6: Extratos de renda agrícola da venda de produtos vegetais e animais no Município de Três Palmeiras/RS.

Extratos de renda agrícola da venda de produtos (R\$/ano)	Vegetal (%)	Animal (%)
0 a 1000	27,1	16,9
1000,01 a 2000,00	20,3	15,3
2000,01 a 3000,00	10,2	11,9
3000,01 a 5000,00	11,9	15,3
5000,01 a 10000,00	8,5	16,9
> 10000,01	22	23,7
Total	100	100
Média de renda agrícola (R\$/ano)	8.377,33	8.105,24
Média total de renda agrícola (R\$/ano)	16.482,57	

Fonte: Pesquisa AFDLP – CNPq/ UFPel /UFRGS, 2003.

A média da renda agrícola vegetal é de R\$ 8.337,33 e a animal de R\$ 8.105,24, sendo que a renda agrícola média total das famílias é de R\$ 16.482,57 para o Alto Uruguai. Desta forma, um autoconsumo médio total de R\$ 2.904,40, conforme demonstra a Tabela 5, corresponde a 17,62% da renda agrícola média total obtida no ano pelos agricultores familiares, assumindo, assim, uma importância decisiva na reprodução social e alimentar das famílias. Caso estas famílias tivessem que comprar o consumo alimentar no mercado, a preços de mercado (preços pagos aos agricultores), gastariam quase 18% de renda agrícola anual nesta operação da compra da alimentação necessária à família e isso caracterizaria um aprofundamento da sua mercantilização social, econômica e alimentar.

Na Tabela 7, tem-se a correlação da renda agrícola com o autoconsumo das famílias. A grande maioria das famílias que possuem um autoconsumo até R\$ 2.000 por ano, possuem uma baixa renda agrícola que chega a R\$ 5.000 por ano (71,4% e 66,7% no extrato de R\$ 0 a 1.000 e de 44,8% e 57,1% no extrato de R\$ 1.000,01 a 2.000 de autoconsumo vegetal e animal, respectivamente), demonstrando que para estas famílias pobres em relação a renda agrícola o autoconsumo também é baixo, podendo em alguns casos, estes agricultores se

encontrarem em situações de insegurança alimentar. Isso pode ser comprovado quando se analisa o extrato de autoconsumo até R\$ 1.000 em que neste, se encontram 19% e 13,3% do autoconsumo (vegetal e animal, respectivamente) das famílias de agricultores familiares que possuem uma renda agrícola que é negativa, ou seja, menor que zero. Neste caso, é que o autoconsumo possui uma maior importância dentro da unidade de produção para a segurança alimentar do grupo doméstico, mesmo sendo baixo (até R\$ 1.000/família/ano), no sentido de “frear” um processo maior de vulnerabilização da reprodução social e alimentar que está ocorrendo nas famílias. Ou seja, é nas unidades de agricultores familiares mais pobres que a produção para autoconsumo assume uma importância decisiva.

Tabela 7: Extratos de renda agrícola por extratos de Produto Bruto Vegetal e Animal de autoconsumo no Município de Três Palmeiras/RS.

Extratos de renda agrícola (R\$/ano)	Extratos de autoconsumo (R\$/ano)							
	0 a 1000		1000,01 a 2000		2000,01 a 3000		3000,01 a 5000	
	Veg (%)	Ani (%)	Veg (%)	Ani (%)	Veg (%)	Ani (%)	Veg (%)	Ani (%)
< 0	19,0	13,3	0,0	7,1	0,0	0,0	0,0	0,0
0 a 5.000	71,4	66,7	44,8	57,1	14,3	23,1	0,0	0,0
5.001 a 10.000	0,0	6,7	37,9	17,9	57,1	53,8	0,0	66,7
10.001 a 15.000	9,5	6,7	3,4	10,7	28,6	15,4	50	0,0
15.001 a 20.000	0,0	0,0	3,4	0,0	0,0	0,0	0,0	33,3
20.001 a 30.000	0,0	0,0	3,4	3,6	0,0	7,7	50	0,0
30.001 a 50.000	0,0	0,0	3,4	3,6	0,0	0,0	0,0	0,0
> 50.000	0,0	6,7	3,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa AFDLP – CNPq/ UFPel /UFRGS, 2003.

Nos extratos maiores de autoconsumo que os de R\$ 2.000,01 a 3.000, as percentagens de famílias que possuem renda agrícola maior, a tendência é de passar para o extrato de R\$ 5.000,01 a 10.000 (57,1% e 53,8%) e nos extratos de R\$ 10.000,01 a 15.000 (28,6% e 15,4 de autoconsumo vegetal e animal, respectivamente). No caso do extrato de autoconsumo de R\$ 3.000,01 a 5.000, a tendência é que a renda agrícola também seja maior. Em resumo, os dados da Tabela 7, demonstram que naquelas famílias em que o autoconsumo é mais significativo, ou seja, nas quais este assume valores monetários maiores, a renda agrícola também é mais elevada. Deste modo, as famílias rurais que possuem o autoconsumo fortalecido internamente à unidade de produção, auferem maiores rendas agrícolas, o que sustenta a hipótese de que o autoconsumo é a base e o *lastro* sobre o qual deve se assentar, prioritariamente, todo o processo de reprodução social e alimentar das famílias do Alto Uruguai.

Por outro lado, também se faz necessário o estudo do autoconsumo do ponto de vista da composição do grupo doméstico, tal como propôs Chayanov (1964), por sexo e idade nas famílias do Alto Uruguai⁹⁰. Neste sentido, a Tabela 8 mostra a extratificação das famílias por idade. A maioria das famílias compõem-se de grupos domésticos de “meia idade” que estão no meio do seu ciclo biológico de evolução, representando 35,6% do total de famílias entre 30,1 a 40 anos de idade. Até esta faixa etária estão 66,1% de todas as famílias analisadas na pesquisa, demonstrando que a grande maioria das famílias possui um maior número de consumidores e trabalhadores nesta faixa etária.

Tabela 8: Extratos das médias de idade das famílias no Município de Três Palmeiras/RS.

Extratos das médias de idade (anos)	Porcentagem (%)	Porcentagem acumulada (%)
< 21	5,1	5,1
21,01 a 26	15,3	20,3
26,01 a 30	10,2	30,5
30,01 a 40	35,6	66,1
40,01 a 50	15,3	81,4
> 50	18,6	0,0
Total	100	100

Fonte: Pesquisa AFDLP – CNPq/ UFPel /UFRGS, 2003.

Nos extremos encontram-se as famílias jovens (20,3% até 26 anos de idade) e aquelas que estão se encaminhando para a etapa final do seu ciclo biológico (18,6% com mais de 50 anos de idade). Nas primeiras, geralmente, o número de consumidores é maior e nas segundas é menor, como já havia demonstrado Chayanov (1964). É significativa a porcentagem de 18,6% de famílias com mais de 50 anos de idade, sendo isso explicado devido à ocorrência de muitas unidades de produção nas quais a composição das mesmas era principalmente ou, exclusivamente, de pessoas idosas, inclusive aposentados.

A Tabela 9 mostra que as famílias que possuem um autoconsumo até R\$ 1.000 também possuem uma idade bastante avançada, geralmente mais de 50 anos de idade (47,6% e 33,3% das famílias para o autoconsumo vegetal e animal, respectivamente). Estas famílias são compostas por um membro ativo em condições de trabalho ou por nenhum e, os seus pais já com idades avançadas e sem condições de trabalho, sendo definidas como famílias no final do seu ciclo biológico de evolução. É por esse motivo que os valores do autoconsumo são tão baixos neste estrato (R\$ 0,0 a 1.000).

⁹⁰ Devido a limitações do Banco de dados da Pesquisa AFDLP (2003), não foi possível estratificar as famílias

Nos extratos de autoconsumo superiores a R\$ 1.000,01, verifica-se que a maioria das famílias se localizam em média de idades entre 30,01 a 40 anos, comprovando os dados da Tabela 8, apresentada anteriormente. As famílias com média de idade de 30,01 a 40 anos são famílias de “meia idade”, caracterizadas por um grande número de consumidores e também de trabalhadores, mas principalmente de consumidores. Por esse motivo é que os valores do autoconsumo neste tipo de família são tão elevados, chegando, em muitos casos, a variar de R\$ 3.000,01 a 5.000, como demonstra o quarto extrato da Tabela 9 (50% e 66,7% das famílias para autoconsumo vegetal e animal, respectivamente).

Tabela 9: Extrato das médias de idade das famílias por extrato de Produto Bruto Vegetal e Animal de autoconsumo no Município de Três Palmeiras/RS.

	Extratos de autoconsumo vegetal e animal (R\$/ano)							
	0 a 1000		1000,01 a 2000		2000,01 a 3000		3000,01 a 5000	
Extratos de média de idade (anos)	Veg (%)	Ani (%)	Veg (%)	Ani (%)	Veg (%)	Ani (%)	Veg (%)	Ani (%)
< 21	4,8	6,7	6,9	3,6	0,0	7,7	0,0	0,0
21,01 a 26	4,8	13,3	24,1	14,3	14,3	15,4	0,0	33,3
26,01 a 30	0,0	13,3	17,2	14,3	14,3	0,0	0,0	0,0
30,01 a 40	28,6	13,3	31	42,9	71,4	38,5	50	66,7
40,01 a 50	14,3	20	17,2	7,1	0,0	30,8	50	0,0
> 50	47,6	33,3	3,4	17,9	0,0	7,7	0,0	0,0
Total	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa AFDLP – CNPq/ UFPel /UFRGS, 2003.

A existência de horta e pomar nas unidades de produção familiares também pode ser considerado um indicador da presença da produção para autoconsumo de verduras, saladas e frutas na alimentação das famílias. A Tabela 10 mostra que 89,8% das famílias possuem horta e que 94,9% também possuem pomares em suas propriedades, demonstrando a existência do autoconsumo destes produtos. Contudo, um percentual significativo de famílias (10,2%), não possui horta em suas propriedades e, provavelmente, não consomem produtos advindos da horta na sua alimentação, exceto no caso de que os adquiram no mercado local.

Tabela 10: Percentagens de famílias que possuem horta e pomar na propriedade no Município de Três Palmeiras/RS.

	Horta (%)	Pomar (%)
Sim	89,8	94,9
Não	10,2	5,1
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa AFDLP – CNPq/ UFPel /UFRGS, 2003.

por sexo e correlacioná-lo com o autoconsumo.

Quando perguntadas sobre o montante de produtos produzidos na horta e no pomar e se estes eram suficientes para o autoconsumo do grupo doméstico, a grande maioria das famílias respondeu afirmativamente (94,3% e 87,5% para a horta e pomar, respectivamente), conforme mostra a Tabela 11. Neste caso, também, se observa que um percentual significativo de famílias (12,5%), respondeu que o pomar não satisfaz as necessidades de autoconsumo dos integrantes das famílias, demonstrando uma carência na produção própria de frutas para a alimentação do grupo doméstico.

Tabela 11: Percentagens das famílias nas quais a horta e o pomar são suficientes para suprir o consumo do grupo familiar no Município de Três Palmeiras/RS.

	Horta (%)	Pomar (%)
Sim	94,3	87,5
Não	5,7	12,5
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa AFDLP – CNPq/ UFPel /UFRGS, 2003.

A grande percentagem de pessoas que possuem horta e pomar e que estas cobrem as necessidades de consumo das famílias, conforme demonstram os dados expostos, conduz a uma conclusão. A de que os agricultores familiares continuam valorizando e produzindo os alimentos provenientes da horta e do pomar para a sua alimentação e que a mercantilização do consumo ainda não atingiu, em grande medida, a produção da horta e do pomar como mostra a Figura 2. Isso colabora com o que Van der Ploeg (1990; 1992), chamou de diferentes graus de mercantilização, pois não são todas as esferas do processo produtivo e atividades que são mercantilizadas.

Este é um caso típico que pode ser entendido pelo conceito de diferentes graus de mercantilização como aludiu Vander Ploeg (1990; 1992), pois os agricultores familiares, geralmente, mercantilizam o consumo das chamadas “pequenas lavouras”, mas não são todos que mercantilizam a produção dos pequenos gêneros alimentícios como os produtos provenientes da horta e do pomar doméstico (Figura 2). A mercantilização do consumo, no Alto Uruguai, acontece mais intensamente nas chamadas “pequenas lavouras” de autoprovisionamento alimentar como é o caso das de arroz, feijão, amendoim, mandioca, trigo, dentre outras.



Fonte: Pesquisa de Campo (2004).

Figura 2: Importância da produção para autoconsumo da horta e pomar doméstico na agricultura familiar do Alto Uruguai.

Ressalta-se, que esta seção não tem o objetivo de realizar uma análise exaustiva em torno da questão da mercantilização e da vulnerabilização do consumo familiar. Estas questões serão retomadas durante o desenrolar deste capítulo e dos outros também, onde serão mais bem expostas e desenvolvidas, pois tanto a mercantilização do consumo de alimentos como a vulnerabilização, são conceitos “horizontais” que perpassam toda a análise que se pretende desenvolver nesta dissertação e, deste modo, não são passíveis de serem abordados somente em uma seção ou capítulo em específico. Na próxima seção, se analisa a produção para autoconsumo e tenta-se vinculá-la com alguns dos princípios da segurança alimentar.

3.2 – Autoconsumo e segurança alimentar na agricultura familiar.

Nesta seção, se quer demonstrar, mesmo que sucintamente, as transformações por que passou o autoprovionamento alimentar a partir dos anos de 1970, com as transformações técnico-produtivas que a assim chamada modernização agrícola gerou nas famílias da região. As mudanças que se quer evidenciar são sempre comparativas, tomando-se o modo de vida colonial como referência em tal empreendimento. Por outro lado, também se quer evidenciar os papéis que a produção para autoconsumo assume e cumpre na reprodução social e na segurança alimentar dos agricultores familiares do Alto Uruguai, realizando-se a

análise da segurança alimentar a partir dos principais princípios norteadores do conceito, tal como o definiu Maluf *et all* (2004).

No sistema agrícola colonial, a unidade doméstica operava com uma racionalidade cujo objetivo prioritário e fundante, era a satisfação das necessidades dos membros que compunham o grupo doméstico. Como se demonstrou nos capítulos 1 e 2, estes colonos operavam na lógica da produção dos próprios recursos, com o fim último de garantir aquilo que Chayanov (1974) designou de equilíbrio ou balanço ótimo entre consumo e produção. Embora houvesse produção de excedentes, as unidades produtivas não estruturavam os seus processos produtivos exclusivamente para a produção de bens de troca. Por esta razão, todo o colono produzia o suficiente para alcançar a satisfação das necessidades familiares em termos de produção de alimentos garantindo, assim, em certa medida, a segurança alimentar e o bem estar da família, pois este era o objetivo finalístico das suas ações e cálculos subjetivos, como demonstrou Chayanov (1974). Deste modo, a seguir, ressaltam-se algumas evidências empíricas de pesquisa que são elucidativas desta lógica, que permitia ao colono possuir uma alimentação suficiente e, assim, garantir a sua segurança alimentar e a reprodução social do grupo doméstico.

Durante o trabalho de campo, o SAC sempre foi definido pelos informantes como uma “época de abundância” de alimentos e uma época em que o agricultor familiar possuía segurança alimentar. Isso se deve ao fato de que, a produção para autoconsumo atendia a alguns dos princípios da segurança alimentar junto às famílias como: a qualidade nutricional dos alimentos consumidos, a questão do acesso facilitado a estes, a produção das quantidades necessárias e permanentes à família e à obtenção de uma alimentação que respeitava os hábitos de consumo dos membros do grupo doméstico. Neste sentido, a menção sempre é feita em relação às “tuias”⁹¹, que sempre estavam cheias de cereais como o arroz, o feijão, o amendoim, o milho-pipoca e ao “porão” da casa, onde se encontravam os produtos transformados como o vinho colonial, os salames, os queijos, a banha, etc. Os agricultores se referem a este período como um período de “fartura”, pois mesmo que as famílias eram grandes em números de membros, geralmente 8 a 10 pessoas, o colono conseguia produzir a alimentação de todo o grupo doméstico (Diário de Campo, 2004).

Este processo de autosuficiência alimentar das colônias no início do século XX é demonstrado pelos relatos obtidos. Note que a comparação é sempre realizada temporalmente,

⁹¹ As tuias são pequenas caixas de madeira fabricadas pelos próprios colonos nas quais os mesmos guardavam os alimentos para o seu consumo como o feijão, o arroz, a batatinha inglesa, o amendoim, o milho-pipoca, dentre

ou seja, a situação dos dias atuais com o modo de vida e a alimentação dos colonos no sistema agrícola colonial, que é tomado como uma “época de fartura”, de abundância alimentar e de “segurança alimentar”. No segundo relato, inclusive fatores como a questão de se viver por um período maior de tempo e com saúde, aparecem como explicativos da importância da produção para autoconsumo alimentar.

Antigamente, eu me lembro, [...] ainda existia no interior aquelas famílias tradicionais que ainda tinham aquelas casas antigas e que nos porões tinham as tuias e lá você encontrava tuias com farinha, com arroz, com feijão, com amendoim, com pipoca. Encontrava as latas de banha em abundância, banha de porco, tu encontrava lá varas de salame pendurado, tu olhava para o outro lado tu encontrava uma tábua cheia de formas de queijo, coisa que tu hoje não consegue encontrar no interior uma propriedade com este nível [...] (Entrevista 7, 2004, M. Z. B., Extensionista Rural, Emater).

O meu avô hoje teria 118 anos (se refere se ele fosse vivo) e eu morei com ele e não tinha luz, mas se produzia de tudo e com segurança alimentar e ele tinha 14 filhos. O pai que é falecido na geração dele teve 8 (filhos) e eu hoje tenho 3 e tu vê como vai diminuindo, mas 14 filhos e se criavam todos e se criavam bem. *Fartura se dizia, se dizia que se tinha fartura e com segurança alimentar* por que o meu avô morreu com 87 anos [...]. Nunca tinha ido num médico e num dentista (Entrevista 15, 2004, E. G., Economista, Codemau).

As mudanças mais significativas na produção para autoconsumo, parecem ter ocorrido à medida que a agricultura familiar do Alto Uruguai incorporou um conjunto de inovações tecnológicas (mecanização, sementes melhoradas, insumos modernos, etc), patrocinados pelo processo mais geral de modernização da agricultura. A vulnerabilização do autoconsumo, neste contexto, parece estar relacionada ao processo de diminuição da fertilidade natural dos solos, que vinha acontecendo desde o sistema agrícola colonial e, também, ao início do processo de migrações no Alto Uruguai nos anos 70. A pouca fertilidade dos solos inibiu a manutenção dos padrões alimentares baseados no autoconsumo, enquanto que as migrações foram responsáveis por um déficit de força de trabalho nas famílias onde, muitas vezes, apenas as forças marginais, como se referiu Tepicht, não conseguiam produzir o autoconsumo e, assim, reproduzir a lógica e o padrão de vida das famílias como acontecia no sistema agrícola colonial. Este processo é ilustrado pelo depoimento de um agricultor, que menciona como fatores da vulnerabilização do autoconsumo a baixa fertilidade do solo e a falta de membros na unidade doméstica para executar os trabalhos produtivos.

(A produção para autoconsumo) estava mais forte no passado. Hoje está mais fraca, está terminando a agricultura. Desde a terra se tu não botar nada ela não produz. As piazadas vão crescendo e vão saindo, ficam só os velhos e como é

outros. Geralmente, eram armazenados nestes compartimentos os alimentos que não eram perecíveis no curto espaço de tempo.

que nós vamos se virar. É que não dá mais a planta como dava e a gente tem pouca ajuda [...] (Entrevista 1, 2004, A. N., Agricultor familiar).

Foi o processo de modernização da agricultura, através da especialização produtiva, que fragilizou o autoconsumo entre os agricultores familiares. Este processo de transformações técnico-produtivas fez com que o agricultor familiar modificasse a sua lógica de reprodução social, no sentido de que este passou a desenvolver sistemas produtivos altamente específicos, como no caso da soja, do milho, do trigo, do fumo e da integração aos CAIs. Isso decore de um privilegiamento das atividades produtivas rentáveis e mercantis, em detrimento da produção para autoconsumo, que não gera uma renda monetária perceptível aos agricultores. Esta lógica atual dos agricultores familiares é ilustrada pelo trecho da entrevista com um agricultor que nos formula esta questão claramente. Note que, neste caso, a comparação também é realizada em relação ao modo de vida colonial, como uma época em que se tinha alimentação em casa, com os dias atuais em que o agricultor “cultiva mais o que dá dinheiro”.

[...] Na época que a gente era criança se cultivava mais as coisas de alimentação em casa, hoje mesmo o pessoal acha que fazer dinheiro é mais fácil e daí tem que comprar banha essas coisas. [...] *O pessoal cultiva mais o que dá dinheiro, tem uma mentalidade de que o agricultor tem que ter o dinheiro no bolso*, mas que na verdade não seria isso, nós tendo a alimentação é essencial (Entrevista 2, 2004, J. N., Agricultor familiar e Vereador, MPA).

Se a percepção de que a especialização produtiva é que deslocou a produção para autoconsumo é consenso entre os agricultores familiares, o mesmo não acontece com as suas organizações sociais. Por exemplo, para a Fetag, foi o próprio agricultor que se especializou produtivamente em algumas culturas e se “esqueceu de produzir” o autoconsumo. Para esta organização de representação social, o processo de vulnerabilização da produção para autoconsumo é endógeno à unidade de produção na qual é o agricultor que “*só visa o lucro e esqueceu um pouco do básico*”. Este movimento de vulnerabilização do autoconsumo é explicado devido a esta produção não possuir valor para a comercialização e também porque os agricultores plantam os cultivos que lhes dão maiores rentabilidades, por que na ótica dos agricultores: “*tendo o dinheiro eu tenho tudo*”. Para a Fetag, o modelo tecnológico de agricultura e os fatores externos à unidade de produção não possuem tanta influência sobre a vulnerabilização do autoconsumo alimentar das famílias.

Já para os representantes do MPA, o principal fator de vulnerabilização do autoprovisionamento alimentar é externo à unidade de produção e o agricultor é apenas uma “vítima” deste processo. A perda dos conhecimentos em torno da produção do autoconsumo é

atribuída ao “*pacote verde*” surgido com a modernização agrícola dos anos 70. Isso é realizado com um discurso político e ideológico muito forte contra as empresas multinacionais, principalmente a Monsanto e, também, contra o poder público, que segundo o MPA, seriam os principais responsáveis pela difusão deste “modelo” de desenvolvimento. O relato que segue de uma liderança do MPA é elucidativo disso. De acordo com o informante, foi o “pacote verde” das multinacionais e dos “governos” que vulnerabilizou o autoconsumo nos agricultores, através da indução da especialização produtiva e da compra dos alimentos no mercado. Nota-se, que o informante menciona, ainda, a perda do conhecimento do agricultor, ou seja, o corpo do saber, como se referiram Woortmann e Woortmann (1997), como explicação para o processo de vulnerabilização do autoconsumo.

Dentro então dessa realidade dos últimos 20 anos, aproximadamente, as décadas de 80 e 90 aonde veio por parte dos planos dos governos, das multinacionais na nossa visão o pacote verde em que induziu os nossos agricultores a produzir uma só cultura para vender no mercado e comprar o que comer para a sua subsistência. [...] E esse pacote que tem sido induzido pelas multinacionais, químicos, está fazendo com que o agricultor perca esses conhecimentos, essa cultura, a produção lá, a qualidade da produção de lingüiça, salame, o próprio queijo, enfim, muitos agricultores estão perdendo isso (Entrevista 6, 2004, C. A., Representante Sindical, MPA).

Para muitos agricultores quando perguntados se o modelo tecnológico ajudava na produção para autoconsumo, a resposta, em alguns casos, foi afirmativa e estes citavam o uso de adubos, de fertilizantes e de agrotóxicos como positivos para aumentar a produção de alimentos para a família. A justificativa dos agricultores é de que se tem que usar a tecnologia porque esta “ajuda-nos” e que sem ela não é possível produzir o autoconsumo pois as unidades de produção “não tem mais mão de obra” e se “não plantar bem não adianta”, como os relatos dos dois agricultores ilustram⁹².

[...] O problema é que não tem mais mão de obra, então o pequeno, em primeiro lugar, ele tem que quando ir plantar ele tem que plantar muito bem, porque além de pouca terra, se ele plantar mal ele colhe mal. Então eu também uso bastante agrotóxico, assim, herbicida para o caso das ervas daninhas nas lavouras (Entrevista 3, 2004, L. F., Agricultor familiar).
O adubo a gente tem que comprar por que onde não coloca adubo caseiro não dá, tem que comprar. E se tu não botar adubo nas plantas não dá, não adianta. Ele ajuda o agricultor, tem que botar (Entrevista 16, 2004, R. D., Agricultor familiar).

Contudo, mesmo com a vulnerabilização do autoconsumo no Alto Uruguai em função do processo de mercantilização social e econômica da agricultura familiar, a produção

⁹² Esta contradição dos agricultores não é nova, pois Conterato (2004) estudando a mercantilização da agricultura familiar no Alto Uruguai já havia diagnosticado esta questão.

de autoprovisionamento familiar ainda é relevante em todas as famílias estudadas, possuindo um papel na reprodução social e na segurança alimentar dos agricultores. De acordo com a pesquisa de campo, os principais papéis da produção para autoconsumo estão ancorados em alguns princípios fundantes do conceito de segurança alimentar, tal como definido anteriormente como base em Maluf *et all* (2004). Segundo o autor, a segurança alimentar dos indivíduos que, no caso estudado, são os agricultores familiares, deve ser pautada por alguns princípios centrais.

De acordo com estes princípios, a definição do que seja a segurança alimentar, compreenderia a questão do acesso permanente das pessoas (agricultores) aos alimentos. Também se constituiriam como dimensões do conceito, a qualidade nutricional dos alimentos e o fornecimento destes de acordo com as quantidades e necessidades dos indivíduos. Por fim, se faz de suma importância a definição da segurança alimentar no que concerne aos hábitos alimentares, pois, segundo o autor, esta é uma dimensão importante da segurança alimentar. Ou seja, a alimentação das pessoas deve estar de acordo com a “cultura” alimentar de uma dada população específica ou local (Maluf *et all*, 2004). Definidos os princípios ou dimensões do conceito de segurança alimentar, passa-se a analisar, em seguida, cada um destes princípios com relação ao seu comportamento frente ao agricultor familiar e a produção para autoconsumo.

O primeiro princípio norteador do conceito de segurança alimentar, é o da qualidade nutricional dos alimentos consumidos pelos agricultores. Neste sentido, a produção para autoconsumo é sempre interpretada como geradora da segurança alimentar por conter uma qualidade nutritiva que seria “superior” aos alimentos da cidade. Este princípio é justificado devido à produção de autoprovisionamento alimentar ser uma produção isenta de defensivos agrícolas e de “coisas químicas”, como se referem os agricultores, pois estes não usam agrotóxicos na sua produção e manejo⁹³. Este princípio da segurança alimentar que a produção para autoconsumo preenche é formulado por um representante sindical em comparação com os alimentos da cidade que o agricultor não sabe a origem, os atributos de qualidade, as contaminações, os eventuais transtornos à saúde, etc.

⁹³ Menasche (2003, estudando a questão dos transgênicos no Norte do Rio Grande do Sul e no Centro Sul do Estado também observou que os agricultores não utilizavam agrotóxicos e nem organismos geneticamente modificados (OGM) quando se tratava da sua própria alimentação. Os agricultores também fazem menção de que nos tempos de antigamente não existiam “estas coisas químicas” para produzir os alimentos e que hoje é “quase tudo com químicos”. O relato de um agricultor ilustra isso.

[...] (Antigamente) ninguém conhecia coisas tóxicas. A comida era de primeira, tudo era sem coisas tóxicas e a gente assim nunca que fosse faltar alguma coisa. Era sempre abundante (Entrevista 13, 2004, B. M., Agricultor familiar).

Em primeiro lugar o produtor deve saber o que vai consumir. Então a segurança alimentar é essencial porque ele sabendo o que ele está produzindo vai ser até melhor para a subsistência da família dele, [...] cultivando de uma forma mais orgânica e sem o uso de defensivos por que ele está produzindo para ele mesmo. Quer dizer, segurança alimentar se você adquire um produto na cidade, no mercado você não sabe a origem desse produto e o que foi usado para cultivar ele. Quer dizer, qual é o estágio de contaminação dele, se isso é prejudicial ou não para a saúde (Entrevista 8, 2004, D. S., Representante Sindical, Fetag).

Uma segunda formulação, muito recorrente, é a de que a produção para autoconsumo gera uma economia monetária para as famílias e também uma maior autonomia do agricultor frente ao contexto social e econômico. Este princípio da segurança alimentar está relacionado ao acesso aos alimentos, já que aqueles agricultores que possuem o autoconsumo não vulnerabilizado nas suas unidades de produção, não terão necessidade de comprar os alimentos necessários para atingir o balanço ótimo, a que Chayanov (1974) se referiu. Estes agricultores, produzindo internamente na unidade de produção os seus próprios alimentos, passam a não depender da aquisição do consumo externo à propriedade, configurando-se, assim, uma situação em que os agricultores possuem um acesso facilitado aos alimentos necessários e, também, ao mesmo tempo, mantém uma certa autonomia relativa frente ao mercado, pois não necessitarão realizar compras de alimentos para a família. Os agricultores possuem a consciência de que se forem comprar tudo de fora da unidade de produção, “*não tem renda que agüente*” como o trecho da entrevista demonstra. Note que o agricultor entrevistado se refere tanto a autonomia que a produção para autoconsumo gera utilizando-se da expressão “se livrar de comprar no mercado”, bem como ao acesso facilitado e a economia que é gerada com a produção própria dos alimentos.

A importância de se produzir tudo é por que se livra de comprar no mercado. Produzindo em casa se torna bem mais barato e o alimento dá para se dizer que é bom, sadio. Quanto menos se comprar no mercado é maior a economia que se faz. *Se eu vou comprar a galinha, vou comprar a batatinha, vou comprar tudo que é coisa não tem renda que agüente* (Entrevista 10, 2004, L. S., Agricultor familiar).

Quando perguntados sobre a importância de produzirem os próprios alimentos na sua unidade de produção, os agricultores foram claros em formular que a importância principal é a de possuírem os alimentos em quantidades suficientes para alimentar a família. Neste sentido, a produção e posse das quantidades de alimentos necessários à alimentação do grupo doméstico para atingir o que Wolf (1976) chamou de mínimo calórico, pode ser entendida como um dos princípios da segurança alimentar, como formulou Maluf *et all* (2004). Este se

refere à garantia de uma alimentação em quantidades suficientes e de modo permanente, para que os agricultores não passem fome e nem sofram restrições alimentares. Assim, a produção de autoprovisionamento também preenche este princípio da segurança alimentar, evitando com que os agricultores passem fome como eles mesmos se referiram durante as entrevistas. Note que o “*passar fome*”, no caso do segundo informante, é esboçado no sentido de não possuir o autoconsumo e este ter que ser comprado no mercado.

A importância é que a gente tendo isso aí dá para dizer que a gente tem tudo. A importância é manter sempre isso aí, *continuar para não passar fome* [...] (Entrevista 10, 2004, L. S., Agricultor familiar).

Se tu vai tirar dinheiro (para comprar o consumo) além que está mal, no caso, vai querer tirar. Nem tem dinheiro no bolso para retirar e *pode até passar fome* (Entrevista 13, 2004, B. M., Agricultor familiar).

Um outro princípio da segurança alimentar que é preenchido pela produção para autoconsumo refere-se ao de fornecer uma alimentação aos agricultores que esteja de acordo com os hábitos de consumo “arraigados” do território. Este princípio que a produção para autoconsumo preenche, pode ser entendido como o agricultor ter acesso a uma alimentação que condiga com o que ele e a sua família gostam de se alimentar e consumir em suas refeições diárias. Por este princípio da segurança alimentar, gerado pela produção de autoprovisionamento, se faz possível para as famílias suprirem as suas necessidades como formulou Chayanov (1974), sem se desfazer da sua “cultura” alimentar, do seu corpo do saber relacionado ao consumo, preparo e aos hábitos alimentares que foram herdados dos seus ascendentes. Este aspecto é importante de ser compreendido, já que as unidades familiares que possuem o seu autoconsumo não vulnerabilizado, não necessitam suprir as suas necessidades através de alimentos “estranhos” ao grupo doméstico, como no caso da compra de produtos industrializados. Neste sentido, a não vulnerabilização do autoconsumo gera a conservação dos hábitos alimentares que, por sua vez, estão ligados à manutenção da bagagem cultural histórica das gerações ascendentes de agricultores do território.

Um outro papel importante da produção para autoconsumo é o de gerar rendas não monetárias para as unidades de produção, possuindo, assim, uma função importante na reprodução social das famílias. Durante o trabalho de campo, pôde-se constatar junto aos agricultores, que este tipo de produção possui poucos custos de produção embutidos em sua obtenção, já que quase não se empregam tecnologias onerosas como adubos químicos, sementes melhoradas e agrotóxicos. Também não se utiliza a mecanização pesada, pois a produção é desenvolvida em pequenas áreas nas imediações da casa ou da horta e a força de trabalho é toda familiar, sendo que neste contexto cumprem papéis importantes as mulheres,

crianças e velhos, as forças marginais a que Tepicht se referiu. Assim, pode-se dizer que, basicamente, os “insumos” utilizados para geração do autoconsumo na agricultura familiar são de dois tipos principais: o conhecimento do agricultor e a força de trabalho que ele detém na estrutura familiar. Na próxima seção, se demonstra como ocorre a mercantilização do consumo de alimentos nas famílias do Alto Uruguai.

3.3 - A mercantilização do consumo familiar no Alto Uruguai.

Nesta seção se pretende analisar como o consumo de alimentos nestas famílias foi mercantilizando e, em muitos casos, externalizado da unidade de produção. Neste sentido, demonstra-se que esta mercantilização não é um processo que ocorre da mesma forma em todas as unidades. Ela é um movimento histórico, que possui um caráter contraditório e desigual no que se refere ao impacto que gera sobre a alimentação das famílias. Este processo será compreendido pelo conceito de diferentes graus de mercantilização do consumo, como se referiu Van der Ploeg (1990; 1992). Demonstra-se, também, que este processo mais geral e amplo de mercantilização do consumo leva uma parcela significativa dos agricultores familiares à vulnerabilização da sua reprodução social e alimentar.

A mercantilização do consumo de alimentos é o resultado de um processo histórico e interrupto de transformações pelos quais passou a agricultura familiar do Alto Uruguai. Esta é o resultado das transformações técnico-produtivas que se gestaram a partir da modernização da agricultura deste território. É, também, o resultado material e concreto do padrão de desenvolvimento agrícola, calcado no uso do progresso tecnológico, na especialização produtiva, na “profissionalização” do agricultor familiar, a que Abramovay (1998) se referiu. A mercantilização social e econômica compreende, ainda, um processo de diferenciação social e produtiva gerada entre os agricultores e baseia-se também na lógica do mercado que fragiliza as condições sociais de reprodução do agricultor familiar.

Este movimento de mercantilização social e econômica da agricultura familiar possui uma de suas facetas relacionada à esfera da produção para consumo de alimentos. A mercantilização do consumo é a situação em que o agricultor familiar deixa de produzir os seus alimentos no interior das unidades familiares e passa a adquiri-los nos mercados, com os quais possui contatos e relações sociais. Assim entendida, a mercantilização é um processo pelo qual, muitas famílias adquirem o seu consumo alimentar fora das unidades de produção. Para analisar e demonstrar este processo no Alto Uruguai lança-se mão dos dados da pesquisa

AFDLP (2003), para o município de Três Palmeiras e, também, da pesquisa de campo, através do uso da técnica das entrevistas semipadronizadas.

Desse modo, pode-se analisar a mercantilização da agricultura familiar através dos canais de mercado em que os agricultores comercializam a sua produção. É o caso da venda da produção, na qual pelos mecanismos do mercado, o agricultor perde a possibilidade de escolha e de vender para quem ele deseja ou, onde ele obteria uma maior lucratividade. Ele tem que vender sua produção nos canais de comercialização tradicionais, como demonstram os dados da Tabela 12. A maioria das famílias de agricultores vendem a produção vegetal e animal para as cooperativas (54,2% e 37,3%, respectivamente) e para os intermediários e atravessadores (23,7% e 22%, respectivamente). Somente 25,4% das famílias no caso da produção animal, vendem os seus produtos diretamente para os consumidores.

Tabela 12: Canais de mercado utilizados pelos agricultores para a venda da produção vegetal, animal e da agroindústria caseira no Município de Três Palmeiras/RS.

Canais de mercado	Vegetal (%)	Animal (%)	Agroindústria caseira (%)
Venda direta para os consumidores	5,1	25,4	28,8
Cooperativa	54,2	37,3	0,0
Intermediário - atravessador	23,7	22	1,7
Agroindústria e/ou empresa privada	1,7	6,8	0,0
Não vende	15,3	8,5	69,5
Venda direta em feiras	0,0	0,0	0,0
Para o poder público – Município	0,0	0,0	0,0
Armazém ou venda na localidade	0,0	0,0	0,0
Outro	0,0	0,0	0,0
Total	100	100	100

Fonte: Pesquisa AFDLP – CNPq/ UFPel /UFRGS, 2003.

No caso da produção da “agroindústria caseira”, a situação é bem diferente⁹⁴. Os agricultores procuram canais diferentes para vender a suas mercadorias, como é o caso da venda direta aos consumidores (28,8%). Também é representativo que 69,5% das famílias no caso da produção de agroindústria caseira e de 15,3% no caso da produção vegetal, que não executem nenhum tipo de venda da produção da unidade produtiva. Este montante significativo que não é vendido pelas famílias perfaz o autoconsumo familiar que é usado para suprir as próprias necessidades alimentares do grupo doméstico. Isso demonstra que o

⁹⁴ A “agroindústria caseira” se refere à produção que os agricultores transformam ou processam no interior da sua unidade de produção sem terem que, necessariamente, possuírem a legalização formal para tal empreendimento. A transformação das matérias-primas em produtos com maior valor agregado como o salame, os doces de frutas, queijos, etc constituem-se em produtos típicos da chamada agroindústria caseira.

agricultor familiar do Alto Uruguai, como já enfatizado, possui uma lógica com relação ao consumo de alimentos que segue determinados graus de mercantilização como definiu Van der Ploeg (1990; 1992). Ou seja, o agricultor comercializa alguns produtos e outros não. Ele vende a grande maioria da produção vegetal e animal (84,7% e 91,5%, respectivamente), mas não comercializa, totalmente, a grande parte dos produtos da agroindústria caseira (69,5%).

Provavelmente, a não comercialização da produção da agroindústria caseira pelos agricultores familiares, esteja ligada aos hábitos e a tradição de transformação e elaboração de produtos como queijos, salames, “chimias” e demais produtos, como compotas e geléias que os imigrantes italianos e alemães mantiveram como um traço histórico de suas origens (do seu modo de vida colonial) no interior das unidades de produção e com uma clara função de assegurar o autoconsumo do grupo doméstico. Pelos dados da Tabela 12, nota-se, também, que os agricultores familiares do Alto Uruguai, não utilizam os canais de comercialização alternativos como a venda em feiras, para o próprio poder público municipal, para os próprios comerciantes do município que possuem armazéns⁹⁵. Os agricultores familiares preferem a comercialização da produção via os canais de mercado tradicionais⁹⁶.

Para analisar a mercantilização de alguns produtos de lavoura da agricultura familiar do Alto Uruguai, selecionaram-se alguns dos principais produtos vendidos e para consumo das famílias. A Tabela 13 mostra, que o produto típico de venda e que perfaz o significado de uma *commoditie* é a soja (91,14% é destinada para a venda). Como demonstrou Conterato (2004), ela é o principal produto da agricultura familiar e a expressão máxima do processo de mercantilização da agricultura familiar do Alto Uruguai, que o autor denominou de “*sojicização*” da agricultura familiar, no sentido de que é a soja que transforma a paisagem do território e mercantiliza o agricultor.

Outros cultivos que perfazem um montante de venda maior que o de consumo é o feijão (60,08%) e o trigo (55,89%), conforme demonstra a Tabela 13. Note que tanto o feijão como o trigo eram produtos típicos de autoconsumo no SAC e que foram sofrendo cada vez mais um processo de mercantilização comercial, para que o agricultor familiar possa auferir rendimentos monetários crescentes para fazer frente a externalização e ao aumento dos custos produtivos na agricultura.

⁹⁵ Ressalta-se que a não venda em feiras municipais dos produtos da agricultura familiar não aparece nos dados por que este tipo de iniciativa não existe no município de Três Palmeiras que é a base da Pesquisa AFDLP (2003). Em alguns dos demais municípios esta experiência aparece e é analisada no capítulo 5.

⁹⁶ No capítulo 5, se demonstra que as chamadas “feiras da agricultura familiar” possuem uma pequena expressão no abastecimento e segurança alimentar da população do Alto Uruguai. Também são iniciativas pouco significativas do ponto de vista da reprodução social dos agricultores familiares.

Tabela 13: Percentagens das quantidades de alguns produtos consumidos e vendidos pelas famílias no Município de Três Palmeiras/RS.

Produtos	Consumo (%)	Venda (%)	Total
Feijão	39,91	60,08	100,00
Arroz	99,25	0,74	100,00
Batatinha	70,80	29,20	100,00
Trigo	44,11	55,89	100,00
Milho	79,59*	20,41	100,00
Soja	8,85	91,14	100,00

Fonte: Pesquisa AFDLP – CNPq/ UFPel /UFRGS, 2003.

* Inclui o somatório da quantidade de consumo animal de milho (autoconsumo intermediário).

Como produtos típicos de autoconsumo da agricultura familiar do Alto Uruguai tem-se o arroz, que é o produto mais autoconsumido pelas famílias (99,25%), seguido pelo milho com 79,59% e pela batatinha com 70,80% do autoconsumo. No caso do feijão e da batatinha, estes são típicos indicadores de produtos usados pelo grupo doméstico para fazer frente a sua reprodução social e alimentar, se bem que no caso da batatinha, esta já se encontra parcialmente mercantilizada, pois 29,20% da produção é destinada à venda.

O milho⁹⁷, a batatinha, o trigo e o feijão são produtos que seguem a trajetória da alternatividade produtiva, como proposto por Garcia Jr. (1983; 1989). Estes produtos podem ser tanto autoconsumidos, como comercializados pelos agricultores familiares para fazer frente ao seu consumo diferido ao longo do ano ou, para comprar os demais elementos para consumo do grupo doméstico, assumindo, neste contexto, uma importância fundamental nas famílias. Desta maneira, estes produtos propiciam uma maior *maleabilidade* da unidade de produção, para que esta consiga enfrentar as situações de flutuações de preços e de troca adversas no mercado ou mesmo da ocorrência de imprevistos climáticos (secas, enxurradas, geadas, etc) e choques diversos como formulou Ellis (2000). No trabalho de campo também se encontrou situações de produtos em que imperam a alternatividade produtiva, como é o caso do milho e do amendoim. O milho, pelos seus vários usos na unidade de produção e o amendoim, por poder ser vendido e também autoconsumido através de rapaduras, pés de moleque, etc, como os trechos das entrevistas demonstram.

Tem uma importância muito grande até porque aquele agricultor que produz o milho, por exemplo, ele vai ter a sua vaca de leite, ele vai ter o queijo, os

⁹⁷ O milho é o principal produto da agricultura familiar que possui a “marca” da alternatividade, pois no contexto de reprodução da unidade de produção e do grupo doméstico este possui vários usos. Ele pode ser consumido verde como alimento ou depois de semi-seco como canjica. Pode ser armazenado na lavoura através da envergadura da haste da planta, o “dobrar o milho” como os agricultores chamam. Pode, também, ser armazenado no galpão de um ano para outro para ser usado como semente para a próxima safra ou, pode ser usado para autoconsumo intermediário, como formulou Jerzy Tepicht, para ser servido aos animais como galinhas, porcos, bovinos, etc que, por sua vez, também poderão integrar a alimentação do grupo doméstico. Foi por estes e outros usos que Roche (1969) o chamou de *rei* da agricultura colonial.

derivados do leite, ele vai ter também com esse milho a galinha que vai produzir ovos que ajuda nos derivados, o frango, também ele vai ter o suíno, a banha que é um dos alimentos indispensáveis na panela do pequeno agricultor hoje [...] (Entrevista 6, 2004, C. A., Representante Sindical, MPA).

[...] Eu, por exemplo, planto 1 ha de amendoim por ano já vou para o 7º ano. 1 ha de amendoim você tira na média de uns 1.500 Kg de amendoim debulhado. Então a gente come, faz moleque, rapadura e a gente vende, por exemplo, esta semana que passou vendi a 4 reais o quilo sem sair de casa (Entrevista 19, 2004; A. L., Agricultor Familiar, Coopac).

Deste modo, a alternatividade entre consumir os seus produtos e vendê-los, permite ao agricultor familiar um maior “jogo de cintura” para enfrentar a mercantilização do processo produtivo e do próprio consumo de alimentos. Permite também ao agricultor familiar, que produz os produtos com a “marca” da alternatividade, uma maior segurança alimentar em termos quantitativos e qualitativos, pois este agricultor terá os alimentos estacionais necessários ao consumo da família e também saberá da qualidade que estes alimentos possuem, pois foi a sua família que os produziu, sabendo o que foi usado em termos de agrotóxicos, defensivos, etc que podem comprometer a saúde alimentar do grupo doméstico.

A Tabela 14 apresenta a correlação entre o consumo intermediário com o autoconsumo nas famílias de Três Palmeiras. Esta correlação fornece o grau de externalização em que o consumo de alimentos se encontra, tendo como indicador o consumo intermediário. As famílias que possuem um autoconsumo de até R\$ 1.000, possuem um menor grau de mercantilização, pois a sua grande maioria se situa nos extratos até R\$ 5.000 de consumo intermediário, predominando nas faixas de R\$ 1.000,01 a 2.000 (33,3% para vegetal e 20% para animal) e na de R\$ 2.000,01 a 5.000 (19% e 33,3 para vegetal e animal, respectivamente).

Isso pode ser explicado por serem famílias já avançadas no seu ciclo biológico e que vivem de aposentadorias rurais, se dedicando pouco à agricultura. Deste modo, gastam muito pouco em consumo intermediário e por isso são pouco mercantilizadas. Possivelmente, o que produzem seja somente para o próprio autoconsumo alimentar do grupo doméstico, que é reduzido em número de membros como demonstra a Tabela 8, já apresentada anteriormente. Podem ainda, ser famílias pequenas e pobres, nas quais o autoconsumo e o consumo intermediário assumem montantes muito pequenos. São nestas famílias que o autoprovisionamento alimentar se encontra mais vulnerabilizado como se referiu Ellis (2000), sendo que, em alguns casos, estas famílias se encontram em situações de insegurança alimentar por dependerem do mercado para possuírem acesso à alimentação dos seus

membros, já que a produção dos próprios alimentos perfaz um montante muito pequeno na sua unidade de produção⁹⁸.

Tabela 14: Grau de mercantilização do processo produtivo por extratos de Produto Bruto de autoconsumo nas famílias de agricultores no Município de Três Palmeiras/RS.

	Extratos de Produto Bruto animal e vegetal de autoconsumo (R\$/ano)							
	0 a 1000		1000,01 a 2000		2000,01 a 3000		3000,01 a 5000	
Extratos de consumo intermediário (R\$/ano)	Veg (%)	Ani (%)	Veg (%)	Ani (%)	Veg (%)	Ani (%)	Veg (%)	Ani (%)
< 1000	19	20	6,9	3,6	0,0	15,4	0,0	0,0
1000,01 a 2000	33,3	20	13,8	17,9	0,0	15,4	0,0	33,3
2000,01 a 5000	19	33,3	37,9	35,7	42,9	23,1	0,0	0,0
5000,01 a 10000	14,3	0,0	6,9	14,3	14,3	15,4	0,0	0,0
10000,01 a 15000	4,8	13,3	13,8	10,7	0,0	0,0	0,0	0,0
> 15000	9,5	13,3	20,7	17,9	42,9	30,8	100	66,7
Total	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa AFDLP – CNPq/ UFPel /UFRGS, 2003.

Nos extratos de autoconsumo de R\$ 1.000,01 a 2.000 de autoconsumo, também se verifica a mesma tendência, a maioria das famílias (58,6% para o vegetal e 57,2% para o animal), fica até o extrato de R\$ 5.000 de consumo intermediário, demonstrando que a mercantilização do consumo de alimentos é maior até este nível de consumo intermediário. Já no extrato de autoconsumo de R\$ 2.000,01 a 3.000, a mercantilização do consumo não é tão acentuada, pois aqui já começa a haver uma dispersão dos dados na qual não se observa uma tendência nítida. Parte das famílias se situa no extrato de consumo intermediário de R\$ 2.000,01 a 5.000 (42,9% para vegetal e 23,1% para animal), como as demais e são mais mercantilizadas. Já outras, se situam no extrato maior de R\$ 15.000 (42,9% e 30,8% para vegetal e animal, respectivamente) e são menos mercantilizadas em relação ao seu consumo.

Por fim, o extrato de R\$ 3.000,01 a 5.000 de autoconsumo, no qual as famílias estão concentradas no extrato de consumo intermediário maior que R\$ 15.000, o que dá um pequeno grau de mercantilização no caso do consumo vegetal que é de 100% e que é um pouco maior no animal (66,7%), entretanto, este extrato de autoconsumo do ponto de vista estatístico é pouco significativo⁹⁹.

⁹⁸ No capítulo 4, demonstra-se que é em algumas famílias de aposentados rurais que se encontram a maior compra de alimentos de fora da unidade de produção. Nestas famílias a externalização do consumo alimentar é um dos principais motivos do por que estas se encontram, em uma certa medida, em situação de insegurança alimentar, pois o seu acesso aos alimentos é sempre mediado pela lógica do mercado.

⁹⁹ Essa afirmação deve ser relativizada. Diz-se que ele é pouco significativo por que no extrato de R\$ 3.000,01 a 5.000 de autoconsumo apenas dois casos (duas famílias) é que deram origem aos dados. Comparando-se estas

Os dados da Tabela 14 permitem afirmar a hipótese de que há uma mercantilização do consumo de alimentos em curso no Alto Uruguai. Esta se expressa pelo grau de externalização de gastos que o agricultor familiar realiza com o consumo intermediário. Permite, também, inferir que há diferentes graus de mercantilização do consumo entre os agricultores familiares. Entretanto, não se pode afirmar que uma maior mercantilização do consumo, represente uma maior vulnerabilização deste no interior da unidade de produção. O que se pode afirmar, em resumo, é que um maior grau de mercantilização do consumo, está nas famílias que possuem um autoconsumo menor, ou seja, as que possuem valores de autoconsumo até R\$ 2.000 por ano. Nas que possuem valores de autoconsumo maiores de R\$ 2.000,01, o grau de mercantilização é menor em algumas e maior em outras, sendo que os dados não apresentam uma tendência nítida.

Esta variação aleatória dos dados também colabora com a hipótese de Van der Ploeg (1990; 1992), de que existem diferentes graus de mercantilização entre os agricultores familiares. Aqui, no caso analisado, existem diferentes graus de mercantilização do consumo de alimentos, o que nos leva a confirmar a assertiva de que há uma diferenciação social entre os agricultores familiares nesta dimensão da unidade familiar, em que algumas famílias possuem esta esfera do estabelecimento agrícola mais reforçada, como nos extratos acima de R\$ 2.000 por ano de autoconsumo. Outras, por sua vez, possuem o autoconsumo mais vulnerabilizado, como é o caso das famílias que possuem um autoconsumo menor de R\$ 2.000 por ano.

A diferenciação do autoconsumo entre os agricultores familiares, também foi verificada no processo de pesquisa de campo, no qual se constatou que *nem sempre aqueles agricultores que possuem uma maior mercantilização do processo produtivo, são os mais vulnerabilizados em sua produção para autoconsumo*. Neste sentido, pode-se afirmar, para o

duas famílias com relação ao total da amostra que foram 59 questionários, realmente, o seu peso é muito diminuto. Por outro lado, em pesquisa científica todas as possibilidades devem ser consideradas e até os pequenos números devem ser interpretados como importantes, pois, às vezes, em tendências de dados destoantes das centrais é que estão os elementos sociológicos mais ricos para uma boa elucidação da complexidade que é a explicação da realidade dos processos sociais.

Por outro lado, ressalta-se que a amostragem que deu origem aos dados apresentados nesta dissertação foi rigorosa do ponto de vista de “colher” a heterogeneidade e a diversidade das condições de reprodução social da agricultura familiar de Três Palmeiras. A mesma foi realizada com base numa amostragem probabilística aleatória por comunidade o que fez com que todas as famílias, nas quais se aplicou o questionário, pudessem entrar no banco de dados com o mesmo peso relativo em relação às demais. Assim, estes dois casos também são importantes, mesmo sendo bastante destoantes dos demais, pois eles demonstram que a produção para autoconsumo é muito variável de família para família e de situação social para situação social na agricultura familiar. Desse modo, este processo diferenciado no que concerne ao autoprovimento alimentar das famílias do Alto Uruguai pode ser compreendido e explicado pelos diferentes graus de mercantilização do consumo de alimentos como se referiu Van der Ploeg (1990; 1992). Esta metodologia de amostragem é explicada no Anexo 3.

caso do Alto Uruguai, que *uma maior mercantilização produtiva com plantio de cultivos comerciais e maior inserção no mercado, não necessariamente acarreta em uma menor produção para autoconsumo*. Muitas vezes, ocorre o contrário, são estes agricultores que, em grande medida, ainda guardam o corpo do saber necessário à produção para autoconsumo. Essa afirmação também foi formulada da mesma forma pelos informantes durante o trabalho de campo, que também perceberam esta diferenciação da produção para autoconsumo e a sua relação com a integração mercantil dos agricultores familiares. Neste sentido, o relato de um secretário da agricultura é elucidativo deste processo.

Essa diferença dá para se notar sim. Até mesmo aqueles agricultores que possuem uma produção mais destinada para o mercado, que estão mais capitalizados mesmo esses, muitas vezes, tem mais presente à produção de subsistência do que aquele agricultor totalmente descapitalizado, que perdeu toda aquela cultura de produzir para a subsistência, mas mesmo esses agricultores que estão totalmente capitalizados eles produzem (o seu autoconsumo) [...] (Entrevista 9, 2004, G. P., Engenheiro Agrônomo, SAM).

O que se pode afirmar, portanto, é que existe uma diferenciação do autoconsumo entre os agricultores do Alto Uruguai, mas esta não é somente explicada em termos das suas relações mercantis. A explicação para a diferenciação existente no autoconsumo deve ser buscada em outros fatores, como o tamanho da propriedade e as condições de relevo, diferentes inserções no processo de modernização da agricultura, o sistema produtivo e organizacional empregado na unidade de produção, os tipos de cultivos desenvolvidos e o saber-fazer das famílias.

Durante a pesquisa de campo, pode-se constatar que são estes os fatores responsáveis pelas diferenças na produção para consumo e os diferentes graus de mercantilização que esta característica possui entre os agricultores familiares. As condições agronômicas do terreno, como a declividade do solo, a erosão, a fertilidade, características físicas, etc, explicam, em parte, a diferenciação do autoconsumo entre agricultores e localidades. Geralmente, em comunidades com solos mais empobrecidos do ponto de vista da fertilidade natural e com ângulos de declividade elevados, é onde se encontram os agricultores familiares mais vulnerabilizados em seu autoprovisionamento alimentar. Este processo é ilustrado pelo trecho da entrevista.

A princípio, no nosso município é meio regionalizada a coisa. Nós temos a parte nobre do município que pega uma região do asfalto para lá. E aí nós pegamos esta área para cá que é mais divisa com Erval Seco, Seberi e divisa com Palmitinho que é bem mais pobre, bem mais pedregosa, montanhosa [...]. É que a terra foi embora (erosão), a terra fértil o pessoal foi derrubando o mato e plantando em áreas não propícias e foi empobrecendo e hoje se tu vai

analisar o solo nosso está bastante problemático (Entrevista 7, 2004, J. C. G., Técnico em Agropecuária, Emater).

Mas, muitas vezes, não é somente este fator que explica a vulnerabilização da produção para autoconsumo¹⁰⁰, existindo outros que agem concomitantemente. Pode-se constatar, também, que nos locais com condições de solos desfavoráveis, o corpo do saber, como formularam Woortmann e Woortmann (1997), também sofreu o processo de mercantilização com as transformações técnico-produtivas que ocorreram a partir dos anos 70. Neste processo, muitos dos conhecimentos que eram passados de pai para filho, de geração em geração no interior do grupo doméstico, não estão mais sendo efetuados e, em muitos casos, o que impera é a “*cultura da indústria*” como os informantes mesmos se referiram.

Neste sentido, a diferenciação do autoconsumo é explicada, comparativamente, entre aqueles agricultores que se fragilizaram e se mercantilizaram do ponto de vista do consumo e dos conhecimentos aplicados à produção destes alimentos. Este processo pode ser compreendido a partir do que Ellis (2000), chamou de estratégias de reação a sua situação social de reprodução alimentar ameaçada. E, de outro lado, aqueles agricultores que não adentraram no processo de transformações técnico-produtivas, que entenderam este movimento de mudanças bruscas e que mantiveram o seu corpo do saber que lhes era inerente. Estes últimos podem ser definidos, segundo Ellis (2000), por aqueles agricultores que usaram de estratégias de adaptação em face ao contexto da modernização agrícola e da mercantilização crescente da esfera do consumo familiar de alimentos, resistindo a este processo em curso no Alto Uruguai.

Essa diferenciação das estratégias de vivência entre os agricultores fica evidente na entrevista. Nota-se que a referência sempre é feita temporalmente, ou seja, antes da modernização da agricultura, como um tempo em que se tinha segurança alimentar por que as unidades produziam o seu autoconsumo e, depois da modernização, como um período de uso de tecnologia e de especialização produtiva, especialmente com o plantio da soja. Fica claro, também, que o processo de desenvolvimento capitalista na agricultura é desigual e contraditório, causando efeitos diferentes como consequência da sua penetração nas formas sociais de produção e trabalho e na esfera do autoconsumo familiar.

¹⁰⁰ Na pesquisa de campo também se verificaram casos em que as condições do solo não eram propícias à agricultura e, mesmo assim, os agricultores conseguiam produzir o seu autoconsumo. Porém, na maioria dos casos o tipo de solo, fertilidade, declividade, etc são determinantes da produção para autoconsumo para o caso do Alto Uruguai.

Então nós fomos absorvendo de forma gradual um processo de empobrecimento pela modernização da agricultura, a Revolução Verde. Neste contexto muitas famílias foram se fragilizando mais do que outras. Então hoje você vê que aquelas famílias que não absorveram por completo o processo da Revolução Verde e mantiveram as suas origens, as suas tradições, o seu sistema produtivo histórico que é herança dos imigrantes que aqui chegaram no início do século passado e embora entenderam o processo da Revolução Verde, mas não abandonaram o processo de produção de subsistência com qualidade e segurança alimentar. E outros, de certo estimulados com a euforia de ganhar mais dinheiro, iam se modernizar, trabalhar menos por que as máquinas iam fazer, iam plantar soja por que trabalhava um período e depois parava e não precisava mais. A soja ia lhe dar um dinheiro, uma renda para ele adquirir os produtos de subsistência e, assim, esses se fragilizaram (Entrevista 15, 2004, E. G., Economista, Codemau).

A diferenciação do autoconsumo em função das diferentes estratégias de vivência postas em prática pelos agricultores no processo histórico de desenvolvimento no Alto Uruguai, pode ser visualizado pela Tabela 15. A maioria das famílias (28,8%), possui um Produto Bruto de autoconsumo que varia de 0 a 15% do Produto Bruto Total da unidade de produção, sendo consideradas famílias com um baixo nível de produção para autoconsumo e vulnerabilizadas, como formulou Ellis (2000). Já nos extratos de 15,01 a 30% e no de 30,01 a 50% de Produto Bruto de autoconsumo, encontra-se famílias que possuem um autoconsumo maior (25,4% e 27,1% das famílias, respectivamente), demonstrando serem famílias que puseram em prática as estratégias de adaptação ao contexto da mecanização do consumo familiar e que resguardaram a esfera do autoconsumo e, desta forma, não sofreram o processo de vulnerabilização. Há, também, famílias que possuem altas porcentagens de Produto Bruto de autoconsumo, chegando a variar de 50 a 100% em relação ao Produto Bruto Total. Mas, a grande maioria das famílias (81,4%), possui um Produto Bruto de autoconsumo que chega até um máximo de 50% do Produto Bruto Total.

Tabela 15: Extratos de Produto Bruto de autoconsumo sobre o Produto Bruto Total das famílias do Município de Três Palmeiras/RS.

Extratos de Produto Bruto de autoconsumo (%)	Porcentagem (%)	Porcentagem Acumulada (%)
0 a 15	28,8	28,8
15,01 a 30	25,4	54,2
30,01 a 50	27,1	81,4
50,01 a 75	13,6	94,9
75,01 a 100	5,1	100
Total	100	

Fonte: Pesquisa AFDLP – CNPq/ UFPel /UFRGS, 2003.

Os dados da Tabela 15 demonstram que há várias situações em relação à produção para autoconsumo entre os agricultores familiares, sendo que se podem encontrar aqueles agricultores bastantes vulnerabilizados e, em muitos casos, em situação de insegurança alimentar. Estes, em sua grande maioria, estão pondo em práticas estratégias de reação frente a este contexto de crise na sua reprodução social e alimentar. Entretanto, tem-se também, um outro grupo de agricultores que não se encontram vulneráveis em relação a sua produção para autoconsumo e estão em situação de segurança alimentar, porque, historicamente, usaram de estratégias de adaptação a mercantilização do consumo familiar e, hoje, não se encontram fragilizados em relação a sua reprodução social e alimentar.

A mercantilização do consumo de alimentos no Alto Uruguai está se desenvolvendo com o deslocamento da produção animal e vegetal das pequenas “roças”, nas imediações das casas e perto das lavouras comerciais, para dar lugar aos cultivos comerciais e produzidos em maior escala, como também já havia verificado Candido (1987)¹⁰¹. Com o avanço das últimas e o bom preço que algumas delas, como a soja está atingindo no mercado nacional e internacional, este tipo de lavoura está deslocando as de autoconsumo e tomando o seu espaço dentro da unidade produtiva, caracterizando uma mercantilização da produção para consumo que está desaparecendo da esfera produtiva, para dar lugar a lavouras voltadas para o mercado. É a especialização da produção em poucos cultivos e baseados na rentabilidade monetária destes, que faz com que se mercantileze a produção para o consumo e, assim, se diferencie as unidades de produção no Alto Uruguai. Esse processo de deslocamento espacial do autoprovisionamento pode ser ilustrado pelos relatos e também pela Figura 3. Note que, no caso da Figura 3, o plantio da soja se desenvolve até nos arredores da moradia ou como formularam alguns informantes, “*até nas escadas da casa*”.

Se tu pegar os últimos 2 ou 3 anos o soja deu aquele salto de preço então o pessoal “enlouqueceu” [...]. Então aquela área que tinha de pastagem para gado foi tudo dizimado, foi vendido vaca, então aqui aconteceu também esse processo. Vendas de animais se desfizeram por que o preço estava bom da soja, valia a pena plantar a soja e comprar o leite, comprar as coisas para comer (Entrevista 22, 2004, R. B., Engenheiro Agrônomo, Emater).

Eu acho que o fator principal [...] é a produção de soja, a produção de grãos. Muita horta, muito pomar foi destruído para aumentar a área do plantio de soja. Isso a gente visualiza dia a dia no meio rural (Entrevista 23, 2004, V. T., Técnico em Agropecuária, Emater).

¹⁰¹ Antônio Candido (1987), também verificou em seu estudo sobre o caipira paulista que a alimentação produzida por estes sofria transformações que ele atribuiu, dentre outros fatores, ao plantio de cultivos que visavam o mercado. Ele também verificou que: o homem rural [...] dependia cada vez mais da vila e das cidades, não só para adquirir bens manufaturados, mas para adquirir e manipular os próprios alimentos (p. 142) caracterizando, desta forma, o mesmo processo social de vulnerabilização do autoconsumo alimentar, só que com outras palavras no que no presente estudo chama-se de mercantilização do consumo familiar de alimentos.



Fonte: Pesquisa de campo (2004).

Figura 3: Processo de “sojicização” no Alto Uruguai e conseqüente deslocamento da produção para autoconsumo.

Outras diferenças em relação à produção para autoconsumo são notadas em nível de organização da propriedade, na qual a distribuição espacial da casa, das benfeitorias, do pomar e da parte de embelezamento das unidades produtivas, como o jardim, o “pátio” e outros espaços são indicadores de um agricultor “caprichoso” e que “cultiva de tudo” na sua propriedade. Este agricultor é o que possui pouca dependência ao contexto social e econômico, pois geralmente produz a maioria do seu consumo e não depende de políticas públicas para isso¹⁰². Também é este que possui uma família bem mais estruturada em termos de coesão social, conseguindo manter um bom número de filhos na propriedade. Possui, também, uma renda maior devido a não ter que comprar o consumo familiar de alimentos no mercado.

Este agricultor também é menos vulnerável em termos de saúde, pois com a produção para autoconsumo ele sabe o que está consumindo em termos de atributos de qualidade alimentar e, também, possui a sua auto-estima valorizada frente aos demais agricultores,

¹⁰² Um informante formulou que aqueles agricultores que possuem autoconsumo não vulnerabilizado na sua unidade produtiva, dependem bem menos do contexto social e econômico para realizar a sua reprodução social, como é o caso das políticas públicas em que foi usado o exemplo do Pronaf.

Eles têm um nível de vida bastante elevado e eles estão se afastando até das linhas de crédito como estas tradicionais como o Pronaf para Custeio e Investimento, por que eles estão fazendo a própria poupança e a gente pode perceber isso (Entrevista 12, 2004, G. S., Engenheiro Agrônomo, Emater).

vizinhos e conhecidos citadinos por ser o típico agricultor *policultor*, como se referiu Renk (2000), numa alusão ao colono que cultivava os mais variados tipos de alimentos para o seu consumo durante o SAC. Este tipo de agricultor é o que conseguiu viabilizar-se via estratégias de adaptação, como formulou Ellis (2000), a mercantilização do consumo e a vulnerabilização deste no Alto Uruguai. Os trechos das entrevistas ilustram como são definidos, sempre comparativamente, os agricultores vulneráveis e não vulneráveis em sua reprodução social e alimentar¹⁰³. Note que os agricultores vulneráveis são definidos como vivendo numa situação constrangedora, por terem que comprar o seu consumo no mercado e não possuírem a sua propriedade organizada. Ao contrário dos outros, não vulneráveis, que possuem um equilíbrio financeiro melhor, produzem os próprios alimentos e a sua propriedade é bem mais “cuidada”.

[...] Aquele agricultor que produz a sua subsistência é um agricultor que tem um equilíbrio financeiro melhor, que vai pouco buscar dinheiro nas instituições financeiras, ele produz os seus próprios alimentos, ele investe os próprios recursos, ele tem um resultado maior no final do processo. [...] Aquele agricultor que não produz a sua subsistência em primeiro lugar ele vive em uma situação constrangedora, porque ele precisa comprar o seu alimento no mercado e ele, muitas vezes, não têm uma renda mensal, ele não tem dinheiro para isso (Entrevista 6, 2004, C., A., Representante Sindical, MPA).

Há diferenças gritantes. Todo aquele que na sua propriedade tem uma auto-suficiência de produção a propriedade dele é mais arrumada, à frente da casa é limpa, ajeitada, arrumada, é pintado, é grama cortada, arvoredado bem cuidado, lá atrás tem os animais, do lado tem o pomar e lá tem tudo o que ele precisa. [...] E aquele outro agricultor que deixa a casa de lado, os palanques da cerca caídos e a última telha do galpão cair para ir embora. Ele está só contando os dias para chegar à aposentadoria para ir embora. Então esse agricultor compra tudo pronto, mal como está ele compra tudo pronto e ai ele vai cada vez pior (Entrevista 11, 2004, N. B., Secretário da Agricultura Municipal, SAM).

Mas a situação de mercantilização do consumo de alimentos no Alto Uruguai não gera somente a diferenciação deste tipo de produção nas unidades familiares, pois também engloba a compra de alimentos externos à propriedade, como no caso dos feirantes que os revendem aos agricultores no meio rural ou, no caso da compra destes nos supermercados locais. Também gera situações de fragilização social e de pobreza rural, como se demonstra a seguir, levando os agricultores familiares a uma situação de insegurança alimentar e, em muitos casos, como se observou a campo, a um acesso deficiente aos alimentos, inclusive via

¹⁰³ Para alguns informantes, que eram lideranças de agricultores familiares e que possuíam um tom de intervenção mais político, os agricultores vulneráveis em relação ao autoconsumo são aqueles que não participam de reuniões, de organizações sociais, de mobilizações, que não defendem a agricultura familiar, etc. Os informantes explicavam que esta situação era devido a estes, “não terem consciência” da importância que tem a produção para autoconsumo.

compra direta, já que muitos não mais os produzem e não dispõem das condições financeiras para os adquirí-los nos comércios locais.

É a mercantilização do consumo, como definiu Van der Ploeg (1990; 1992), que se corporifica através do processo de externalização do consumo alimentar, em que a produção própria é substituída em novas bases, por um processo de compra dos alimentos necessários para se atingir, o que Wolf (1976) chamou de mínimo calórico e, assim, garantir a reprodução social e alimentar do grupo doméstico. Um dos indicadores do processo de mercantilização do consumo são os produtos que os agricultores compram de fora da sua unidade produtiva para suprir as suas necessidades alimentares.

Pôde-se constatar, durante o trabalho de campo, que os produtos comprados nos supermercados são de dois tipos. Tem-se, por um lado, os produtos típicos da agricultura familiar e que poderiam, perfeitamente, serem produzidos pelos próprios agricultores nos quais se destacam a banha, a carne (diversos tipos), a batatinha, o feijão, o arroz, a massa, os ovos, o pão, frutas como maçã, melancias, saladas como o repolho, a alface e outros que se encontram, em uma parcela significativa dos agricultores, externalizados da unidade de produção. Ou seja, estes são adquiridos nos supermercados locais a preços de mercado como qualquer consumidor cidadão. Neste sentido, um estudo desenvolvido pela Emater *et all* (2002) visando diagnosticar os hábitos de consumo e a segurança alimentar da população do Alto Uruguai, encontrou o repolho (78,17%), a cenoura (67,76%) e a alface (64,82%), como os alimentos mais comprados pela população do território¹⁰⁴.

Por outro lado, as compras se direcionam aos chamados produtos industrializados como o salgadinho, os molhos de tomate, temperos desidratados, os enlatados, etc e, o símbolo máximo da mercantilização do consumo na agricultura familiar que é o refrigerante, por causa dos atuais hábitos de consumo, dos apelos consumistas e o baixo preço do mesmo nos supermercados. Neste sentido, o mesmo estudo da Emater, aponta que o consumo de refrigerantes em 46,28% da população é realizado no mínimo uma vez por semana; 13,33% o consomem de duas ou três vezes por semana e 14,45% a cada quinze dias, demonstrando ser o consumo de refrigerantes um bom indicador da mercantilização do consumo alimentar no Alto Uruguai, mesmo com a população urbana estando incluída na amostra¹⁰⁵. A

¹⁰⁴ Estes dados devem ser analisados com cautela, pois uma parte da amostra populacional para desenvolvimento da pesquisa era de origem urbana. A população urbana entrou na amostra com um percentual de 41% enquanto que a rural ficou com 59%.

¹⁰⁵ Não se quer afirmar que os agricultores familiares não possam comprar nada para o seu consumo alimentar nos supermercados, como é o caso dos refrigerantes. Ao contrário, entende-se que os agricultores familiares possuem a sua lógica de reprodução social e alimentar assentada tanto no interior da sua unidade de produção,

mercantilização do consumo também é observada nas entrevistas com agricultores que compram o seu consumo na cidade e com representantes sindicais que observaram este processo de externalização do consumo familiar. Note, que os produtos que são citados nas entrevistas (com exceção da erva-mate) como a massa, o açúcar, o tomate, a batatinha, a carne, a banha, os ovos e o torresmo são todos produtos de autoconsumo passíveis de serem produzidos pelos agricultores familiares.

A gente compra às vezes massa, a erva-mate, às vezes o açúcar que a gente faz, mas de vez em quando compra alguma coisa. E às vezes a gente nem sempre produz, que nem o tomate, tu não produz o ano todo, que nem a batatinha também, às vezes tu produz, mas não dura. Às vezes se compra alguma coisa. Até carne às vezes [...] (Entrevista 4, 2004, N. B., Agricultor Familiar).

[...] Tem até produtores que fazem isso, por exemplo, de vir comprar banha no supermercado, ovos, carne de galinha, carne de porco, torresmo que é tudo coisas que você pode produzir na propriedade (Entrevista 8, 2004, D. S., Representante Sindical, Fetag).

A mercantilização do consumo alimentar dos agricultores, também é evidenciada quando se analisa o local em que estes gastam o dinheiro recebido das várias fontes de renda que possuem. Isso é ilustrado pela Tabela 16, que demonstra que a grande maioria dos agricultores (89,8%), gasta o dinheiro na cidade na qual residem, levando-se a inferir e, de acordo com o que se observou a campo junto aos supermercados, que uma boa parte deste percentual de gastos é com alimentação, através da compra desta nos supermercados, nos quais os agricultores realizam o chamado “rancho” mensal¹⁰⁶. Os demais gastos são realizados na própria comunidade onde residem (5,1%) e em outras localidades (5,1%).

Tabela 16: Em que local o Senhor e sua família gastam a maior parte do dinheiro que ganham [não importa a fonte deste dinheiro]?

	Porcentagem (%)
Na própria comunidade onde residem	5,1
No centro urbano da cidade a que pertence à localidade/distrito	89,8
Na cidade-pólo mais próxima (cidade maior da região)	0,0
Outra localidade	5,1
Total	100,0

Fonte: Pesquisa AFDLP – CNPq/ UFPel /UFRGS, 2003.

Se as compras em supermercados são indicativas da mercantilização do consumo familiar, este não é o único meio que os agricultores usam para adquirir os seus alimentos. Há

como no mercado. Apenas se usou o exemplo dos refrigerantes como um indicador deste processo crescente de externalização do consumo de alimentos, que está ocorrendo atualmente com os agricultores do Alto Uruguai.

¹⁰⁶ É claro que também uma boa parte deste dinheiro é utilizada na compra de roupas, combustíveis, insumos, instrumentos de trabalho e outros bens duráveis e não duráveis de consumo familiar.

também, no espaço rural dos municípios do Alto Uruguai, uma constante mercantilização do consumo alimentar que se desenvolve com a compra direta dos alimentos pelos agricultores de feirantes, fruteiros e vendedores ambulantes de gêneros alimentícios que percorrem as comunidades, muitos inclusive, com dias da semana agendados para a venda de produtos aos agricultores. Os principais produtos que são comprados pelos agricultores são as frutas e verduras, mas, em alguns casos, se chega a comprar pães, sorvetes, bolachas, sucos, etc, como os trechos das entrevistas com agricultores e atores do serviço de extensão rural demonstram. Os entrevistados chegam a formular que, “todo dia quase estão passando vendendo essas coisas” e que tem até roteiros de feirantes e fruteiros para vender produtos de consumo alimentar para os agricultores familiares.

Ali na beira da faixa é todo o dia. Todo dia tem gente que entra aqui para vender. Mais é esses negócios do pessoal de fora trazendo batatinha, maçã, essas coisas. Todo dia quase estão passando vendendo essas coisas [...] (Entrevista 3, 2004, L. F. Agricultor familiar).

E1: [...] Se você passar hoje em volta de todo o município você vai encontrar que tem um roteiro, você vai encontrar gente vendendo batata, cebola, pães, cucas, bolachas para os agricultores (M. Z. B., Extensionista Rural, Emater).

E2: Tem 3 ou 4 carros que circulam toda a semana, a semana toda inclusive derivados de massa, sorvetes, picolés, sucos e as laranjas se estragando nos pés. Então tudo isso se tem no interior, tudo isso e é mais fácil ir lá e pegar 2 reais e comprar um pão do que fazer (Entrevista 7, 2004, J. C. L., Técnico em Agropecuária, Emater).

Em que pese esta situação social de mercantilização e de vulnerabilização do consumo de alimentos entre as famílias, ainda há uma certa harmonia entre os agricultores em termos de reconhecimento de que, atualmente, não se produz mais a maioria dos alimentos como era “antigamente”. Porém, não há um consenso de que haja uma mercantilização da esfera do consumo entre os extensionistas da Emater, Codemau, das SAMs e outras instituições de desenvolvimento. Para alguns, os agricultores familiares continuam produzindo a grande parte dos alimentos tanto em relação à qualidade destes, como em termos de quantidades suficientes para alimentar o grupo doméstico. Neste sentido, o Alto Uruguai é reconhecido como um espaço no qual não existem problemas de insegurança alimentar entre as populações do espaço rural. Esta questão é formulada, principalmente, por atores entrevistados que dirigem entidades que possuem uma abrangência territorial, agindo em vários municípios e, por outros, que possuem cargos políticos de uma importância relativamente grande nos municípios em que atuam.

[...] Nós sabemos que os nossos agricultores da região do Médio-Alto Uruguai eles vivem bem, eles tem qualidade de vida por que eles produzem a subsistência e naturalmente o excedente para comercializar, mas a

subsistência é o primeiro foco ou meta das famílias de pequenos agricultores é produzir os alimentos o qual assegura as condições dignas de vida e que eles possam ser bem alimentados e que eles possam alimentar a sua família e viver bem lá no meio rural (Entrevista 15, 2004. E. G., Economista, Codemau).

Eu acho que, de um modo geral, para a subsistência da família [...] a grande maioria das famílias todas elas produzem o básico para a subsistência das próprias famílias (Entrevista 17, 2004, V. S., Representante Sindical, CMDR).

Na próxima seção, objetiva-se analisar as transformações técnicas, produtivas, sociais e econômicas que se desenvolveram no Alto Uruguai a partir dos anos de 1970 que, em grande medida, são responsáveis por um movimento crescente de fragilização das famílias e a degradação do seu nível de vida e bem estar social. Neste sentido, demonstra-se que, em muitos casos, este empobrecimento das famílias e a vulnerabilização da produção para autoconsumo tem levado uma parcela dos agricultores a se encontrarem em situações de insegurança alimentar.

3.4 - A mercantilização do consumo e a pobreza rural: a insegurança alimentar.

Conforme indicado no primeiro capítulo, o Alto Uruguai pode se considerado um território em que o processo de mudanças da base técnico-produtiva desencadeou um certo empobrecimento geral e um solapamento das condições de reprodução social dos agricultores familiares. Deste modo, nesta seção, pretende-se demonstrar que, realmente, existe pobreza rural no Alto Uruguai e que esta, em alguns casos, é responsável pelas situações de insegurança alimentar que se encontra junto aos agricultores.

Com relação à ligação entre os temas da pobreza e da insegurança alimentar, existe uma ampla bibliografia que indica que os seus limites sociais são muito tênues e que geralmente situações de fragilização social podem desencadear processos de alimentação deficiente. Esta hipótese de trabalho de que a pobreza rural leva, em alguns casos, à situações de insegurança alimentar e à fome já havia sido formulada por outros autores. É o caso de Maluf *et all* (2004, p. 5), que afirma que a pobreza ocupa o lugar de determinante principal da insegurança alimentar, isto é, do não acesso regular a uma alimentação adequada, dando origem aos fenômenos da fome e da desnutrição. A própria FAO (2004) afirma que não há dúvidas de que a pobreza é uma das causas da fome. Além destes, Graziano da Silva *et all* (2001) e Belik *et all* (2001), também trabalharam com a mesma hipótese no caso do Brasil.

Para o caso do Alto Uruguai, os estudos de Schneider *et all* (2000) e de Schneider *et all* (2001), já demonstraram que há uma situação de pobreza rural neste território¹⁰⁷. A pobreza do território do Alto Uruguai pode ser identificada a partir de alguns indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de alguns municípios, como demonstra a Tabela 17. Nos anos de 1970 e de 1980, apenas o município de Vicente Dutra figurava com um IDH-M igual ao estadual, sendo que os demais municípios se encontravam todos abaixo da média estadual. Nos anos 90 o IDH-M (1991) piorou, sendo que neste período nenhum dos municípios atingiu a média estadual, mesmo que alguns cheguem próximos, como é o caso de Frederico Westphalen e Taquaruçu do Sul. No ano 2000, o IDH-M medido ressalta o município de Frederico Westphalen como o único que supera a média estadual com 0,834. Para os demais municípios a situação continua a mesma, pois todos os municípios figuram abaixo da média estadual.

Tabela 17: Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) para alguns municípios do Alto Uruguai do Rio Grande do Sul.

Município	IDH-M 1970	IDH-M 1980	IDH-M 1991	IDH-M 2000
Caiçara	0,466	0,626	0,669	0,795
Constantina	0,435	0,647	0,658	0,796
Frederico Westphalen	0,452	0,688	0,752	0,834
Irai	0,444	0,620	0,643	0,778
Palmitinho	0,435	0,589	0,587	0,768
Pinheirinho do Vale	-	-	0,666	0,747
Taquaruçu do Sul	-	-	0,716	0,769
Três Palmeiras	-	-	0,584	0,767
Vicente Dutra	0,631	0,808	0,549	0,724
Vista Alegre	-	-	0,680	0,763
RS	0,631	0,808	0,871	0,809
Brasil	0,462	0,685	0,742	0,757

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, PNUD/IPEA/IBGE/FJP (1998).

- Dado não disponível.

De acordo com os dados da Tabela 17, pode-se observar que a situação de pobreza do território vigora desde 1970, quando ocorrem as principais transformações técnico-produtivas da agricultura familiar desta região. Como no Alto Uruguai a maioria da população ainda reside no meio rural, a pobreza demonstrada através do IDH-M, também se encontra, a sua grande parte, no “rural” e o rural, por sua vez, é constituído, em sua grande

¹⁰⁷ O objetivo aqui não é o de se discutir as causas da pobreza rural do território, mas sim apenas demonstrar que esta existe e que, em muitos casos, gera a insegurança alimentar entre os agricultores familiares. Para ver as principais causas da pobreza rural e das desigualdades sócio-econômicas, consultar os trabalhos de Schneider *et all* (2000) e Schneider *et all* (2001).

maioria, pela agricultura familiar, o que leva a inferir que a pobreza rural se encontra, predominantemente, nas áreas rurais de pequenos estabelecimentos familiares¹⁰⁸.

Na opinião dos entrevistados foi o intenso processo de transformações sofridas a partir dos anos de 1970 que gerou, em grande medida, o empobrecimento rural e a vulnerabilização das condições de reprodução social da agricultura família do Alto Uruguai, como demonstra o trecho da entrevista. Observa-se que o empobrecimento é sempre formulado de *forma desigual* entre os agricultores familiares, como é próprio da dinâmica do desenvolvimento capitalista na agricultura, em que o diferencial é entre aqueles que aderiram à modernização da agricultura e os que ficaram de fora deste processo. Neste sentido, ressalta-se que a degradação das condições de vida da população rural é um processo que ocorre de forma diferente entre os agricultores familiares. Há aqueles que estão utilizando-se de estratégias de reação a esta situação de reprodução social ameaçada. Já um outro grupo, está pondo em prática estratégias de adaptação ao contexto das mudanças técnico-produtivas (Ellis, 2000). O relato contido no trecho da entrevista é elucidativo destas duas estratégias frente ao empobrecimento e a fragilização social existente no território.

Na minha concepção o processo de modernização da agricultura dos anos 60 e da Revolução Verde nos anos 70 mais avançando ali ele foi mudando a nossa matriz cultural e foi desembocando nesse empobrecimento, mas sempre tendo presente de que uma parte (dos agricultores) compreendeu aquilo e não entrou de cara naquele processo e manteve as suas origens. E uma outra se bandeou para esse processo e desencadeou neste empobrecimento (Entrevista 15, 2004, E. G., Economista, Codemau).

O empobrecimento e as condições de qualidade de vida dos agricultores familiares, também podem ser verificados quando se analisam alguns indicadores de infra-estrutura e qualidade de vida, que fazem parte do cotidiano das famílias do Alto Uruguai, como demonstra a Tabela 18. Quando perguntados sobre as suas instalações sanitárias, 76,3% dos agricultores responderam que possuem banheiro completo em sua moradia, mas um percentual não desprezível de 10,2% possui banheiros incompletos e outros 11,9% apenas casinha ou latrina. Outro indicador das condições de vida é o do tipo de piso predominante

¹⁰⁸ A pobreza no Alto Uruguai pode ser também analisada em termos de renda auferida pela população em salários mínimos mensais. A grande parcela das pessoas com 10 ou mais anos de idade da região não possuem nem sequer um rendimento mensal. Em torno de 36,9% das pessoas, em média, não possuem rendimentos mensais. Isso pode ser exemplificado pelos dados de alguns municípios como Taquaruçu do Sul no qual este percentual de pessoas sem rendimentos mensais chega a 44,56% das pessoas com 10 anos ou mais de idade; Irai com 44,70% e Pinheirinho do Vale com 46,27%. Isso é mais grave quando se analisa, também, o percentual de pessoas com 10 ou mais anos de idade que recebem até 1 salário mínimo mensal. Em torno de 25,9% das pessoas, em média, estão com um nível de renda que não ultrapassa 1 salário mínimo mensal sendo mais séria a situação de municípios como Vicente Dutra onde este percentual chega a 31,24% da população; Vista Alegre com 33,29% e Três Palmeiras com 34,36% das pessoas nesta faixa de renda (IBGE/Censo Demográfico, 2000).

nas residências. Neste indicador, ainda a grande maioria das residências possui pisos de madeira (89,8%), 8,5% outro tipo de piso e apenas 1,7% das famílias possuem as suas casas com pisos concretados, sendo este um bom indicador da situação de vida dos agricultores do Alto Uruguai. A Figura 4, também evidencia este empobrecimento no que se refere às condições de moradia de alguns agricultores.

Tabela 18: Indicadores de infra-estrutura e qualidade de vida dos agricultores familiares no Município de Três Palmeiras/RS.

Instalações sanitárias	Porcentagem (%)	Tipo de parede externa predominante	Porcentagem (%)
Banheiro completo	76,3	Tijolo com revestimento	27,1
Banheiro incompleto	10,2	Tijolo sem revestimento	1,7
Casinha ou latrina	11,9	Tábuas	71,2
Nenhuma	1,7	Tapumes ou chapas de madeira	0,0
Tipo de piso predominante		Destino dos dejetos humanos	
Concreto	1,7	Fossa simples (seca)	27,4
Chão batido	0,0	Fossa séptica/poço absorvente	55,9
Madeira	89,8	Direto no solo	10,2
Outro	8,5	Direto nos cursos d'água	5,1
		Não tem	3,4
Tipo de cobertura predominante		Abastecimento energia elétrica	
Telha de barro	52,5	Rede geral	93,2
Telha de amianto (Brasilit)	42,4	Gerador próprio	0,0
Capim ou palha	0,0	Não possui	6,8
Zinco ou outro metal	5,1	Outro	0,0
Outro	0,0		

Fonte: Pesquisa AFDLP – CNPq/ UFPel /UFRGS, 2003.

Quanto ao tipo de cobertura que predomina nas casas dos agricultores, 52,5% das famílias ainda possui casas cobertas por telhas de barro (Figura 4), 42,4% possuem o telhado de telhas de amianto e 5,1% de zinco ou outro metal. Quanto ao tipo de parede externa predominante 71,2% das famílias possuem casas com paredes de tábuas (Figura 4) e apenas 27,1% paredes com tijolos e algum tipo de revestimento externo.

Quanto ao destino dos dejetos humanos, 55,9% das famílias possuem fossa asséptica ou algum tipo de poço absorvente dos dejetos. Porém, por outro lado, 24,7% dos agricultores somente possuem fossa simples e outros 10,2% fazem suas necessidades direto no solo ou nos cursos d'água (5,1%). Quanto à rede de fornecimento de energia elétrica, 93,2% das famílias possuem energia da rede geral, demonstrando um bom abastecimento elétrico. Porém, um percentual não desprezível das famílias (6,8%), ainda não possui fornecimento de energia elétrica. Em resumo, estes indicadores deixam claro duas coisas. A

primeira é de que existe uma fragilização social dos agricultores no Alto Uruguai. E, a segunda, é que a pobreza está concentrada, predominantemente, no “rural” e, dentro deste, na agricultura familiar que se constitui na maior parcela dos agricultores desta região.



Fonte: Pesquisa de campo (2004).

Figura 4: Agricultor familiar em situação de pobreza rural no território do Alto Uruguai.

Em larga medida, este empobrecimento que é fruto de um processo histórico de transformações do território é que vulnerabilizou a esfera do autoconsumo familiar no Alto Uruguai. Como formulou Maluf *et all* (2004), a inexistência de condições de produção para o autoconsumo pela carência de recursos (água, área útil, etc.) ou, a perda destas condições devida a opções como a da especialização produtiva, são causas de insuficiência alimentar que se somam aos indicadores de pobreza rural, medidos em termos da renda monetária entre os agricultores familiares (p. 10).

No Alto Uruguai, a face mais perversa do processo de mercantilização da agricultura familiar é a vulnerabilização da esfera do autoconsumo, em que muitos agricultores não conseguem atingir nem o mínimo calórico, como formulou Wolf (1976) e, se encontram em situação de insegurança alimentar e de fome. Por exemplo, um diagnóstico municipal da Emater (2002), sobre a realidade do município de Taquaruçu do Sul, um dos municípios pesquisados, estima que em torno de 40% das famílias não produz a quantidade

suficiente de alimentos para uma alimentação com uma boa qualidade nutricional (p. 19). Este processo de insegurança alimentar, em que algumas famílias estão passando fome, pode ser observado pelos relatos contidos nas entrevistas com um agricultor familiar, que revela já ter incorrido em situações de alimentação deficiente e de um presidente de CMDR que reconhece a ocorrência de falta de uma alimentação baseada na produção própria de autoprovimento.

Anos atrás foi passado épocas apertadas, que (a comida) era racionada, às vezes só tinha duas variedades de comida e não tinha outras. [...] Então nós tínhamos que apertar de todo o lado, fazer economia e passava apertado. *Mas dá para dizer quase fome, comer bem menos do que comia* (Entrevista 10, 2004, L. S., Agricultor familiar).

Nós tivemos aqui no nosso município [...] famílias que não tinham, que só produziam a cultura do fumo e que não plantavam outras culturas. Inclusive para a própria alimentação e aí o que acontecia? Dava uma frustração de safra e aí *o pessoal tinha que comprar toda a comida no mercado* e, muitas vezes, estas famílias tiveram grandes dificuldades até em termos de alimentação (Entrevista 17, 2004, V. S., Representante Sindical, CMDR).

Observa-se, que no primeiro caso, a insegurança alimentar é referida pela falta do mínimo calórico a que Wolf (1976) se referiu. Ou seja, a insegurança alimentar emerge de um contexto de pobreza rural, no qual o agricultor não consegue obter a quantidade de produção para autoconsumo suficiente e permanente para a alimentação do seu grupo doméstico. Nesta primeira entrevista, a dificuldade maior dos agricultores está em se realizar o balanço entre consumo e trabalho para atingir as necessidades alimentares básicas da família, tal como apontou Chayanov (1974). Já no trecho da segunda entrevista, o tipo de insegurança alimentar é diferente. Neste caso, ela emerge de uma opção pelo plantio dos cultivos comerciais e mercantis, como formulou Maluf *et all* (2004), em que o fulcro da insegurança alimentar é de outra natureza. É devido a dependência gerada ao contexto social e econômico para a obtenção dos alimentos necessários ao consumo familiar com a compra destes no mercado.

Desse modo, pode-se afirmar que a maior insegurança alimentar que existe no Alto Uruguai, deve-se a mercantilização do consumo familiar dos agricultores. Este processo acontece devido à dependência da compra do mínimo calórico de fora da unidade de produção e a conseqüente vulnerabilização da alimentação do grupo doméstico. A contradição principal do processo de mercantilização do consumo é que o agricultor familiar não mercantiliza somente o processo produtivo de grãos e cultivos comerciais como formulou Van der Ploeg (1990; 1992), mas também, o consumo familiar pela compra dos alimentos no mercado, gerando uma situação de insegurança alimentar, devido à dependência de sua

reprodução social e alimentar ter que provir do ambiente social e econômico em que este está inserido.

Este processo de mercantilização social e econômica que, inclusive atinge a produção para provisionamento alimentar, levou alguns atores sociais entrevistados a formularem que o agricultor de hoje não é mais um agricultor, no sentido de sua identidade sócio-profissional. Na sua opinião, este agricultor seria um “*comprador*” como outro qualquer, que adquire o seu consumo alimentar no mercado do mesmo jeito que ele compra os fertilizantes, os agrotóxicos, os insumos, a tecnologia, as sementes melhoradas, etc. Este processo de mercantilização do consumo alimentar pode ser entendido pelo que Van der Ploeg (1990; 1992) chamou de externalização da produção agrícola, na qual o agricultor passa, cada vez mais, a comprar os elementos necessários a sua reprodução social, que neste caso, são os alimentos necessários ao consumo da família. Neste sentido, o relato de um agrônomo da Emater é elucidativo.

Acostumou-se com isso, então por que eu vou produzir a comida se eu posso comprar fora. Como eu compro o adubo, a semente, eu compro isso, compro, compro. Então ele virou um comprador e um produtor de soja que vende para a cooperativa [...]. Antes da produção virou um comprador de matéria-prima, compro o adubo, compro, compro. *Então ele também compra a comida, é mais uma compra, ficou mais fácil, mais prático* (Entrevista 22, 2004, R. B., Engenheiro Agrônomo, Emater).

Na próxima seção, tenta-se demonstrar que o autoprovisionamento alimentar é uma produção que, pela lógica de reprodução da agricultura familiar, deveria ser a prioritária a ser gerada da conjugação das forças produtivas. Também, aborda-se este tipo de produção na perspectiva do “combate” as situações de fragilização social, de pobreza rural e de insegurança alimentar que acometem uma parcela significativa dos agricultores.

3.5 – O autoconsumo como uma estratégia de combate à pobreza rural e a insegurança alimentar.

Na presente seção, entende-se a agricultura familiar como uma forma social de trabalho e produção que está inserida em um ambiente social e econômico que é marcado pela mercantilização crescente das suas estratégias reprodutivas, principalmente, pela mercantilização do consumo de alimentos. O Alto Uruguai, como já demonstrado no capítulo 1, é um território que possui a “marca” da mercantilização. É um território em que imperam

relações sociais assimétricas, em que a pobreza rural é muito acentuada e, em muitos casos, a insegurança alimentar se faz presente em boa parte das famílias de agricultores familiares.

Esta situação pode ser explicada pelo esquema da Figura 5, elaborado a partir da realidade social do Alto Uruguai. Nele, delineiam-se alguns aspectos importantes do que se chama de rotas possíveis de produção/reprodução social que a agricultura familiar pode seguir em diferentes contextos sociais, econômicos e históricos. Na Figura 5, a agricultura familiar é tomada como uma forma de produção e trabalho que gere determinados fatores de produção (terra, força de trabalho e os meios de produção), que conjugados entre si, pelo agricultor familiar, através de suas relações sociais de produção, resultam em um determinado tipo de produto agrícola que, por sua vez, é o resultado material e concreto de um processo de produção agropecuária. Este produto agrícola pode ser tanto uma mercadoria agrícola e possuir livre circulação e valor de troca no mercado, como é o caso da soja. Ou, ser um valor de uso que no contexto dos circuitos do mercado não possui valor algum, a não ser o de ser usado pelo seu possuidor em seu próprio benefício. É o caso dos alimentos, que o agricultor familiar produz com o objetivo único de alimentar o grupo doméstico, ou seja, o autoprovisionamento, que no contexto da unidade de produção familiar não possui valor de troca, pois está servindo apenas para saciar a fome da família (valor de uso) e gerar e segurança alimentar como já se demonstrou¹⁰⁹.

O processo de produção agrícola pode levar há duas diferentes estratégias de produção/reprodução social da agricultura familiar em diferentes formações sócio-econômicas, que são definidas e diferenciadas pelo grau de mercantilização das relações sociais¹¹⁰. Estas duas rotas de reprodução social, como demonstra a Figura 5, não são estáticas, mas dinâmicas no sentido de que um agricultor que se encontra em um determinado nível de mercantilização do consumo, pode assumir uma trajetória ascendente ou descendente em seus níveis produtivos. Assim, o esquema da Figura 5 é proposto como forma de explicação da realidade da agricultura familiar e da produção para autoconsumo no Alto Uruguai. Além disso, ressalta-se que ele não é estático, mas sim dinâmico, no sentido que o

¹⁰⁹ No caso dos alimentos estes não são entendidos como mercadorias no sentido marxista do termo, já que estes fornecem os elementos minerais, proteínas, vitaminas, açúcares, etc que farão parte da composição orgânica do próprio indivíduo e integrará o ser humano de forma a não poderem ser apropriados diretamente pelo capital em termos de valor de troca e, assim, não podem ser consideradas mercadorias agrícolas pela impossibilidade de ser retirado deles o valor correspondente à mais-valia.

¹¹⁰ Por estratégia de produção se entende a forma e a maneira como o agricultor familiar maneja e desenvolve o seu sistema produtivo agrícola. Por estratégia de reprodução se entende a forma com que o agricultor familiar ganha a sua vida, ou como formulou Ellis (2000), como o agricultor familiar põe em prática diferentes estratégias para obter a sua vivência. Neste sentido, nesta seção, se conjuga os dois conceitos, o de estratégia de produção ao de reprodução, devido a agricultor familiar ser uma forma social (familiar) conjugado a um setor econômico (agricultura), deste modo, é permitida essa junção, de forma a tornar a análise não cindida.

mesmo pode ser modificado a qualquer momento conforme mudar a dinâmica territorial em curso no Alto Uruguai.

Uma primeira via ou rota de produção/reprodução social é aquela que se desenvolve onde a produção para autoconsumo não é vulnerabilizada no interior da unidade de produção. Nesta via, o agricultor familiar, primeiramente, produz o que é necessário à alimentação e segurança alimentar do grupo doméstico, sendo que a mercantilização do consumo de alimentos é existente, porém em um grau que não compromete a reprodução social e alimentar da família (Van der Ploeg, 1990; 1992). Esta rota propicia ao agricultor familiar uma reprodução social baseada nos seus supostos internos de produção, como formularam Woortmann e Woortmann (1997), diminuindo a externalização do consumo doméstico em bases reais, na qual o agricultor familiar passa a depender menos do contexto social e econômico e, principalmente, reduz-se a mercantilização do consumo doméstico, já que a produção/reprodução social e alimentar está assegurada no interior da própria unidade familiar.

Esta rota ou via de produção/reprodução social, leva o agricultor familiar a reduzir a sua vulnerabilidade como se referiu Ellis (2000) ao mercado, pois o agricultor familiar está agindo como se estivesse pondo em prática uma estratégia de vivência que é de adaptação ao contexto social e econômico existente. Estratégia de adaptação, porque o mesmo está se munindo de todos os artifícios e supostos internos de produção para em nenhum momento depender do mercado para executar a sua reprodução social e alimentar. De adaptação, também, porque o fortalecimento do autoconsumo é uma das maneiras mais racionais de se fazer frente a um processo de mercantilização, sobre o qual o agricultor familiar não possui o controle efetivo da conjuntura mercadológica, podendo apenas influir nesta, de forma periférica e marginal. Uma das estratégias de vivência acionadas para superar à mercantilização do consumo alimentar é a de fortalecer o autoconsumo, pois é este que lhe traz alguns dos princípios mais importantes da segurança alimentar, como demonstrou Maluf *et all* (2004). Estes princípios da segurança alimentar foram formulados por um agrônomo durante o trabalho de campo como a entrevista demonstra.

Isso é fundamental por que segurança alimentar, como o nome já diz, é uma segurança tu ter a comida e se tu produzir ela em casa tu vai ter mais segurança por que ela vai estar disponível, vai ter o acesso, tu vai ter a disponibilidade que são os princípios da segurança alimentar. Tu vai ter acesso à comida, você vai ter a quantidade e a qualidade (também) (Entrevista 22, 2004, R. B., Engenheiro Agrônomo, Emater).

Desta forma, pode-se dizer, que o agricultor familiar garante a sua segurança alimentar e reprodutiva, pois possui a sua produção para autoconsumo garantida internamente à unidade de produção, “produzindo” assim, também, num mesmo processo social, a sua autonomia parcial e relativa frente ao mercado, aos mecanismos de preços e às condições de troca que este lhe imputa e que, geralmente, no caso do consumo alimentar, são quase sempre desvantajosas para o agricultor familiar.

Esta via de produção/reprodução social, conforme mostra a Figura 5, gera a alternatividade da produção, como formularam Garcia Jr. (1983; 1989) e Herédia (1979), que é o processo pelo qual o agricultor familiar consegue, com a produção para autoconsumo, vender ou consumir os produtos agrícolas dependendo da sua situação alimentar, reprodutiva e das condições que o mercado lhe oferece (preços, vantagens, trocas rentáveis, etc). Assim, a produção para autoconsumo traz um maior “jogo de cintura” à unidade produtiva, pois em situações de bons preços e excesso de produção de determinado produto agrícola, pode-se vender este e, com o valor monetário obtido, comprar outros bens e produtos de consumo que a família não possui capacidade de produzir, gerando, assim, um círculo virtuoso de trocas vantajosas ao grupo doméstico, podendo este garantir todos os bens necessários à alimentação da família através do consumo diferido.

Por outro lado, se as condições de mercado não são favoráveis (baixos preços, por exemplo), a produção é pouca e a reprodução alimentar está comprometida, o grupo doméstico pode optar por autoconsumir aquela parcela de produto que foi obtido mediante o seu próprio esforço e, assim, também não vai depender de trocas mercantis. Como demonstrou Garcia (1989), o agricultor familiar pode, ainda, vender determinado produto *in natura* e comprar o seu derivado transformado, se não possuir a força de trabalho suficiente (variável Chayanoviana), para executar a operação de transformação, como é o caso da mandioca em algumas famílias do Nordeste.

Esta rota de produção do consumo pouco mercantilizada é fundamental para que o agricultor familiar possa executar a diversificação das suas estratégias de vivência como se referiu Ellis (2000)¹¹¹. Ainda mais, em contextos de não diversificação das estratégias de vivência, como é o caso do território do Alto Uruguai, no qual o padrão agrícola e setorial de desenvolvimento é hegemônico, impondo restrições das mais diversas ao avanço econômico e social das formas familiares de produção e trabalho no espaço rural. É o autoconsumo,

¹¹¹ Esta hipótese de pesquisa será mais bem demonstrada no capítulo 5, no qual se trabalha com as experiências em que a produção para autoconsumo gera a segurança alimentar e a diversificação das estratégias de vivência na agricultura familiar.

levando-se em conta a lógica de reprodução social da agricultura familiar, que deveria ser gerado, primeiramente, da conjugação das forças produtivas com os fatores de produção agrícolas, tendo como objetivo propiciar a alimentação dos membros da família e, assim, garantir a reprodução social e alimentar do grupo doméstico. É somente a partir da alimentação garantida, o mínimo calórico a que Wolf (1976) se referiu, que o agricultor familiar vai lançar-se em uma estratégia de vivência de reação ao seu não desenvolvimento econômico e social.

É o autoconsumo que assegura a reprodução social e forma uma espécie de “lastro” de apoio, pelo qual o agricultor familiar pode reagir a sua situação social, buscando diversificar as suas estratégias de vivência através da ampliação das suas atividades produtivas, rendas, ativos e capacidades de obtê-los (Sen *apud* Ellis, 2000). Fortalecer o autoconsumo para que o agricultor familiar possa diversificar as suas estratégias de vivência, é o caminho mais viável para o combate da pobreza rural que existe no território do Alto Uruguai. Esta formulação, também foi recorrente no trabalho de campo, em que os atores sociais entrevistados formularam que o autoconsumo propicia um “*lastro maior para a propriedade*” e, também, a deixa mais “sólida” às intempéries e às condições de mercado, como a entrevista demonstra.

Por que com certeza o agricultor que produz o seu consumo *a sua propriedade fica mais sólida*, principalmente as condições de intempéries, de clima e as condições de mercado. O problema que a soja enfrenta, se ele perdeu a soja, mas ele produziu a galinha, produziu a batata e isso ele não vai precisar estar comprando e conseqüentemente ele vai estar mantendo a renda, mesmo sendo uma renda que não vai entrar em termos de moeda, mas ele não vai precisar comprar. *Então ela dá um lastro maior para a propriedade* e, por isso, que ela é importante essa produção para autoconsumo (Entrevista 9, 2004, G. P., Engenheiro Agrônomo, SAM).

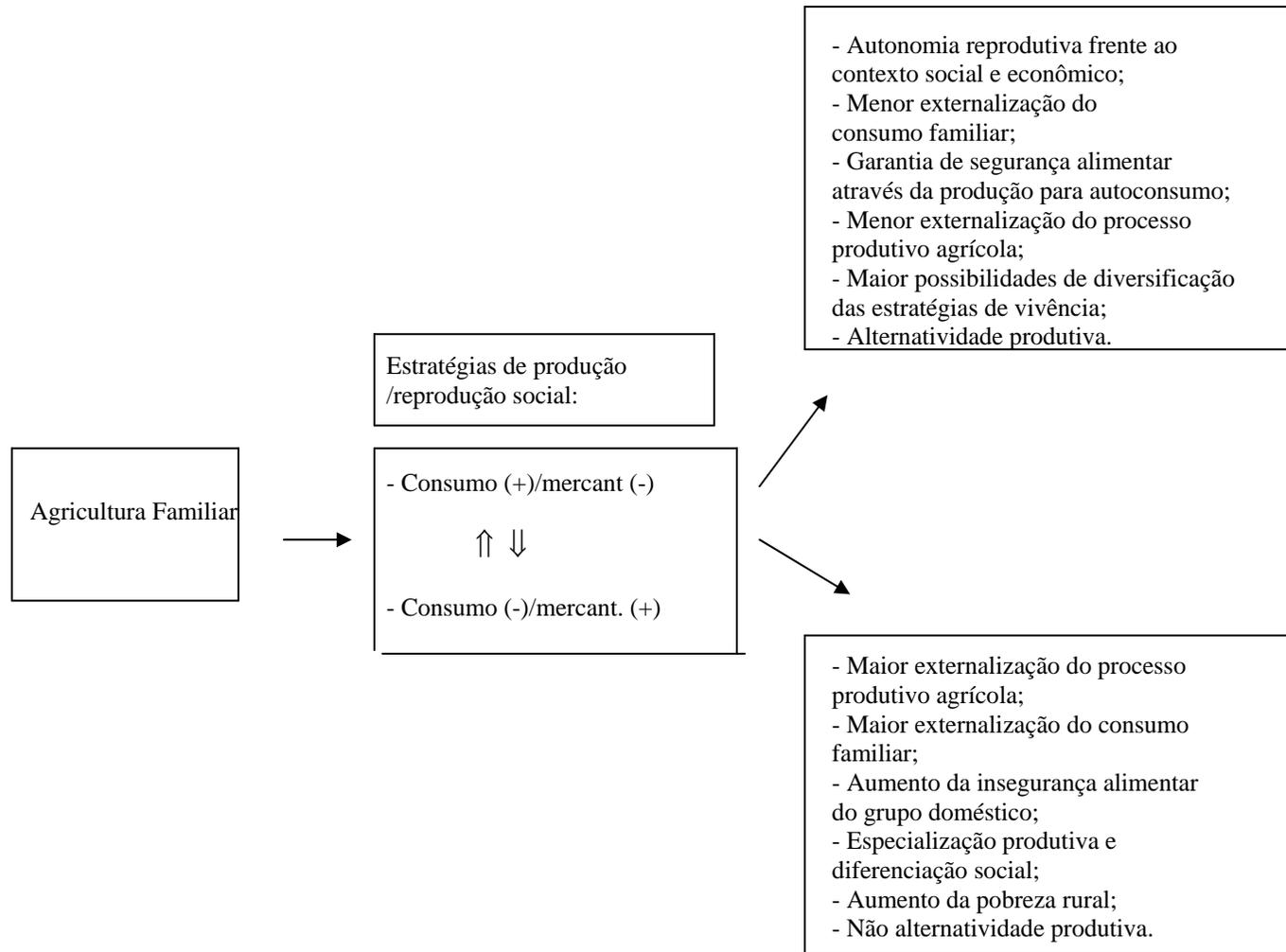


Figura 5: Graus de mercantilização do consumo e rotas de produção/reprodução social da agricultura familiar no Alto Uruguai.

A segunda rota, segundo a Figura 5, de produção/reprodução social que é a dominante no Alto Uruguai em relação à anteriormente descrita, é a rota da mercantilização do consumo de alimentos. Esta via se caracteriza por uma mercantilização crescente do processo produtivo agrícola como definiu Van der Ploeg (1990; 1992) na qual o grau de externalização dos agricultores familiares é elevado. Nesta rota, o consumo se encontra bastante mercantilizado e os agricultores, constantemente, executam a sua reprodução alimentar e social buscando grande parte do consumo doméstico nos mercados citadinos locais gerando, assim, uma perda de autonomia alimentar e uma situação de insegurança alimentar, pois a produção para autoconsumo não está assentada nos supostos internos da unidade de produção.

A mercantilização do consumo, em alguns casos, leva a insegurança alimentar do grupo doméstico, pois é necessária uma monetarização crescente da família para que esta consiga comprar no mercado, a preços e condições que este lhe impõe, o consumo alimentar necessário à família. Este contexto é uma situação em que o grupo doméstico se encontra vulnerável em face ao mercado, pois é este que define os preços, as condições de circulação de mercadorias e o que o agricultor familiar vai comer¹¹². A mercantilização do consumo faz com que o agricultor familiar passe a vivenciar um *dilema*, pois, por um lado, este tem que obter excedentes monetários para fazer frente à compra do consumo alimentar fora da unidade de produção. Entretanto, para isso, ele tem que obter saldos monetários crescentes no ano dentro da unidade de produção, o que só é possível, em territórios com um padrão de desenvolvimento agrícola, aumentando a produção de commodities e a inserção mercantil via especialização produtiva. Contudo, esta lógica de se especializar produtivamente dos agricultores, leva a uma situação social em que se aumenta o grau de vulnerabilização do autoprovisionamento alimentar, como formulou um dos nossos informantes. Pelo relato, observa-se que o principal motivo da vulnerabilização do autoconsumo é a especialização produtiva e que esta é formulada em relação ao plantio de culturas mercantis como é o caso do fumo.

Eu acredito, assim, que em nível de município que [...] de um modo geral a produção de subsistência foi fragilizada nos últimos anos, *principalmente eu*

¹¹² Como o agricultor familiar compra a seu consumo no mercado, é este último que coloca à venda os tipos de alimentos que se deve consumir. Também, neste caso, o agricultor perde a sua autonomia de consumo já que, mesmo possuindo dinheiro para comprar determinado alimento, pode este não ser oferecido pelos circuitos mercantis na forma com que o agricultor desejasse. Um exemplo disso foi à desestruturação dos chamados “moinhos de pedra” coloniais os quais beneficiavam o milho extraído a farinha de milho usada pelos colonos, principalmente os de origem italiana, para a elaboração da famosa “polenta”. Em algumas ocasiões se percebe a queixa dos agricultores de que não há mais este tipo de moinho no interior e que “a farinha que se compra no mercado (supermercados principalmente) não dá uma polenta boa” por que “não presta”.

acredito por causa da especialização. Por exemplo, a cultura do fumo para o agricultor ter uma renda maior para a família passou a cultivar mais e cultivando mais precisa mais mão de obra, mais tempo dedicado para essa atividade e conseqüentemente ele começa a deixar de lado a produção de subsistência. Então, aos poucos, foi sem se perceber diminuindo a quantidade, a variedade, a diversificação de produtos para a sua subsistência (Entrevista 9, 2004, G. P., Engenheiro Agrônomo, SAM).

A especialização produtiva leva a uma “encruzilhada” reprodutiva para os agricultores, na qual quanto mais estes se especializam, mais intensamente a produção para autoconsumo é deslocada espacialmente e temporalmente no interior da unidade de produção, tornando-se “marginal” em muitos casos e, em outros, chegando a ponto de serem extintas totalmente como se pode observar a campo¹¹³. Este movimento em direção a especialização leva a uma maior dependência do contexto social e econômico, com uma tendência ao crescente gasto financeiro com o consumo alimentar da família e a vulnerabilização da reprodução social e alimentar das mesmas.

No Alto Uruguai, a mercantilização da agricultura familiar pelo plantio de commodities e a especialização produtiva é que levou, em grande medida, à mercantilização do consumo de alimentos. Neste contexto de especialização produtiva e de atividades que geram maior lucratividade é que o agricultor familiar perde a alternatividade da produção como se referiu Garcia Jr. (1983; 1989), pois as culturas como a soja e o fumo, que estão entre os principais produtos da agricultura familiar, não possuem outra “função” que não a comercial. No contexto da unidade de produção, nenhum papel importante em termos de segurança alimentar é desempenhado por estes produtos que tem a sua valorização somente na esfera do mercado.

Neste contexto de mercantilização do consumo, quase não há espaço para a diversificação das estratégias de vivência das famílias como definiu Ellis (2000), pois estas estão em tamanha situação de vulnerabilidade (que se corporifica em alguns casos através de um empobrecimento rural), que qualquer renda extra gerada, ativo ou produtos obtidos através das redes de trocas com os vizinhos (reciprocidade familiar), são usados

¹¹³ Temporalmente, por que o agricultor familiar desprende um maior tempo as lavouras e criações que lhe são lucrativas e um menor ou nenhum tempo às atividades de autoconsumo. É o caso de suinocultores que possuem em torno de 500 ou 600 suínos em processo de engorda. Quando estes são pequenos ele não pode se afastar da pocilga por muito tempo, por que tem que “tratar os porcos” até 5 vezes ao dia. Quando estes estão em fase de terminação não pode se afastar do “chiqueirão”, como formulam os agricultores, por que os “porcos podem brigar e morrer” ou, por que tem que realizar a limpeza diária da pocilga. Nestas unidades produtivas com integração vertical aos complexos agroindustriais o agricultor familiar quase não dispõe de tempo para os cultivos de autoconsumo e acaba comprando grande parte deste nos mercados locais. Ressalta-se ainda, que os agricultores lamentam-se que inclusive nos finais de semana não possuem “tempo para descansar”, pois “tem que cuidar dos porcos”.

primeiramente para a garantia da alimentação do grupo doméstico, como formulou Graziano da Silva *et all* (2001). A diversificação das estratégias de vivência somente é possível no momento em que as famílias conseguem gerar ativos, rendas e possuem a capacidade de obter um excedente monetário para fazer frente a outras necessidades e possibilidades de reprodução social. É por isso que o fortalecimento do autoconsumo em contextos de agricultura familiar mercantilizada é tão importante. Ele é que forma, em grande medida, a base para a diversificação das estratégias de vivência e reduz a vulnerabilidade do grupo doméstico às situações de pobreza rural e de insegurança alimentar.

Em um território mercantilizado, como é o Alto Uruguai, uma das faces da fragilização social que o padrão de desenvolvimento agrícola e setorial gera, pode ser associada à vulnerabilização das condições de vida da população rural, como no caso do empobrecimento rural. A pobreza está diretamente associada à fome nas populações e, alguns autores, têm enfatizado a hipótese de que a pobreza é uma das causas estruturais da fome e da insegurança alimentar (Belik *et all*, 2001; Maluf *et all*, 2004; FAO, 2004; Graziano da Silva *et all*, 2001). Em territórios nos quais a grande maioria da população é rural (em torno de 50 a 60% para a maioria dos municípios do Alto Uruguai), é mister concluir-se que a pobreza rural e a fome estão dentro das unidades familiares de produção.

Assim, a ocorrência da insegurança alimentar entre os agricultores familiares, pode ser encarada, em grande medida, como efeitos da mercantilização do consumo, que faz com que o agricultor familiar passe a possuir um limiar de reprodução social e alimentar, cada vez mais estreito, no qual os limites entre pobreza e o “passar fome”, como se referem os agricultores são muito tênues. Assim, a questão da pobreza rural, da insegurança alimentar e da produção para autoconsumo são temas correlatos e que possuem uma interligação dialética de forma que, para se compreender um deles, se faz necessário o entendimento dos outros. São temas que estão em “rede” em territórios mercantilizados, como é o caso do Alto Uruguai.

Na próxima seção, desenvolvem-se de forma sucinta, alguns argumentos que justificam a intervenção do Estado em relação à agricultura, tomando-se por base, para tal empreendimento, o conceito de segurança alimentar. Esta abordagem se faz de fundamental importância para se fazer um *link* com os demais capítulos desta dissertação, que possuem como objeto de estudo a ação do Estado através das políticas públicas (o Pronaf no capítulo 4) e as políticas e iniciativas locais de desenvolvimento (no capítulo 5), visando relacioná-las com a segurança alimentar gerada através do autoconsumo, tanto do ponto de vista dos agricultores familiares, como da população do território.

3.6 – Agricultura, segurança alimentar e intervenção do Estado.

O que se tentou demonstrar até aqui é que a agricultura familiar é uma forma de produção e trabalho que, no Alto Uruguai, se encontra mercantilizada do ponto de vista social e econômico. Este processo mais geral de transformações técnico-produtivas, econômicas e sociais, fez com que os agricultores passassem por profundas transformações do seu modo de vida e no que diz respeito à organização do seu trabalho produtivo. Neste sentido, uma das dimensões das unidades produtivas que sofreu estas mudanças foi a do autoconsumo familiar de alimentos.

Um dos princípios da produção para autoconsumo na dinâmica das unidades familiares está relacionada à geração da segurança alimentar para os membros que compõem o grupo doméstico destas. Neste sentido, a produção para autoconsumo possui uma importância fundamental no que diz respeito a gerar alguns dos principais princípios norteadores do conceito de segurança alimentar como a questão relativa ao acesso dos alimentos pelos indivíduos (agricultores), o fornecimento das quantidades necessárias e de um modo permanente, a qualidade nutricional dos alimentos consumidos e o de fornecer uma alimentação que esteja de acordo com os hábitos de consumo e alimentação historicamente desenvolvidos pela população rural do território.

Contudo, o que se tentou demonstrar até aqui, é que esta produção foi sendo solapada a partir dos anos 70 com as transformações técnico-produtivas por que a região do Alto Uruguai passou. Dentre estas transformações, destacam-se um processo de mercantilização do consumo de alimentos que se refere ao movimento pelo qual este é deixado de ser produzido na unidade familiar, passando para fora desta, ou seja, sendo externalizado na dinâmica de reprodução social e alimentar de muitas famílias. Entretanto, este processo de mercantilização do consumo não atingiu todos os agricultores da mesma forma, pois ele possui vários graus de mercantilização frente a tais unidades. Um outro processo identificado foi o de vulnerabilização do autoconsumo, que compreende uma fragilização geral deste tipo de produção em algumas famílias, gerando processos de insegurança alimentar e até de fome em alguns casos. Neste segundo processo, pode-se identificar uma fragilização geral das famílias que possuem este tipo de produção mais vulnerabilizada nas suas unidades produtivas, sendo que, em alguns casos, estas famílias estão expostas à choques e crises em sua reprodução social como formulou Ellis (2000), por não possuírem o autoprovisionamento alimentar suficiente para fazer frente às suas necessidades de consumo.

É neste contexto de mercantilização e de vulnerabilização da reprodução social e alimentar das famílias, que se faz importante a análise das políticas públicas de Estado, com o objetivo de se verificar em que medida estas estão focalizando o tema da produção para autoconsumo e da segurança alimentar das populações rurais. Isso se reveste de uma importância fundamental no caso do Alto Uruguai, pois muitas famílias não estão tendo a sua segurança alimentar garantida, como direito básico a alimentação para os indivíduos, como se referiu Maluf *et all* (2004). Neste contexto, se faz de suma importância a ação do Estado com o intuito de equacionar tal problema social junto aos indivíduos envolvidos, sejam eles rurais ou urbanos.

Deste modo, a análise das políticas públicas praticadas pelo Estado, possui um carácter de investigação científica e acadêmica. Contudo, quer-se também ressaltar o papel que o Estado possui como instituição de regulação societal, no sentido do equacionamento dos problemas sociais ligados a população rural, como no caso da insegurança alimentar. Neste sentido, é papel do Estado propiciar as condições básicas de vida da população, através de políticas públicas que garantam a qualidade de vida, o bem estar social e a manutenção do tecido social rural. Assim, pretende-se analisar as políticas públicas correlatas aos espaços rurais do Alto Uruguai, tentando avaliar até que ponto estas estão mudando a situação de vulnerabilização e de mercantilização do consumo familiar e, assim, conseqüentemente garantindo e gerando segurança alimentar para os agricultores familiares envolvidos em tais processos. Deste modo, passa-se agora, a analisar as principais justificativas que levam o Estado a intervir na agricultura. Ressalta-se que estas são analisadas do ponto de vista da segurança alimentar dos indivíduos.

Segundo Delgado (2001), a intervenção do Estado tem como objetivo fundamental regular os mercados agrícolas, garantindo preços e rendas para os agricultores, e estimular a produção doméstica, de modo que o abastecimento alimentar, especialmente urbano, não seja comprometido pela escassez de produtos e por preços internos muito elevados (p. 16). Entretanto, mais importante que a regulação do mercado, dos preços e o incentivo à produção agrícola, que o crédito rural barato e farto nas décadas de 70 e 80 cumpriu adequadamente e, no final da década de 80 a PGPM, é se justificar a intervenção estatal do ponto de vista de assegurar o direito básico a todos os cidadãos, inclusive, os agricultores familiares, a segurança alimentar em todos os seus princípios constitutivos e norteadores.

Assim entendida, a segurança alimentar deve ser o motivo prioritário da intervenção estatal como ela foi, no passado, para os países europeus e os EUA e, desta forma, ela deve ser concebida do ponto de vista do direito à alimentação de todos os cidadãos, obedecendo-se

os principais princípios de segurança alimentar e nutricional os quais são: a qualidade dos alimentos disponibilizados à população, o seu fornecimento em quantidades suficientes e permanentes, propiciar um acesso adequado e contínuo, disponibilidade permanente de alimentos, hábitos e práticas alimentares sadias e corretas, preparo adequado dos alimentos, consumo de alimentos fundamentados nos aspectos culturais das populações de cada território, etc, como forma de mitigação da fome tanto das populações “urbanas” como das “rurais”. Como formulou Maluf *et all* (2004), é preciso que se considere o direito humano à alimentação como primordial, que antecede a qualquer outra situação, de natureza política ou econômica, pois é parte componente do direito à própria vida (p. 2)¹¹⁴.

Neste sentido, como formulou Couto (2003), a intervenção do Estado é necessária no caso da segurança alimentar devido a três conjuntos de razões: a) necessidade de controle de crises de abastecimento através da regulação da oferta agrícola ao longo do ano, prevenindo oscilações abruptas de preços alimentares ou suplementando a oferta em períodos de escassez; b) provisão de segurança social no longo prazo contra situações extraordinárias – guerras, desastres climáticos, embargos de natureza política, crises cambiais, etc. – ou qualquer outra circunstância não passível de controle e previsão humana; c) concretização do objetivo de acesso *irrestrito* à provisão alimentar a preços adequados *vis-à-vis* às históricas desigualdades sócio-regionais prevaletentes nas sociedades capitalistas atrasadas (p. 15).

No Box 1, sumariza-se os principais motivos que justificam a intervenção do Estado no agricultura, tendo como pressuposto a segurança alimentar. O objetivo aqui não é o de discutir isso aprofundadamente, visto que não é o foco principal do nosso estudo, mas sim somente trazer à luz algumas das motivações clássicas que informam o debate da intervenção estatal na agricultura. Estas justificativas expostas no Box 1, são importantes para se entender a ação regulatória do Estado frente à agricultura e à segurança alimentar e nutricional dos indivíduos integrantes da sociedade.

No sentido de entender a ação da intervenção estatal do ponto de vista da segurança alimentar e nutricional, pode-se situar os anos 90 como um ponto de inflexão das políticas de segurança alimentar e nutricional no Brasil. É a partir desta década que o Estado brasileiro começa a se preocupar com as camadas da população em situação de fome, miséria e insegurança alimentar. Estas preocupações, em certa medida, tomam corpo na estrutura governamental, de modo a tentar sanar os problemas correlatos a estas situações sociais

¹¹⁴ Inclusive a constituição brasileira reza no capítulo que trata dos direitos básicos do cidadão o direito a alimentação, dentre outros, como condição mínima da dignidade, da cidadania e da existência humana. Direito este que deve ser assegurado pelo Estado como entidade suprema de regulação societal.

degradantes das populações implicadas em carências alimentares e sociais. Contudo, o que parece ficar claro é que as respostas a estes problemas passam sempre por ações fragmentadas e imediatas, por programas assistências com caráter pontual e específico e uma abordagem da segurança alimentar que não toma o ser humano como o centro das atenções de tais estratégias.

Box 1: Principais motivações e justificativas para a intervenção do Estado na agricultura.

- a) Garantia do direito irrestrito e primordial a todos os cidadãos a uma alimentação de acordo com os princípios da segurança alimentar e nutricional;
- b) Garantir a soberania alimentar do país frente a guerras, desastres climáticos, preços distorcíveis de mercado praticados por outros países e outros fatores que possam afetar a disponibilidade, o fornecimento e a alimentação adequada da população;
- c) A agricultura é uma atividade de risco (está exposta às adversidades e imprevistos climáticos) e também um setor estratégico para o abastecimento alimentar e o desenvolvimento sócio-econômico do país e, por isso, estes riscos devem ser “compartilhados” com o restante da sociedade através da transferência de renda do Estado aos agricultores;
- d) A dependência estrutural da agricultura em relação à natureza torna o tempo de produção superior ao tempo efetivo de trabalho, o que imputa a atividade agrícola certas descontinuidades que tendem a reduzir a lucratividade e a velocidade de rotação de capital do setor;
- e) A atomização da produção agrícola e as descontinuidades do processo produtivo fazem com que a oferta dos produtos agrícolas tenha variações de acordo com a estacionalidade de produção (safra, períodos de não produção, etc) induzindo variações de mercado que, muitas vezes, são distorcíveis aos preços dos produtos agrícolas pagos aos agricultores;
- f) Garantir uma sustentação da renda real aos agricultores devido à agricultura, em países como o Brasil, se uma transferidora constante de renda para o desenvolvimento de outros setores econômicos da sociedade.

Fonte: Delgado (2001), Leite (2001), Garces pares (sd) e reflexões próprias do autor.

Uma mudança significativa começa a se desenhar no final dos anos 90 e início deste século, em que as preocupações em torno da segurança alimentar e nutricional toma novas dimensões sociais e políticas no país. Neste sentido, destacam-se as ações do Estado através de vários programas assistenciais, como o Comunidade Solidária, o programa de distribuição de cestas básicas, os programas Bolsa Escola, Bolsa Família, etc. Porém, em grande medida, estes estavam fragmentados na estrutura de governo, sendo que as suas atribuições e operacionalização não recaíam sob o um órgão governamental apenas que desse cabo deste tipo de política.

Este cenário, em grande medida, começou a ser modificado nos últimos anos quando a segurança alimentar é alçada à principal política da área social de governo. Neste sentido,

parece que a segurança alimentar ganha uma maior importância como política de Estado, o que se concretiza no ano de 2002 com a criação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar (MESA), que atualmente está sob o nome de Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Destaca-se também, com a criação do MESA, o estabelecimento de um programa nacional de combate a insegurança alimentar e nutricional, o Programa Fome Zero, que se coloca como um marco histórico da intervenção do Estado nesta área. Este programa propõe-se tanto à ações estruturais como pontuais e de curto prazo visando o combate da fome e da insegurança alimentar¹¹⁵. Isso reflete também, em grande medida, as ações da própria sociedade civil brasileira, que agiu no sentido de realçar a importância de ações concretas de combate à fome através de diversas pressões e, inclusive, com o desenvolvimento de iniciativas neste sentido como forma de incitar a ação estatal para tal empreendimento.

Neste sentido, os próximos dois capítulos desta dissertação procuram estabelecer os vínculos entre a ação do Estado em relação à segurança alimentar das famílias do Alto Uruguai. Para isso, realiza-se um estudo em torno da produção para autoconsumo das unidades familiares, visando analisar quais os principais pressupostos e a lógica de ação que permeia a intervenção pública com relação a este tipo de produção. Nesse sentido, no capítulo 4, analisa-se o Pronaf como política pública para os agricultores familiares do Alto Uruguai, visando estudar o tipo de fortalecimento que esta política tem gerado na produção para autoconsumo das famílias rurais. Já no capítulo 5, analisam-se as políticas e iniciativas locais de desenvolvimento, no sentido de demonstrar as concepções em torno da segurança alimentar que perpassam tais ações, tanto do ponto de vista dos agricultores como do restante da população do território.

¹¹⁵ Em que pese a grande relevância do Programa Fome Zero para o equacionamento das situações de insegurança alimentar e da fome, acha-se que ainda é cedo para uma avaliação da concretização dos seus principais objetivos. Mesmo assim, destaca-se a importância desta política na estrutura governamental atual e o seu caráter de combinar ações estruturais (geração de emprego, renda, incentivo a produção, etc) com iniciativas

CAPÍTULO 4:

POLÍTICAS PÚBLICAS, PRODUÇÃO PARA AUTOCONSUMO E DESENVOLVIMENTO RURAL NO ALTO URUGUAI: uma análise a partir do Pronaf.

O objetivo central deste capítulo é o de realizar uma análise do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), no sentido de se verificar em que medida esta política pública está contribuindo para a geração da segurança alimentar na agricultura familiar, através do fortalecimento da produção de autoprovisionamento de alimentos. Objetiva-se, também, analisar qual o tipo de fortalecimento que esta política está gerando em relação ao desenvolvimento rural e nas condições de reprodução social e alimentar da agricultura familiar do Alto Uruguai.

A hipótese que serve de guia para empreender esta análise, é a de que o Pronaf é uma política que não fortalece a produção própria de alimentos dos agricultores familiares do Alto Uruguai e, assim, conseqüentemente, não gera a segurança alimentar para as famílias rurais. Ainda segundo esta hipótese, supõe-se que o Pronaf não está conseguindo gerar um tipo de fortalecimento na agricultura familiar, que leve em conta a diversificação produtiva e econômica das famílias beneficiadas por tal política.

Retomando-se algumas conclusões principais e parciais esboçadas até este momento do estudo, ressalta-se que o Pronaf tem um papel importante como política pública de Estado, no sentido de tentar modificar o cenário de mercantilização e de vulnerabilização da produção para consumo no Alto Uruguai. É neste contexto mais amplo de mercantilização da agricultura familiar, do consumo de alimentos e da vulnerabilização deste tipo de produção,

de curto prazo, como a distribuição de cestas de alimentos, criação de restaurantes populares, fornecimento de tíquetes de refeição, etc.

que se pretende estudar o Pronaf como uma política pública específica à agricultura familiar do Alto Uruguai¹¹⁶.

Deste modo, pretende-se demonstrar que o Pronaf está imerso em uma ambigüidade básica que faz com que, ao mesmo tempo, ele seja um programa que apóia e estimula os agricultores familiares, intensificando a sua inserção no padrão produtivista de agricultura, mesmo que na formulação original os seus objetivos sejam os de buscar alternativas a este desenvolvimento convencional. Deste modo, pretende-se elucidar que o principal *tipo* de fortalecimento que o Pronaf Crédito de Custeio e Investimento gera na agricultura familiar do Alto Uruguai, está ligado ao padrão de desenvolvimento agrícola e setorial, no qual a especialização das atividades produtivas e econômicas dos agricultores se sobressai como estratégia de apoio para tais unidades¹¹⁷. Mostra-se também, que é este tipo de fortalecimento da agricultura familiar, em grande medida, que faz com que a produção para consumo sofra os processos descritos antes, no capítulo 3, de mercantilização e de vulnerabilização produtiva.

Contudo, ressalta-se que o Pronaf gera um fortalecimento do autoconsumo na agricultura familiar que, em alguns casos, pode se dar de forma direta ou periférica nas unidades de produção. Insiste-se, também, que tem que haver uma distinção entre as linhas do Crédito de Custeio e do Investimento do Pronaf, pois a sua influência é distinta sobre a produção para autoconsumo. A primeira, do Crédito de Custeio, gera um fortalecimento centrado na especialização produtiva dos agricultores e somente apóia o autoprovisionamento de alimentos através da produção de milho (autoconsumo intermediário) e do que se usou chamar de deslocamentos da aplicação de parte dos seus recursos. A segunda, a do Crédito de Investimento, gera um fortalecimento do autoconsumo em maior escala e de forma direta pelo aumento da produção, principalmente no caso das atividades como a bovinocultura de leite e a

¹¹⁶ Entende-se o Pronaf como um programa de crédito rural que se destina a financiar e apoiar as atividades produtivas e econômicas dos agricultores familiares, contudo mesmo como um programa de crédito, ele influencia e determina o tipo de desenvolvimento das regiões rurais. O Pronaf visa principalmente financiar e fortalecer as atividades principais das unidades de produção, mas também a produção para consumo dos agricultores familiares. No sentido de compreender este apoio a produção para autoconsumo das unidades familiares, é que se traça como “fio condutor” em toda a análise que se realiza no presente capítulo os efeitos que o programa está tendo sobre a produção de alimentos dos agricultores. Neste sentido, no próprio documento do Plano Safra 2004/2005 do programa se afirma que as ações do Pronaf buscam satisfazer a necessidade da criação e/ou fortalecimento de mecanismos que permitam à agricultura, em especial à agricultura familiar, *maior capacidade de compatibilizar a produção para o seu próprio consumo* e para o mercado, especialmente de alimentos que compõem a cesta básica (Pronaf, 2004, p. 4; grifos meus). O programa também opera, desde a safra 2003/2004, com a modalidade de financiamento do Pronaf Alimentos, que visa estimular a produção de cinco alimentos básicos da mesa dos brasileiros, que são o arroz, feijão, mandioca, milho e trigo. Desse modo, é que o presente capítulo visa analisar até que ponto as políticas públicas, notadamente o Pronaf, vêm estimulando a produção de alimentos para consumo dos agricultores familiares.

¹¹⁷ A análise proposta neste capítulo se centra somente na linha do Pronaf Crédito de Custeio e Investimento, que possui uma maior influência sobre a produção para autoconsumo. Não é objetivo analisar-se, nesta pesquisa, as demais linhas do Pronaf como a de Infra-Estrutura e Serviços e a de Capacitação Rural.

fruticultura. Esta linha gera, ainda, um apoio à produção de alimentos para consumo, que se relaciona com o financiamento de pequenas inovações tecnológicas e de infra-estrutura rural nas unidades familiares.

Também se analisa que, malgrado o esforço dos elaboradores do Pronaf, no sentido de lhe imprimir uma configuração alternativa de desenvolvimento rural que levasse em consideração as especificidades territoriais e, sobretudo, o enfoque na autonomização dos agricultores familiares, a realidade estudada mostra um quadro bem mais complexo e multifacetado. Neste sentido, de uma forma geral, pode-se dizer que o Pronaf continua financiando atividades produtivas e econômicas que possuem um viés setorial e agrícola muito pronunciado no Alto Uruguai, o que leva a inferir que o programa está fortalecendo e apoiando o desenvolvimento de atividades centradas na produção agropecuária, enquanto estratégia de reprodução social dos agricultores.

Por fim, procura-se demonstrar que, não obstante as diversas modalidades de financiamento rurais criadas nos últimos dois anos, o Pronaf continua com o seu enfoque tradicional de desenvolvimento. Neste sentido, elucida-se que a diversificação destas modalidades de financiamento, bem como das atividades produtivas dos agricultores familiares é ainda muito tímida e, em alguns casos, até inexistente. Contudo, quando estas existem, mantém o viés setorial de desenvolvimento, centrando-se no financiamento das atividades agropecuárias tradicionais do território. Desse modo, inicia-se a análise do Pronaf com uma breve caracterização do programa e do seu público alvo, os agricultores familiares.

4.1 – O PRONAF: uma política pública para a agricultura familiar.

4.1.1 – Breve caracterização.

O surgimento do Pronaf inaugura um novo marco histórico na intervenção do Estado na agricultura brasileira. Os agricultores familiares, até então alijados das políticas públicas para o rural, se tornam alvo das mesmas e atores sociais, de certa forma, privilegiados, demonstrando a importância que esta categoria social possui para o desenvolvimento do país. Como formularam Schneider *et all* (2004), o surgimento deste programa representa o reconhecimento e a legitimação do Estado em relação às especificidades de uma nova categoria social – os agricultores familiares – que até então era designada por termos como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda, ou agricultura de subsistência (p. 21).

O surgimento do Pronaf constitui-se em um marco histórico considerando-se que desde os anos 70, com a assim chamada modernização da agricultura brasileira, a intervenção do Estado sempre privilegiou a grande agricultura. Durante o processo de modernização, os instrumentos de política agrícola usados pelo Estado para intervir no setor, como o SNCR e a PGPM, sempre foram voltados à agricultura para exportação e para as atividades agropecuárias dinâmicas e, só periféricamente, aos agricultores familiares.

Do ponto de vista das políticas agrícolas e agrárias nos anos de modernização, estas penalizaram duramente uma parte significativa da agricultura familiar, sendo este, um dos motivos da sua situação de fragilização social e econômica. Como formulou Ferreira *et all* (2001), a política agrícola definida para conduzir a modernização da agricultura nacional – até o Pronaf – tinha um foco único: o aumento da produtividade, a partir da incorporação de avanços tecnológicos e, um público alvo relativamente homogêneo: a *empresa rural*, viabilizável, sobretudo em função da disponibilidade de grandes áreas de terra e acesso garantido a numerosos e abundantes subsídios fiscais e creditícios.

O Pronaf deve também ser entendido dentro de um contexto de crise do padrão de financiamento oficial do Estado brasileiro a agricultura na década de 90¹¹⁸. Esta crise se caracterizou por uma diminuição geral do fornecimento de crédito rural, tanto para os grandes produtores como para os familiares, porém, como estes últimos vinham de uma demanda reprimida de décadas, o que aconteceu foi que se avolumaram as mobilizações sociais e pressões por políticas agrícolas e agrárias diferenciadas e específicas. É no contexto das lutas sociais e políticas das organizações sociais rurais, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), os movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o movimento de mulheres rurais, dentre outros que o surgimento do Pronaf deve ser entendido¹¹⁹. Estas reivindicações por políticas públicas diferenciadas para o setor familiar culminaram nos chamados “Gritos da Terra Brasil”, organizados pelos movimentos sociais do campo, que ocorriam todos os anos tendo como uma de suas bandeiras principais a reivindicação de políticas públicas para os setores desfavorecidos do campo, como abordou Schneider (2003a) e Schneider *et all* (2004).

¹¹⁸ Para ver uma caracterização da crise do financiamento agropecuário no Brasil na década de 90 consultar: Belik *et all* (2001), Delgado (2001), Graziano da Silva (1987) e Leite (2001).

¹¹⁹ Para Oliveira Vilela (1997), a “paternidade” do Pronaf pode também ser atribuída ao Banco Mundial, pois o autor encontrou traços marcantes e convergentes entre as recomendações políticas do mesmo para como o Brasil deveria formular as suas políticas de apoio à agricultura, especialmente, para os agricultores familiares e os pobres do campo. O autor encontrou convergência em questões do Pronaf como: o modelo de gestão social, a

Mas o surgimento do Pronaf deve também ser compreendido dentro do próprio movimento social que deu origem ao reconhecimento da categoria dos agricultores familiares, que somente aconteceu na metade da década de 90¹²⁰. Este reconhecimento, por um lado, foi fruto das mobilizações sociais dos próprios agricultores e de suas organizações. Mas, de outro, ele foi o resultado de vários trabalhos acadêmicos que realçaram a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento dos países capitalistas avançados, como os estudos de Veiga (1991) e Abramovay (1998). No Brasil, ressaltam-se os trabalhos de equipe do Convênio INCRA/FAO, que demonstrou o peso relativo desta categoria social na agricultura brasileira e que serviu de base à implantação do Pronaf. Sendo assim, o reconhecimento institucional da categoria agricultor familiar, pelo Governo Federal, se deve a este duplo movimento social. De um lado as pressões dos movimentos sociais do campo e, de outro, a legitimação acadêmica e a elevação ao *status* teórico da categoria analítica da agricultura familiar entre os estudiosos do mundo rural.

De 1995 em diante, pode-se dizer, que é o Estado que reconhece a categoria social de agricultor familiar, pois é este que, primeiro, legitima as reivindicações e, em segundo lugar, estabelece políticas públicas diferenciadas. Este reconhecimento da necessidade de uma política diferenciada para o segmento familiar, possuiu suas origens no Programa de Valorização da Pequena Produção (Provap), instituído ainda em 1993. Este programa consistia em uma linha de crédito com juros de 4% a.a., sem correção monetária e os agricultores familiares eram classificados de acordo com o tamanho do estabelecimento e a mão de obra utilizada¹²¹. Quanto aos resultados, o Provap teve um alcance reduzido devido às exigências impostas pelas instituições financeiras ao seu público alvo tomador (Andrade da Silva, 1999).

Em 1995, o Governo Federal cria o Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Planaf), que seria o embrião do Pronaf, lançado um ano depois, em 1996. No Planaf, se deixa claro a opção do Estado pela agricultura familiar e as justificativas que orientam a intervenção estatal em tal sentido. As orientações que deram origem ao Planaf são

questão das contrapartidas, o Pronaf como política social de combate à pobreza, a retirada do Estado da agricultura, etc.

¹²⁰ Schneider *et all* (2004, p. 22), ressalta que as reivindicações e lutas sociais em torno da abertura comercial pelo Mercosul, da queda de renda dos agricultores familiares e por políticas diferenciadas começaram ainda durante a Constituição de 1988, ganhando destaque nas chamadas “Jornadas Nacionais de Luta” do início dos anos 90 e, posteriormente, a partir de 1995 passaram a ser denominadas de “Grito da Terra Brasil”.

¹²¹ Para ver um documento da época para ter uma idéia de como este debate se desenvolvia em nível de Estado consultar MAARA (1993). Neste documento se propõe uma política diferenciada para o “pequeno produtor” baseada em itens como: crédito rural, seguro agrícola, cooperativismo e associativismo, infra-estrutura, assistência técnica e extensão rural, pesquisa, comercialização agrícola e integração ao Mercosul.

as mesmas que servem de base ao Pronaf. No sentido de fazer uma opção aberta pelos agricultores familiares brasileiros, o Presidente da República, da época, na apresentação do Planaf diz que [...] estas mudanças são o reconhecimento de que existe um amplo setor social da agricultura à margem das políticas públicas nos últimos anos. É preciso dar um basta a essa situação. Os limitados recursos de que o Governo dispõe precisam ser direcionados para a agricultura familiar, ficando o financiamento dos produtores capitalistas a ser resolvido pelo mercado (Planaf, 1995, p. 4).

Em 1996, o Governo Federal lança o Pronaf como programa governamental e não mais como plano como era até então o Planaf. A diferença fundamental entre os dois está em que, o programa governamental possui financiamento, metas a serem executadas e cumpridas, enquanto o plano é passível de ser somente uma orientação em termos de política agrícola. Assim, o Pronaf, enquanto programa, ganha muito mais espaço na estrutura governamental. As principais orientações de origem do Pronaf analisam-se na próxima seção, na qual se trata dos seus antecedentes teóricos, dos pressupostos e da classificação dos agricultores familiares que o programa efetuou.

4.1.2 – O Pronaf como política de desenvolvimento rural e de fortalecimento da agricultura familiar.

O Pronaf e, também o seu antecessor o Planaf, tomam como necessário uma distinção entre a agricultura familiar e agricultura patronal como dois “modelos” gerais. A justificativa, para isso, é de que a agricultura não é uma atividade praticada por grupos homogêneos de produtores rurais (Planaf, 1995, p. 12). Estes dois modelos são diferenciados pelo tipo de gestão das unidades produtivas, pela direção dos trabalhos agrícolas e a existência ou não de trabalhadores assalariados. Estas distinções foram efetuadas tomando-se como referência a tipologia proposta pelos estudos da FAO/INCRA, de 1994.

A agricultura familiar, neste contexto, foi classificada em três tipos gerais que são:

- a) agricultura familiar consolidada: compreende aqueles agricultores familiares que estão integrados ao mercado, que tem acesso às inovações tecnológicas e às políticas públicas;
- b) agricultura familiar em transição: possuem acesso parcial aos mercados e à inovação tecnológica sendo excluída da maioria dos programas e políticas públicas governamentais;
- e, c) agricultura familiar periférica: este tipo de agricultura é classificada como não tendo infraestrutura adequada, como sendo inviáveis economicamente e que a sua integração ao

mercado depende de um programa de reforma agrária e de atividades não agrícolas (Planaf, 1995, p. 15-16).

A contradição básica existente nesta classificação dos agricultores familiares é que, em primeiro lugar, ela restringe a três tipos de agricultura uma base de estabelecimentos e formas sociais de produção e trabalho que é muito diversificada em termos de suas condições de reprodução social. A segunda e, talvez a principal, é a de apontar a categoria da agricultura familiar em transição como a preferencial das políticas públicas. A pergunta que fica é: e a categoria da agricultura familiar periférica o que fazer com ela em termos de intervenção do Estado? A justificativa para tal procedimento estaria no fato de que, os agricultores que estivessem na condição de transição não regrediriam à categoria de periféricos, mas sim, ascenderiam à de consolidados. Mais tarde o Pronaf abandonou esta distinção, devido às várias críticas que se seguiram de estudiosos rurais e mesmo dos movimentos sociais de representação da categoria.

Quanto aos beneficiários, o Pronaf define que podem ser tomadores de crédito rural os agricultores familiares que exploram uma parcela de terra na condição de proprietários, assentados, posseiros, arrendatários ou parceiros e atendam os seguintes requisitos:

- a) Utilizem o trabalho direto da sua família, podendo ter em caráter complementar até dois empregados permanentes e contar com a ajuda de terceiros, quando a atividade agropecuária assim exigir¹²²;
- b) Não possuir área superior a quatro módulos fiscais conforme legislação em vigor;
- c) Ter, no mínimo, 80% da renda bruta anual familiar originada da atividade agropecuária, pesqueira e/ou extrativa;
- d) Residir na propriedade ou em aglomerado rural ou urbano próximo.

Dentre os critérios de seleção que o Manual Operacional do Pronaf (1996) coloca, o que tem sido mais criticado é justamente o da exigência de que 80% da renda bruta anual da unidade de produção seja oriunda do setor agropecuário. Este é um primeiro indicador de que o Pronaf é uma política pública que toma como base os agricultores que desenvolvem atividades agropecuárias *extricto sensu*. Deste modo, o programa desconsidera as outras atividades produtivas, econômicas e de prestação de serviços dos espaços rurais que

¹²² É válido ressaltar que no documento do Planaf de 1995 este critério é diferente. No Planaf só é aceito, para fins de enquadramento, aquele agricultor familiar que não possuía nenhum empregado permanente na unidade de produção. Como demonstrou Moruzzi Marques (2004), esta mudança se deveu as pressões dos segmentos patronais que queriam se apropriar de parte dos recursos do Pronaf como a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), que muito pressionou o Governo Federal na época que, por sua vez, abriu mão do critério original proposto no Planaf.

poderiam ser, em alguns casos, interessantes fontes de renda, de ocupação profissional e de geração de empregos a agricultura familiar, como já havia observado Carneiro (1997)¹²³.

Desde 1996, o Pronaf opera com este critério e somente nesta safra agrícola de 2004/2005 é que ele, de certa forma, incorpora a questão das rendas não agrícolas e da pluriatividade em seus termos. No Manual do Plano Safra de 2004/2005, define-se que para enquadramento no Grupo “B” do Pronaf, pelo menos 30% da renda bruta familiar anual deve vir das atividades agropecuárias ou não agropecuárias do estabelecimento; no Grupo “C” 60%; no Grupo “D” 70%; e, no Grupo “E” 80%, diferenciando, assim, por “Grupos” de agricultores, através do critério renda bruta anual, o seu enquadramento em uma determinada faixa de benefício do programa. Estes novos critérios representam um avanço enorme, pois se passa a considerar, por exemplo, as atividades não agrícolas e a pluriatividade como importantes na reprodução social da agricultura familiar. E, também, por ser a primeira vez na história do Brasil, que os agricultores poderão ter uma política pública como o Pronaf para financiar atividades que saiam do escopo do desenvolvimento agrícola e setorial¹²⁴.

O Pronaf, em sua formulação original, coloca-se como uma política de desenvolvimento rural para os agricultores familiares, mas a sua orientação geral, como muitos estudos já demonstraram, é a de ser uma política de desenvolvimento agrícola, setorial e com um intenso viés modernizante (Carneiro, 1997; Ferreira *et al*, 2001; Abramovay, 2003; Chaves Feijó, 2003). Nos seus documentos de base, as orientações sobre desenvolvimento agrícola são mescladas com as de desenvolvimento rural nos anos iniciais do programa. Neste vai e vem em torno de orientações, concepções e mudanças, o Pronaf não deixa claro qual é o *tipo* de fortalecimento que quer gerar na agricultura familiar.

No documento do Pronaf de 1996 (Manual Operacional do Pronaf, 1996), o mesmo é definido como um programa que se propõe a apoiar o desenvolvimento rural, tendo por fundamento o *fortalecimento da agricultura familiar* como segmento gerador de emprego e renda (p. 6; grifos meus). Contudo, em nenhum momento, se deixa claro o que é este fortalecimento da agricultura familiar, ou melhor, qual o *tipo* de fortalecimento que se quer gerar nas condições de reprodução social da agricultura familiar. Este vácuo de entendimento

¹²³ O Pronaf desde o seu surgimento coloca este critério como um dos principais para a tomada do crédito o que limita o acesso de muitos agricultores familiares que praticam outras atividades. O acesso com este critério prejudica, principalmente, os agricultores familiares mais pobres e vulneráveis em sua reprodução social, ou seja, aqueles que mais sofreram as conseqüências da mercantilização da agricultura familiar e que tem que buscar no mercado de trabalho das atividades não agrícolas e na pluriatividade a complementação da renda para continuar se reproduzindo enquanto tal.

¹²⁴ No Plano Safra de 2003/2004, já existiam linhas de crédito para, por exemplo, o turismo rural, agregação de valor através da criação de agroindústrias, etc, que são consideradas atividades não agrícolas, mas o Plano Safra de 2003/2004 não deixava claro isso no critério de enquadramento através da renda bruta anual.

do que seja o fortalecimento da agricultura familiar, já foi alvo de críticas de outros autores como Ferreira *et all* (2001), que acha que o Pronaf não demarcou, com precisão, o que vem a ser *fortalecimento* da agricultura familiar, vindo a incorporar sucessivamente novas ações, sem estruturá-las de forma orgânica (p. 534; grifos no original).

Entretanto, é possível deduzir-se um entendimento do que seja o fortalecimento da agricultura familiar, quando se analisam as justificativas que o programa desenvolve para apoiar e financiar os agricultores. Neste sentido, de acordo com o Manual Operacional do Pronaf (1996), a agricultura familiar deve ser a opção privilegiada da intervenção estatal devido ela possuir 21% da área total de terras do país, por responder por 87% da produção nacional da mandioca, 79% do feijão, 69% do milho, 66% do algodão, 37% do arroz e 26% do rebanho bovino. Uma outra justificativa utilizada para intervir na agricultura familiar, é que esta possui uma grande capacidade em absorver mão-de-obra e gerar renda, o que a transforma numa alternativa *socialmente desejada, economicamente produtiva e politicamente correta* para atacar grande parte dos problemas sociais urbanos derivados do desemprego rural e da migração descontrolada na direção campo-cidade (p. 7; grifos meus).

Estes dois argumentos permitem que se tenham algumas “pistas” sobre qual o fortalecimento que o Pronaf quer gerar na agricultura familiar. No primeiro caso, a justificativa é produtivista, pois a agricultura familiar deve ser fortalecida por ser uma forma de produção e trabalho que é importante do ponto de vista da geração da produção agropecuária. Este argumento fica mais claro ainda, quando no Manual Operacional do Pronaf (1996) é afirmado que o objetivo geral do programa é proporcionar o aumento da produção agrícola, a geração de ocupações produtivas e a melhoria da renda e da qualidade de vida dos agricultores familiares (p. 7). Neste sentido, a melhoria da qualidade de vida e das condições de reprodução social dos agricultores, em parte, é entendida como sinônimo do aumento da produção agrícola, o que nem sempre é verdadeiro como o próprio processo de desenvolvimento desigual da modernização agrícola já demonstrou.

No outro conjunto de justificativas, está a opção pela agricultura familiar por ela ser “socialmente desejada”, “economicamente produtiva” e “politicamente correta”. Desse modo, a agricultura familiar deveria ser apoiada por ser uma forma de produção e trabalho que absorveria os excedentes populacionais rurais. Neste caso, a contradição reside no fato de que este argumento é utilizado ressaltando-se que a agricultura familiar teria que resolver os problemas gerados pelo desenvolvimento urbano e industrial como no caso do desemprego. Dessa forma, a agricultura familiar deveria ser incentivada, do ponto de vista das políticas

públicas, para servir, mais uma vez, como “*funcional*” e complementar ao desenvolvimento urbano e industrial, de forma a sustar as mazelas e problemas sociais advindos deste.

No que se refere à trajetória de evolução do Pronaf, este nos anos iniciais é definido fundamentalmente por um viés agrícola muito pronunciado. Isso acontece de 1996, ano de sua criação, até 1999, no qual o mesmo incorpora novas orientações e objetivos. De 1999 em diante o programa começa a assumir outras referências. Entretanto, na prática, em termos de o que ele está financiando não há mudanças significativas. As mudanças a partir de 1999 coincidem com a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS), pelo Governo Federal, o que faz com que as referências do programa fossem reformuladas. Estas novas orientações estão organizadas dentro do que, usualmente, se chamou de “Novo Mundo Rural”, que nada mais foi do que um conjunto de referências formuladas pelo Governo Federal, para delinear por onde passaria as ações de desenvolvimento rural no país, baseando-se em dois pilares principais: na agricultura familiar e reforma agrária.

Com estas reformulações do programa, o Pronaf em seus documentos de base, passa afirmar que o desenvolvimento deve se pensado em um quadro territorial e que o espaço rural possui múltiplas funções que vão além da produção agropecuária. Segundo o documento de 1999 (MA, 1999), a proposta defende uma nova concepção de desenvolvimento, *formulada mais num quadro territorial do que setorial. O rural não se confunde com o agrícola e a perspectiva setorial deve ser substituída pela perspectiva territorial*, tendo como elemento central as potencialidades específicas de cada local [...] (p. 2; grifos meus). O documento afirma ainda, que o desenvolvimento local e regional deve se dar por meio da desconcentração da base produtiva e da dinamização da vida econômica, social, política e cultural dos espaços rurais – que compreendem pequenos e médios centros urbanos -, usando para isso como vetores estratégicos, o investimento na expansão e fortalecimento da agricultura familiar, na redistribuição dos ativos de terra e educação e no *estímulo a múltiplas atividades* geradoras de renda no campo, não necessariamente agrícolas (p. 2; grifos meus).

Por estes trechos do documento se pode ter uma idéia da significativa mudança das referências do Pronaf nos seus anos iniciais de programa, tomando a perspectiva do desenvolvimento territorial como a mais adequada à expansão e fortalecimento da agricultura familiar e dando menos ênfase à perspectiva setorial e agrícola. Segundo o documento (MA, 1999), o espaço rural deve ser percebido e valorizado por suas quatro dimensões principais: a) como espaço produtivo, predominantemente agrícola e agro-industrial, mas com crescentes opções de múltiplas atividades; b) como espaço de residência, tanto para os agricultores como

para trabalhadores urbanos que optam por um padrão de moradia diferenciado no cotidiano ou nos fins-de-semana; c) como espaço de serviços, inclusive os de lazer, turismo, etc; e, d) como espaço patrimonial, como base de estabilidade das condições de subsistência, valorizado pela preservação dos recursos naturais e culturais (p. 3).

Assim, em grande medida, o Pronaf muda as suas orientações em 1999, assumindo como primordial o desenvolvimento territorial e as múltiplas funções que os espaços rurais abrangem. Contudo, é importante ressaltar, que esta mudança é apenas qualitativa, ou seja, está relacionada aos conceitos e atributos por onde se pensa que deveria passar o desenvolvimento rural, pois, na prática, o Pronaf não muda conjuntamente com as novas orientações assumidas. O programa continua com as orientações iniciais e originais, que se pautam pelo desenvolvimento setorial e da dimensão produtiva do espaço agrícola como fonte geradora de emprego e renda a agricultura familiar¹²⁵. Assim, pode-se dizer, que o Pronaf tentou uma mudança significativa, no que se refere as suas referências em torno do desenvolvimento rural, mas que, em grande parte, estas ficaram presas às orientações iniciais do programa.

É neste contexto mais amplo de orientações do programa, que se pretende estudá-lo no Alto Uruguai. Deste modo, o que se pretende demonstrar, baseando-se na realidade empírica da região, é que o programa continua possuindo, como linha de ação principal, o financiamento da produção agrícola e de pequenos investimentos em infra-estrutura rural das unidades de produção. Neste sentido, a sua ação é, em grande medida, contraditória com o que está proposto em seus documentos de base, que afirmam claramente as múltiplas funções dos espaços rurais como importantes à reprodução social da agricultura familiar. Esta orientação do programa em voltar-se à dimensão produtiva dos espaços rurais, é que se analisa a seguir, tentando-se demonstrar que o Pronaf, em boa medida, está gerando um tipo de fortalecimento dos agricultores familiares que, em parte, está correlacionado com algumas orientações e pressupostos das transformações técnico-produtivas que vem acontecendo no território desde os anos 70.

Neste sentido, o que se busca trazer a luz do conhecimento é a relação desta política de crédito rural com o processo mais amplo de transformações sociais, econômicas e produtivas por que passou o Alto Uruguai. Para isso, analisa-se a relação do programa com os agricultores familiares da região, demonstrando-se os principais financiamentos e

¹²⁵ No documento do MAA (1999) são feitas também várias referências e traçadas estratégias para a questão da política de reforma agrária que neste ano seria integrada ao Pronaf, mas não é o objetivo desta pesquisa analisar tais implicações.

empreendimentos que o programa está concedendo crédito. Também, se analisa a relação desta política com o processo de especialização profissional dos agricultores e com a produção para autoconsumo, tentando-se estabelecer os reais vínculos desta política com a segurança alimentar das famílias rurais. Desse modo, a análise que se empreende nas próximas seções, visa demonstrar o tipo de fortalecimento que o programa está gerando junto aos agricultores familiares do Alto Uruguai.

4.2 – FAZENDO “MAS DE LO MISMO”: uma análise do Pronaf no Alto Uruguai.

4.2.1 – O Pronaf e a intensificação da especialização produtiva da agricultura familiar.

Na presente seção, quer-se demonstrar que no Alto Uruguai o Pronaf revela algumas das contradições expostas anteriormente. De um modo geral, pode-se afirmar que o que era para ser um programa de desenvolvimento rural com enfoque no desenvolvimento de várias atividades econômicas, produtivas, fontes de renda e geração de empregos dos espaços rurais, se transformou em um programa que visa, em grande medida, fortalecer e apoiar os incrementos de produção agropecuária, a especialização produtiva e a inserção mercantil dos agricultores familiares nas cadeias agroindustriais de grãos e *commodities* agrícolas.

Neste sentido, a hipótese que se quer testar com relação ao Pronaf é a de que esta política de apoio da agricultura familiar, via crédito rural, está gerando um tipo de fortalecimento que vai na “contramão” das condições objetivas de reprodução social dos agricultores. Deste modo, o que se quer evidenciar é que o Pronaf está apoiando a agricultura familiar no sentido de mercantilizar às condições produtivas e sociais das famílias, como é o caso do incentivo a especialização na produção de grãos. Assim, pretende-se demonstrar que o programa possui algumas ambigüidades no que se refere a quais ações apoiar e, também, com relação ao que se entende que seja fortalecer a agricultura familiar. Neste contexto, o que se coloca como pergunta é: será que o tipo de fortalecimento que o Pronaf está propondo para a agricultura familiar do Alto Uruguai não é justamente o que está levando ao solapamento e fragilização da mesma? É esta pergunta que se tenta responder nestas próximas seções.

Num contexto de mercantilização social e econômica da agricultura familiar, como é o caso do Alto Uruguai, é de extrema importância analisar-se o papel do crédito rural concedido via o Pronaf. Neste sentido, o que se percebeu com o trabalho de campo, é que o crédito disponibilizado pelo Pronaf possui uma lógica, em grande medida, perversa com relação aos efeitos que gera nas famílias rurais e em suas unidades de produção. Neste sentido, se

constatou a grande dependência que os agricultores possuem em relação a esta política para financiar, todos os anos, a implantação das lavouras e das pequenas criações e atividades produtivas agrícolas. Este processo pode ser compreendido pelo conceito de mercantilização da esfera financeira da agricultura familiar, tal como definido por Van der Ploeg (1990; 1992).

Este processo é bem diferente ao que perpassava a existência da agricultura familiar no SAC, em que o agricultor possuía as condições para executar o próprio financiamento da produção, ou como formularam os agricultores, a “*própria poupança*” e a sua mercantilização financeira quase que inexistia. É com o advento da modernização da agricultura que a mercantilização do agricultor familiar ganha novo alento no Alto Uruguai. A dependência da tomada de crédito rural para financiar as atividades produtivas através da compra de insumos e tecnologia no mercado, é a principal característica do que se usa chamar de uma *mercantilização financeira* do agricultor familiar. Ou seja, a tomada de crédito rural, todos os anos, junto as instituições bancárias para financiar as atividades de lavoura e o plantio de cultivos comerciais.

Esta dependência dos agricultores familiares ao Pronaf para executar as suas atividades produtivas e econômicas, fica evidenciada no trecho da entrevista. Segundo os atores sociais, é a própria “*lógica*” do financiamento do Pronaf que leva à dependência, pois o agricultor, a cada ano, com a diminuição da rentabilidade agrícola por causa da sua externalização crescente e o aumento dos custos de produção, tem que buscar o financiamento público para continuar se reproduzindo. Note que o informante ressalta que o papel do crédito rural deveria ser o de autonomizar os agricultores com relação à tomada de financiamentos, mas o que ocorre é o contrário. Como o ator social entrevistado formulou, o papel do crédito rural do Pronaf, como está sendo operacionalizado atualmente, “*não visa à independência do agricultor, mas a dependência*”.

É essa a questão principal que eu vejo do crédito é que ele (o agricultor) buscasse não ficar dependente do crédito, mas buscando a independência do crédito. Essa é a lógica. A lógica hoje [...] é de que o agricultor fique dependente do crédito *ad infinitum*. A lógica do crédito mesmo que vem para melhorar a condição do produtor é de que ele em 1, 2, 3 anos, no máximo, é que ele não precise mais desse crédito e que a própria propriedade dê condições de ele se reproduzir. *Então nós temos um programa de crédito que não visa à independência do agricultor, mas a dependência* (Entrevista 9, 2004, G., P., Engenheiro Agrônomo, SAM).

Este processo de dependência dos agricultores familiares com relação ao crédito rural, pode ser evidenciado pelos dados da Pesquisa AFDLP (2003). Como demonstra a Tabela 19,

os agricultores familiares passaram a ter uma maior acesso ao crédito rural depois da implementação do programa. No caso do Alto Uruguai, os agricultores que possuem acesso ao crédito rural chegam a 71,2% do total de agricultores, demonstrando que com o advento do Pronaf a cobertura do crédito rural foi ampliada por um lado, contudo, de outro lado, a dependência dos agricultores para com esta política de financiamento público também aumentou¹²⁶.

Quanto à finalidade dos recursos, ou seja, o tipo de aplicação que é realizada, 69,2% dos recursos são investidos no custeio agropecuário, principalmente de culturas anuais como o milho, a soja, o fumo, dentre outras, como se demonstrará mais adiante. Outros 30,8% dos recursos foram aplicados em investimentos em infra-estrutura rural das unidades de produção, aquisição de matrizes animais, pequenos incrementos tecnológicos, etc. Também é importante o valor médio dos contratos do Pronaf para o Alto Uruguai, que atingem em média R\$ 2.721,66, demonstrando, assim, a importância desta política para com o financiamento das atividades econômicas e produtivas dos agricultores.

Tabela 19: Acesso a políticas de crédito e financiamento na agricultura familiar de Três Palmeiras/RS.

Agricultores que tomaram crédito ou financiamento (%)	Finalidade dos recursos		Valor médio dos financiamentos do Pronaf (R\$)
	Custeio (%)	Invest. (%)	
71,2	69,2	30,8	2.721.66

Fonte: Pesquisa AFDLP – CNPq/ UFPEl /UFRGS, 2003.

O tipo de fortalecimento que o Pronaf gera na agricultura familiar do Alto Uruguai pode ser analisado com base nos empreendimentos que o programa financia junto aos agricultores. O Pronaf é uma política pública que, em alguma medida, ainda mantém alguns dos princípios pelos quais se gestou o padrão agrícola hegemônico de desenvolvimento do país. O que se quer dizer é que, de uma maneira geral, o Pronaf não rompe com a tradição histórica de voltar o crédito rural para financiar a aquisição de insumos químicos, agrotóxicos, fertilizantes e sementes melhoradas. O programa mantém a velha tradição do crédito rural, no

¹²⁶ Ferreira *et all* (2001), também verificou esta dependência dos agricultores familiares com relação à tomada do crédito rural. Analisando os estabelecimentos familiares até 50 ha e qual o grau de cobertura do Pronaf, a autora encontrou valores bastante elevados em relação ao acesso aos recursos. Neste sentido, os dados para alguns municípios do Rio grande do Sul são elucidativos. Por exemplo, em Erechim a cobertura do programa foi de 70,8% dos estabelecimentos familiares com área de terra até 50 ha; em Passo Fundo de 73,4%; em Frederico Westphalen, no Alto Uruguai, foi de 88,3%; e, em Três Passos chegou a cifras de 98,0% dos agricultores

sentido de ser voltado para o financiamento do processo de transformação da base técnica e produtiva da agricultura, a assim chamada modernização agrícola. Verificou-se no trabalho de campo que o dinheiro do Pronaf Custeio, na maioria das vezes, é aplicado na compra de insumos e de tecnologias como adubos, uréia, sementes melhoradas, agrotóxicos e outras mercadorias que são típicas do processo de mercantilização e externalização da agricultura, como formulou Van der Ploeg (1990; 1992).

Neste sentido, os relatos de compra de insumos por parte de um agricultor familiar com o crédito de Custeio do Pronaf e o de um secretário da agricultura municipal são elucidativos. Nota-se, no primeiro relato, que o agricultor investiu os recursos do crédito na compra de insumos, de sementes melhoradas e de fertilizantes químicos. No segundo relato, o secretário da agricultura municipal formula a questão de que o Pronaf ainda continua financiando o processo de mudança da base técnica agrícola e atribui às instituições financeiras, aos técnicos da área rural e aos próprios agricultores familiares este direcionamento do programa.

Mas esse foi o Pronafinho de lavoura, o Custeio. Eu tenho o Custeio de 3 ha, mas fiz a lavoura para o milho. [...] Botei no adubo, na uréia e a mão de obra é minha, não botei peão. Foi para financiar o insumo do milho, a semente, o adubo e a uréia que eu comprei (Entrevista 10, 2004, L. S., Agricultor familiar).

Então ele (o Pronaf) ainda mantém o velho chavão de que o crédito rural financiou a modernização da agricultura, ainda continua. Nós passamos o milênio e ainda estamos na mesma. Os gerentes dos bancos e os técnicos continuam ainda com essa idéia que é para essa questão, que é para você pegar na agropecuária e financiar e daí você colocar. E mesmo a maioria dos agricultores [...] (Entrevista 9, 2004, G. P., Engenheiro Agrônomo, SAM).

Este direcionamento do Pronaf pode ser visualizado pela Tabela 20, que traz os principais empreendimentos financiados pelo programa, em ordem de importância, para os municípios pesquisados no Alto Uruguai. Verifica-se que o principal empreendimento financiado pelo crédito de custeio diz respeito à implantação das lavouras de grãos e *commodities* agrícolas como a soja, o milho, o trigo, o fumo e, em um caso, o feijão. Como se sabe, estas lavouras são caracterizadas pelo uso intensivo de fertilizantes químicos, agrotóxicos, sementes melhoradas geneticamente, dentre outras tecnologias. Estas, também, são as principais formas de inserção mercantil dos agricultores familiares do território. No caso do Alto Uruguai, estas lavouras são as principais responsáveis pelo movimento histórico

familiares do município com até 50 ha, demonstrando, assim, o acesso facilitado ao programa, por um lado, mas de outro, a dependência dos agricultores desta região do estado com relação a esta política de crédito rural.

de mercantilização dos agricultores familiares e pelos processos de especialização produtiva e econômica dos mesmos.

Tabela 20: Principais empreendimentos rurais financiados pelo Pronaf Crédito de Custeio e Investimento, em ordem de importância, para os municípios pesquisados no Alto Uruguai.

Município	Principais empreendimentos financiados
Três Palmeiras	<ul style="list-style-type: none"> - Custeio de lavouras de soja, milho, trigo e fumo (compra de insumos, sementes, adubos, fertilizantes, etc). - Bovinocultura de leite (formação de pastagens, aquisição de matrizes, etc). - Fruticultura (implantação de pomares de videiras). - Melhoramento das propriedades físicas e químicas do solo (compra de calcário, distribuição de adubos orgânicos, fertilizantes, adubação verde, etc).
Vista Alegre	<ul style="list-style-type: none"> - Custeio de lavouras de milho, feijão e fumo (compra de insumos, sementes, fertilizantes, agrotóxicos, etc). - Bovinocultura de leite (aquisição de matrizes, medicamentos, ordenhadeiras, congeladores de resfriamento, etc). - Melhoramento das propriedades físicas e químicas do solo (compra de calcário, fertilizantes, adubação verde, etc). - Construção de infra-estrutura rural (galpões de armazenamento de fumo e pequenos estábulos).
Constantina	<ul style="list-style-type: none"> - Custeio de lavouras das culturas de soja, trigo e milho (compra de insumos, fertilizantes e agrotóxicos). - Bovinocultura de leite (aquisição de matrizes, ordenhadeiras, congeladores de resfriamento, tanques de expansão, melhoramento de estábulos, compra de tanques de expansão e melhoramento de pastagens). - Fruticultura (implantação de pomares de <i>Citrus</i>, pêssegos, videiras, nectarinas, etc). - Construção de agroindústrias familiares para agregação de valor à matéria-prima (compra de equipamentos, materiais de trabalho, construção das instalações, aquisição de material de consumo permanente, etc).
Palmitinho	<ul style="list-style-type: none"> - Custeio de lavouras de grãos como milho, soja, trigo, fumo, etc (aplicação dos recursos em fertilizantes, agrotóxicos e insumos diversos). - Bovinocultura de leite (aquisição de matrizes leiteiras, equipamentos de ordenha e de conservação do leite, formação de pastagens, medicamentos, construção e melhoria de instalações). - Correção das propriedades físicas e químicas do solo (compra de calcário, fertilizantes químicos, adubação verde, controle de erosão, distribuição de adubos orgânicos, etc). - Aquisição de pequenas máquinas e equipamentos agrícolas (compra de motores estacionários, trituradores, forrageiros, motoseras, etc). - Fruticultura (implantação de pomares de videiras, <i>Citrus</i>, etc).
Frederico Westphalen	<ul style="list-style-type: none"> - Custeio de lavouras para as culturas de milho, soja, fumo e trigo (compras de fertilizantes químicos, insumos diversos, sementes melhoradas e agrotóxicos). - Bovinocultura de leite (aquisição de matrizes leiteiras, equipamentos de ordenha e conservação do leite, melhoria de estábulos, melhoria e implantação de pastagens). - Fruticultura (pomares de videiras, pêssegos, <i>Citrus</i>, figos, etc). - Suinocultura (construção e melhoria de pocilgas, construção de esterqueiras, compra de matrizes suínas, compra de medicamentos e equipamentos). - Criação de infra-estrutura rural (construção e/ou melhoria de pequenos açudes, pocilgas, reforma de galpões, manutenção e reforma de tratores, etc). - Financiamento de agroindústrias familiares para agregação de valor à matéria-prima (construção das instalações, compra de máquinas e equipamentos, compra de material de consumo permanente, etc). - Piscicultura (construção de alguns poucos açudes).
Taquaruçu do Sul	<ul style="list-style-type: none"> - Custeio de lavouras de milho, soja, fumo e trigo (financiamento dos insumos, fertilizantes químicos, agrotóxicos e sementes melhoradas). - Bovinocultura de leite (aquisição de matrizes, compra de equipamentos de ordenha e conservação, melhoria de instalações, etc). - Fruticultura (implantação de pomares de <i>Citrus</i>, videiras, etc). - Infra-estrutura rural (construção e/ou melhorias de instalações, galpões, pocilgas e estábulos).

Fonte: Pesquisa de Campo (2004).

É por isso que se pode dizer que o Pronaf está fazendo “mas de lo mismo”, como formularam Schejtmann e Berdegué (2003), no sentido de que o programa não possui ações estruturadas visando romper com o padrão de desenvolvimento agrícola hegemônico instaurado no território, mas continua a fazer “mais do mesmo”, o que significa reforçar o padrão de desenvolvimento vigente. Neste sentido, o Pronaf continua a financiar o processo de aquisição de tecnologias, insumos e produtos que foram, em grande medida, responsáveis pelo processo de fragilização da agricultura familiar da região. Assim, o Pronaf exacerba o processo de mercantilização e de externalização dos agricultores familiares. Pode-se, deste modo, afirmar que se o Pronaf não deixa explícito o tipo de fortalecimento que ele quer gerar na agricultura familiar, no caso do Alto Uruguai, este fortalecimento passa pela mercantilização da mesma via financiamento do processo de mudança técnico-produtiva da base agrícola e do aprofundamento do padrão tecnológico vigente.

Pela Tabela 20, observa-se a importância do Pronaf no financiamento de outros empreendimentos como o caso da bovinocultura de leite, que é o segundo tipo de atividade produtiva em que o crédito de investimento foi mais acionado em todos os seis municípios pesquisados. Grande relevância possui, ainda, o financiamento da fruticultura com a implantação de pomares de diversas frutíferas como videiras, *Citrus*, pessegueiros, figueiras, etc, que, de um modo geral, fica com o terceiro lugar em ordem de prioridade de concessão dos financiamentos na maioria dos municípios pesquisados. Destacam-se, também, como empreendimentos rurais relevantes em que o Pronaf financiou a sua implantação ou desenvolvimento, a geração de infra-estrutura rural nas unidades de produção, a melhoria das propriedades físicas e químicas do solo e a suinocultura. Como atividades pouco financiadas pelo programa, tem-se a piscicultura, a aquisição de pequenas máquinas e equipamentos agrícolas e a implantação de agroindústrias familiares objetivando a agregação de valor a matéria-prima agropecuária¹²⁷.

Este viés do Pronaf em continuar financiando o processo de mudança da base técnico-produtiva da agricultura, já havia sido verificado por outros autores. É o caso de Carneiro (1997), que formulou que o padrão de organização da produção privilegiado pelo Pronaf e a sua função social no desenvolvimento econômico do país estão sustentados, implicitamente, nas noções de *produtividade* e na *rentabilidade* crescentes (p. 71; grifos no original). Essa é uma das contradições principais do programa, pois ao mesmo tempo em que se propõe a ser

¹²⁷ Ressalta-se que alguns destes empreendimentos financiados pelo Pronaf serão retomados a frente e melhor analisados, visando demonstrar qual o papel e o tipo de fortalecimento que geram na agricultura familiar do Alto Uruguai e também junto a produção de autoprovisionamento alimentar das famílias.

uma política de desenvolvimento rural com ênfase na diversificação das atividades produtivas rurais, em grande medida, o programa é uma política de desenvolvimento agrícola que continua a financiar a incorporação de tecnologias modernas e a incentivar as atividades produtivas e econômicas tradicionais e responsáveis pela fragilização dos agricultores familiares do território.

Neste sentido, pode-se afirmar, que o fortalecimento gerado pelo Pronaf no Alto Uruguai, é o de “*mais produção*”, como os atores entrevistados formularam durante o trabalho de campo. Assim, o questionamento que fica é: como uma política pública que não financia um processo de diversificação rural pode continuar mantendo o agricultor familiar no campo? O próprio processo histórico de mercantilização da agricultura familiar no Alto Uruguai demonstrou ser o padrão tecnológico praticado incompatível com a manutenção e a absorção da força de trabalho das famílias, principalmente os jovens, junto as suas unidades de produção.

A questão do privilegiamento das atividades produtivas rentáveis e os cultivos de inserção mercantil são elucidados nos relatos de um agricultor familiar e de um sindicalista da Fetag. No primeiro relato, o agricultor familiar formula que uma das contradições do programa é a de que ele deveria financiar a produção de alimentos nas unidades familiares, mas que, o que geralmente ocorre, é o contrário, ou seja, ele apóia o desenvolvimento da produção que “dá mais lucro”. No segundo relato, o sindicalista da Fetag liga o fortalecimento gerado pelo Pronaf, com o objetivo de aumentar a produção agropecuária. Como o mesmo se referiu, o Pronaf estimula o agricultor familiar para ele “*produzir mais*”.

Eu vejo, assim, no meu entender que o financiamento já é para gerar alimento para o produtor só que muitas vezes o produtor não aplica nisso, muitas vezes o produtor tem uma mentalidade, assim, que tem que aplicar naquilo que dá retorno [...]. Hoje o produtor prefere aplicar mais aquilo que dá mais lucro, assim, mais para frente, que dá mais dinheiro, assim, financeiramente (Entrevista 2, 2004, J. N., Agricultor familiar e Vereador, MPA).

O fortalecimento que ele traz é no sentido de dar condições para o produtor aumentar a sua produção. Quer dizer, [...] te fortalece para você produzir mais e nesse sentido o Pronaf vem realmente fazer como diz o seu nome fortalecer a agricultura familiar. Fortalece por que o agricultor tendo melhores meios financiados pelo Pronaf, melhores meios de produção, ele vai se empolgar e se entusiasmar mais para produzir (Entrevista 8, 2004, D. S., Representante Sindical, Fetag).

Como formulou Carneiro (1997), isso nos leva a identificar nessa política uma *lógica produtivista*, sustentada na tecnificação e na realização de um rendimento para o agricultor familiar que lhes possibilite não apenas melhorar o seu padrão de vida, mas sobremaneira, reembolsar os investimentos públicos (p. 72; grifos meus). Esta é outra contradição

fundamental do Pronaf que, inclusive, age na vulnerabilização da produção para autoconsumo. No momento em que o agricultor familiar pega um financiamento do Pronaf junto às instituições bancárias, a primeira coisa que lhe ocorre é como vai proceder ao pagamento. Isso o faz chegar à conclusão que não se pode investir na produção para autoconsumo, pois se gastar os recursos do Pronaf nesta atividade, que não vai lhe gerar um excedente monetário em termos líquidos, como ele vai pagar o financiamento? A saída encontrada, então, é utilizar a força de trabalho familiar e a sua área de terra com os cultivos comerciais e de maior inserção mercantil, o que acaba vulnerabilizando a produção para autoconsumo espacial e temporalmente, como já se demonstrou no capítulo 3.

Verificou-se, no trabalho de campo, que as próprias instituições de desenvolvimento como as Ematers, SAMs e organizações de representação, especialmente os sindicatos, trabalham e orientam o agricultor familiar nesta lógica, de que ele deve plantar o que “dá retorno”, para poder pagar o financiamento realizado. Os trechos das entrevistas são elucidativos desse processo. No primeiro caso uma liderança sindical da Fetraf-Sul é que revela que o sindicato orienta os agricultores familiares a investir no que “gere renda”. No segundo, um secretário da agricultura municipal coloca a questão de que é a própria lógica do financiamento público, que faz com que o agricultor familiar venda a produção para o mercado para pagar o financiamento em detrimento do autoconsumo familiar. No segundo relato, também fica evidente que são os cultivos comerciais que retiram o tempo do agricultor em se dedicar à produção dos alimentos para a família e que, assim, faz com que esta fique em um segundo plano na unidade de produção.

Então a gente sempre orienta o agricultor a não brincar por que se ele pegou o financiamento ele vai ter que devolver vai ter que pagar. Então produzir, tentar produzir o que gere renda e o que sobre um pouco para pagar a dívida e mais para ter para manter a família de pé (Entrevista 18, 2004, A. R. A., Representante Sindical, Fetraf-Sul).

É a lógica do próprio financiamento, no momento que ele financia parece que fica embutido na cabaça dele (do agricultor) que ele tem que vender e não ficar para o autoconsumo. Então é a própria lógica do financiamento que tem que ser discutida. No momento que você financia parece que você tem que produzir para vender e pagar o financiamento e não para a sua subsistência. Vender alguma coisa para cumprir este teu contrato de pagar o financiamento. Mas eu vejo assim, que os próprios financiamentos levam que a produção para autoconsumo tenha uma deficiência dentro da propriedade por que estimula o agricultor a investir mais, a se especializar mais e no momento que se especializa ele pára de produzir a sua subsistência, por que ele vai dedicar maior tempo para aquela produção que vai para o mercado (Entrevista 9, 2004, G. P., Engenheiro Agrônomo, SAM).

Outro motivo pelo qual o Pronaf Custeio de lavoura não financia a produção para autoconsumo, é o de que o financiamento é voltado às atividades específicas dentro das unidades de produção familiares. Quando da elaboração do projeto técnico de financiamento que, geralmente, é feito pelas Ematers municipais, o agricultor tem que se decidir por qual das culturas ele quer financiar e o que vai constar para fins legais de enquadramento nas normas do Pronaf. O que acontece, em termos gerais, é que o projeto técnico de financiamento elaborado enfoca a produção de milho, soja, fumo ou outra atividade produtiva de inserção mercantil. O financiamento, deste modo, é específico e pontual a uma cultura, o que faz com que o agricultor familiar se especialize produzindo o que o Pronaf lhe disponibiliza recursos em detrimento dos produtos de autoconsumo.

Neste caso, a mudança que o Pronaf Crédito poderia incorporar é a de dar o financiamento não voltado à atividade agrícola específica, mas sim voltado à unidade de produção, deixando o agricultor avaliar e decidir em quais das suas atividades produtivas seria mais importante à aplicação dos recursos. Esta mudança significaria a possibilidade de opção para o agricultor familiar poder investir os recursos no que ele entender que é mais importante para a sua família, incluindo a produção para autoconsumo e as demais pequenas atividades produtivas que ele desenvolve dentro da unidade de produção que, muitas vezes, não possuem funções comerciais e nem de obtenção de lucratividade, mas sim visam à segurança alimentar e a garantia das condições de reprodução social do grupo doméstico¹²⁸.

Em que pese estas contradições do Pronaf com relação ao tipo de fortalecimento que está gerando na agricultura familiar do Alto Uruguai, deve-se reconhecer que esta política é muito importante para a reprodução social dos agricultores. No caso do Alto Uruguai, o Pronaf gerou, em grande medida, um certo fortalecimento das condições de reprodução social dos agricultores familiares. Este fortalecimento gerado foi em termos de financiar a aquisição de infra-estrutura produtiva e de equipamentos das propriedades, como no caso do Pronaf Crédito de Investimento, que financia a aquisição de pequenas máquinas, equipamentos, utensílios para executar a transformação caseira de produtos, ordenhadeiras, pequenos engenhos de cana de açúcar, equipamentos para a fabricação de alimentos como pães, bolachas, dentre outros como se demonstrou na Tabela 20, apresentada anteriormente.

Neste sentido, tem-se que diferenciar dentro do Pronaf Crédito, as linhas de Custeio e a linha de Investimento, pois enquanto a primeira fortalece a mercantilização do agricultor

¹²⁸ Por outro lado, esta forma mais “liberalizada” de concessão dos recursos do programa para com os agricultores familiares, poderia aumentar o percentual, já significativo, de desvios e de deslocamentos de aplicação dos recursos públicos, como se demonstrará mais adiante neste capítulo.

familiar via financiamento dos cultivos mercantis que especializam produtivamente os agricultores, vulnerabilizando as condições objetivas de sua reprodução social, a segunda linha tem fortalecido os agricultores familiares do Alto Uruguai e, inclusive, em muitos casos, incentivado mais consistentemente a produção para autoconsumo e a diversificação das atividades produtivas e econômicas como se vai demonstrar mais adiante neste capítulo.

Verificou-se, também, durante a pesquisa de campo, que o Pronaf tem executado uma certa ação no sentido de manter o agricultor familiar no espaço rural e, assim, fazer com que a agricultura familiar permaneça nas sociedades capitalista modernas enquanto forma social de produção e trabalho como formulou Abramovay (1998). Neste sentido, o programa estaria cumprindo, de certa forma, um de seus objetivos programáticos que seria o de fortalecer a agricultura familiar para evitar as migrações dos espaços rurais em direção aos centros urbanos. Observou-se este tipo de fortalecimento do Pronaf durante as entrevistas com os atores sociais que, inclusive, estimaram percentuais de agricultores familiares que o Pronaf fixou na agricultura e que deixaram de ir embora dos espaços rurais de seus municípios¹²⁹.

Uma das coisas que ele está fortalecendo é a permanência do agricultor na terra, ele está criando um vínculo para o agricultor permanecer ai, porque hoje se não tivesse um programa como esse ai eu acho que a outra metade dos produtores já tinham ido embora. Tem cara que está vivendo em cima disso [...] (Entrevista 7, 2004, J. C. L., Técnico em Agropecuária, Emater).
Ajudou muito, quanto a isso foi fantástico quem realmente utilizou (os recursos) foi fora de sério. Ajudou, se não tivesse vindo esses Pronaf para Palmitinho teria somente 20% dos produtores no interior (Entrevista 5, 2004, V. A., Engenheiro Agrônomo, Emater).

A importância que assume o Pronaf na reprodução social dos agricultores familiares do Alto Uruguai pode também ser verificada com a análise dos dados da Tabela 21. De acordo com os dados da Tabela 21, se pode notar a evolução do Pronaf nos últimos três anos, tanto em número de contratos como em montante de recursos acessados por alguns municípios selecionados. Todos os municípios do Alto Uruguai tiveram crescimento significativo do número de contratos e do montante de recursos acessados de 2001 a 2003. Os

¹²⁹ O Pronaf também foi importante na reprodução social dos agricultores no ano de 2004, pois toda a Região Sul do país foi assolada por uma estiagem que durou, em média, três meses e que fez com que muitos agricultores familiares perdessem percentuais elevados da produção agrícola. Segundo o Jornal Folha do Noroeste (2004, p. 12), as perdas na cultura da soja variaram de 20% a 50% nos municípios do Alto Uruguai; as perdas no feijão safrinha foram de até 75%; e, de 40% na produção de leite. Já segundo o Programa Radiofônico do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmitinho, do dia 06/02/2004, as perdas com a estiagem para o milho safrinha chegaram a 80% da produção; com o feijão também 80% e com a soja em torno de 20 a 30% do total plantado. Neste sentido, o Pronaf foi importante por que os agricultores que tiveram perdas em função da estiagem nos municípios enquadrados na listagem de perdas além do tradicional rebate para os agricultores que pagaram em dia o financiamento, que é de R\$ 200,00 por financiamento, o Governo Federal acenou com mais um desconto

municípios que mais acessam o Pronaf, no Alto Uruguai, são Constantina (em 1º lugar), Frederico Westphalen e Irai. Isso pode ser explicado, no caso dos municípios de Frederico Westphalen e Irai, devido ao fato destes concentrarem as maiores populações rurais, se comparados aos outros que fazem parte da Tabela 21 e, também, no caso de Frederico Westphalen e Irai por serem os municípios dentre os mais “velhos” da região. Já o município de Constantina se destaca devido às instituições de crédito rural, como o sistema Cresol (Sistema Cooperativo de Crédito Solidário) que facilita, enormemente, o acesso ao Pronaf pelos agricultores e diminuem os custos de transação das operações bancárias facilitando, assim, a tomada do crédito rural do programa.

Tabela 21: Número de contratos e montantes do Pronaf Crédito de Custeio e Investimento em alguns municípios selecionados do Alto Uruguai do Rio Grande do Sul.

Municípios	Con- tratos (2001)	Montante total em 2001 (R\$)	Con- tratos (2002)	Montante total em 2002 (R\$)	Con- tratos (2003)	Montante total em 2003 (R\$)
Constantina	2.244	3.454.954,92	2.534	5.143.120,16	1.464	3.056.748,85
Frederico Westphalen	2.160	2.034.974,14	1.467	2.167.332,92	1.219	1.879.220,60
Irai	1.334	1.166.322,50	1.360	1.500.695,78	1.030	1.735.167,34
Palmitinho	791	597.924,47	1.818	2.230.161,42	916	1.160.592,22
Pinheirinho do Vale	428	411.791,00	249	805.249,62	580	1.067.124,00
Taquaruçu do Sul	479	771.031,26	422	768.189,45	134	598.413,31
Três Palmeiras	455	780.476,90	435	1.522.286,50	408	1.012.912,03
Vicente Dutra	874	1.098.561,50	808	978.485,50	800	1.770.837,41
Vista Alegre	323	414.975,11	449	1.121.910,40	440	1.093.339,11

Fonte: BACEN (Somente Exigibilidade Bancária), BANCOOB, BANSICREDI, BASA, BB, BN E BNDES. Dados atualizados do BACEN: até 02/2003; BANCOOB até 04/2003 (sem operações em 2003); BANSICREDI: até 04/2003; BASA: até 04/2003; BB: até 03/2003; BN: até 04/2003 e BNDES: até 03/2003 (OBS: últimos 3 meses sujeitos à alterações).

Verifica-se, também, a importância do Pronaf em termos de cobertura no caso do Alto Uruguai, no qual na maioria dos municípios, este atinge mais de 60% dos agricultores familiares. Ou seja, mais da metade dos agricultores dos municípios possuem algum tipo de financiamento do Pronaf. Isso é ilustrado pelo caso de Frederico Westphalen, em que a cobertura do Pronaf chega a 88,3% de todos os agricultores do município (Ferreira *et al*: 2001).

de R\$ 650,00, o que totalizou um montante de R\$ 850,00 por contrato efetuado como uma forma de compensar as perdas advindas da seca na região.

Entretanto, não há um consenso em torno da idéia de que o Pronaf esteja realmente fortalecendo o agricultor familiar, especialmente entre os representantes sociais como o MPA e a Fetag. Para estas representações sociais, o Pronaf não gera nenhum tipo de fortalecimento para os agricultores familiares, principalmente por ser pouco o volume de recursos disponibilizados por contrato e porque os valores repassados pelo Pronaf não acompanham os custos de produção que ano após ano estão sendo reajustados. O argumento é de que os valores dos contratos do Pronaf estão “congelados” a quatro ou cinco anos no mesmo valor e que neste período os custos de produção continuaram a subir, sendo que o Pronaf não acompanhou este aumento real dos custos produtivos. Para o MPA, o Pronaf não fortalece nada, pois é “*só propaganda do governo*”. Outro motivo que as representações sociais colocam, é o de que o Pronaf não gera fortalecimento a agricultura familiar devido ao pouco volume de recursos que está entrando nos municípios e que estes não chegam a ter um impacto real na economia local. Estas concepções em torno do programa ficam claras nos depoimentos de duas lideranças, uma do MPA e outra da Fetag.

De modo geral pela iniciativa dos governos eu diria que é só propaganda não está fortalecendo nada. Eu quero só reforçar que é muito pouco dinheiro. Nós temos em torno de 600 famílias de agricultores aqui no município de Vista Alegre que financiam por ano no custeio de lavoura em torno de 1 milhão de reais, é pouco recurso, é muita propaganda por parte do governo, por parte do Pronaf e não chega até o agricultor àquilo que seria de direito, é muito pouco recurso. Então, na nossa opinião o Pronaf tem que ser melhorado e até agora é só propaganda, não fortalece nada, não tem fortalecido nada (Entrevista 6, 2004, C. A., Representante Sindical, MPA).

Hoje o valor liberado por ha ele está muito aquém do custo de produção porque se nós pegarmos de 4 a 5 anos para cá o valor mudou muita pouca coisa. Ele aumentou, mas não na mesma proporção que aumentou o insumo, os custos de produção, e se tu considerar a mão de obra, adubo, uréia, a terra, também, tudo isso. Aumentou muito de custo (Entrevista 8, 2004, D. S., Representante Sindical, Fetag).

Desse modo, mesmo sendo o Pronaf uma forma de estimular a mercantilização financeira do agricultor familiar, uma política de inserção mercantil que gera a dependência e que leva ao “estreitamento” das atividades produtivas no âmbito da unidade de produção, ainda assim, ele é muito importante na manutenção da agricultura familiar do Alto Uruguai. Neste sentido, concorda-se com a postura de Abramovay (1998), quando este afirma que o não desaparecimento da agricultura familiar e a sua manutenção nos países capitalistas avançados dependeram das políticas públicas de apoio praticadas pelo Estado junto a esta categoria social.

Mas, mesmo tendo um papel na manutenção e reprodução da agricultura familiar do Alto Uruguai, o Pronaf possui outras contradições fundamentais de serem explicitadas. Uma delas é a de estar assentado na profissionalização dos agricultores familiares. Esta política

gera um processo de especialização produtiva nas unidades de produção que, em muitos casos, fragiliza a reprodução social das famílias. Assim, demonstra-se, a seguir, que o principal efeito do Pronaf Crédito de lavoura, é o de financiar a especialização produtiva do agricultor familiar.

A especialização produtiva é a situação em que o agricultor familiar é levado, pela política pública, a plantar o que esta financia. Ou seja, o que é mais fácil e historicamente as instituições bancárias tem tradição de financiamento e de operacionalização. Neste caso, os cultivos que se sobressaem é a produção de grãos e de *commodities* agrícolas como o milho, a soja, o trigo, o fumo e outras em menor volume. Este tipo de especialização da produção gerada pelo Pronaf “*quebra a lógica da agricultura familiar*”, como formulou um ator social entrevistado, pois a verdadeira lógica de reprodução da agricultura familiar, segundo este, por onde esta se assenta e, inclusive, o Pronaf a define em contraposição a lógica da agricultura patronal, é a da diversificação do que é produzido no interior das unidades familiares.

Verifica-se este processo de especialização produtiva pelos relatos de um secretário da agricultura municipal. Note que o informante formula que o Pronaf não foi pensado para exercer tal impacto sobre os agricultores familiares, mas que é a maneira como ele está sendo operacionalizando, na prática, que está levando os agricultores a se especializarem e, desse modo, inclusive, não destinar espaços produtivos dentro da unidade de produção para as culturas de autoconsumo.

Eu acredito que o sistema como está do Pronaf não digo que é a lógica como ele foi pensado, mas é como ele está sendo operacionalizado ele leva a especialização, com certeza ele está levando a especialização. O agricultor acaba indo lá e financiando a soja ou o milho e para ele pegar uma gama de recursos razoáveis para ele fazer o plantio dele ele tem que financiar 10 ha ou 5 ha que é toda a área de cultivo dele deixando muito pouco para o arroz, para o feijão e outras coisas que ele não tem acesso ao crédito. [...] Então por facilidade, por operacionalidade acaba especializando e daí *quebra a lógica da agricultura familiar* que no meu modo de ver é a diversificação, é a diversidade. Se for a especialização ai tu entra numa lógica mais capitalista, mais produtivista e que leva a especialização. Quebra a característica da agricultura familiar (Entrevista 9, 2004, G. P., Engenheiro Agrônomo, SAM).

É também a especialização produtiva do agricultor familiar, que desloca espacialmente e temporalmente a produção para autoconsumo das unidades familiares, como já se demonstrou no capítulo 3. Neste sentido, o relato exposto anteriormente, evidencia que o agricultor familiar financia o plantio de milho ou soja na pouca área de terra que possui e a produção para autoconsumo fica relegada a um plano secundário dentro da unidade de produção. Esta é, justamente, a contradição gerada pelo Pronaf no Alto Uruguai, ou seja, a de

propiciar a inserção mercantil e a especialização produtiva dos agricultores familiares via os cultivos dinâmicos e, assim, a conseqüente vulnerabilização da produção para autoconsumo levando o agricultor familiar, em muitos casos, a situações de insegurança alimentar e incertezas em relação a sua reprodução social e alimentar. Como formulou Moruzzi Marques (2004), a consolidação, relativamente rápida, deste tipo de iniciativa (favorecendo agricultores familiares bem inseridos nas dinâmicas de mercado) assenta-se, em grande medida, sobre um privilégio de objetivos econômicos na ocasião de nascimento do programa (p. 8).

Observa-se melhor este processo de especialização produtiva dos agricultores através da análise dos dados da Tabela 22, que traz os principais empreendimentos financiados pelo Pronaf para alguns municípios do Rio Grande do Sul. Na maioria dos municípios o Pronaf Rotativo é um dos financiamentos mais acessados. Isso pode ser explicado por esta linha de crédito não exigir muita burocracia na tomada do financiamento, porém ela só é extensível a agricultores familiares que são clientes das instituições bancárias há um maior período de tempo. O outro motivo do seu acesso ser maior, é devido ao agricultor familiar poder investir no que ele quiser na unidade de produção, não necessitando de um projeto técnico que o “orienta” em termos de que atividade produtiva os recursos devem ser aplicados. Porém, o que alguns autores já verificaram, é que com o surgimento dessa linha de financiamento os montantes de crédito que eram acessados para as culturas do milho, fumo e da soja diminuíram, o que leva a supor que os recursos do Rotativo estão sendo aplicados nestas culturas também, como observou Andrade da Silva (1999).

Tabela 22: Principais empreendimentos financiados pelo Pronaf Crédito de Custeio em alguns municípios do Rio Grande do Sul, no ano de 2000.

Municípios	Tipo de empreendimento financiado (%)			
	Pronaf Rotativo	Fumo	Milho	Soja
Santa Cruz do Sul	9,0	71,0	18,0	-
Erechim	53,0	-	34,0	8,0
Passo Fundo	47,0	-	26,0	17,0
Frederico Westphalen	24,0	10,0	44,0	17,0
Pelotas	-	45,0	43,0	-
Três Passos	21,0	-	27,0	30,0
Santa Rosa	32,0	-	21,0	41,0
Guaporé	63,0	23,0	11,0	-

Fonte: BACEN/RECOR adaptado de Ferreira *et al* (2001).

- Dado não disponível.

Pelos dados da Tabela 22, fica explícito o padrão de desenvolvimento que o Pronaf está gestando no Rio Grande do Sul. Como já se formulou, é um padrão alicerçado na especialização produtiva dos agricultores, pois os principais produtos financiados são o milho, a soja e o fumo, todos ligados aos complexos agroindustriais e aos agricultores familiares mais bem inseridos em termos mercantis, como já demonstraram vários autores (Abramovay e Veiga, 1999; Andrade da Silva, 1999; Ferreira *et all*, 2001, dentre outros). Para o caso do Alto Uruguai, o município de Frederico Westphalen é ilustrativo deste direcionamento dos recursos do Pronaf, pois neste local 44% dos recursos foram para o milho, 24% para o Pronaf Rotativo (que também financia a implantação de lavouras de milho, soja, fumo, etc), 17% para a soja e 10% para o fumo, demonstrando a seleção e a especialização de atividades produtivas que o Pronaf está gerando no território. O processo de especialização produtiva dos agricultores também pode ser analisado pelos dados da Tabela 20, apresentada anteriormente, que demonstra que o principal empreendimento financiado para os municípios do Alto Uruguai é o custeio de lavoura das culturas de soja, milho, fumo, trigo e algumas poucas lavouras de feijão¹³⁰.

Neste sentido, pode-se dizer que o Pronaf pode não estar fortalecendo os agricultores familiares, mas está contribuindo para a sua mercantilização social e econômica através da especialização produtiva das atividades com o cultivo preferencial de poucas culturas na unidade de produção. Esta é mais uma das contradições do programa que se propunha a ser uma política *diversificada* em termos dos usos do espaço rural, tal como se demonstrou anteriormente. Na verdade, o programa tem se revelado uma política de incentivo à produção de grãos e *commodities*, provocado um estreitamento das opções de reprodução social dos agricultores familiares. Deste modo, o Pronaf exacerba a via agrícola de desenvolvimento das famílias do Alto Uruguai. Na próxima seção, examina-se o modo como o Pronaf está estimulando à produção para autoconsumo das famílias.

4.2.2 – O Pronaf como política de fortalecimento da produção para autoconsumo.

Nesta seção, procura-se demonstrar que o Pronaf está exercendo um fortalecimento da produção para autoconsumo de alimentos para as famílias do Alto Uruguai. Porém, mostra-se, também, que o programa possui uma ação diferenciada entre as suas duas linhas de

¹³⁰ No caso do feijão, mesmo que no trabalho de campo foram pouco significativos os relatos de implantação de lavouras desta cultura, ela é importante por ser um produto básico de consumo das famílias. Neste caso, pode-se

financiamento, o Pronaf Crédito de Custeio e o de Investimento. Evidencia-se também, que esta política mesmo de uma forma periférica e, em outros casos, de uma forma direta, tem estimulado a produção de autoprovimento alimentar dos agricultores da região. Para demonstrar este processo diferenciado de ação das duas linhas do programa, em primeiro lugar se analisa o Crédito de Custeio e, posteriormente, o de Investimento.

No caso do Pronaf Custeio, o fortalecimento do autoconsumo se dá de uma forma indireta. O agricultor familiar, em alguns casos, acessa o financiamento para a produção de grãos como o milho, a soja, o fumo ou mesmo o Pronaf Rotativo. Este faz a cultura que financiou, só que não coloca toda a quantidade do adubo, dos insumos e fertilizantes na cultura principal. O agricultor familiar sempre “guarda” um pouco dos fertilizantes e insumos, como formularam alguns dos informantes, para executar a implantação de alguma cultura para autoconsumo, como uma horta, um plantio de feijão, de arroz, amendoim ou outra cultura qualquer de autoconsumo. Na verdade, o que ocorre é um deslocamento de parte dos recursos que o Pronaf financiou para a implantação da cultura principal, para que haja o fortalecimento das culturas voltadas ao autoconsumo familiar, por isso que, *indiretamente*, o Pronaf tem estimulado o autoconsumo.

Essa racionalidade do agricultor familiar em “proteger” os cultivos de autoconsumo alimentar evidencia-se nos relatos de um agricultor que executou este deslocamento dos recursos para implantar uma horta e, no segundo caso, de um dirigente sindical da Fetraf-Sul que confirma, que a entidade orienta os agricultores a executarem essa operação passando parte dos recursos das culturas mercantis e comerciais para a produção para autoconsumo.

(O Pronaf) ajuda em todas as partes. Tem o adubo [...] que tem que colocar em toda a propriedade. Se tu vai semear uma verdura bota o adubo, ele ajuda em todas as partes (Entrevista 16, 2004, R. D., Agricultor familiar).

O agricultor tem que saber que busca o crédito agrícola para produzir o alimento. Não investir só na soja, mas ele tem que pegar alguns sacos de adubo e um pouquinho deste recurso e produzir os outros produtos como o amendoim, a mandioca, a batata e os outros produtos de subsistência [...] (Entrevista 18, 2004, A. R. A., Representante Sindical, Fetraf-Sul).

Ainda sobre o Pronaf Crédito de Custeio pode-se perceber, durante o trabalho de campo, que ele possui um papel importante no fortalecimento da produção para autoconsumo gerado pelo apoio e estímulo à produção de milho nas unidades familiares. O milho é um dos produtos mais financiados pelo Pronaf Crédito de Custeio no Alto Uruguai, como demonstram as Tabelas 20 e 22, apresentadas anteriormente. O milho como se demonstrou no

dizer, que o Pronaf está fortalecendo, mesmo que precariamente, a produção para autoconsumo e, assim, gerando a segurança alimentar da população rural.

capítulo 3, possui o caráter da alternatividade como formulou Garcia (1983; 1989) e, neste sentido, ele pode ser tanto vendido como consumido pelo grupo doméstico, dependendo das condições familiares e de mercado. Além disso, na agricultura familiar do Alto Uruguai ele possui vários usos na unidade de produção. Ele pode ser usado na engorda dos animais, pode ser armazenado na lavoura, pode ser guardado no “galpão”, pode ser consumido pelo grupo doméstico na forma de produtos elaborados a base do mesmo como a farinha, o pão de milho, a polenta, bolachas, etc ou mesmo a canjica feita do grão inteiro. Pode ainda, ser consumido como milho verde, dentre outros usos.

Assim, o Pronaf financiando a produção de milho, ele está, de certa forma, financiando o autoconsumo do grupo familiar. Pode-se constatar esse caráter do milho durante o trabalho de campo, como a entrevista demonstra. O informante chega a formular que o agricultor familiar que “*não tem milho na propriedade não tem nada*”, numa alusão à importância desta cultura para a reprodução social e a segurança alimentar do grupo doméstico.

[...] 95% dos recursos (do Pronaf) estão sendo priorizados para a produção de milho, estão sendo investidos na sua totalidade, porque o milho é um alimento indispensável na pequena propriedade. *Hoje se não tem milho na propriedade não tem nada*. Dá para dizer, assim, que não é pequeno agricultor se não tiver milho. Então a prioridade é e vai continuar sendo a produção de milho (Entrevista 6, 2004, C. A., Representante Sindical, MPA).

Neste sentido, os dados levantados a campo parecem indicar um desacordo com os resultados de pesquisa de outros autores como Abramovay e Veiga (1999), Andrade da Silva (1999), Ferreira *et all* (2001) e outros, que afirmaram que o Pronaf está fortalecendo somente os agricultores familiares integrados ao mercado, via os complexos agroindustriais da soja, do milho (avicultura e suinocultura) e do fumo. No caso do Alto Uruguai, isso deve ser relativizado, pois uma percentagem muito significativa do milho produzido dentro das unidades familiares, é destinado ao autoconsumo intermediário, como formulou Jerzy Tepicht e, vai fomentar a criação e engorda de suínos, aves, bovinos caprinos e outros pequenos animais que, muitas vezes, irão servir ao autoconsumo das famílias, especialmente das mais pobres, que não estão integradas verticalmente com os complexos agroindustriais. Assim, uma parcela da produção do milho, em grande medida, é voltada ao autoconsumo e neste sentido sim, o Pronaf vem fortalecendo a produção para autoconsumo e gerando segurança alimentar entre os agricultores familiares.

Entretanto, se analisar somente o papel da produção da soja e de fumo, então sim, tem-se que concordar com os autores citados, pois estes produtos na dinâmica das unidades familiares não possuem o caráter da alternatividade. O papel do milho no fortalecimento do

autoconsumo familiar é explicitado no trecho da entrevista com um agrônomo da Emater, que destaca o papel desta cultura na produção de carne, leite e ovos para a alimentação das famílias.

No nosso município o Pronaf financia mais o milho do que qualquer outra cultura. Então ele faz a produção para autoconsumo por que é desse milho que ele vai produzir a galinha ao redor de casa, ele vai produzir o leite, carne, ele vai ter carne, leite e ovos em cima disso. Então eu acho que o milho é um parâmetro importante para o autoconsumo na propriedade, para a produção para autoconsumo na propriedade. Então, neste sentido, eu acho que ele está auxiliando de forma preponderante para a manutenção da agricultura familiar (Entrevista 12, 2004, G. S., Engenheiro Agrônomo, Emater).

Contudo, a grande reivindicação dos agricultores familiares, dos atores sociais e das instituições ligadas ao desenvolvimento dos municípios, é que o Pronaf Crédito de Custeio não possui uma linha de crédito rural que custeie a implantação de cultivos e criações de autoconsumo¹³¹. Desse modo, a reivindicação é para se ter uma linha de crédito que financie o autoconsumo de uma forma direta, como acontece com as culturas do milho, da soja, do fumo e outros cultivos comerciais e, não indiretamente e periféricamente através dos deslocamentos de recursos como se demonstrou anteriormente. A principal constatação realizada durante o trabalho de campo é a de que, realmente, o Pronaf não vem financiando diretamente a produção para autoconsumo, ou as “diversificações” da agricultura familiar como os entrevistados se reportam a este tipo de produção. O trecho da entrevista é ilustrativo deste processo de não financiamento direto, pelo programa, da produção para autoconsumo e demonstra a tentativa de facilitar o acesso ao crédito para este tipo de produção através da criação de cooperativas de crédito como a Cresol.

A gente tenta e até a Cresol fez um trabalho, tem tentado mostrar a importância da subsistência e tem tentado direcionar o crédito mais para estimular os agricultores à subsistência, mas na prática se tu for ver não tem se conseguido muito isso por que se financia a cultura, se financia a soja, o milho [...]. *Hoje não se tem uma linha de Custeio para estas atividades (de autoconsumo)* (Entrevista 22, 2004, R. B., Engenheiro Agrônomo, Emater).

Contudo, o não financiamento da produção para autoconsumo ou das “diversificações” da agricultura familiar, não são consensos entre os agricultores e os atores sociais de desenvolvimento. Neste sentido, as opiniões sobre o impacto dos financiamentos do Pronaf são muito divergentes e até mesmo contraditórias. Há, inclusive, atores sociais de

¹³¹ Em alguns municípios, como é o caso de Constantina, o poder público municipal está criando um fundo de recursos para equalização dos juros do Pronaf para que os agricultores possam, mais facilmente, e com menores custos financeiros investir na produção para autoconsumo e nas “diversificações” da agricultura familiar, como os atores sociais de desenvolvimento se reportam a este tipo de produção.

desenvolvimento que acham que “*hoje se tem dinheiro para tudo*” e que é só “*ir numa agência bancária que você financia qualquer coisa*”, por menor que seja, incluindo o autoconsumo familiar o que não foi, efetivamente, o que se verificou durante o trabalho de campo. Do lado dos agricultores esta percepção também foi encontrada. Estes acham que o Pronaf é mais voltado ao financiamento da produção para autoconsumo porque é “pouco dinheiro” e devido a este motivo, serve apenas para “*manter a família*” e não para produzir para o mercado. Os trechos das entrevistas são ilustrativos destes modos diferentes de perceber o impacto do Pronaf sobre o autoconsumo. No primeiro caso, o depoimento de um técnico da Emater que chega a formular que hoje “*tem recurso para mais de metro para a subsistência*” e, no segundo caso, de um agricultor familiar que endossa este tipo de concepção em torno do programa.

[...] Hoje tu vai a qualquer agência bancária e quiser financiar uma criação de galinha, por menor que seja, ou fazer um pomarzinho, ou fazer uma horta tu tem recurso para isso. *Hoje não dá para falar que não tem, tem para tudo.*
 [...] *Quanto a isso recursos para a subsistência é um excelente programa.*
 [...] *Tem recurso para mais de metro para a subsistência [...]. Não produz alimento quem não quer na agricultura [...]* (Entrevista 17, 2004, J. C. L., Técnico em Agropecuária, Emater).

Não, ele está incentivando mais a produção que é para a família pelo que a gente nota. Em primeiro lugar, já não é muito dinheiro também que a gente consegue mais é para a família, não é para a produção para a venda, é mais para manter a família [...] (Entrevista 3, 2004, L. F., Agricultor familiar).

Em outros casos, a justificativa dos agentes de desenvolvimento é de que o Pronaf possui financiamentos para a produção para autoconsumo, mas o problema é o agricultor familiar que não quer investir no autoconsumo. Justifica-se de que o Pronaf é diversificado em linhas de financiamento e que também enfocam o autoprovisionamento em muitas delas. É o caso, por exemplo, do Pronaf Investimento Alimentos, que foi criado na safra 2003/2004 e objetiva incentivar a produção básica de alimentos da agricultura familiar. Segundo o Plano Safra 2003/2004 (2003), o Pronaf Alimentos visa estimular a produção de cinco alimentos básicos da mesa dos brasileiros - arroz, feijão, mandioca, milho e trigo (p. 4). O motivo de que, em alguns casos, o Pronaf Alimentos não está fortalecendo a produção destes cinco alimentos básicos é simples: verificou-se que os agricultores familiares, muitas vezes, orientados pelos sindicatos e escritórios municipais da Emater usam o recurso para outros fins que não a produção dos alimentos que o programa visa fortalecer, objetivando a geração da segurança alimentar como o próprio Plano Safra (2003) define.

Durante o trabalho de campo, pode-se perceber inúmeras irregularidades na aplicação dos recursos desta linha de financiamento, como investimento na construção de pocilgas para

integração agroindustrial, não aquisição de animais (matrizes) para atividade leiteira, usos para pagamento de dívidas, para pagamento de universidade para os filhos, etc. Quando os recursos são usados na agricultura, em alguns casos, estes são deslocados para uma atividade produtiva com maior potencial de retorno financeiro e que tenha comercialização garantida. Neste sentido, como já havia evidenciado Conterato (2004), é a lógica da mercantilização social e econômica que predomina nos agricultores familiares do território, inclusive, quando se trata de um financiamento visando o fortalecimento do autoconsumo familiar e a segurança alimentar do grupo doméstico como já se demonstrou no capítulo 3. O Box 2, é explicativo dos principais objetivos e características do Pronaf Alimentos.

Box 2: Principais características do Pronaf Alimentos.

O Pronaf Alimentos é uma linha de crédito especial para estimular a produção de cinco alimentos básicos da mesa dos brasileiros dentre os quais o arroz, o feijão, a mandioca, o milho e o trigo. Esta modalidade de financiamento está em sintonia com o Programa Fome Zero, visando com a concessão desta linha de microcrédito, combater a pobreza nos espaços rurais e assegurar a geração da produção para autoconsumo para alimentação das famílias. Abrange agricultores com renda bruta anual familiar de até R\$ 2 mil. O objetivo é criar condições para que os agricultores mais carentes desenvolvam atividades para sua subsistência e garantia de renda. O programa possui valores de financiamento até R\$ 1 mil, juros de 1% ao ano, dois anos para quitação do empréstimo e bônus (desconto para pagamento em dia) de 25%.

Fonte: Plano Safra (2003).

Já o Pronaf Crédito de Investimento, gera um fortalecimento que pode ser de forma direta, em que ocorre um aumento real da produção para autoconsumo ou, indiretamente, na forma de geração da infra-estrutura rural nas unidades de produção. Essa linha do Pronaf é mais voltada ao financiamento de infra-estrutura rural nas propriedades. O estímulo ao autoconsumo, nesse caso, ocorre através do fortalecimento da estrutura de produção das unidades familiares através da aquisição de máquinas e equipamentos para a transformação e agregação de valor, equipamentos como ordenhadeiras de bovinos de leite, matrizes animais para leite e suínas, engenhos de cana, “tachos” de açúcar, pequenas máquinas para panificação e outras pequenas inovações tecnológicas que desempenham papéis importantes na obtenção da produção para autoconsumo, mesmo que o seu impacto seja indireto sobre esta. O trecho de uma entrevista com um secretário da agricultura municipal demonstra este processo de apoio da produção de autoprovimento alimentar que o Pronaf Investimento gera, mesmo sendo de uma forma indireta como o entrevistado se refere.

Se tu pegar os projetos financiados tu vai encontrar em todos eles características de fortalecimento da produção para autoconsumo, de transformação para o autoconsumo, você vai ver nitidamente em todos os projetos. Praticamente todos os agricultores financiam alguma coisa ou um tacho, ou um engenho de cana, ou alguma outra coisa de agregação de valor. *Indiretamente* para esse fortalecimento, ou seja, o agricultor ainda mantém viva aquela questão da produção para o autoconsumo, mesmo quando ele vai financiar alguma coisa que é *Investimento* lá para o leite, mas de alguma forma ele tenta colocar algum produto ou equipamento neste sentido (Entrevista 9, 2004, G. P., Engenheiro Agrônomo, SAM).

Na análise do Pronaf Investimento, ainda são importantes as atividades da fruticultura e do leite como fortalecimento do autoconsumo familiar, pois as duas recebem um montante relativamente grande dos recursos do programa, principalmente a atividade leiteira que, como se demonstrou na Tabela 20, apresentada anteriormente, é o segundo empreendimento mais financiado nos municípios do Alto Uruguai. Tanto a fruticultura como o leite são importantes no contexto da reprodução social e alimentar das famílias rurais do Alto Uruguai, por dois motivos: as duas possuem o caráter da alternatividade como formulou Garcia Jr. (1983; 1989) e, também, agem no sentido de diversificar as estratégias de vivência dos agricultores familiares como se referiu Ellis (2000), retirando, em grande medida, a lógica da especialização produtiva e do padrão produtivo dominante do grão e das *commodities* do território¹³².

O financiamento da atividade leiteira pelo Pronaf Investimento é muito importante na reprodução social e na segurança alimentar dos agricultores familiares, pois a produção de leite possui o caráter mercantil, dando uma renda mensal para o agricultor familiar, mas também, possui o caráter da alternatividade de usos no contexto do grupo doméstico. Do leite, o agricultor pode obter vários produtos de transformação caseira como o queijo, a nata, a manteiga, etc, que podem servir de alimentação ao grupo doméstico ou, serem vendidos em caso de haver “sobras” no autoconsumo familiar. Pode ainda, ser consumido na forma *in natura* pelos membros das famílias, garantindo, assim, uma alimentação com qualidade nutricional, em quantidade suficiente e permanente e, de acordo com os hábitos alimentares das populações rurais do território, ou seja, os princípios da segurança alimentar como formulou Maluf *et all* (2004).

Durante o trabalho de campo, se observou que os principais empreendimentos financiados pelo Pronaf Investimento na atividade leiteira são: ordenhadeiras mecânicas,

¹³² Esta afirmação será retomada e melhor desenvolvida no capítulo 5, em que se analisa as políticas públicas e iniciativas locais de desenvolvimento praticadas no Alto Uruguai.

estábulo para ordenha, construção de cercas (“potreiros”), aquisição de matrizes leiteiras¹³³, compra de resfriadores de expansão ou congeladores, dentre outros como demonstra a Tabela 20, apresentada anteriormente. Em alguns destes casos, o fortalecimento do autoconsumo pelo Pronaf Investimento ocorre de forma direta, como no caso da aquisição das matrizes leiteiras e, em outros, isso ocorre de forma periférica ou indiretamente, como no caso da compra de equipamentos para a atividade. O fortalecimento da atividade leiteira através da criação da infra-estrutura para a atividade, pelo Pronaf Investimento, é evidenciado pelo relato de um presidente de CMDR.

[...] Principalmente na questão do Investimento tem fortalecido de um modo geral principalmente na questão da bacia leiteira que é o grande número de financiamentos de Investimento é na bacia leiteira. As famílias que tem uma atividade neste setor tem se destacado com infra-estrutura na propriedade com grandes avanços (Entrevista 17, 2004, V. S., Representante Sindical, CMDR).

No caso da fruticultura, verifica-se que o Pronaf tem financiado projetos de diversas espécies de frutas como: laranja, pêsego, figos, morangos, implantação de parreirais de videiras e outras frutíferas em menor escala propiciando uma diversificação produtiva e econômica junto aos agricultores familiares, como demonstra a Tabela 20, apresentada anteriormente. A produção de frutas tem, assim, um papel importante na reprodução social dos agricultores fora do padrão dominante da produção de grãos. A produção de frutas, em sua grande maioria, é destinada para a venda, porém, em muitos casos, verificou-se que este tipo de integração dos agricultores ao mercado não é tão subordinada aos complexos agroindustriais, como no caso das *commodities* agrícolas. Por outro lado, as famílias podem beneficiar-se do caráter da alternatividade das frutíferas, que podem ser vendidas ou consumidas dependendo das condições alimentares e de mercado. No caso de serem autoconsumidas, podem servir de alimento *in natura* como no caso do leite ou, serem transformadas na propriedade pela “agroindústria caseira”, sendo elaboradas na forma de geléias, doces em compota, doces em calda, frutas cristalizadas, as “chimias”, etc, que, por sua vez, podem ser tanto autoconsumidos ou vendidos no mercado local, gerando uma fonte de renda adicional às famílias.

¹³³ Mas é também na questão da atividade leiteira que se verificam o maior número de casos de desvios de recursos do Pronaf pelos agricultores familiares. Este acontecimento, em alguns dos municípios é chamado de “vacas papel” pelos atores sociais entrevistados, devido os agricultores fazerem o projeto técnico junto da Emater justificando a aquisição de matrizes leiteiras para a propriedade, mas, na verdade, os mesmos utilizam os recursos para outros usos e “arranjam” uma nota do Bloco 15 de um vizinho, parente ou amigo para justificar como se tivesse ocorrido à transação normalmente de compra e venda dos animais. Em muitos casos, verificou-se que os recursos foram aplicados na compra de carros, motos, pagamento de dívidas, pagamento de universidade para os filhos, dentre outros usos.

No caso da fruticultura, o Pronaf Investimento fortalece o autoconsumo de forma direta quando a produção de frutas é autoconsumida pelo grupo doméstico. Entretanto, muitas vezes, o Pronaf Investimento financia a estrutura para a implantação de uma estufa para hortaliças ou a cultura de uma frutífera e os agricultores familiares usam esta estrutura gerada pelo Pronaf. Ou mesmo, a correção da fertilidade e da acidez do solo, para implantar os cultivos de autoconsumo, aproveitando, assim, os recursos do Pronaf e caracterizando, desse modo, um *fortalecimento indireto* da produção para autoconsumo como o elucidativo relato de um agrônomo da Emater municipal ilustra. Nota-se, pelo relato, que o Pronaf Investimento não financia diretamente as culturas de autoconsumo e que este estímulo ao autoprovisionamento alimentar, ocorre de forma indireta através do uso da estrutura de produção montada com os recursos do programa, mas que visavam apoiar outros empreendimentos.

É nesse caso ali a questão da subsistência o que tem influenciado para que o pessoal faça é o *Investimento*. A gente faz o investimento em cima, tipo do hortigranjeiro, a estrutura e a partir daí eles com recursos próprios é que vão fazer a cultura de subsistência. Assim, o Pronaf em si, diretamente, não tem financiamento à cultura do aipim, da batata-doce. Isso não, se financiou a estrutura e eles com o retorno eles estão produzindo e *indiretamente* influenciou na produção. Por exemplo, nós estamos financiando estufas, túneis, *mulching*, a lona para fazê-los e a partir daí nós financiamos esta parte, a adubação, a correção do solo e eles fazem a cultura de subsistência, *mas a cultura não é financiada* diretamente. [...] Até mesmo alguma coisa de fruticultura o pessoal faz assim. Às vezes a gente financia uma correção de solo e, em cima disso, eles colocam a fruticultura e no meio dessa cultura eles colocam a cultura do feijão, amendoim, batata utilizando aquela correção do solo, mas não foi financiada a cultura (Entrevista 5, 2004, V. A., Engenheiro Agrônomo, Emater).

Em suma, o que se pode dizer do Pronaf Crédito, é que há uma diferenciação no impacto das suas duas linhas básicas de atuação, o Custeio e o Investimento. No caso do Crédito de Custeio, ele é mais voltado às culturas dinâmicas e mercantis como o milho, a soja, o fumo, etc. Mas, por outro lado, o programa financia o milho, que possui uma importância muito grande em termos de autoconsumo intermediário nas unidades de produção familiares, para produção de proteína animal e outros derivados como ovos e leite. A sua contribuição no fortalecimento do autoconsumo ocorre, também, pelos deslocamentos dos recursos das culturas comerciais para as de autoconsumo na forma de insumos, fertilizantes e adubação como já se demonstrou.

Já a linha do Pronaf Crédito de Investimento, estimula a produção para autoconsumo de forma direta e indireta. Na forma direta, através, por exemplo, do financiamento de

projetos de fruticultura e de aquisição de animais como matrizes suínas e bovinas, que vão gerar um aumento da produção mercantil e também de alimentos nestas atividades. A forma indireta ocorre através do fortalecimento da infra-estrutura rural das unidades de produção com o financiamento de pequenas máquinas, equipamentos e inovações tecnológicas que, indiretamente, gerarão um impacto favorável na produção para autoconsumo¹³⁴. A constatação principal durante o trabalho de campo e que os nossos informantes formularam, várias vezes, é a de que: “*o Pronaf Custeio especializa e o Investimento diversifica*”, numa alusão aos impactos diferenciados que as duas linhas de financiamentos possuem no autoconsumo de alimentos das famílias. Este processo de estímulo diferenciado das duas linhas do programa pode ser verificado pelo relato de um técnico da Emater. Nota-se que o entrevistado liga a especialização produtiva com o cultivo de grãos e o Pronaf Custeio e, a produção de frutas e de leite, com a diversificação e o Pronaf Investimento.

O recurso do Custeio é tranqüilamente aplicado na questão dos grãos, se destina a estas atividades. O Pronaf D Custeio, que são poucos agricultores que acessam, que já são mais aqueles agricultores de inserção de mercados, consolidados na cultura de grãos. Então o *Pronaf D, neste sentido, ele fortalece a questão dos grãos*. Mas nós temos um dos créditos mais acessados que é o *Pronaf C Investimento que este é muito atuante na questão da diversificação*, tanto assim, que se considerarmos uma boa parte dos recursos vão para o leite, mas também para outras atividades como a fruticultura [...] (Entrevista 23, 2004, V. T., Técnico em Agropecuária, Emater).

Porém, no Alto Uruguai, a ação das políticas públicas sobre as famílias rurais e o autoconsumo nem sempre são vistas como positivas pelos atores sociais de desenvolvimento. Há casos em que as políticas públicas são as responsáveis pela vulnerabilização do consumo e a mercantilização do mesmo entre as famílias do território. É o caso das políticas que eram praticadas no âmbito do extinto Programa Comunidade Solidária e Comunidade Ativa do Governo Federal, bem como dos atuais Programas de Bolsa Família, Cheque Seca (a nível estadual) e outros programas assistenciais, que são vistos como desmotivadores das famílias rurais e da produção para autoconsumo. O que acontece é que as famílias que passam a receber alguns destes benefícios como os do Programa Comunidade Solidária (que distribuía cestas básicas de alimentos junto aos agricultores familiares), passam a não produzirem mais os seus alimentos básicos do dia-a-dia em sua unidade de produção, vulnerabilizando, assim,

¹³⁴ Geralmente, os financiamentos tanto das linhas do Crédito de Custeio como da de Investimento não visam estimular o autoconsumo como uma das estratégias de reprodução social das famílias, mas sim, a inserção mercantil mesmo sendo numa atividade fora do *escopo* da produção de grãos e *commodities* agrícolas. O apoio ao autoconsumo ocorre como se fosse uma consequência secundária do estímulo das atividades produtivas mercantis e, por este motivo, que se insiste, na presente dissertação, que o seu fortalecimento se dá de forma *indireta e periférica* na unidade de produção familiar.

o seu consumo e mercantilizando-o, tornando-se dependentes do abastecimento realizado pelas políticas públicas assistenciais.

Isso já havia sido objeto de críticas de outros estudiosos do Pronaf, como é o caso de Moruzzi Marques (2004), que verificou que o fornecimento de cestas de alimentos para os agricultores pobres constitui, antes de tudo, um fator de desestímulo para o desenvolvimento das atividades produtivas nos estabelecimentos familiares. O autor ainda afirma que, este aspecto reforça a argumentação de que o objetivo social de combate à miséria do Comunidade Solidária precede e desestrutura as possibilidades de intervenção visando o fortalecimento de aspectos produtivos da agricultura familiar, em particular daquela que se encontra nas situações de maior precariedade (p. 12). Este processo de desestímulo que as políticas públicas exercem sobre a produção para autoconsumo pode ser ilustrado pelo trecho da entrevista com um técnico da Emater que exerce uma crítica contundente deste tipo de iniciativa, chamando-as de “paternalistas”.

É um pouco de paternalismo também, acho que os últimos governos foram bastante paternalistas independentes de (partido). Graças a Deus nós não temos cestas básicas no nosso município, mas já tivemos muitas ações parecidas com cestas básicas. Se tu vai analisar é rebate disso, é Cheque Seca, é cheque não sei o que. Então isso criou uma expectativa falsa junto aos agricultores (Entrevista 7, 2004, J. C. L., Técnico em Agropecuária, Emater)¹³⁵.

Malgrado estes problemas das políticas públicas assistencialistas do passado, o Pronaf se propõe a ser um novo instrumento de fortalecimento da agricultura familiar, tanto do ponto de vista da produção para autoconsumo, como da produção comercial e de produtos que compõem a cesta básica das famílias do território. Isso é explicitado nas últimas orientações do programa, como no documento do Plano Safra 2004/2005. Neste documento, se afirma que as ações do Pronaf buscam satisfazer a necessidade da criação e/ou fortalecimento de mecanismos que permitam à agricultura, em especial à agricultura familiar, *maior capacidade de compatibilizar a produção para o seu próprio consumo* e para o mercado, especialmente de alimentos que compõem a cesta básica (Pronaf, 2004, p. 4; grifos meus).

¹³⁵ Há casos, também, que os informantes revelaram ser as famílias com aposentados as que não produzem o autoconsumo e que “compram tudo de fora” da unidade de produção. Nesse sentido, a aposentadoria rural, segundo alguns atores sociais de desenvolvimento, seria, também, uma política pública que vulnerabiliza e mercantiliza a produção para consumo, como demonstra o relato de uma extensionista rural da Emater.

A gente também vê que um pouco se deve a grande maioria de aposentados no interior, a aposentadoria. Tem famílias que estão vivendo só em cima da aposentadoria e não produzem nada porque é mais cômodo comprar (Entrevista 7, 2004, M. Z. B., Extensionista Rural, Emater).

Contudo, não é isso que se verificou a campo no caso do Alto Uruguai. Como se demonstrou, os maiores impactos do Pronaf são indiretos e periféricos em relação à produção para autoconsumo. Soma-se a isso, outros problemas de aplicação dos recursos do Pronaf como, em alguns casos, em que se constatou que o Pronaf é o responsável pela mercantilização do consumo familiar, através de um processo de externalização da alimentação justamente naquelas famílias mais pobres e vulneráveis em termos de reprodução social e potenciais focos de insegurança alimentar, como se demonstrou no capítulo 3.

Durante o trabalho de campo, pode-se constatar situações em que os recursos do Pronaf não foram investidos na produção da agricultura familiar de forma a gerar o autoconsumo, mas sim, foram usados na compra dos alimentos para o grupo doméstico nos centros urbanos das cidades, aprofundando, assim, o processo de fragilização do consumo das famílias rurais e não fortalecendo este tipo de produção como reza os objetivos do programa. Este acontecimento pode ser elucidado pelo relato de um presidente de CMDR que se mostra preocupado com a aplicação dos recursos do programa na compra da alimentação e, também, com a contradição que isso representa em relação a reprodução social da agricultura familiar.

Nós temos ainda, não são muitas (famílias) que ainda pegam este dinheiro e com a parte deste dinheiro compram alimentos, comida. Isso não pode acontecer por que quem mora no interior não pode comprar, com exceção de alguns produtos, mas a grande maioria tem que ser produzida na própria propriedade (Entrevista 17, 2004, V. S., Representante Sindical, CMDR).

Soma-se a isso, em outros casos, a percepção de alguns atores sociais de desenvolvimento, que acham que o agricultor familiar não precisa de políticas públicas para produzir o autoconsumo, mas sim, “*precisa de vontade*” e de colocar a produção para autoconsumo como uma das suas principais prioridades na dinâmica das unidades produtivas. Esta concepção em torno do autoconsumo é justificada pelo motivo de que para produzir o autoconsumo não se tem gastos vultuosos, já que é uma produção na qual não se usa insumos químicos, sementes melhoradas e tecnologias modernas, o que não acarreta grandes custos produtivos ao agricultor familiar. Além disso, se exalta a importância dos fatores de produção como a terra e o trabalho do grupo doméstico na produção do autoconsumo em detrimento do fator capital (tecnologia, por exemplo), pois os primeiros, o agricultor familiar possui na sua unidade de produção e são de fácil acesso. O relato de um agrônomo da Emater é elucidativo sobre este tipo de concepção, pois o mesmo coloca que o autoconsumo tem que ser um “*princípio*” de prioridade dos agricultores, “*por que para fazer subsistência não precisa dinheiro precisa vontade*”.

Eu acho que não é o crédito que vai fazer a subsistência avançar. O crédito pode estimular. [...] Se o agricultor não tiver claro na sua definição da propriedade, na sua prioridade da propriedade que ele quer trabalhar a subsistência ele pode ter dinheiro ou não ter dinheiro por que se ele tiver dinheiro ele pode desviar para a soja, se ele tem prioridade na soja ele vai colocar tudo na soja [...]. *O grande problema da subsistência é que ele tem que tirar isso como princípio por que para fazer subsistência não precisa dinheiro precisa vontade* (Entrevista 22, 2004, R. B., Engenheiro Agrônomo, Emater).

Por outro lado, está análise do Pronaf realizada no Alto Uruguai é instigante, no sentido de levar a refletir sobre os seus principais objetivos enquanto política pública e a sua relação com o desenvolvimento do território. Neste sentido, pode-se dizer que o programa está gerando um tipo de desenvolvimento no Alto Uruguai, que vem de encontro a uma fragilização geral das estratégias de reprodução social e alimentar dos agricultores familiares. Desse modo, no Alto Uruguai, o Pronaf tem sido o responsável, em grande medida, pelo solapamento da reprodução social das famílias rurais, principalmente através da especialização produtiva e econômica que o crédito rural efetuou entre os agricultores. Neste sentido, pode-se afirmar que o programa está vulnerabilizando os agricultores familiares e também a produção para autoconsumo que sofre os efeitos decorrentes de tal padrão de desenvolvimento agrícola. Entretanto, sabe-se que o Pronaf não determina, sozinho, os “caminhos” por onde irá passar e se assentar o desenvolvimento das formas familiares de produção e trabalho. Contudo, como política pública, ele tem a capacidade de condicionar o desenvolvimento, beneficiando uma ou outra atividade produtiva e, assim, afetando as estratégias de reprodução social dos agricultores.

Desse modo, não cabe somente refletir sobre o Pronaf como uma política pública para a agricultura familiar. Cabe, também, relacioná-lo ao contexto social e econômico em que o mesmo está inserido e, principalmente, ao tipo de desenvolvimento em que o mesmo operacionaliza a tomada do crédito rural pelos agricultores. Esta proposição implica em se refletir sobre alguns desafios do programa, as mudanças possíveis e as alternativas que estão colocadas neste momento histórico de sua evolução. Nesse sentido, o desafio do Pronaf, neste contexto de fragilização e de vulnerabilização social da agricultura familiar, poderia ser o de se voltar a um processo que, realmente, gere um fortalecimento sustentável e contínuo das unidades familiares. É com estas pretensões que se quer evidenciar, na próxima seção, algumas orientações em torno de um tipo de desenvolvimento “alternativo” ao padrão agrícola do Alto Uruguai e relacioná-las com as políticas públicas, notadamente o Pronaf, no sentido de tentar responder algumas questões como: para este tipo de desenvolvimento que o

território se moldou nas últimas décadas qual é a melhor política pública? E, como o Pronaf pode contribuir neste processo de transformação da estrutura social, econômica e produtiva? São estas as questões que se tenta abordar a seguir e, neste sentido, cabe relacionar o programa com alguns aspectos do desenvolvimento desta região e com o que alguns autores estão chamando atualmente de abordagem territorial do desenvolvimento rural, como formulou Schneider (2003b)¹³⁶.

4.3 – AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A DIVERSIFICAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE VIVÊNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR: para repensar o desenvolvimento rural no Alto Uruguai.

4.3.1 – Qual desenvolvimento? Qual política pública?

O que ocorre atualmente no Alto Uruguai, é um processo de desenvolvimento que possui a produção agropecuária como principal atributo econômico para a geração de renda e a manutenção das famílias rurais. Esta região, historicamente, se moldou a um padrão produtivo assentado na produção de grãos e *commodities* agrícolas e na integração aos chamados Complexos Agroindustriais. A partir dos anos 70 com as transformações técnico-produtivas, econômicas e sociais (a assim chamada modernização agrícola), a agricultura familiar adentrou em uma nova fase de desenvolvimento, em que esta pode ser caracterizada pela mercantilização social e econômica das unidades de produção familiares. Estas mudanças fizeram com que os agricultores adentrassem em um processo de especialização produtiva, de diferenciação social e produtiva, de empobrecimento rural (em alguns casos) e de solapamento de suas estratégias tradicionais de reprodução social.

Neste sentido, é necessário que as políticas públicas se voltem na direção da *mudança social* deste tipo de desenvolvimento que se gestou no território, para que esta situação de vulnerabilização social e de fragilização dos agricultores não atinja níveis em que os problemas sociais se avolumem ainda mais, como é o caso da pobreza rural e da insegurança alimentar, como já se demonstrou no capítulo 3. Deste modo, se faz necessário o uso de

¹³⁶ O desenvolvimento territorial se configura em um novo enfoque e modo de pensar o desenvolvimento rural das “regiões” interioranas e de baixa densidade demográfica. Ele é voltado ao um novo modo de gerir o desenvolvimento em que a perspectiva espacial passa a ser valorizada e na qual se tenta integrar o desenvolvimento “urbano” ao “rural” numa nova expressão e categoria que se usou definir como território (Saraceno, sd). Neste sentido, o desenvolvimento rural não se resume ao desenvolvimento agropecuário, como formularam Abramovay (2002) e Campanhola (2000), mas sim a um conjunto variado de atividades, atributos

instrumentos de mudança social e de transformação produtiva e econômica deste espaço rural. Assim sendo, o Pronaf parece ser um bom ponto de partida para realizar esta inflexão, dado ao seu caráter de ser uma política de fortalecimento das unidades familiares e, também, por ser um programa que se propõe a agir no território como um todo (Abramovay, 2002; 2003). Entretanto, o que se quer demonstrar é que o Pronaf ainda possui várias limitações como política pública, no sentido de conseguir realizar estas transformações sócio-econômicas e produtivas no Alto Uruguai.

Como exemplo, se pode aludir que o Pronaf, desde a sua formulação original, está assentado em um enfoque e numa operacionalização dos financiamentos públicos que exalta o viés setorial do desenvolvimento, mesmo que, em determinados momentos de sua evolução, este enfoque foi relativizado e foram incluídas novas alternativas de geração de emprego, de renda e de ocupações em suas orientações. Contudo, o programa, na prática, não incorporou o financiamento das múltiplas atividades econômicas que fazem parte dos espaços rurais. Esta evolução, de certa forma contraditória do programa, também é válida para o caso do Alto Uruguai, que possui um desenvolvimento histórico assentado na produção primária e, em muito, influenciado pelas políticas estritamente agrícolas que foram praticadas ao longo do processo de desenvolvimento desta região (como o SNCR e da PGPM), o que gerou um desenvolvimento que pode ser definido como agrícola e setorializado, no qual levou-se em conta apenas um setor econômico - a agricultura - enquanto atividade hegemônica (Sarraceno, 1994; 1996).

No Alto Uruguai, a constatação que se retira do trabalho de campo, é a de que o Pronaf está, em grande medida, fortalecendo o viés setorial e agrícola do desenvolvimento, pois a agricultura e a produção de grãos e *commodities* agrícolas, é a atividade hegemônica e o “motor” do desenvolvimento do território. Como já se demonstrou neste capítulo, o Pronaf está fortalecendo a mercantilização dos agricultores familiares através do incentivo, via crédito rural, ao processo de mudança da base técnico-produtiva da agricultura e também a assim chamada especialização dos agricultores familiares através do financiamento aos cultivos dinâmicos e comerciais como a soja, o milho, o fumo, etc. Dessa forma, o programa está fazendo com que haja um estreitamento das estratégias de reprodução social e uma limitação objetiva do processo de diversificação econômica e produtiva das famílias rurais como se referiram Saraceno (1994; 1996) e Veiga (1999).

econômicos e produtivos assentados na vocação cultural da população, na sua história, na cultura técnica e na espessura do tecido social do território, como verificou Reis (1985; 1988).

Esta lógica do Pronaf, em estar fortalecendo uma atividade econômica, no caso do Alto Uruguai a agricultura, é evidenciada no relato de um representante do MPA, que quando perguntado sobre se o Pronaf vinha financiando outras atividades que possuíam uma ligação intersetorial, a resposta foi que o programa é mais “*centrado na produção agrícola*”, aludindo que o programa possui um viés setorializado. O segundo relato é de um técnico da Emater que também reafirma a lógica setorial do Pronaf, formulando que ele incentiva as “*atividades tradicionais*” agrícolas como a soja e que não propicia a diversificação intersetorial ou multisetorial da economia rural do território. Nota-se que o entrevistado argumenta que é uma segurança para o programa emprestar recursos para a soja (cultivo de grãos), por que a diversificação econômica e produtiva pode gerar incertezas e insegurança para quem financia os agricultores, neste caso, para o Estado.

Ele é mais centrado na produção agrícola [...]. Ele tem cumprido esse papel, mas até certo ponto, mas timidamente, são raros só em alguns casos (Entrevista 6, 2004, C. A., Representante Sindical, MPA).

O Pronaf está financiando as culturas e as atividades que são tradicionais. Isso até é uma segurança que está por de trás disso. É mais seguro você emprestar para a soja, emprestar custeio de soja sabendo que já se tem uma estrutura, uma comodidade, ela gera mais certeza. A diversificação ela pode gerar uma incerteza, então nem sempre se prioriza estes recursos para a diversificação. É muito tímida a diversificação (Entrevista 12, 2004, G. S., Engenheiro Agrônomo, Emater).

Como definiu o representante da agricultura familiar, é “tímido” o processo de fortalecimento do Pronaf em atividades como ligação intersetorial. Os financiamentos do Pronaf estão voltados a atividades dentro do viés da agricultura e mesmo que, em alguns casos, ele diversifique as atividades produtivas e econômicas dos agricultores familiares com um financiamento a uma cultura com o princípio da alternatividade produtiva como a fruticultura e o leite, estas duas atividades também estão ligadas à produção agropecuária e enfatizam o viés setorial do desenvolvimento no Alto Uruguai. Em outros casos, quando os atores sociais de desenvolvimento e os agricultores foram perguntados sobre o financiamento de atividades de serviços, de comércio, industriais, etc, ou seja, com integração intersetorial ou multisetorial como o turismo rural, as agroindústrias familiares, as atividades não agrícolas, a pluriatividade, etc, a resposta é a de que o Pronaf ainda não está financiando estas atividades.

Este não financiamento destas “novas” atividades econômicas, produtivas e de serviços nos espaços rurais, fica evidenciado no relato de um secretário da agricultura municipal, que demonstra que o Pronaf não está estimulando atividades econômicas e produtivas com ligação multisetorial através dos seus financiamentos. Nota-se, pelo relato,

que atividades como o turismo rural e a criação de agroindústrias familiares, são atividades de serviços e econômicas que ainda estão sendo pouco operacionalizadas junto aos agricultores familiares. A Tabela 20, apresentada anteriormente, também demonstra isso, já que foram somente os municípios de Constantina e de Frederico Westphalen que acessaram o Pronaf visando à agregação de valor a matéria-prima agrícola e a implantação de agroindústrias familiares.

Na grande maioria é Custeio e Investimento. [...] Mas o que a gente vê na prática é Investimento e Custeio na sua grande maioria e são poucos que, eu até não tenho conhecimento, assim, de hoje ter algum projeto de Turismo Rural não tem nenhum eu tenho certeza. Agroindústria tem alguns sendo pensados e encaminhados, mas não tem nenhum. Então ainda tem esse limite de você conseguir ultrapassar e atingir esse limite de se modificar o tradicional do Custeio e do Investimento. Mesmo que o Investimento você consiga fazer uma diversidade maior, mas geralmente o Investimento é em cima daquelas atividades, hoje a maior parte do Investimento no município é na atividade de leite, é na bovinocultura de leite, mas não se conseguiu sair daquela questão de (aquisição) de matrizes, do financiamento de vacas para a produção. São poucos que conseguem ultrapassar isso também (Entrevista 9, 2004, G. P., Engenheiro Agrônomo, SAM).

Uma das modificações que um novo enfoque de desenvolvimento rural requereria, é o de que as políticas públicas deixassem de financiar somente atividades ligadas à produção agropecuária e se voltassem a um tipo de desenvolvimento que integrasse os espaços rurais e urbanos, pois as fontes de geração de empregos, de rendas e de inserções profissionais dos agricultores familiares podem estar fora da agricultura, como já demonstraram Saraceno (sd), Abramovay (2002; 2003) e Schneider (2003a). Estas podem estar nos espaços urbanos como, por exemplo, no setor de comércio, nos serviços, nas indústrias, transportes, nas comunicações, etc, e, deste modo, seria necessário políticas públicas que estimulassem também estes tipos de atividades para que, assim, o desenvolvimento rural fosse *conectado* e *integrado* à dinâmica urbana e vice-versa como, por exemplo, através da geração de atividades e ocupações não agrícolas às famílias rurais do território, como aludiu Schejtman (2000).

Este seria um dos desafios que estariam colocados para o Pronaf, enquanto política de fortalecimento da agricultura familiar, pois, talvez, o estímulo à diversificação dos espaços rurais não esteja somente no desenvolvimento e no financiamento das atividades ligadas ao rural, mas sim, em muitos casos, como os estudos já demonstram, que a existência de uma rede urbana sólida e diversificada de atividades pode fornecer estímulos apreciáveis às áreas rurais. Neste sentido, o principal desafio do Pronaf, é voltar-se a ser uma política de fortalecimento da agricultura familiar que transcenda a dimensão estritamente agrícola e

setorial do desenvolvimento, incorporando as diversas atividades territoriais. Como Abramovay (2002) formulou, o desenvolvimento territorial não pode apoiar-se apenas nos agricultores, mas enfrenta o desafio de incorporar um conjunto de atores e organizações que nem sempre fazem parte do universo de atuação dos que estão voltados especificamente para o fortalecimento da agricultura familiar (p. 27).

No caso do Pronaf, ressalta-se que este processo de diversificação rural não vem acontecendo. Também não está ocorrendo, para o Alto Uruguai, um planejamento do desenvolvimento que transcenda os limites municipais em que os papéis das instituições territoriais seriam fundamentais para tal empreendimento. Mesmo que no trabalho de campo encontraram-se instituições que poderiam ser os “germes” emuladores de um processo de desenvolvimento territorial como a Associação dos Municípios da Zona da Produção (Amzop), o Conselho de Desenvolvimento do Médio-Alto Uruguai (Codemau) e os CMDRs, estas instituições, continuam, em grande medida, a operar por setores de atividades econômicas e, muitas vezes, com objetivos dispersos e fragmentados que não estimulam a formação de redes territoriais e de contratos confiáveis entre atores sociais, agricultores familiares e instituições de desenvolvimento (Abramovay, 2002).

No caso do Pronaf, os CMDRs seriam as instituições centrais ao processo de desenvolvimento como demonstrou Abramovay (2002; 2003). Entretanto, o que se constatou durante a pesquisa de campo, é que cada Conselho de Desenvolvimento Rural possui as suas ações referenciadas dentro de suas demandas municipais através de um elenco de prioridades, problemas e alternativas rurais (quando existem) e que não levam em conta as demandas dos outros municípios e do território como um todo¹³⁷. Neste sentido, pode-se afirmar que não há a formação de um consórcio ou de uma rede dos CMDRs pela qual poderia ser articulado o desenvolvimento rural e as demandas de todo o território como, por exemplo, para gerir ações e trabalhos que visassem a diversificação multisetorial das economias e atividades produtivas. Neste caso, o que se encontra é uma seara de pequenos trabalhos pulverizados em vários órgãos, instituições e organizações sociais, mas não há, efetivamente, uma instituição que coordene o desenvolvimento destas ações e iniciativas no território, visando um processo de

¹³⁷ Na maioria dos municípios pesquisados, os CMDRs não possuíam um plano de desenvolvimento rural elaborado, bem como, os que possuíam este não passava de um amontoado de programas diversos como, por exemplo, programa de fruticultura, de suinocultura, de bovinocultura de leite, etc, todos dispersos dentro do Conselho e sem um mínimo de “amarramento” a uma estratégia de desenvolvimento integrada do município. Isso pode ser comparado ao que Abramovay (2002; 2003) chamou de um programa de desenvolvimento rural no formato de uma “lista de compras”. Além disso, quando havia algum planejamento dos programas de desenvolvimento rural que iriam ser implantados no município, estes sempre enfatizavam e se lastreavam no fortalecimento da produção agropecuária como principal estratégia de estímulo à agricultura familiar.

desenvolvimento que poderia ser definido como multifacetado, como se referiu Van der Ploeg (2000).

No caso do Alto Uruguai, seria interessante que esta mudança fosse incorporada pelo Pronaf, pois uma das principais constatações do trabalho de campo é a de que mesmo os agentes de desenvolvimento e as instituições locais realizando ações de desenvolvimento rural em seus municípios visando à diversificação rural, à inserção plural dos membros das famílias nas atividades agrícolas e políticas locais de estímulo à agricultura familiar, estas ações confinadas à esfera municipal, não são suficientes para romper com o padrão de desenvolvimento agrícola e setorializado que continua hegemônico no território. Sendo assim, parece que uma política de cunho mais geral e ampla como o Pronaf pode, talvez, começar a realizar esta transformação sócio-econômica e produtiva.

Com o intuito de avaliar-se as transformações de enfoque do Pronaf, é importante, também, considerar as mudanças em sua arquitetura institucional no Governo Federal. A proposta territorial de desenvolvimento parece que ganha algum espaço na estrutura do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), como indicaram Schneider *et all* (2004). Segundo o documento do MDA/SDT (2003), a opção pelo desenvolvimento territorial deve ser a prioridade das políticas públicas e também se deve compreender que uma nova ruralidade está se formando a partir das múltiplas articulações intersetoriais que ocorrem no meio rural, garantindo a produção de alimentos, a integridade territorial, a preservação da biodiversidade, a conservação dos recursos naturais, a valorização da cultura e a multiplicação de oportunidades de inclusão (p. 4)¹³⁸. Espera-se que esta nova arquitetura institucional e estas novas orientações do MDA, no que se refere ao desenvolvimento rural, dêem cabo de realizar as transformações que os espaços rurais mais desfavorecidos e pobres necessitam, como é o caso do Alto Uruguai e que consigam, realmente, modificar as formas de inserção das famílias rurais nos diferentes tipos de mercados, que não o somente ligado à produção agropecuária.

Na próxima seção, se analisam algumas das novas modalidades de financiamento que o programa incorporou principalmente nos últimos dois anos e se tenta verificar qual o real impacto destas na economia rural e nas atividades produtivas dos agricultores. Também, se

¹³⁸ Para ter uma idéia do escopo desta mudança institucional ver: Schneider (2004) e MDA/SDT (2003). No documento do MDA/SDT (2003), o território é definido como: um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições e, uma população, com grupos sociais

analisa até que ponto estas novas modalidades de financiamento conseguiram gerar uma diversificação das estratégias de vivência dos agricultores familiares.

4.3.2 – O Pronaf e a diversificação das estratégias de vivência.

Quando da sua elaboração, em 1996, o Pronaf era um programa muito pouco diversificado em termos de modalidades de financiamento para a agricultura familiar. O Pronaf Crédito de Custeio e de Investimento financiava, basicamente, o custeio agropecuário tradicional de grãos e *commodities* agrícolas e alguma infra-estrutura nas propriedades familiares¹³⁹. Isso fez com que o programa, inicialmente, recebesse muitas críticas pelo seu viés setorial e por muitos dos seus princípios norteadores estarem embasados numa lógica produtivista como demonstrou Carneiro (1997). Em outros casos, por estar fortalecendo apenas os agricultores mais integrados aos complexos agroindustriais e de maior inserção mercantil, como verificaram Abramovay e Veiga (1999), Andrade da Silva (1999) e Ferreira *et all* (2001) principalmente na região Sul do país.

Isso fez com que o programa fosse mudando, aos poucos, as suas orientações, o seu caráter e se diversificando no sentido de ampliar as atividades financiadas através da criação de novas modalidades de financiamento, principalmente, na questão do Crédito de Investimento. Contudo, isso não se concretizou tão rapidamente. É apenas no Plano Safra 2003/2004, que o Pronaf exerce uma mudança de maior escopo nas suas modalidades de financiamento, incorporando atividades até então não incluídas no programa, o que fez com que este, de certa forma, se diversificasse programaticamente falando, pois, em muitos casos, como é o do Alto Uruguai, esta diversificação das modalidades de Crédito de Custeio e de Investimento “*ainda está só no papel*”, como nos formularam os informantes.

O Pronaf, atualmente, possui uma certa diversificação das modalidades de financiamento de atividades econômicas, muitas até com integração intersetorial, que estão contidas no chamado Plano Safra para a agricultura familiar. Contudo, esta diversificação, em alguns casos, não está chegando à base dos agricultores familiares, como se constatou no Alto Uruguai. Em outros casos, quando estas novas modalidades de financiamento são acessadas pelos agricultores familiares não está havendo uma correta aplicação dos recursos como estabelecem as diretrizes do programa.

relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (p. 19).

Desde o Plano Safra 2003/2004, o programa vem operando com novas modalidades de financiamento, dentre as quais pode-se citar: Pronaf Alimentos (destinado à produção para autoconsumo de cinco alimentos básicos que são a mandioca, o arroz, o feijão, o milho e o trigo), Semi-Árido, Mulher, Jovem Rural, Pesca, Florestal, Agroecologia, Pecuária Familiar, Turismo Rural, Máquinas e Equipamentos e o Pronaf Agregar¹⁴⁰. Destas modalidades de financiamento da agricultura familiar a grande maioria mantém o viés setorial de financiamento das atividades ligadas à produção agropecuária, mas as modalidades como o Pronaf Turismo Rural e o Pronaf Agroindústria, são uma inovação e inauguram um novo sentido das políticas públicas, acentuando o enfoque intersetorial e integrando a agricultura com o setor de prestação de serviços e de agregação de valor à produção agropecuária.

Entretanto, durante a pesquisa se encontrou poucos financiamentos de projetos de agroindústrias familiares. Somente nos municípios de Constantina e de Frederico Westphalen esta atividade produtiva está sendo desenvolvida. No primeiro, de forma mais significativa. Neste, existe um programa municipal de incentivo à agroindustrialização da matéria-prima e, atualmente, existem 12 agroindústrias familiares na área de leite, vegetais, carnes e derivados destes produtos, sendo que algumas destas foram viabilizadas, em parte, com os recursos do Pronaf como demonstra a Tabela 20, já apresentada anteriormente.

Já no caso do Pronaf Turismo Rural, não se encontrou nenhum projeto financiado no Alto Uruguai, demonstrando que esta nova modalidade de financiamento do programa está muito timidamente tendo impacto sobre o desenvolvimento rural. Além disso, as demais modalidades que visam fortalecer e, de certo modo, diversificar a atividade agropecuária, também estão sendo pouco operacionalizadas. No caso do Alto Uruguai, foram encontrados projetos de financiamento do Pronaf relevantes somente no caso do Pronaf Mulheres (190 contratos no município de Três Palmeiras) e do Pronaf Alimentos, principalmente, que está sendo acessado em todos os municípios, mas com muitos problemas de operacionalização e de aplicação dos recursos, que não estão de acordo com o seu objetivo principal que é o fortalecimento da produção para autoconsumo.

Esta é uma das contradições do Pronaf, pois mesmo este fazendo opção pelas múltiplas atividades do espaço rural ele não está conseguindo, efetivamente, chegar através das novas modalidades de financiamento, até a base dos agricultores familiares e de suas

¹³⁹ Além das outras duas linhas básicas do programa que são o Pronaf Infra-estrutura e o Pronaf Capacitação Rural que não é o objetivo analisá-las na presente pesquisa.

¹⁴⁰ O Plano Safra 2004/2005 manteve as mesmas modalidades de crédito do Pronaf que o de 2003/2004, apenas a modalidade Pronaf Agregar foi transformada em Pronaf Agroindústria. Para maiores informações consultar: Pronaf (2004).

organizações sociais, ocasionando, assim, uma não diversificação das estratégias de vivência como formulou Frank Ellis (2000). Isso é evidenciado através dos relatos de dois entrevistados. No primeiro, um representante da agricultura familiar formula que a diversificação do Pronaf em diferentes modalidades de financiamento “é só propaganda” e que os agricultores familiares estão “esperando que isso saia do papel”. No segundo caso, o relato de um técnico da Emater ilustra que algumas das novas modalidades de financiamento estão chegando até os agricultores, mas de forma muito pouco significativa, não gerando, assim, o fortalecimento que o Pronaf se propôs e nem a diversificação das estratégias de vivência dos agricultores familiares.

Sem dúvida que estas novas linhas criadas de Pronaf elas são importantes para a diversificação, para a produção para autoconsumo, enfim, é importante. Só que *isso é só propaganda, não existe nada de concreto, não existe nenhum projeto se quer nesta linha. [...] Estamos esperando que isso saia do papel, se sair do papel nós teremos resultados bastante importantes na nossa região para a economia dessas famílias e dos municípios* (Entrevista 6, 2004, C. A., Representante Sindical, MPA).

Nós temos o (Pronaf) Alimentos, que ele tem sido aplicado bastante no nosso município. O Florestal de forma tímida alguns agricultores estão procurando, mas não está tendo muita aceitação. O Jovem Rural pelo o que eu tenho de conhecimento nós não fizemos nenhum. O Pronaf Mulher algumas mulheres financiam, mas não é esse Pronaf que se destina a organização de mulheres. O Agroecologia tem alguns projetos que foram acessados através do Agroecologia. Máquinas e Equipamentos também se têm alguns projetos. Pecuária Familiar é mais destinado para outras regiões [...]. E Turismo Rural a gente tem tido procura. Florestal e Turismo Rural a gente tem tido procura, mas, assim, muito tímido e não se tem uma vontade muito grande para financiá-los. *Basicamente aqui nós estamos trabalhando é Custeio, Investimento, Rotativo e Alimentos* (Entrevista 12, 2004, G. S., Engenheiro Agrônomo, Emater).

Contudo, o mais contraditório deste processo de diversificação em curso do Pronaf é que uma parcela dos atores sociais de desenvolvimento do Alto Uruguai atribui aos próprios agricultores familiares a não diversificação efetiva do programa. O argumento central usado é o de que são os agricultores familiares que “*não tem consciência*” e que “*não são empreendedores*” para acessar as novas modalidades do programa. Quanto ao programa, este é visto sem maiores problemas operacionais e, neste sentido, a justificativa é de que o programa está estruturado para diversificar as atividades produtivas e econômicas das famílias rurais, porém, são os agricultores que não estão buscando o acesso a estes novos financiamentos públicos do Pronaf.

Estas concepções acerca do Pronaf são demonstradas nos relatos de um técnico da Emater e de um presidente de CMDR. Observa-se, no primeiro relato, que o informante diz

que os agricultores é que não estão interessados em acessar as novas modalidades de financiamento e que o escritório da Emater possui, inclusive, as normas do Pronaf, caso estes quisessem consultá-las. No segundo relato, é também atribuído aos agricultores o pouco acesso aos novos créditos do programa, justificando-se que, “*o pessoal não despertou para essas novas atividades, para estas novas fontes de renda*”.

Está chegando só que não foram acessados ainda, *por falta de empreendedorismo do agricultor*. [...] *O pessoal não está interessado*. [...] É um monte de linhas de financiamentos para atingir a todos. Nos mais diversos (tipos), isso ai tem aqui, *tem as normas se tu for ver no programa tem todas essas linhas de crédito* (Entrevista 7, 2004, J. C. G., Técnico em Agropecuária, Emater).

Nós temos uma dificuldade muito grande em nível de município, *o pessoal não despertou para essas novas atividades, para estas novas fontes de renda*. Nós até em nível de Conselho (CMDR) discutimos bastante por que não fazer só que nós temos bastante resistência em nível dos agricultores que *não estão conscientes* daquilo que é importante para a própria família, para a comunidade e para o próprio futuro dos filhos. Neste sentido nós estamos bastantes atrasados (Entrevista 17, 2004, V. S., Representante Sindical, CMDR).

Entretanto, ao longo da pesquisa de campo não foi isto o que se verificou. A não diversificação das estratégias de vivência dos agricultores familiares pelo Pronaf se deve a um conjunto variado de motivos. Em primeiro lugar, há de se considerar a história produtiva do território, que sempre foi centrada na produção agropecuária e que esta concepção de desenvolvimento se reproduz até hoje entre os agricultores, instituições e atores sociais de desenvolvimento. Em segundo lugar, o Pronaf, nos seus anos iniciais de financiamento aos agricultores familiares, privilegiou as modalidades de financiamento que visavam aumentar a produção de grãos e de *commodities* agrícolas, concepção esta que não se modifica de uma hora para outra. Em terceiro lugar, há de se considerar que determinadas atividades econômicas, talvez não possam ser viabilizáveis economicamente e nem terem um mercado de consumo, devido a não segmentação da demanda como se referiu Saraceno (1994; 1996) e às características inerentes ao território.

Por exemplo, o turismo rural, que no caso do Alto Uruguai não tem um mercado consumidor, devido à baixa renda da população, a sua indiferenciação social, etc. Também é importante considerar que há uma falta generalizada de informações nos municípios com respeito às novas modalidades de financiamento do Pronaf, tanto em nível dos atores sociais de desenvolvimento e instituições, mas principalmente, entre os agricultores familiares, o que limita o acesso, a tomada e a operacionalização das novas atividades econômicas que o Pronaf

poderia gerar e também a diversificação das estratégias de vivência dos agricultores familiares.

Em outros casos, os atores sociais de desenvolvimento formulam que o Pronaf financia o autoconsumo por ele ser um programa muito diversificado em modalidades de financiamento. Os mesmos citam as diversas modalidades de financiamento e, por este motivo, procuram justificar a diversificação de atividades econômicas e produtivas dos agricultores familiares, como que se o programa trouxesse implícito estas “novas” modalidades e isso se tornasse realidade na base dos agricultores familiares e suas organizações de uma forma *linear e inequívoca*. Ou seja, o programa sendo diversificado, ele, conseqüentemente, diversificaria as atividades produtivas e econômicas das unidades familiares e a produção de autoprovisionamento alimentar, sendo que, em muitos casos, não se realiza uma análise mais aprofundada do real impacto desta diversificação no território.

É o caso do Pronaf Alimentos, que foi encontrado em todos os municípios pesquisados. Esta modalidade de financiamento se destina a fortalecer a produção para autoconsumo através do financiamento da produção de cinco produtos básicos, que são o arroz, o feijão, a mandioca, o milho e o trigo. Quando os atores sociais de desenvolvimento foram perguntados sobre o real impacto do Pronaf em relação à produção para autoconsumo, sempre citavam o Pronaf Alimentos como positivo no fortalecimento desta, gerando aumentos reais deste tipo de produção. Esta modalidade de financiamento é muito acessada pelos agricultores familiares, não tanto por estes fazerem uma opção aberta pelo fortalecimento da produção para autoconsumo, mas sim por ser um crédito que possui equalização das taxas de juros, sendo o juro aplicado sobre os recursos tomados igual a zero (0,0) e, por este motivo, é que o acesso é muito efetuado entre os agricultores.

Contudo, ao mesmo tempo, é este o motivo que leva o Pronaf Alimentos a ser aplicado incorretamente. Em alguns casos, se constatou que os atores sociais de desenvolvimento e os escritórios municipais da Emater orientam os agricultores familiares a acessarem esta modalidade do Pronaf e aplicá-la em atividades lucrativas, comerciais e nos chamados cultivos dinâmicos de mercado, deslocando, assim, os recursos da produção para autoconsumo para cultivos e atividades lucrativas, fazendo com que a produção para consumo continue vulnerabilizada e mercantilizada na unidade de produção como se demonstrou no capítulo 3.

Esta é uma contradição do Pronaf Alimentos, pois o que era para ser uma política pública que servisse de “alavanca” para o fortalecimento do autoconsumo, acaba fazendo “*mas de lo mismo*” na feliz expressão de Schejtman e Berdegué (2003). Ou seja, o Pronaf

mantém a lógica de beneficiamento da produção mercantil e das atividades produtivas dinâmicas. Nas entrevistas de campo se constatou este direcionamento dos recursos do Pronaf Alimentos, quando os atores sociais de desenvolvimento formularam que o Pronaf Alimentos “*virou um Pronaf normal*”, numa alusão de que esta modalidade de financiamento em nada se distingue das outras, pois continua a financiar as atividades tradicionais do território como é o caso da suinocultura integrada, da produção de grãos e *commodities* e de outras atividades econômicas mercantis. Por outro lado, em alguns casos, estes recursos nem chegam a ficar na esfera da agricultura e são usados, pois são recursos “baratos”, como os agricultores dizem, por não incidirem juros, em outras aplicações e negócios que nada tem a ver com a atividade agropecuária e nem com a produção para autoconsumo.

Esta lógica do Pronaf Alimentos de fortalecer o agricultor familiar como se fosse um Pronaf normal (de Custeio de lavoura, por exemplo), fica explícita no relato de um técnico da Emater. Note que o entrevistado explora a principal contradição do Pronaf Alimentos que é a de ser um programa que visa estimular o autoconsumo, mas na prática, na base dos agricultores familiares isso não vem acontecendo. O entrevistado usa a seguinte expressão para argumentar sobre este processo: “*é claro que tem uma lógica do ponto de vista teórica muito boa, mas na prática eu acho que não deu grandes alterações na subsistência*”.

[...] O Mais Alimento se desvirtuou muito. O Mais Alimento realmente ele vem naquela lógica de tentar reforçar a subsistência, mas o que eu sinto no Mais Alimento ainda é que na primeira vez que saiu aqui se desvirtuou muito. Por que? Qual é o problema? [...] *Ainda tem muito rolo nestas histórias, desvios. Muito desvio do princípio de aplicação do Mais Alimento*, por que o agricultor quer investir o dinheiro naquilo que ele acha que é importante. Então, por exemplo, *o Mais Alimento não podia permitir outras coisas e foi mudando, foi mudando e virou um Pronaf normal*. Então eu ainda acho que, é claro que tem uma lógica do ponto de vista teórico muito boa, *mas na prática eu acho que não deu grandes alterações na subsistência* [...] (Entrevista 22, 2004, R. B., Engenheiro Agrônomo, Emater).

No próximo capítulo, dando seqüência a análise das políticas públicas e iniciativas locais de desenvolvimento, estuda-se a ação dos atores sociais e instituições, no sentido de tentar compreender como as suas ações e trabalhos estimulam a produção para autoconsumo para os agricultores familiares e para a população do território. Tenta-se demonstrar que a produção de autoprovisionamento alimentar possui uma importância não apenas para os agricultores familiares implicados em situações de insegurança alimentar, como já se demonstrou no capítulo 3, mas que o autoconsumo pode contribuir também para a alimentação e reprodução social das demais populações dos municípios.

Deste modo, no próximo capítulo, demonstra-se que as políticas públicas e iniciativas locais possuem uma dupla lógica de ação. De um lado, elas incentivam as atividades dinâmicas e comerciais dos agricultores familiares e que, na maioria dos casos, não geram a segurança alimentar dos mesmos. Contudo, de outro lado, o território possui um conjunto variado de iniciativas que também são significativas no fortalecimento da produção para autoconsumo e na geração da segurança alimentar entre os agricultores familiares e, inclusive, para o restante da população do Alto Uruguai. É o caso da venda dos produtos dos agricultores para o Programa Fome Zero e as experiências das “feiras da agricultura familiar”, nas quais a agricultura familiar cumpre um papel muito importante no abastecimento local e na segurança alimentar das demais populações.

CAPÍTULO 5:

ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO E SEGURANÇA ALIMENTAR: qual caminho trilhar?

O objetivo geral deste capítulo é demonstrar que no Alto Uruguai existem políticas públicas e iniciativas locais de desenvolvimento que estimulam a produção para autoconsumo dos agricultores familiares e que esta produção possui um papel importante no abastecimento e na segurança alimentar das populações locais. Também se quer elucidar que as políticas públicas e iniciativas locais, em alguma medida, possuem a sua ação voltada ao fortalecimento do autoconsumo nas unidades de produção.

Como hipótese geral que se vai testar neste capítulo, está a idéia de que as políticas públicas e iniciativas locais de desenvolvimento não têm conseguido agir no sentido de apoiar a produção para autoconsumo e a diversificação das estratégias de vivências e de desenvolvimento junto aos agricultores familiares do Alto Uruguai.

Para realizar tal empreendimento, analisa-se primeiramente o tipo de desenvolvimento que se gestou historicamente no território e demonstra-se que o mesmo está assentado na produção agropecuária. Neste contexto, as estratégias de reprodução social dos agricultores familiares estão voltadas aos auspícios do aumento da produção agropecuária e quase não possuem atividades geradoras de renda com ligação intersetorial, como no caso da pluriatividade e das atividades não agrícolas que são pouco significativas. Demonstra-se, também, que a agricultura familiar do território está numa “encruzilhada” histórica em relação a sua reprodução social, porque a sua trajetória revela um aprofundamento do padrão técnico-produtivo que já se persegue há mais de três décadas e cujos resultados são aqueles apontados nos capítulos 1, 2 e 3 desta dissertação.

Como se demonstrou nos outros capítulos desta dissertação, em alguma medida, os principais *problemas estruturais* da agricultura familiar estão relacionados ao processo de mercantilização social e econômica desta forma social de produção e trabalho e ao padrão de desenvolvimento agrícola que se gestou nas últimas décadas no Alto Uruguai. Dentre estes, se destacaram dois. O primeiro, que está relacionado à mercantilização da produção para consumo das unidades familiares. E, o segundo, que se refere ao movimento pelo qual o autoprovimento de alimentos foi vulnerabilizado nas famílias rurais. Estes dois processos sociais, fragilizaram a reprodução social e alimentar dos agricultores familiares da região e são, em parte, responsáveis pelas situações de insegurança alimentar e de fome em que uma parcela da população rural se encontra.

Porém, estas contradições que foram produzidas pelo desenvolvimento capitalista na agricultura, não entraram em cena sozinhas no Alto Uruguai. Esta fragilização geral das condições de reprodução social e alimentar dos agricultores familiares foi um processo cheio de ambigüidades, de disputas políticas e de mobilizações dos atores e organizações sociais do território. Neste processo, o papel dos atores e organizações sociais foi decisivo, no sentido de exercer uma pressão política sobre as administrações públicas, sobre o Estado e sobre as instituições que patrocinavam tal padrão de desenvolvimento.

Destaca-se o papel das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), da Igreja Católica, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), dos movimentos sociais, do sindicalismo rural e demais organizações sociais que se mobilizaram contra as desigualdades sociais, a expulsão dos agricultores dos espaços rurais e as conseqüências sociais e econômicas que tal padrão de desenvolvimento gerava na região. Foi, destas pressões e lutas políticas, em grande medida, que emergiram, anos mais tardes, as mudanças propostas naqueles anos de conjuntura conturbada e de efervescência social da década de 80. Neste sentido, muitas das políticas públicas e iniciativas locais que se vai analisar no presente capítulo são, em parte, frutos destas mobilizações que fizeram com que muitas instituições, o Estado e as administrações públicas, reconhecessem as reivindicações emanadas destes atores sociais e as incorporassem em seu ambiente e estrutura de trabalho¹⁴¹.

Não obstante estas mobilizações sociais dos agricultores e a encruzilhada histórica que a agricultura familiar adentrou nas últimas décadas, mesmo assim, esta possui um papel muito importante como geradora da segurança alimentar e do abastecimento local das demais

¹⁴¹ Reconhece-se o pioneirismo e a importância destas organizações e atores sociais que se mobilizaram no sentido de se discutir um “novo modelo” de desenvolvimento para a região. Contudo, este tema não será

populações do Alto Uruguai. No caso da segurança alimentar, demonstra-se que a agricultura familiar age no sentido de assegurar uma alimentação com qualidade nutricional, em quantidades suficientes e permanentes e, também, fornece um acesso e uma disponibilidade de alimentos de acordo com os hábitos de consumo do território, assegurando e fortalecendo as iniciativas locais de combate à insegurança alimentar e a fome, que estão atualmente entre as principais mazelas sociais do país (Maluf *et all*, 2004).

Isso é realizado pela análise de duas experiências. No caso da segurança alimentar, mostra-se que a agricultura familiar é responsável pela geração de alguns dos princípios norteadores da mesma, através da análise do Programa Fome Zero, no município de Constantina, que executa a compra local de alimentos dos agricultores familiares e os distribui para as famílias em situação de insegurança alimentar e de fome. Também, analisam-se as iniciativas locais das “feiras da agricultura familiar” (que estão dispersas em vários municípios), que são pequenas feiras municipais nas quais os agricultores vendem os seus produtos agrícolas, o artesanato rural, os produtos transformados pela “agroindústria caseira”, etc. No caso das feiras da agricultura familiar, demonstra-se que estas possuem uma importância em relação ao abastecimento local de alimentos e, também, na geração de segurança alimentar das demais populações. Tanto na primeira iniciativa analisada, como na segunda, salienta-se que é a produção da agricultura familiar (produção que antes servia ao autoconsumo) que está sendo comercializada pelos agricultores e que gera a segurança alimentar e o abastecimento local das demais populações do Alto Uruguai.

Entretanto, para o estudo destas duas iniciativas locais, é importante uma ressalva. Nesta análise, não se estuda o papel da produção para autoconsumo do ponto de vista dos agricultores familiares. Neste sentido, a análise empreendida com relação a estas duas iniciativas, focaliza a produção para autoconsumo e o seu papel para a geração da segurança alimentar para as demais populações do Alto Uruguai e não para os agricultores familiares, como já se realizou no capítulo 3. Verifica-se, também, com a análise do Programa Fome Zero e o caso das feiras da agricultura familiar, que é a partir do autoconsumo não vulnerabilizado e mercantilizado nas suas unidades de produção, que os agricultores familiares do Alto Uruguai conseguem gerar e “criar” novas estratégias de vivência, como bem formulou Frank Ellis (2000).

Por fim, neste capítulo, analisam-se as políticas públicas e iniciativas locais de desenvolvimento do Alto Uruguai, tentando-se estabelecer os vínculos destas com os

focalizado na presente dissertação. Remete-se o leitor a alguns autores que já o enfocaram para o caso do Alto Uruguai como: Navarro (1996), Gorgen (1998) e Piran (2001).

processos de fortalecimento do autoconsumo familiar e de geração da segurança alimentar para os agricultores¹⁴². Mostra-se, que as mesmas possuem uma dupla lógica de ação junto às famílias rurais. Neste sentido, por um lado, estas políticas e iniciativas locais agem no sentido de estimular os processos de desenvolvimento da produção para autoconsumo nas unidades de produção e, desse modo, em grande medida, geram a segurança alimentar das famílias rurais. Contudo, por outro lado, há um número, não desprezível, de ações que são totalmente contrárias a este processo, agindo no sentido de vulnerabilizar e mercantilizar o consumo familiar e, assim, conseqüentemente fragilizar as ações que assegurariam o surgimento da segurança alimentar junto aos agricultores familiares. Inicia-se a análise, com o estudo dos principais impactos sociais e econômicos gerados pelo processo histórico de desenvolvimento agrícola e setorial do Alto Uruguai.

5.1 – Os impactos sociais e econômicos do desenvolvimento agrícola no Alto Uruguai.

O objetivo desta seção é o de demonstrar que no Alto Uruguai o padrão de desenvolvimento agrícola é dominante e hegemônico. Pretende-se mostrar também, que o processo histórico de desenvolvimento do Alto Uruguai, é marcado por um viés setorial e agrícola muito significativo. Neste sentido, elucida-se que no Alto Uruguai não há um processo de desenvolvimento rural, mas sim, um aprofundamento do padrão de desenvolvimento agrícola, como bem demonstrou Conterato (2004). Na presente pesquisa, o desenvolvimento rural é entendido como um processo *multiator, multinível e multifacetado*, tal como definido por Van der Ploeg (2000, p. 391), no qual não só a agricultura possui uma importância na reprodução social das famílias rurais, mas sim as demais atividades não necessariamente ligadas a esta e, principalmente, a diversificação das *livelihood* como formulou Ellis (2000)¹⁴³.

O que se verifica no Alto Uruguai é um processo de aprofundamento do padrão agrícola de desenvolvimento, no qual as atividades econômicas e produtivas dos agricultores familiares não estão sendo diversificadas, mas sim estreitadas através da inserção mercantil via produção de grãos e *commodities*, integração aos CAIs através da especialização produtiva

¹⁴² Entendem-se como políticas públicas e iniciativas locais às ações e trabalhos de instituições como as SAMs, as prefeituras municipais, os escritórios municipais da Emater, as cooperativas de produção agropecuária, as organizações de representação da agricultura familiar como o MPA, a Fetag, a Fetraf-Sul, etc, o Codemau, os CMDRs e outras instituições locais que agem no âmbito do desenvolvimento dos espaços rurais do Alto Uruguai.

¹⁴³ Para ver uma diferenciação conceitual aproximada entre desenvolvimento agrário, rural, agrícola e local consultar: Navarro (2001).

e da vulnerabilização do autoconsumo familiar. Neste processo histórico de desenvolvimento agrícola, a agricultura familiar cada vez mais fragilizada, se encontra em um processo constante de empobrecimento, de solapamento das suas estratégias de reprodução social e de mercantilização do consumo familiar.

Como formulou Conterato (2004), a agricultura do Alto Uruguai parece ter desempenhado com grande êxito as *funções* que lhe foram atribuídas, pois a partir da década de 1960, a produção de alimentos, principalmente grãos, como trigo, soja e milho se intensificou na região, sustentada pela utilização de insumos industriais. Além da produção de alimentos baratos, se intensifica um fluxo migratório rural-urbano, caracterizando o êxodo rural, tornando o Alto Uruguai uma região de expulsão demográfica. Isso se explica, em parte, pelo caráter extremamente seletivo da modernização da agricultura, que privilegiou a produção de alimentos exportáveis e de produtores melhor estruturados, tornando a região um celeiro produtivo, mas de intensa migração (p. 75).

Como o autor se referiu, foi o processo de desenvolvimento capitalista na agricultura, em grande medida, que gerou este tipo de desenvolvimento que é por definição desigual e excludente nas formas sociais de produção e trabalho. Neste processo, alguns agricultores se estruturaram com mais meios de produção, internalizaram o progresso tecnológico nas suas unidades, se inseriram nesta dinâmica gerada a partir dos anos 70 e, assim, ascenderam social e economicamente. Este processo pode ser compreendido pelo conceito de estratégias de adaptação de Ellis (2000). Desse modo, estes agricultores se adaptaram ao ambiente social e econômico mercantilizado e, conseguiram retirar deste, as suas necessidades de consumo e ainda produzirem excedentes apreciáveis para a venda. Já, em outros casos, o desenvolvimento agrícola e a sojicização da agricultura familiar, expulsaram a grande maioria da população do território desde a década de 70, em que muitos agricultores lançaram-se e, ainda estão utilizando-se até atualmente, de estratégias de reação ao empobrecimento rural, a vulnerabilização do autoconsumo e a sua situação de insegurança alimentar (Ellis, 2000).

Este viés agrícola de desenvolvimento do Alto Uruguai já havia sido diagnosticado por outros autores. É o caso de Conterato (2004), que em recente estudo na região verificou que a dinâmica de desenvolvimento hegemônica pode ser caracterizada pela predominância da produção agropecuária e por uma fragilização geral das condições de reprodução social das famílias devido, em parte, a sua inserção mercantil com o cultivo de grãos e *commodities* agrícolas, principalmente a soja, o milho, o trigo, o fumo, etc. Para demonstrar esta dinâmica de desenvolvimento, em seguida, destacam-se alguns dados que demonstram a sua relevância para o Alto Uruguai.

Esta dinâmica pode ser elucidada quando se analisam alguns dados sobre as atividades produtivas e econômicas desenvolvidas pelas famílias. Como demonstrou Conterato (2004), o Alto Uruguai é uma região na qual as estratégias de reprodução social enfatizam a via agrícola do desenvolvimento, pois a grande maioria das famílias possui a suas fontes de renda e de manutenção social ligadas as atividades de produção agropecuária (66,1%). Já as famílias pluriativas (15,3%) e de pluriatividade de base agrária (18,6%), assumem percentuais bastante reduzidos se comparados às primeiras¹⁴⁴. Desse modo, a não inserção plural dos membros das famílias rurais em um conjunto de atividades diversificadas setorial e intersetorialmente, em grande medida, é o que pode estar levando a agricultura familiar a um processo de “estreitamento” das condições objetivas em que se desenvolve a sua reprodução social.

Este processo de fragilização da agricultura familiar do Alto Uruguai fica mais nítido quando se analisa a composição da renda total das famílias. Neste sentido, a grande maioria das famílias possui a renda agrícola como principal estratégia de manutenção familiar, totalizando 72,95% da renda total das unidades de produção e demonstrando a grande relevância que possui a produção agropecuária para as mesmas. Em segundo lugar, está a renda de aposentadorias e pensões rurais que figuram com um montante de 15,32% da renda total. Em seguida, tem-se a renda advinda das atividades não agrícolas com 6,62% da renda total e as rendas de outros trabalhos com 4,33% e, por fim, as rendas de outras fontes compondo 0,78% da renda total das famílias. Estes números reafirmam, mais uma vez, a importância das estratégias de reprodução social da agricultura familiar lastreadas na produção agropecuária, em que a renda agrícola assume um montante muito significativo, totalizando quase 73% das possibilidades de ganhos econômicos dos agricultores familiares.

Neste sentido, a importância que assume a agropecuária na vida econômica dos municípios do Alto Uruguai, pode ser visualizada pelos dados da Tabela 23, na qual consta o Valor Adicionado Bruto (VAB) para cada um dos setores econômicos para alguns municípios selecionados. Pelos dados da Tabela 23, se pode constatar a grande relevância que assume a agropecuária e o setor de serviços nos municípios. No caso da agropecuária, esta é responsável pela geração de 40 a 50% do VAB na grande maioria dos municípios, com exceção de Frederico Westphalen, onde o setor industrial é um pouco mais desenvolvido. Também, se pode notar, o pouco desenvolvimento dos setores da indústria e do comércio

¹⁴⁴ Por pluriatividade se entende o processo de inserção plural dos indivíduos (pelo menos um indivíduo da família) das famílias rurais em um mercado de trabalho que possua ligação entre a agricultura e outro setor econômico, ou seja, com ligação intersetorial. Já a pluriatividade de base agrária é definida como a inserção plural dos membros das famílias rurais em atividades ligadas à agropecuária como prestação de serviços de

comparativamente ao agropecuário e ao de serviços. Estes dados só confirmam os dados que se apresentou anteriormente sobre a composição da renda total e da inserção profissional das famílias rurais, pois onde a atividade agropecuária é a principal forma de geração de riquezas, já que se não há um desenvolvimento mais significativo dos setores da indústria e do comércio, não há como se formar um mercado de trabalho urbano-industrial que absorvesse os excedentes populacionais rurais da região e, tampouco, há como surgir processos endógenos de desenvolvimento da pluriatividade e de atividades não-agrícolas com ligação intersetorial.

Tabela 23: Valor Adicionado Bruto (VAB) a preços básicos, por setor de atividade econômica, em alguns municípios selecionados do Alto Uruguai do Rio Grande do Sul.

Município	Ano	Agropecuária (%)	Indústria (%)	Serviços		VAB total
				Comércio (%)	Demais serviços (%)	
Constantina	1996	38,94	2,46	8,30	50,31	100,00
	2001	37,02	2,52	10,65	49,80	100,00
Caiçara	1996	54,86	0,47	1,20	43,47	100,00
	2001	58,69	0,51	0,87	39,93	100,00
Frederico Westphalen	1996	16,82	25,77	11,62	45,79	100,00
	2001	27,52	8,83	12,25	51,40	100,00
Irai	1996	37,75	1,11	4,31	56,83	100,00
	2001	47,37	0,67	2,12	49,84	100,00
Palmitinho	1996	46,49	2,32	3,08	48,10	100,00
	2001	48,23	2,61	1,92	47,23	100,00
Taquaruçu do Sul	1996	46,27	0,80	12,12	40,81	100,00
	2001	51,10	0,37	7,53	40,99	100,00
Três Palmeiras	1996	44,56	0,23	5,28	49,93	100,00
	2001	51,54	0,39	6,40	41,68	100,00
Vista Alegre	1996	44,74	0,19	1,56	53,51	100,00
	2001	50,71	1,80	1,61	45,88	100,00

Fonte: FEE/Núcleo de Contabilidade Social (2001).

Porém, o mais paradoxal e contraditório deste processo, é que os próprios agricultores revelam um alto grau de satisfação com relação à atividade agrícola e ao “meio” rural em que vivem. Como demonstrou Conterato (2004), a grande maioria dos agricultores, mesmo possuindo precárias condições de vida e trabalho e grande relevância das rendas agrícolas nas suas estratégias de reprodução, se autodefinem como muito satisfeitos (15,3%) e satisfeitos (72,9%) com relação à atividade agrícola. Quando perguntados sobre a satisfação em relação

máquinas, contratação de força de trabalho por outro agricultor, beneficiamento da produção, etc que não possui ligação intersetorial. Para uma melhor exposição destes conceitos consultar Conterato (2004).

ao “meio” rural, também, as respostas não foram diferentes, sendo que 28,8% dos agricultores se definem como muito satisfeitos e 69,5% como satisfeitos com o “meio” rural em que vivem (a tranquilidade do “meio” rural, o convívio com os vizinhos, o contato com a natureza, a produção de alimentos, etc, são considerados importantes pelas famílias). Ou seja, mesmo o processo de desenvolvimento agrícola sendo extremamente desigual e excludente para as famílias rurais do ponto de vista da sua reprodução social, estas continuam a enfatizar que as estratégias postas em prática via aumento da produção agropecuária, é a forma mais viável de assegurar a sua reprodução social e o bem estar da família.

Os efeitos deste padrão de desenvolvimento sobre algumas culturas para autoconsumo, em alguns municípios selecionados do Alto Uruguai, pode ser visualizado na Tabela 24. Neste sentido, a Tabela 24 demonstra o aumento de produtividade de algumas culturas típicas de mercado e outras destinadas ao autoconsumo (culturas com a “marca” da alternatividade produtiva) das famílias. Pelos dados da Tabela 24, se pode notar que o padrão de desenvolvimento agrícola foi extremamente *seletivo e desigual* em termos do tipo de impacto que gerou nos índices de produtividade física das culturas de autoconsumo e mercantil, pois o que houve foi um aumento destes índices nas culturas que possuíam uma “função” comercial mais significativa como a soja, o milho e o fumo. Este processo ocorreu em detrimento da produção para autoconsumo representada pelo feijão e pela mandioca, demonstrando que o processo de mercantilização da agricultura familiar *privilegiou* alguns cultivos e secundarizou outros na dinâmica das unidades de produção.

Como exemplos típicos deste processo, pode-se analisar a produtividade física da soja como típico produto comercial e da mandioca como produto de autoconsumo. A primeira teve aumentos de produtividade física elevados desde os anos de 1970. No município de Caiçara, esta passou de 15,67 sacos/ha em 1970 para 26,91 em 1995/96; em Frederico Westphalen, passou de 15,07 para 25,6 sacos/ha; em Irai, de 18,81 para 26,8 sacos/ha e, em Palmitinho de 13,69 para 13,94 sacos/ha mantendo-se neste município praticamente no mesmo patamar de 1970 a 1995/96. No caso da mandioca, esta experimentou um movimento contrário ao da soja, já que a sua produtividade física foi diminuída desde os anos de 1970. No município de Caiçara, esta passou de 15.073,61 Kg/ha em 1970 para 7.566,92 em 1995/96; em Frederico Westphalen, passou de 7.566,92 Kg/ha para 4.816,82; em Irai, passou de 10.707,05 Kg/ha para 3.289,23 e, em Palmitinho passou de 15.353,27 kg/ha para 11.757,1 no mesmo período de tempo. O que estes dados da Tabela 24 demonstram, é que o padrão de desenvolvimento agrícola centrou seus esforços no aumento da produtividade física dos chamados cultivos dinâmicos, rentáveis e de fácil inserção mercantil e vulnerabilizou os de autoconsumo, que

possuem uma importância na segurança alimentar da agricultura familiar, como já se demonstrou no capítulo 3.

Tabela 24: Produtividade de algumas culturas para autoconsumo e para venda em alguns Municípios selecionados do Alto Uruguai do Rio Grande do Sul.

Municípios	Censos	Feijão (1ª e 2ª safra)	Fumo	Mandioca	Milho	Soja
		Produtividade (sc/ha)	Produtividade (arobas/ha)	Produtividade (Kg/ha)	Produtividade (sc/ha)	Produtividade (sc/ha)
Caiçara	1970	13,39	-	15073,61	23,13	15,67
	1975	16,06	53,93	13595,95	21,99	21,89
	1980	11,19	42,76	13676,3	29,01	16,6
	1985	9,4	54,72	10817,12	33,44	25,54
	1995/96	11,13	71,4	7566,92	36,09	26,91
Frederico Westphalen	1970	15,2	-	13973,41	24,81	15,07
	1975	17,02	73,19	10880,59	23,01	18,44
	1980	10,29	42,5	10862,44	27,83	15,72
	1985	8,73	52,02	12870,19	28,65	22,07
	1995/96	10,08	76,64	4816,82	36,17	25,6
Irai	1970	13,35	-	10707,05	27,24	18,81
	1975	16,76	58,5	13811,62	33	23,42
	1980	15,46	46,24	13392,24	36,49	21,05
	1985	9,59	53,92	12739,54	31,2	22,37
	1995/96	17,51	70,65	3289,23	33,9	26,8
Palmitinho	1970	8,08	-	15353,27	26,03	13,69
	1975	10,77	60,71	13161,49	22,62	19,98
	1980	6,88	44,08	19545,71	27,34	17,84
	1985	7,61	63,26	12963,61	28,27	21,38
	1995/96	8,34	77,96	11757,1	24,48	13,94

Fonte: Censos Agropecuários do IBGE de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96.

- Dados não disponíveis

Dentro deste padrão de desenvolvimento agrícola e setorial, as principais atividades produtivas que são responsáveis, em grande medida, pela vulnerabilização e pelo deslocamento espacial e temporal da produção para autoconsumo, são a produção de grãos e *commodities* agrícolas com destaque para a soja, o milho, o trigo, etc, e a integração agroindustrial com marcante presença dos CAIs da suinocultura, fomicultura e da avicultura com integração vertical¹⁴⁵. São estas atividades produtivas, principalmente, que são, em parte,

¹⁴⁵ Para uma caracterização dos CAIs, principalmente da suinocultura ver Altmann (1997) e Plein (2003), já que não é o objetivo desta dissertação analisar mais aprofundadamente estas atividades produtivas.

as responsáveis pela mercantilização do consumo familiar como já se demonstrou com o caso da soja no capítulo 3. Elas fazem com que o agricultor entre num processo de especialização produtiva e de inserção mercantil, fazendo com que os mesmos voltem as suas estratégias de reprodução social à poucas atividades produtivas, rentáveis e que possuem um mercado garantido e seguro. São estas as principais estratégias de reprodução social dos agricultores do Alto Uruguai e, são também, a expressão máxima do padrão de desenvolvimento agropecuário do território gestado desde os anos de 1970.

Na próxima seção, buscando-se elucidar melhor este padrão de desenvolvimento, desenvolvendo-se uma abordagem em torno das migrações que ocorreram e, ainda ocorrem, no Alto Uruguai. Entende-se que as migrações são um bom indicador das contradições sociais que o padrão de desenvolvimento capitalista da agricultura gerou no território que se caracteriza, principalmente, por ser um local de expulsão demográfica.

5.2 – As migrações no território do Alto Uruguai.

O Alto Uruguai é, historicamente, conhecido como um local de expulsão populacional e gerador de fluxos migratórios para outras regiões do estado ou para forma do mesmo. O processo de migração do território, em grande medida, é fruto do processo de modernização da agricultura e sua conseqüente mercantilização social e econômica das unidades de produção familiares. Foi a penetração do progresso tecnológico e a especialização produtiva dos agricultores, em parte, especialmente com o plantio da soja, que desempregou a força de trabalho do Alto Uruguai e incrementou os fluxos migratórios em direção aos centros urbanos.

Este processo de migrações fica evidenciado nos relatos de um agrônomo da Emater e de um representante da agricultura familiar. No primeiro caso, o entrevistado faz a ligação do processo mais amplo de transformações da base técnica e produtiva com a ocorrência das migrações, formulando que o objetivo desta era o de “*liberar mão de obra*”. No segundo relato, o informante formula que os agricultores foram “iludidos” neste processo e que, muitos, tiveram que deixar os espaços rurais devido a quererem “*comprar tudo o que o mercado oferece*” e cita, por exemplo, o uso de tecnologias que não eram adequadas para os agricultores familiares como um dos motivos das migrações.

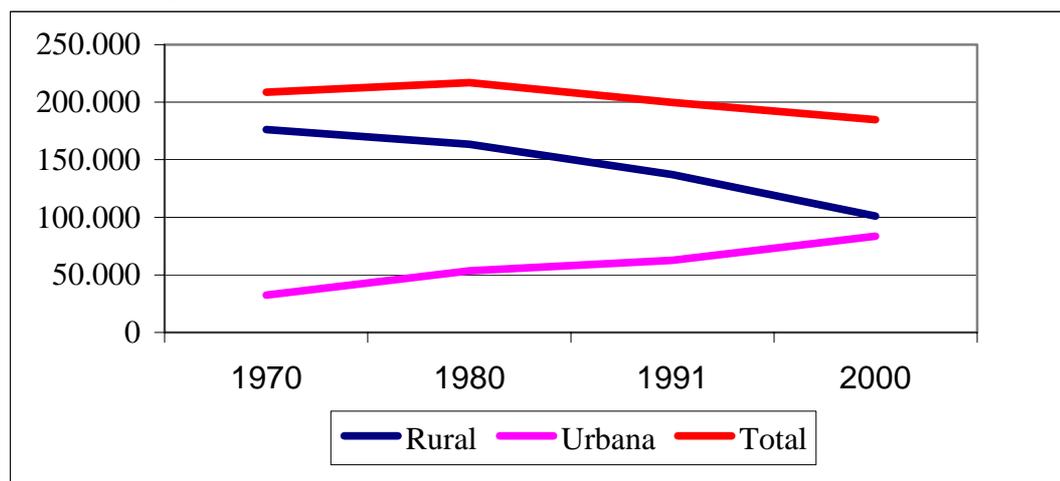
[...] A modernização da agricultura que ela cumpriu um papel dela que eles queriam o que? Liberar mão de obra se tu for olhar o êxodo rural, o Alto Uruguai foi uma região que liberou mão de obra violentamente o que aconteceu é que a cidade não conseguiu absorver. E ainda libera se tu fores

ver a fazenda estão todos em restaurantes trabalhando em São Paulo por que é oportunidade de vida [...] (Entrevista 22, 2004, R. B., Engenheiro Agrônomo, Emater).

A gente sabe que muitos agricultores foram embora. Por que? Por que se iludiram de comprar tudo o que o mercado oferece e aquilo que o mercado oferece hoje nem sempre é o melhor, oferece por que tem para vender, tecnologia que às vezes não é adequada, adaptada para a pequena propriedade e às vezes você vê desilusão [...] (Entrevista 19, 2004, A. L., Agricultor familiar, Coopac).

Este processo de migrações no Alto Uruguai pode ser visualizado no Gráfico 2, que mostra a evolução da população total, rural e da população urbana. Verifica-se que a população rural é a que apresenta uma queda mais acentuada principalmente a partir da década de 70, em que se inicia o processo de modernização da agricultura, levando a conclusão de que, quem mais sofreu o processo de migração foram e estão sendo os agricultores familiares¹⁴⁶. A população total também apresenta uma queda significativa, mas bem menor do que a rural, demonstrando que a região não se embuiu de um processo de desenvolvimento capaz de realizar a fixação da população na própria dinâmica de desenvolvimento territorial. A população urbana, por sua vez, é a única que apresenta um crescimento positivo, demonstrando uma certa expansão e absorção da força de trabalho nas cidades da região, porém, esta absorção não foi suficiente para sustar os intensos fluxos migratórios advindo dos espaços rurais.

Gráfico 2: Evolução da população total, urbana e rural na Microrregião de Frederico Westphalen nos anos de 1970, 1980, 1991 e 2000.



Fonte: Censos Demográficos do IBGE (1970; 1980; 1991; 2000).

¹⁴⁶ Dentre as pessoas do território, são os mais jovens os que mais utilizam o recurso das migrações como estratégia de reprodução social. De acordo com os Censos Demográficos do IBGE os jovens até os 29 anos de idade totalizam um percentual de -67,7% das pessoas que migram na região estando, assim, distribuídos: de 0 a 9 anos: -34,7%; de 10 a 19 anos: -3,2% e; de 20 a 29 anos: -29,8%.

Quanto às razões que levam os agricultores familiares à migração, a principal é o acesso à educação e ao mercado de trabalho (56,5%), como estratégias de continuar a sua reprodução social, como mostra a Tabela 25. Questões associadas à busca de melhores condições de saúde e de atendimento, também figuram como importante com 21,7% das respostas e, a baixa remuneração do trabalho agrícola (baixas rendas e o quadro de fragilização social das famílias rurais do Alto Uruguai) figura também como importante para ativar as migrações em 17,4% dos membros das famílias pesquisadas. Outros motivos são responsáveis por apenas 4,3% das repostas dos agricultores. Estes dados demonstram ser o padrão de desenvolvimento agrícola calcado na mercantilização da reprodução social dos agricultores familiares, em parte, o principal responsável pelas migrações do território para outras localidades¹⁴⁷.

Tabela 25: Principais razões que levam os membros da família a migrar segundo os agricultores familiares de Três Palmeiras.

Razões que impulsionam a migração	Nº de casos	% sobre os válidos
Acesso à educação e mercado de trabalho	13	56,5
Questões associadas à saúde	5	21,7
Baixa remuneração do trabalho agrícola	4	17,4
Outros	1	4,3

Fonte: Pesquisa AFDLP – CNPq/ UFPel /UFRGS, 2003.

Na próxima seção, mostra-se que os impactos sociais e econômicos deste padrão de desenvolvimento agrícola que predomina no Alto Uruguai parecem serem notórios e evidentes. Contudo, talvez se possa atribuir a estes mesmos efeitos e conseqüências, a origem de um conjunto de iniciativas locais que caminham na contramão do processo hegemônico e que tem como objetivo instaurar e retomar ações que visam garantir a segurança alimentar dos agricultores e do restante das populações vulneráveis e empobrecidas.

Neste sentido, nas próximas seções, analisa-se o papel que a produção de autoprovisionamento alimentar possui na geração de processos de segurança alimentar e de abastecimento local das populações da região, quando esta passa a ser comercializada nos mercados locais. A primeira iniciativa local analisada, é a das compras de produtos da

¹⁴⁷ Como formulou Garcia Jr. (1989), é típico da situação social do campesinato a migração para outros locais para continuar executando, em outros mercados de trabalho, a sua reprodução social, pois a família camponesa é intrinsecamente incapaz de absorver internamente todos os seus membros nas ocupações produtivas que desenvolve e nas pequenas áreas de terra que possui. Porém, o pior desta situação social é a de que a grande maioria dos agricultores familiares e seus filhos jovens que migram é a de que não conseguem *ascender* de classe social, como formulou Martins (2003) e, executar a sua reprodução social de forma ampliada. Esta é uma das grandes contradições sociais que o desenvolvimento capitalista promoveu e, promove, na agricultura familiar do Alto Uruguai.

agricultura familiar através do Programa Fome Zero, do Governo Federal, no município de Constantina, no Alto Uruguai. A segunda iniciativa analisada, diz respeito ao papel das “feiras da agricultura familiar”¹⁴⁸ na geração de processos de abastecimento local nos municípios e na segurança alimentar das populações urbanas. Inicia-se a análise com o estudo do Programa Fome Zero.

5.3 – O PAPEL DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR.

5.3.1 – A agricultura familiar como geradora da segurança alimentar: o caso do Programa Fome Zero.

Nesta seção, analisa-se a compra de alimentos dos agricultores familiares pelo Programa Fome Zero, no município de Constantina, no Alto Uruguai¹⁴⁹. Reconhece-se que havia outras iniciativas, em outros municípios, que seriam importantes de serem estudadas, porém escolheu-se esta para ilustrar o seu impacto sobre a produção de alimentos para consumo e, também, para analisar como o autoprovisionamento pode cumprir um papel importante como geradora da segurança alimentar da população local. Trata-se, assim, de um estudo de caso, pois esta experiência de compras públicas da produção dos agricultores familiares, é limitada a um município do Alto Uruguai.

O objetivo perseguido nesta seção, é o de demonstrar que a agricultura familiar do Alto Uruguai (particularmente a de Constantina), possui um papel importante no fornecimento de alimentos básicos para as demais populações do município. Neste sentido, se quer mostrar que a mesma é fundamental para que possa ocorrer à geração de processos de

¹⁴⁸ Usa-se a denominação de “feiras da agricultura familiar”, para unificar a nomenclatura dos diversos tipos de feiras que se encontrou durante o trabalho de campo. Foram encontradas desde feiras ecológicas, feiras do produtor, feiras da agricultura familiar e feiras de produtos coloniais.

¹⁴⁹ A escolha do município de Constantina se deveu, em primeiro lugar, por ser este um local em que a agricultura familiar é predominante enquanto forma de produção e trabalho nos espaços rurais. Em segundo lugar, pela relevância que se acha que há em se estudar a compra de alimentos que o Programa Fome Zero está realizando neste local, dada as poucas pesquisas realizadas sobre o tema e o ainda embrionário impacto desta política pública no âmbito do Brasil Meridional. E, em terceiro lugar, por ser este município um local no qual as estratégias de reprodução social dos agricultores familiares estão passando por um processo de diversificação rural, apoiados em instituições e organizações sociais fortes e inovadoras em termos de como gerar novos processos de desenvolvimento rural. Este último motivo faz com que o município seja reconhecido como uma referência de desenvolvimento rural pelos outros do Alto Uruguai. Ele, também, é um pouco destoante em termos de características da sua agricultura familiar local, o que aumenta a heterogeneidade e a diversidade de análise da realidade social estudada no Alto Uruguai, o que, de certa forma é bom, pois o conceito de território ao qual trabalha-se na presente dissertação, pressupõe também uma não homogeneidade de situações sociais, produtivas, econômicas e, sobretudo, de relações sociais de poder desiguais entre os atores sociais.

segurança alimentar nos locais em que esta forma social de produção social e de trabalho é hegemônica nos espaços rurais. Assim, quer-se elucidar que a agricultura familiar além de contribuir para o desenvolvimento do Alto Uruguai, ela também contribui para a reprodução social e alimentar da população do território.

A experiência que se analisa surge dentro de um debate mais amplo sobre segurança alimentar e nutricional que emergiu na década de 90 e no início deste século no Brasil. Neste sentido, pode-se dizer que o auge destes debates e discussões foi alcançado mediante a criação do Programa Fome Zero, pelo Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva, em Janeiro de 2003, que foi alçado a principal programa e política pública na área de inclusão social e geração de renda às famílias desempregadas, em insegurança alimentar e em situações de vulnerabilização da sua reprodução social. Este programa constitui-se em uma inovação nas políticas de segurança alimentar praticadas até então, pois não se propõe medidas paliativas e de curto prazo somente, mas transformações de cunho estrutural, de inclusão social e geração de renda às famílias necessitadas e em situações de inanição alimentar¹⁵⁰. Como o Projeto Fome Zero (2001) definiu, o seu objetivo é o de [...] incorporar ao mercado de consumo de alimentos aqueles que estão excluídos do mercado de trabalho e/ou que têm renda insuficiente para garantir uma alimentação digna a suas famílias.

Esta guinada das políticas de combate à fome e à insegurança alimentar em um de seus eixos principais de ação, visa o fortalecimento da agricultura familiar (estímulo a produção para autoconsumo), para que esta possa responder em termos de gerar uma produção de alimentos para sanar os problemas de deficiência produtiva, de fome da população local, de produção com baixa qualidade, acesso debilitado pelos indivíduos que são demandantes destes alimentos como definiu o Projeto Fome Zero (2001). Este mudança das políticas de segurança alimentar está se consolidando no município de Constantina, no Alto Uruguai, no qual o Programa Fome Zero gerou uma nova dinâmica em relação à segurança alimentar para uma parcela da população que se encontrava em situação de pobreza e fome. Também, em termos de ampliação das condições de reprodução social dos próprios agricultores familiares que são participantes do programa. Neste município, o Programa Fome Zero possui em seu modo de gestão uma lógica muito interessante, pois beneficia a agricultura familiar através

¹⁵⁰ As políticas de segurança alimentar para a população brasileira sempre foram paliativas e com um foco muito forte em termos de assistencialismo aos “pobres” e menos favorecidos. O maior exemplo disso, era o processo de distribuição de cestas básicas no âmbito do extinto Programa Comunidade Solidária. Este programa privilegiava a distribuição pontual de alimentos e não continha em sua formulação, um conjunto de medidas a longo prazo, que viessem de encontro a geração de renda e a inclusão social das famílias e indivíduos desfavorecidos econômica e socialmente.

das compras de sua produção local, mas também, ao mesmo tempo, fortalece as condições de reprodução social e alimentar das famílias assistidas pelo programa.

Este modo de gestionar o programa, fica explícito no objetivo geral do Projeto Compra Local dos Produtos da Agricultura Familiar (2003), em que se define que a [...] implantação do programa de compra direta local dos produtos da agricultura familiar, (objetiva) fortalecer as ações de combate à fome (e) desemprego, visando melhorar as condições de vida dos agricultores familiares e dos moradores do Bairro São Roque que estão em estado de vulnerabilidade (p. 1)¹⁵¹. Como fica evidenciado no objetivo do programa, o mesmo visa tanto o fortalecimento da agricultura familiar (da produção para autoconsumo destes agricultores), como da população em estado de insegurança alimentar e de fome no município.

Estes dois objetivos ficam ainda mais claros quando se analisam os objetivos específicos do programa¹⁵². Do lado dos agricultores familiares o programa prevê: a) viabilizar a comercialização dos produtos dos agricultores familiares; b) incentivar os agricultores à produção de alimentos; c) (fazer) avançar e fortalecer a produção orgânica; e, d) fortalecer a organização das entidades da agricultura familiar. Já do lado dos consumidores dos alimentos produzidos pela agricultura familiar, ou seja, os beneficiados pelo programa os objetivos são: a) beneficiar as famílias que estão em estado de risco ou subemprego; b) criar mecanismos de inclusão social; e, c) através da distribuição de alimentos criar condições para que as famílias possam participar de programas municipais de geração de renda. Esta dupla lógica de ação do programa o tornou extremamente importante tanto para o fortalecimento da produção da agricultura familiar, como para a geração da segurança alimentar da população desprovida de alimentação e vulnerável em relação a sua segurança alimentar. Na seqüência, analisam-se as implicações do programa para os agricultores familiares e, posteriormente, os efeitos para os beneficiados pela distribuição dos alimentos.

Do ponto de vista da agricultura familiar participante do Programa Fome Zero, este gerou vários benefícios, porém o principal impacto do programa, foi o de gerar um fortalecimento da produção de alimentos básicos nas unidades familiares. Como já se

¹⁵¹ O Bairro São Roque é um local da periferia da cidade de Constantina, no qual é realizada a distribuição das cestas de alimentos a cada 15 dias pelo Programa Fome Zero. Este Bairro possui em torno de 400 famílias de moradores das quais 182 são beneficiadas com o programa.

¹⁵² O Projeto Compra Local dos Produtos da Agricultura familiar (2003) foi celebrado com um convênio entre a Cooperativa de Produção Agropecuária Constantina Ltda (Coopac), constituída e gerida pelos próprios agricultores familiares, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e o Programa Fome Zero, do Governo Federal. O Projeto prevê um orçamento total de R\$ 150.000,00, para ser gasto na compra de alimentos de 60 agricultores familiares do município que fornecerão 28 tipos de produtos para a formação das cestas básicas que são distribuídas quinzenalmente a 182 famílias do Bairro São Roque, que possui em torno de 400 famílias. Cada agricultor familiar que está cadastrado no programa se enquadra nos critérios do Pronaf e receberá em torno de R\$ 2.500,00 no período de 1 ano.

demonstrou no capítulo 3, anteriormente, a mercantilização e a vulnerabilização do consumo de alimentos no Alto Uruguai, são dois dos *problemas estruturais* que levam a uma fragilização da agricultura familiar desta região. Deste modo, o que se encontrava como característico destas unidades de produção em Constantina, era uma produção de alimentos fragilizada pelos processos de mercantilização e vulnerabilização do consumo, em grande medida, em função do plantio de grãos e da especialização produtiva principalmente pelo cultivo da soja.

Neste sentido, a ação do Programa Fome Zero ocorreu no sentido de revitalizar e “resgatar” a produção de alimentos e o conhecimento a ela associado, como formularam os atores sociais entrevistados. Deste modo, o Fome Zero está tendo o seu impacto ao nível local, no sentido de fortalecer uma produção que se encontrava vulnerabilizada e mercantilizada no interior das unidades familiares. Este fortalecimento da produção de alimentos nas unidades de produção fica evidenciado nestes relatos do presidente do CMDR e de um membro da SAM. Verifica-se, no primeiro relato, que o informante formula que a produção de mandioca e de batata estavam vulnerabilizadas nas unidades familiares e que, foi o Fome Zero que “resgatou” estes tipos de produtos através da compra e distribuição às famílias carentes. O segundo relato demonstra que os agricultores produziam principalmente grãos (soja e milho) e que com a compra local dos produtos, pelo Fome Zero, os agricultores começaram a cultivar os produtos alimentares básicos e, assim, esta produção deixou de ser mercantilizada e deslocada na dinâmica das unidades familiares pela produção de grãos.

Por exemplo, a questão da mandioca quase não se tinha mais produção, a batata. Então foi resgatado estas produções, estas culturas que é um alimento muito importante e que em muitas propriedades já não se tem mais isso. Então o programa é muito importante para se voltar a produzir isso, resgatar isso também (Entrevista 21, 2004, N. A., Agricultor familiar, CMDR).

Existiam produtores que nem produziam (o seu consumo). Era produção de grãos e com o passar do tempo foram vendo. Este ano que passou teve uma seca muito grande e o pessoal notou que não dá mais para tu jogar todas as cartas só na soja ou só no milho. Estão vendendo para o programa e estão ajudando por que para nós é uma alavanca [...] (Entrevista 20, 2004, M. C., Técnico em Agropecuária, SAM).

Um outro efeito do programa para com os agricultores familiares foi propiciar acesso ao mercado para o escoamento desta produção diferenciada. Neste sentido, pode-se dizer que o Fome Zero resolveu os problemas de comercialização deste tipo de produção, que em municípios essencialmente agrícolas e pequenos, como é o caso de Constantina, é um grande entrave ao desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar, pois são locais que não possui um consumo urbano que demande estes produtos em quantidades crescentes e que,

assim, promovessem a inserção mercantil e o estímulo a agricultura familiar local. Este efeito do Programa Fome Zero sobre a comercialização dos produtos, pode ser comparado ao que Maluf (1999, p. 4) chamou de desafio de “construção de mercados” diferenciados para a agricultura familiar. Este processo de viabilização da comercialização destes produtos da agricultura familiar, é demonstrado pelo relato de um entrevistado que chega a formular que neste sentido “o Fome Zero foi um achado”, numa alusão aos efeitos do programa em viabilizar a comercialização dos agricultores.

O problema é que não tinha comercialização, não se tinha uma organização, uma cooperativa, um grupo, alguma coisa organizada que pegasse e escoasse a produção de uma forma mais organizada. Que escoasse a produção mês a mês, formar uma cesta, vender esta cesta. Isso o Fome Zero foi um achado, por que ele vem fazer isso. É um recurso público que compra cestas de produtos da agricultura familiar (Entrevista 22, 2004, R. B., Engenheiro Agrônomo, Emater).

Em relação à compra destes produtos da agricultura familiar local, pode-se dizer que o Programa Fome Zero exerceu uma metamorfose na produção de alimentos dos agricultores. Isso aconteceu devido a este tipo de produção que só assumia um papel importante na segurança alimentar e na reprodução social destes agricultores familiares como se demonstrou no capítulo 3 e, que, quase não possuía uma “função” mercantil na dinâmica das unidades de produção, se *metamorfoseou* e assumiu um novo caráter nas estratégias de inserção mercantil das famílias, gerando uma nova fonte de renda através da sua venda para o poder público. Neste sentido, pode-se formular que a produção de alimentos para consumo passou de uma “mercadoria” que possuía, prevalentemente, valores de uso na dinâmica das famílias rurais que vendem para o Fome Zero, para uma mercadoria que possui valores de troca no contexto da reprodução social dos agricultores, sendo uma das novas estratégias de vivência dos agricultores beneficiados com a venda e comercialização da produção que antes servia somente para o seu autoconsumo.

O Programa Fome Zero também está propiciando uma elevação real da renda dos agricultores familiares, garantindo um canal alternativo de inserção mercantil fora do escopo da produção de grãos e gerando uma (re) valorização da produção de alimentos e do saber-fazer dos agricultores familiares integrados ao programa. A elevação da renda se dá, devido o Fome Zero realizar a aquisição da produção a um preço mais elevado do que o preço praticado nos mercados regionais garantindo, assim, uma elevação do nível de renda das famílias. Geralmente, o preço pago pelos produtos comprados, pela Conab, é de 10% a mais do que o praticado nos mercados regionais. Ressalta-se, ainda, que o programa vai transferir

aos agricultores, no prazo de um ano, um montante equivalente a R\$ 2.500,00 por família através da compra dos 28 produtos. Os preços pagos bem como os 28 produtos vendidos pelos agricultores familiares podem ser visualizados na Tabela 26. Observa-se, pela Tabela 26, que a grande maioria da produção vendida para o programa são produtos de autoconsumo e tidos como *típicos* da agricultura familiar, demonstrando, assim, que esta forma de produção e trabalho está tendo um papel relevante na geração da segurança alimentar para a população do Bairro São Roque.

Tabela 26: Principais produtos vendidos ao Programa Fome Zero e os seus respectivos preços, com base nos valores da Conab.

Produto vendido	Preço Conab (R\$)	Produto vendido	Preço Conab (R\$)
Farinha de milho	2,22/Kg	Açúcar mascavo	1,47/kg
Leite tipo C	0,95/Litro	Farinha de trigo	4,04/Kg
Amendoim	6,64/Kg	Morangas	1,01/Un.
Carne suína	4,23/Kg	Filé de peixe	7,87/Kg
Queijo colonial	7,64/Kg	Batata doce	1,43/Kg
Cebola	0,83/Kg	Cenoura	1,51/Kg
“Chimia” colonial	6,08/Kg	Couve/repolho	1,50/Un.
Salame colonial	9,35/Kg	Canjica	1,86/kg
Banha suína	2,65/Kg	Massas	1,71/500 gr.
Feijão	2,22/Kg	Bolachas	3,09/400 gr.
Laranja	0,62/Kg	Pão	-
Mel	7,50/Kg	Pipoca	2,88/Kg
Mandioca	1,67/Kg	Rapadura	1,85/Kg
Melado	1,69/Kg	Ovos	1,72/dúzia

Fonte: Adaptado do Projeto Compra Local dos Produtos da Agricultura familiar (2003, p. 8).

- Dado não disponível.

Também é importante considerar que o modelo de gestão do programa ocorre em nível local pelas instituições do município, o que permite uma operacionalização mais flexível e transparente do mesmo. Através do Conselho Municipal de Segurança Alimentar (Comsea) as instituições locais como a Fetraf-Sul, a Coopac, Emater, poder público local, Cooperativa Regional das Agroindústrias (Cooperac), CMDR, Fundação São Roque, Igrejas e outras instituições e organizações sociais realizam a gestão e a operacionalização do programa. Isso lhes permite uma negociação local das instituições com os agricultores familiares no sentido da padronização dos produtos, das normas de qualidade, dos tipos de produtos comprados, as quantidades a fornecer e, principalmente, uma negociação quanto à questão da sazonalidade de produção dos gêneros que compõem as cestas básicas. A gestão em nível local do Fome Zero, permite que os agricultores familiares vendam ao programa os produtos ditos “de

época”, o que lhes permite a comercialização dos produtos na sua própria estação climática. Ou seja, no período de safra em que, geralmente, o excesso de produção em um período curto de tempo, de um produto em específico, gera uma queda geral dos preços pagos e um excesso de produção que é “desovada” no mercado.

Esta forma de gestão e operacionalização do programa, é demonstrado no relato de um entrevistado, que explica que o Fome Zero não requer sempre os mesmos produtos para compor as cestas, mas que estes podem ser modificados de acordo com a estação de produção e com a disponibilidade de um dado produto pelos agricultores. Como o informante mesmo formulou: “*não é uma cesta fechada, amarrada. Não tem que ser esta lista de produtos pode variar um pouco*”.

Essa é a grande dificuldade que a gente encontra na agricultura familiar, dificuldade de tu vender por que é aquele velho problema às vezes tu tem a produção, mas tu não tem a regularidade da produção. Então o Fome Zero te permite por que ele não te obriga a tu entregar todo o mês aquele produto. Daqui a pouco tu tem uma safra e você entrega na safra. [...] No Fome Zero você faz a cesta, você entregou a cota, você fez a sua parte. Então se não tem mais aquele produto substitui por outro, aí aquele outro produtor vai entregar a sua cota, entregou naquele período e assim você compõe a cesta, *não é uma cesta fechada, amarrada. Não tem que ser esta lista de produtos pode variar um pouco* [...] (Entrevista 22, 2004, R. B., Engenheiro Agrônomo, Emater).

Neste sentido, pode-se considerar que a produção de alimentos pela agricultura familiar também propicia o que Ellis (2000), denominou de diversificação das estratégias de vivência dos agricultores. Isso pode ser comprovado com a análise desta experiência do Fome Zero, pois somente os agricultores que possuíam uma produção de alimentos para consumo não totalmente mercantilizada e vulnerabilizada na sua unidade de produção, é que conseguiram fornecer e comercializar os seus produtos através do programa. Não foram os agricultores especializados na produção de grãos e *commodities* agrícolas que aderiram ao programa, mas os que mantiveram o seu corpo do saber em torno da produção dos gêneros de consumo, como formularam Woortmann e Woortmann (1997). Neste sentido, pode-se dizer que foi a produção de alimentos fortalecida no interior da unidade de produção familiar, que propiciou o *lastro* e a *base* para a geração de uma nova estratégia de vivência dos agricultores familiares de Constantina: a venda dos produtos que antes somente serviam ao consumo familiar para o Fome Zero. Deste modo, a produção de alimentos básicos de consumo pela agricultura familiar propicia a diversificação das estratégias de vivência, pois o agricultor passa a produzir uma grande diversidade de produtos no interior do seu estabelecimento retomando, em parte, a sua característica de ser um típico agricultor policultor como o definiu

Renk (2000), se referindo a grande variedade de produtos que eram produzidos, colhidos e processados no interior das unidades de produção durante o SAC¹⁵³.

Este processo de diversificação das estratégias de vivência dos agricultores familiares pode ser demonstrado pelo relato de um entrevistado local, que explica que os agricultores que entregam os produtos da agricultura familiar para o programa são agricultores que possuem “*um aprendizado*”, que “*tinham uma experiência anterior*” e que “*tinham cultura acumulada de produzir a mandioca, produzir a batata, produzir o salame, o queijo, produzir a carne*”. Note que o informante tenta explicar que são estes agricultores que já possuíam o corpo do saber necessário à obtenção da produção de alimentos, que conseguiram se inserir neste processo de diversificação das estratégias de vivência geradas pelo Programa Fome Zero.

[...] Eram famílias que se destacavam na sua produção para autoconsumo e que tinham um aprendizado, que sabiam produzir os produtos. Então não eram pessoas que não sabiam trabalhar com estes produtos, sabiam, já tinham experiência anterior, tinham conhecimento, tinham cultura acumulada de produzir a mandioca, produzir a batata, produzir o salame, o queijo, produzir a carne. Então já vem da cultura. Então o que se fez? Se organizar na propriedade de forma a ter uma certa rotina de 15 em 15 dias ele tem que se organizar, ele tem que carrear tem que arrancar tem que plantar. Organizou-se para ter este fornecimento (Entrevista 22, 2004, R. B., Engenheiro Agrônomo, Emater).

O estudo desta iniciativa local no município de Constantina também permite verificar que a agricultura familiar está gerando a segurança alimentar para a população de um bairro urbano, que é beneficiada pela distribuição dos alimentos que são comprados dos agricultores familiares através do programa. Ressalta-se, que as 182 famílias beneficiadas recebem, quinzenalmente, uma cesta de produtos que varia de 23 a 25 Kg de alimentos, composta pelos 28 tipos de produtos, expostos na Tabela 27. Na Tabela 27, é possível se observar os produtos adquiridos até este momento, as suas quantidades e os valores que foram gastos para a sua aquisição. O Programa Fome Zero já destinou um montante de R\$ 132.567,34 na compra dos 28 produtos da agricultura familiar que integram as cestas básicas até a data de 26 de novembro de 2004.

Pela Tabela 27, pode-se observar que o principal produto adquirido em termos de quantidades pelo programa é a laranja, com um total de 9.525 Kg, representando um custo de

¹⁵³ No caso do surgimento de processos de agroindustrialização na agricultura familiar do Alto Uruguai, também se constatou que foi a produção de alimentos (o autoconsumo) e o corpo do saber dos agricultores familiares que propiciou com que se iniciassem os processos de agroindustrialização da matéria-prima agrícola e a agregação de valor aos produtos da agricultura familiar, também gerando, neste caso, uma nova estratégia de vivência para as famílias.

R\$ 3.891,70. No que se refere aos demais produtos comprados destacam-se também a farinha de milho com 6.587 Kg e um custo de aquisição de R\$ 7.498,40; a farinha de trigo com 5.247 Kg e um custo de R\$ 6.974,06; o açúcar mascavo com 5.196 Kg e um custo de R\$ 7.638,12; a mandioca com 4.859 Kg e um custo de R\$ 5.337,74 e a massa com a compra de 4.411 Kg e um custo total de R\$ 7.041,98. Outros produtos também adquiridos em quantidades significativas são a carne suína, a “chimia”, a batata-doce e o leite.

Tabela 27: Produtos, quantidades e valores gastos no Programa Fome Zero, no município de Constantina, até 26/11/2004.

Produtos comprados	Quantidades/produto	Valores gastos/produto (R\$)
Açúcar mascavo	5.196 Kg	7.638,12
Amendoim	803 Kg	4.598,96
Banha	1.102 Kg	2.920,30
Batata-doce	2.685 kg	2.765,55
Bolacha	1.064 Un.	2.657,90
Canjica de milho	1.465 Kg	2.498,82
Carne suína	3.494 Kg	14.587,51
Cebola	1.155 Kg	958,65
Cenoura	1.098 Kg	1.416,42
“Chimia” (doce de fruta)	2.835 Kg	11.971,64
Couve-flor	1.552 Un.	2.045,64
Farinha de milho	6.587 Kg	7.498,40
Farinha de trigo	5.247 Kg	6.974,06
Feijão	5.516 kg	9.653,00
Laranja	9.525 Kg	3.891,70
Leite	2.256/ 500 gr.	9.249,60
Mandioca	4.859 Kg	5.337,74
Massa	4.411 Kg	7.041,98
Mel de abelha	420 Kg	3.024,00
Melado	306,04 Kg	509,55
Moranga	115 Un.	116,15
Ovos	1.705 Dúzias (12 ovos)	2.932,60
Paçoca de amendoim	1.351 Un.	2.472,35
Pão	1.428 Un.	2.492,66
Pipoca	1.353 Kg	2.489,52
Queijo	1.306 Kg	9.988,45
Repolho	683 Un.	450,78
Salame	499 Kg	4.355,29
Total	Somente Kg = 60.990,04	R\$ = 132.567,34

Fonte: Comunicação pessoal da Coopac/Fome Zero, por e-mail, em 26/11/2004.

Quanto às quantidades de produtos adquiridos até a data de 26 de novembro de 2004, o Fome Zero executou a compra de 60.990,04 kg dos diferentes produtos, demonstrando que o programa está gerando a segurança alimentar em termos de propiciar o fornecimento das

quantidades suficientes de alimentos para as famílias beneficiadas. Cada família que faz parte do programa recebeu do mesmo, até 26 de novembro de 2004, um total de 335,11 Kg de alimentos que foram entregues na forma de cestas básicas¹⁵⁴. Em termos monetários, o programa destinou a cada família um valor de R\$ 728,39 que foram transferidos para os mesmos na forma de alimentos.

O estudo desta iniciativa local no município de Constantina, também leva a uma conclusão sobre o tipo de vínculo mercantil dos agricultores familiares que participam desta experiência. A conclusão que se retira deste estudo é a de que é possível a agricultura familiar manter um tipo de relação com o contexto social e econômico de forma a se beneficiar deste, como ocorre no caso do Fome Zero, em que os agricultores construíram um novo tipo de mercado diferenciado do de grãos e *commodities* agrícolas devido a ação de uma política pública. Neste sentido, vale ressaltar que nem sempre o mercado é uma instituição social que subjuga os agricultores e que os mantém dependentes em relação na ambiente social e econômico. Com a análise desta iniciativa local, pode-se formular que há condições dos agricultores familiares manterem-se inseridos no mercado, sem sofrerem um *tipo* de mercantilização social e econômica que os subjuge totalmente como vem acontecendo historicamente no Alto Uruguai com a produção de grãos, de *commodities* e a integração agroindustrial.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a agricultura familiar de Constantina está sendo responsável pela geração da segurança alimentar junto a estas 182 famílias beneficiárias do Fome Zero. Esta segurança alimentar é definida pelos princípios formulados por Maluf *et all* (2004). Desse modo, a produção de alimentos da agricultura familiar gera a segurança alimentar da população do Bairro São Roque, no que se refere a propiciar o acesso e a disponibilidade dos alimentos; através do fornecimento das quantidades suficientes e permanentes destes; pela qualidade nutricional que compõe cada um dos tipos de produtos e; por ser uma produção que está de acordo com os hábitos de consumo constituídos historicamente junto às famílias beneficiadas. Assim, pode-se afirmar que o programa Fome Zero está fortalecendo a reprodução social e alimentar da população do município. Neste sentido, a seguir, se demonstra como cada um destes princípios da segurança alimentar é assegurado junto à população beneficiada.

¹⁵⁴ Nos 60.990,04 Kg de alimentos adquiridos pelo programa, não estão computados os alimentos que estão em unidades como em dúzias e unidades unitárias (Un.), devido a não possibilidade de se atribuir a estes um determinado valor que fosse aproximado do seu peso real. Deste modo, para não incorrer em estimativas grosseiras, preferiu-se analisar somente as quantidades em Kg e que perfazem o montante principal das compras do programa.

Do ponto de vista da população beneficiada pelo programa, o principal efeito é a geração da segurança alimentar através do consumo dos produtos advindos da agricultura familiar. Isso se dá através da produção que antes servia para o consumo dos agricultores familiares e que agora fornece uma alimentação em quantidades suficientes para as famílias e, assim, propicia o acesso e a disponibilidade de alimentos para os indivíduos em estado de insegurança alimentar. Este princípio da segurança alimentar foi formulado pelos informantes durante o trabalho de campo, de modo que o principal efeito do programa foi o de que “*as pessoas pararam de passar fome*” e começaram a se alimentar diariamente devido à produção que compõe as cestas que são distribuídas como também já havia constatado Valente Júnior *et all* (2004)¹⁵⁵.

A geração deste princípio da segurança alimentar pelo programa, é evidenciado com o relato de um membro da Fetraf-Sul, que é uma das instituições locais responsáveis pela operacionalização do mesmo no município. Nota-se, que as melhorias geradas pelo programa não são em termos monetários, mas em relação ao que as pessoas passaram a ter na alimentação básica do dia a dia para poderem executar a sua reprodução social e alimentar. Observa-se, também, que o informante explica que antes da existência do Fome Zero as pessoas beneficiadas “*passavam fome*” e que muitas “*ficavam sem comer*”.

Agora na parte de melhoria em termos de dinheiro eu não sei até que ponto ajudou. Ajuda por que eles têm, assim, a garantia da alimentação só que por outro lado eles não ganham dinheiro, eles ganham a comida. Então a melhoria é em termos de nutrição, eles comem melhor, tem uma alimentação mais rica, então melhorou. *Estes tempos tinham pessoas que ficavam sem comer, assim, um tempo atrás esse pessoal passava fome [...]* (Entrevista 18, 2004, O. L., Representante Sindical, Fetraf-Sul).

Assim, pode-se dizer que a produção de alimentos da agricultura familiar gera a segurança alimentar das famílias pobres e vulneráveis em sua reprodução social e alimentar, fornecendo uma alimentação suficiente para sanar os problemas de iniquidade, de acesso e de inanição alimentar como formulou Maluf (2001) e Maluf *et all* (2004). Contudo, além dos produtos da agricultura familiar gerarem a segurança alimentar em termos de acesso permanente aos alimentos, da disponibilidade suficiente destes e do fornecimento das quantidades necessárias à alimentação das famílias do Bairro São Roque, estes também geram a segurança alimentar em termos da qualidade nutricional dos alimentos que compõem as

¹⁵⁵ Este mesmo impacto positivo do programa também foi verificado por Valente Júnior *et all* (2004) para o caso do município de Guaribas, no Piauí.

cestas distribuídas às famílias pobres e vulneráveis, como demonstram as Tabelas 26 e 27, apresentadas anteriormente¹⁵⁶.

Isso é devido aos produtos fornecidos serem uma produção que, na maioria das vezes, é isenta de agrotóxicos, de medicamentos, de fertilizantes químicos, etc. No caso da venda para o Fome Zero, os agricultores são orientados pelas instituições locais que gerenciam o programa, a produzir de forma “orgânica”, ecológica ou agroecológica a grande maioria dos produtos vendidos ao mesmo. Como também já se demonstrou no capítulo 3, o agricultor familiar, geralmente, não usa insumos químicos e agrotóxicos na produção dos seus alimentos para consumo que, por sua vez, são os mesmos produtos que são vendidos para o Programa. Isso fez com que fosse possível ao Fome Zero, operar com estes produtos também de forma a serem isentos de contaminações e, assim, possuírem uma melhor qualidade nutricional e alimentar, gerando a segurança alimentar pelo princípio da qualidade nutricional superior dos alimentos fornecidos, como a definiu Maluf *et all* (2004). Este princípio da segurança alimentar que é preenchido pelos produtos fornecidos a população local é relatado por um dirigente sindical da Fetraf-Sul.

[...] A base dos agricultores que produzem é que usam o mínimo de agrotóxicos. É um alimento de qualidade por que se não tiver qualidade à gente não entrega. É um produto de qualidade e os agricultores aqui da nossa região eles tem educação e não são agricultores de momento. É gente que começou na roça e que sabem produzir [...] (Entrevista 18, 2004, A. R. A., Representante Sindical, Fetraf-Sul).

A produção da agricultura familiar também gera a segurança alimentar das famílias do Bairro São Roque devido os alimentos fornecidos e distribuídos pelo Programa estarem baseados nos hábitos históricos de consumo da população beneficiada. Neste sentido, todos os produtos que compõem as cestas distribuídas para as famílias em situação de vulnerabilidade alimentar, são produtos que compõem a cultura alimentar, os hábitos de consumo e a culinária local, constituindo-se em alimentos enraizados e territorializados junto às famílias. Assim, a segurança alimentar valoriza os hábitos locais de consumo, como se referiu Maluf *et all* (2004) e não é uma incorporação de alimentos importados de outros territórios ou mesmo alimentos alienígenas que nada tem a ver com a cultura alimentar das famílias assistidas.

Os 28 tipos de alimentos que compõem as cestas que são distribuídas às famílias podem ser visualizados nas Tabelas 26 e 27, apresentadas anteriormente. Verifica-se que os

¹⁵⁶ Em visita ao Bairro São Roque, em uma conversa informal com uma mãe de família com três filhos, ela nos revelou que a sua família vivia com os “biscates” que o marido fazia e que eles, deste modo, jamais conseguiriam ter renda suficiente para compara produtos com a qualidade que possuíam os que são fornecidos

principais produtos são: o leite, a carne suína, o queijo, a “chimia” (doce de fruta), o salame, a banha, o feijão, a mandioca, a farinha de trigo, a batata-doce, as massas coloniais, bolachas, pães, ovos e outros alimentos. O importante é observar que todos os 28 produtos distribuídos fazem parte dos hábitos de consumo locais e que nenhum deles é um produto totalmente desconhecido das famílias beneficiadas. Inclusive, o Programa Fome Zero permite uma certa flexibilidade dos produtos que compõem as cestas, pois alguns produtos são freqüentemente trocados e substituídos por outros, conforme as reivindicações das próprias famílias assistidas pelo programa visando, justamente, que não haja sobras, desperdícios e que os alimentos distribuídos sejam consumidos em sua integralidade.

A esta constatação da geração da segurança alimentar de acordo com os hábitos alimentares da população do território, se soma uma percepção importante que é a de que a segurança alimentar deve ser gerada a nível local do município. Desse modo, o entendimento é o de que se a fome e as situações de insegurança alimentar ocorrem de forma localizada em determinadas “áreas” do Alto Uruguai, que neste caso é o município de Constantina, então é, também, nestas áreas que devem ser geradas as condições para a sua superação. De certo modo, é isso que o Programa Fome Zero está fazendo, pois a produção de alimentos é obtida em nível local nas unidades de produção dos agricultores e segue diretamente para as famílias com carências alimentares sem passar por nenhum outro canal de comercialização.

Assim, a fome e as situações de insegurança alimentar são combatidas e eliminadas nos próprios locais de origem, caracterizando-se pela geração da segurança alimentar de uma forma endógena e não um processo que depende de compras exteriores, transporte ou importação de alimentos de fora dos locais de consumo, como acontecia com o extinto Programa Comunidade Solidária, em que as cestas básicas de alimentos chegavam de locais forâneos dos municípios para serem distribuídas à população. Esta lógica local entre as situações de insegurança alimentar e, ao mesmo tempo, as ações de combate à fome, são ilustradas pelo relato de um agrônomo da Emater que formula que o melhor é onde se tem *“uma negociação entre o alimento e a fome”*.

Se você tem a nível local o alimento e você tem a fome, por que você não faz esta negociação entre o alimento e a fome, quem tem fome. Então o Fome Zero vem neste sentido (Entrevista 22, 2004, R. B., Engenheiro Agrônomo, Emater).

pelo programa como no caso do queijo, do salame, das carnes de porco e de gado, do filé de peixe, das massas, etc, pois estes produtos “eram muito caros” nos supermercados locais (Diário de campo, 2004).

Além de gerar a segurança alimentar da população do Bairro São Roque a produção de alimentos da agricultura familiar, indiretamente, propicia outras melhorias sociais, econômicas, de resgate da cidadania e de inclusão social nas famílias beneficiadas pelo Fome Zero. Isso pode ser verificado em uma visita ao bairro beneficiado pela distribuição das cestas básicas de produtos da agricultura familiar, na qual foi relatado pelos próprios moradores que o Fome Zero foi uma “*alavanca*” importante para o início de um processo muito maior que inclui: um resgate da auto-estima das pessoas e famílias; a percepção dos direitos enquanto ser humano incluindo o direito à alimentação e à cidadania como condições mínimas de existência (ou seja, a segurança alimentar do ponto de vista do direito humano à alimentação como formulou Maluf *et all* (2004)); o início de um processo de organização social e comunitária inclusive com a fundação de uma cooperativa de processamento e reciclagem de lixo; a tomada de consciência da importância das instituições locais no processo de desenvolvimento e; sobretudo, a geração de um processo de inclusão social e geração de emprego e renda com a participação social dos moradores e instituições locais de desenvolvimento do município (Diário de Campo, 2004)¹⁵⁷.

Este processo que não passa somente pela simples distribuição de alimentos às famílias e pessoas em situações de vulnerabilidade, é a maior inovação do Fome Zero e, deve ser creditado ao modo como o programa foi concebido e está sendo operacionalizado¹⁵⁸. Neste sentido, o Fome Zero possui como objetivos a inclusão social, a geração de empregos e de renda no médio e longo prazos e não somente o paliativo de combater a fome em focos e, momentaneamente, sem oferecer alternativas viáveis de inserção social a esta população. Isso se deve, em grande medida, ao programa ter em sua lógica de ação a participação social das pessoas assistidas, mas o principal motivo é devido a ele não ser uma política de *carácter assistencialista* como era no passado, não muito distante, o Programa Comunidade Solidária.

¹⁵⁷ Também foi relatado pelos entrevistados durante o trabalho de campo, que antes da existência do programa havia muitas crianças pedindo esmolas nas esquinas e lugares públicos da cidade e com o Fome Zero isso foi, em parte, sanado, pois as famílias que recebem as cestas de alimentos têm que se comprometer a colocar as crianças na escola como contrapartida aos alimentos recebidos.

¹⁵⁸ Vale ressaltar o papel das instituições locais no âmbito do desenvolvimento do município de Constantina. Estas agem em redes de cooperação nas diferentes ações de desenvolvimento praticadas localmente e, inclusive, no caso do Fome Zero. É este motivo que faz, em grande medida, o município de Constantina ser reconhecido como um município desenvolvido, de agricultura familiar diversificada e estruturada e constituído por um conjunto de iniciativas que são reconhecidas pelos atores sociais e instituições de outros locais do Alto Uruguai. Muito do desenvolvimento do município pode ser creditado as redes de atores sociais e aos trabalhos que são desenvolvidos em conjunto por instituições, como o poder público municipal, a Coopac, a Emater local, o sindicato de trabalhadores rurais, a Cresol, a Cooperac a nível regional, dentre outras organizações e atores sociais. Nesse sentido, reconhece-se o papel das redes institucionais e o que Ellis (2000) chamou de capital social no processo de desenvolvimento rural.

O Fome Zero, da maneira como ele está sendo gerenciado e operacionalizado, procura distribuir as cestas de alimentos às populações assistidas, além de incluir as famílias em atividades de formação, cursos, assembleias municipais, participação na formação das cestas, distribuição destas, atividades de limpeza da cidade pagas pelo poder público municipal, dentre outras atividades e profissionalizações. Assim, a partir da análise desta experiência no município de Constantina, pode-se afirmar que o programa inova no sentido de romper com os vícios das políticas públicas assistencialistas de combate à fome e a insegurança alimentar do passado, buscando construir um novo “modelo” de gestão social e de tratamento das mazelas sociais e econômicas da população pobre e vulnerável em sua reprodução social e alimentar.

O programa também inclui as chamadas “contrapartidas” dos beneficiários, que são os trabalhos que estes devem desenvolver durante o recebimento dos alimentos, visando criar compromissos sociais e gerar novos conhecimentos, formação profissional e ampliação das oportunidades de emprego e renda. Isso é evidenciado pelo termo de responsabilidade firmado entre o Fome Zero e a Coopac, no qual além de serem traçadas as diretrizes de gestão do programa e o papel das instituições gestoras, também é explicitado as atribuições dos beneficiários dos alimentos, que são: a) manter os filhos na escola; b) manter os filhos em dia com as vacinas; c) participar de oficinas, cursos, palestras promovidas pelo poder público e o programa; d) participar de cursos de alfabetização; e) zelar pela limpeza de terrenos e ruas; f) recolher o lixo; g) organizar, nos casos possíveis, uma horta no fundo do quintal; e, h) participar de atividades de limpeza e organização do bairro (“pé no bairro”) (Programa Fome Zero/Convênio Conab-Coopac, 2003, p. 5).

Como se pode constatar, o programa inclui diversas atividades de inclusão social, de geração de novas oportunidades e até atividades em benefício dos próprios assistidos e suas famílias, como são os chamados “pés no bairro”. Nestas atividades, as instituições locais organizam os moradores para executarem tarefas de limpeza, organização e embelezamentos das casas e do próprio local em que as famílias vivem. Isso demonstra que o programa não visa, pontualmente, somente combater à fome e as situações de insegurança alimentar, mas uma ação mais ampla e articulada de inserção social, melhorias da qualidade de vida e geração de novas oportunidades de emprego e renda. A questão das contrapartidas dos beneficiários também é demonstrada no trecho da entrevista com o presidente da Coopac, entidade conveniada com a Conab, para execução e gestão do programa em nível do município.

E estas famílias têm que dar uma contrapartida que é mandar os filhos para a escola, participar das oficinas, oficinas de mulheres, corte e costura, de bordado, de tricô, de crochê, de fazer pão, de fazer bolacha, etc. Os homens, a contrapartida dos homens é participar dos “pés no bairro”, é capinar nos arredores da casa, é fazer uma horta atrás da casa se eles tem terreno,. Ajudar, por exemplo, estes tempos nós fomos ao bairro ajuntar todos os tipos de lixo, fazer roçada, limpar o bairro, embelezar o bairro, manter as ruas limpas. Então tudo isso é a contrapartida, participar das reuniões, das aulas que a gente promove e das assembléias para tomar as decisões. Então essa é a contrapartida das famílias (Entrevista 19, 2004, A. L., Agricultor familiar, Coopac).

Assim, pode-se afirmar, a partir da análise desta iniciativa de compra dos produtos da agricultura familiar no município de Constantina, que a agricultura familiar possui um papel fundamental na geração da segurança alimentar em nível local, pois a sua produção de alimentos engendra um círculo virtuoso na reprodução social dos indivíduos, que vai muito além da própria dinâmica da unidade de produção familiar, mas que, perpassa, também, pela reprodução social e a segurança alimentar das demais populações do município. A compra da produção da agricultura familiar pelo Fome Zero, gera uma nova dinâmica de desenvolvimento municipal que beneficia tanto as condições de reprodução social da agricultura familiar, gerando, por exemplo, uma diversificação das suas estratégias de vivência, bem como fortalece o tecido social não necessariamente rural do município, como é o caso das populações urbanas vulneráveis em sua reprodução social e alimentar.

Embora haja muitas e interessantes dimensões a serem exploradas nesta iniciativa local do Programa Fome Zero, no município de Constantina, é possível afirmar que a agricultura familiar pode contribuir para a geração de processos de segurança alimentar nas populações vulneráveis à insegurança alimentar do Alto Uruguai. Por outro lado, lamenta-se que este tipo de iniciativa local seja restrito ao município de Constantina e a uma parcela pequena de agricultores familiares, pois este tipo de experiência poderia contribuir para a solução dos problemas de mercantilização e vulnerabilização do consumo de alimentos no Alto Uruguai, que foram apontados no capítulo 3. Espera-se que este tipo de ação seja ampliada para outros municípios ou mesmo em escala regional, pois os seus efeitos seriam benéficos tanto para os agricultores familiares, como para o restante da população do território.

Seguindo neste caminho da análise das iniciativas locais que geram segurança alimentar no Alto Uruguai, a próxima seção é dedicada ao estudo do que se usou chamar de “feiras da agricultura familiar”. Pretende-se explicitar que este tipo de iniciativa possui um papel fundamental, mesmo sendo experiências de pequeno alcance, no que se refere ao

fornecimento de alimentos através do abastecimento alimentar dos municípios e, também, gerando a segurança alimentar das populações urbanas.

5.3.2 – Abastecimento e segurança alimentar do território: o caso das “feiras da agricultura familiar”.

Outra iniciativa local importante na geração da segurança alimentar da população do Alto Uruguai ocorre através das chamadas “feiras da agricultura familiar”. Estas feiras são espaços públicos de comercialização dos produtos e de abastecimento alimentar dos municípios em que elas ocorrem. Assim, a agricultura familiar desempenha um papel de *fornecedora* de alimentos de diversos gêneros, formas e tipos à população, principalmente urbana¹⁵⁹. Durante o trabalho de campo encontrou-se as chamadas “feiras da agricultura familiar” nos municípios de Palmitinho, Frederico Westphalen, Taquaruçu do Sul e Constantina. São nestes municípios que se vai analisar, de um modo geral, a importância e o papel destas iniciativas locais.

Nesta iniciativa, a agricultura familiar gera a segurança alimentar através do abastecimento local da população dos municípios. O entendimento do que seja abastecimento alimentar é o mesmo do esboçado por Maluf (1999), que o define como sendo uma estrutura que disponibiliza os produtos alimentares, isto é, as formas pelas quais os alimentos são produzidos e distribuídos para a população. Nessa perspectiva, descrevem-se os fluxos seguidos pelos bens através de encadeamentos que ‘se iniciam’ na etapa agrícola, passando pela intermediação mercantil e o processamento agroindustrial, até o comércio varejista (p. 4). Neste sentido, a idéia de abastecimento alimentar, é a de que existe uma cadeia pela qual um alimento é produzido, elaborado ou processado e comercializado para a população com vistas a gerar o abastecimento e a segurança alimentar desta.

Nas chamadas feiras da agricultura familiar se constatou que tanto os agricultores, como as populações do Alto Uruguai se beneficiam deste processo de comercialização de alimentos. Do lado dos agricultores familiares, os benefícios advêm do fato de poderem comercializar os seus produtos em um mercado que é alternativo ao dos grãos e *commodities* agrícolas, o que lhes confere uma maior rentabilidade aos seus produtos, pois este é um canal de mercado que encurta os encadeamentos e transações mercantis entre intermediários e no

¹⁵⁹ Godoy *et all* (2003), estudando as feiras livres em Pelotas, no Rio Grande do Sul, diagnosticou que os maiores consumidores urbanos das mesmas são os desempregados, as donas de casa, as pessoas com baixo poder aquisitivo e os aposentados.

qual os agricultores familiares trabalham a comercialização direta com o consumidor urbano, na maioria das vezes, como observaram Ricotto *et all* (2002). Isso é extremamente importante em termos de reprodução social dos agricultores familiares, pois como frisou Maluf (1999), esta é uma forma de construir os seus próprios mercados locais para escoamento e comercialização da produção da agricultura familiar (na maioria das vezes os produtos comercializados são os mesmos que servem ao consumo das famílias rurais).

Mais importante ainda, é que as feiras da agricultura familiar propiciam uma maior renda aos agricultores, como verificaram Ricotto *et all* (2002), em seu estudo sobre as feiras livres de Misiones, na Argentina. Isso se deve à comercialização ser realizada semanalmente, gerando assim, recursos financeiros que são utilizados na manutenção familiar, nos gastos mensais da casa, do processo produtivo agrícola e mesmo na manutenção de pequenos equipamentos e máquinas agrícolas. Nas feiras estudadas, isso só é possível devido à comercialização dos produtos que antes serviam para o consumo das famílias. A venda destes produtos é realizada num período de tempo mais curto do que no caso da produção de grãos, o que faz com que as condições de reprodução social das unidades familiares sejam alargadas e amplificadas no ambiente social e econômico em que se dão as suas estratégias.

Este processo pelo qual os agricultores auferem rendas semanais nas feiras da agricultura familiar é demonstrado no relato de um agricultor familiar que vende os seus produtos e da sua agroindústria familiar na feira de Frederico Westphalen. Como o agricultor familiar formulou, as vantagens de se vender na feira é devido aos “troquinhos” semanais que esta gera para a sua família. Nota-se que o entrevistado também descreve os principais produtos que são comercializados, dentre os quais se teriam os produtos de horta como verduras e legumes, as frutas, os produtos transformados das agroindústrias familiares, o mel e o peixe, sendo que todos estes são produtos oriundos da produção que serve para o consumo da família e que agora estão sendo comercializados nas feiras.

Nós estamos lá, temos a banquinha lá. Olha isso é tudo o que o pessoal produz, tudo o que o pessoal produz vamos dizer de verdura, legumes, coisarada, que nem nós temos os produtos da agroindústria e as frutas que também nós produzimos vai lá. Então os outros vendem o mel, o peixe, tem de tudo. Mas eu acho que é uma coisa muito boa essa feira ai. Vende e dá um “beco” toda a sexta feira, dá um troquinho. É uma coisa boa que inventaram isso ai (Entrevista 13, 2004, B. M., Agricultor familiar).

Além deste tipo de iniciativa local gerar uma renda semanal para os agricultores, na maioria dos casos, as feiras da agricultura familiar também promovem novas estratégias de vivência junto às famílias do Alto Uruguai como formulou Ellis (2000). Este processo ocorre

devido à venda e comercialização dos produtos que antes serviam para o consumo da unidade de produção familiar, que são colocados à disposição da população urbana. Estes produtos são extremamente diversificados em seus usos e tipos incluindo-se frutas, verduras, produtos processados e com agregação de valor, como pés-de-moleque, rapaduras, os doces em caldas, as “chimias”, salames e derivados de carne, queijos e outros derivados de leite, artesanato rural, bordados, entre outros produtos *típicos* da produção da agricultura familiar. Assim, a produção de alimentos para consumo não mercantilizada dos agricultores familiares é que propiciou esta nova estratégia de vivência diversificada e uma maneira *alternativa* e *inovadora* de inserção mercantil no Alto Uruguai¹⁶⁰.

Através da experiência das feiras da agricultura familiar conseguiu-se constatar que são as unidades de produção que possuem o corpo do saber, como definiram Woortmann e Woortmann (1997) e a produção para o consumo não fragilizada que dão origem a novos processos de relação com o mercado e, sobretudo, a novas estratégias de vivência dos agricultores familiares. Este processo de surgimento de uma nova estratégia de vivência da agricultura familiar através da comercialização da produção que antes servia para o consumo das famílias e que agora é vendida nas feiras, fica evidenciado no relato de um secretário da agricultura municipal, que formulou que são as famílias que já possuíam a produção de alimentos não vulnerabilizada na unidade de produção que melhoraram o seu processo de produção e, em alguns casos, aumentaram o volume produzido para poder atender a demanda semanal da feira. Observa-se que o entrevistado afirma que as famílias que vendem na feira apenas “*aproveitaram a cultura que tinham de produção e que produziam para a família consumir aquilo e deram um caráter econômico para levar para a Feira do Produtor*”.

Digamos nem uma família passou a produzir um produto especial para vender na feira. Eles somente melhoraram um pouco aqueles produtos ou, nem melhoraram, passaram a produzir numa escala um pouco maior do que eles já produziam para o seu autoconsumo. Então, quer dizer, *eles aproveitaram a cultura que tinham de produção e que produziam para a família consumir aquilo e deram um caráter econômico para levar para a Feira do Produtor* [...]. Então esse é o objetivo. Aos poucos ir consolidando isso, ao invés de perder esse autoconsumo, a própria questão da cultura de produzir o autoconsumo deu um caráter econômico próprio da agricultura familiar da região (Entrevista 9, 2004, G. P., Engenheiro Agrônomo, SAM).

As experiências das feiras da agricultura familiar também são importantes na reprodução social da agricultura familiar, por gerarem processos diferenciados de inserção

¹⁶⁰ Ricotto *et all* (2002), analisando as feiras francas da agricultura familiar em Misiones, na Argentina, também formulou que foi a produção de consumo fortalecida das unidades familiares (sobras de produtos de chácaras)

mercantil, por promoverem uma segmentação dos mercados e criarem as possibilidades reais de diferenciação de produtos frente aos mercados tradicionais de consumo e abastecimento (Maluf, 1999)¹⁶¹. A segmentação do mercado, no caso das feiras da agricultura familiar, ocorre devido às experiências representarem uma *alternativa* ao abastecimento e fornecimento de alimentos à população dos municípios, rompendo assim, ainda que parcialmente, com a dependência em relação aos mecanismos tradicionais de aquisição de alimentos via redes e grupos de supermercadistas.

As feiras da agricultura familiar também geram uma diferenciação dos produtos em nível dos municípios, pois os produtos vendidos trazem a “marca” da agricultura familiar e não se assemelham em nada aos produtos fabricados industrialmente pelo sistema agroalimentar. Nas feiras são encontrados produtos alternativos em que muitos possuem marcas, selos e estratégias de *marketing*, que os diferenciam dos consumidos tradicionalmente, fazendo com que a população os adquira justamente pelo seu carácter alternativo em termos alimentares. São os casos dos produtos ditos coloniais, agroecológicos, artesanais, ecológicos e outras denominações típicas de locais, origens e tradições ligadas à história da agricultura familiar.

No caso das feiras, a agricultura familiar gera a segurança alimentar das populações do território através do processo de abastecimento a nível local, atendendo a alguns dos princípios norteadores da segurança alimentar, como formulado por Maluf *et all* (2004). Primeiro, por permitir o acesso e a disponibilidade de alimentos à população. Segundo, por fornecer produtos com qualidades nutricionais superiores aos tradicionais. E, terceiro, por abastecer os consumidores com alimentos que estão de acordo com os hábitos de consumo “arraigados” historicamente no território¹⁶². No caso do acesso e da disponibilidade de alimentos, estes são propiciados pela produção das unidades familiares, que respondem pelo fornecimento dos produtos às feiras da agricultura familiar, inclusive, com preços mais baixos

que deu origem a novos processos de comercialização dos agricultores, entre os quais a criação das feiras da Província de Misiones.

¹⁶¹ No documento da Feira Ecológica da Agricultura Familiar de Constantina, constam como objetivos e resultados da mesma: diminuição dos custos de produção; melhoria dos rendimentos e da qualidade de vida dos agricultores familiares; (aumentar os) incrementos na renda familiar e; gerar um melhoramento da propriedade como um todo (Emater, sd, p. 4).

¹⁶² O princípio da segurança alimentar no que diz respeito ao fornecimento de quantidades permanentes e suficiente de alimentos, não pode ser utilizado para o caso das feiras da agricultura familiar, pois estas são estruturas de comercialização que, na maioria dos casos, funcionam apenas um dia por semana nos municípios, além de contarem com o abastecimento de apenas alguns tipos de alimentos predominantes em detrimento de outros. O consumidor pode abastecer-se de apenas alguns gêneros alimentícios como as verduras e produtos de horta, as frutas e os produtos da chamada “agroindústria” familiar que são os predominantes nas feiras.

do que os alimentos que são adquiridos nos canais tradicionais de mercado, pelo fato de haver uma relação direta agricultor-consumidor que é facilitadora do acesso alimentar.

A qualidade nutricional é representada pelos produtos que são comercializados por serem, em algumas das feiras pesquisadas, produtos sem o uso de fertilizantes químicos, agrotóxicos e outros insumos baseados nas técnicas de cultivo e criação da assim chamada modernização da agricultura, como também observaram Godoy *et all* (2003). Quanto aos hábitos de consumo, se verificou que a grande maioria dos produtos vendidos nas feiras da agricultura familiar são o que se pode chamar de “produtos territoriais”. Ou seja, que possuem uma história de consumo ligada às famílias rurais e também aos habitantes dos centros urbanos, constituindo-se em alimentos que possuem um reconhecimento e integram os hábitos alimentares, a culinária e a gastronomia local da população de um longo período histórico de tempo.

Malgrado, a importância das feiras da agricultura familiar para a sua reprodução social, para o abastecimento e a segurança alimentar da população do território, estas iniciativas são frágeis e pouco significativas, frente ao contexto mais geral em que ocorre o abastecimento alimentar dos municípios agrícolas do Alto Uruguai. Esta afirmação está baseada na percepção de que as feiras pesquisadas se constituem em experiências muito pequenas e localizadas se confrontadas com as condições que se exige para um adequado abastecimento e segurança alimentar nos municípios. No caso do município de Palmitinho, a feira funcionava com apenas 3 feirantes. Em Taquaruçu do Sul também eram poucos agricultores, sendo que não se dispõe dos números exatos. Em Frederico Westphalen são 44 agricultores feirantes, sendo esta feira a mais expressiva em números de agricultores e em volume de vendas. A feira de Frederico Westphalen também é a mais antiga de todas, possuindo uma história de mais de 20 anos de existência. No município de Constantina a feira ecológica continha apenas 5 agricultores familiares. Em síntese, estes dados demonstram a pouca escala e tamanho deste tipo de iniciativa local nos municípios do Alto Uruguai.

A explicação para a pequena expressividade das feiras da agricultura familiar no Alto Uruguai deve ser buscada em um conjunto de fatores. Em primeiro lugar, a própria história de desenvolvimento agrícola do território, limita que ganhem fôlego iniciativas *alternativas* de comercialização fora do escopo da produção de grãos e *commodities* agrícolas. Em segundo lugar, está a dinâmica do abastecimento e da segurança alimentar nestes municípios, que é governada principalmente pelos supermercados urbanos. Neste contexto, a criação de feiras da agricultura familiar é vista como motivo de disputas políticas, de embates e de descrenças por uma parte da população urbana e pelos donos dos postos de abastecimento alimentar.

Em terceiro lugar, soma-se o baixo nível de consumo dos municípios pequenos em que operam tais iniciativas, fazendo com que as feiras da agricultura familiar não se tornem, efetivamente, significativas do ponto de vista do número de agricultores feirantes e do volume de vendas praticados. Como quarto motivo, pode-se dizer que a própria dinâmica essencialmente agrícola destes municípios assentada na produção de grãos e *commodities*, não permite que os agricultores aumentem a produção de alimentos alternativos para venda nas feiras como os provenientes das hortas, pomares, agroindústrias rurais, artesanato, etc. Soma-se a isso, que estes municípios não possuem uma *integração* em relação a outros territórios ou mesmo a centros urbanos maiores, como aludiu Saraceno (1994, p. 329), o que limita a comercialização e venda destes produtos para outros locais e regiões. Poderia-se ainda, elencar outros fatores, como a pobreza de parte da população, o baixo nível de renda, a pouca diferenciação social desta e a não existência de um mercado consumidor que possua condições de renda compatíveis para alavancar processos de consumo significativos.

Agrega-se a isso, a falta de periodicidade de fornecimento e abastecimento de produtos requeridos pelos consumidores urbanos, devido a sazonalidade produtiva, o que limita as possibilidades reais de expansão das feiras da agricultura familiar como verificaram Kiyota *et all* (2000). Estas dificuldades de consolidação das feiras da agricultura familiar foram recorrentes durante o trabalho de pesquisa, como demonstram os trechos das entrevistas. No primeiro relato, verifica-se que o agricultor formula que as feiras da agricultura familiar não se desenvolvem nos municípios, pois as cidades são pequenas e por que não possuem processos de consumo de alimentos significativos. No segundo relato, ficam evidentes as disputas dos outros postos de abastecimento municipais, como no caso dos supermercados, com as feiras da agricultura familiar, envolvendo conflitos em torno de fixação de preços de produtos e com as instituições locais de desenvolvimento, como a secretaria da agricultura e a Emater, que são as instituições responsáveis pela organização de tais iniciativas.

No nosso lugar não existe consumo dá para dizer, porque é tudo uma cidade pequena. O produtor para vender uma coisa nas pequenas cidades não é fácil hoje em dia, porque em primeiro lugar hoje em dia onde que não tem boca não tem. O alimento vai aonde? (Entrevista 3, 2004, L. F., Agricultor familiar).

Nós temos comércio muito forte aqui em Taquaruçu e às vezes isso atrapalha porque o comércio nosso tem ciúme da Feira do Produtor. O dia que tem Feira aqui eles baixam os preços dos produtos. [...] Então, o pessoal não quer fazer ninguém crescer, as vezes o comércio forte é bucha num lugar. Um lugar pequeno como aqui nós temos 5 supermercados fortes e grandes. [...] É uma concorrência acirrada, então tu imagina esses 5 mercados e a secretaria da agricultura e a Emater (incentivando a Feira do Produtor), vai ter até problemas políticos, mexeu até com políticos por causa da Feira do Produtor (Entrevista 7, 2004, J. C. L., Técnico em Agropecuária, Emater).

Malgrado estes problemas e a pouca relevância das feiras da agricultura familiar nos municípios pesquisados, mesmo assim, é importante reafirmar que a agricultura familiar possui um papel importante no abastecimento e na geração da segurança alimentar da população do Alto Uruguai. Este papel se observa através do fornecimento de alimentos e da promoção de alguns dos principais princípios da segurança alimentar, em que os agricultores familiares são os maiores responsáveis nas duas iniciativas analisadas: o Programa Fome Zero e as feiras da agricultura familiar.

Na próxima seção, analisam-se as políticas públicas e iniciativas locais de desenvolvimento das SAMs, da Emater, das organizações e representações da agricultura familiar (Fetag, Fetraf-Sul, MPA, cooperativas de produção agropecuárias), do Codemau, dos CMDRs, etc, tentando-se estabelecer o vínculo destas com a segurança alimentar dos agricultores familiares. Pretende-se demonstrar, também, que estas políticas públicas e iniciativas locais possuem uma dupla lógica de ação em que estão assentadas, pois estas fortalecem tanto as atividades produtivas mercantis e dinâmicas, como a produção para autoconsumo de alimentos das famílias rurais.

5.4 – POLÍTICAS PÚBLICAS E INICIATIVAS LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO, PRODUÇÃO PARA AUTOCONSUMO E SEGURANÇA ALIMENTAR.

As políticas públicas e iniciativas locais de desenvolvimento que se propõe a analisar nesta seção, são as ações, iniciativas e trabalhos de instituições como as secretarias da agricultura municipais, os escritórios municipais da Emater, dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, do Conselho de Desenvolvimento do Médio-Alto Uruguai (Codemau) e de organizações como cooperativas e entidades de representação social dos agricultores familiares (Coopac, Fetag, Fetraf-Sul e MPA). A idéia central é a de elucidar a lógica de ação destas em relação à produção para autoconsumo, mostrando que estas enfocam este tipo de produção em algumas de suas ações, mas que também há um nítido privilegiamento da esfera mercantil e comercial das unidades.

Para realizar tal empreendimento, a análise está dividida em duas partes. Primeiro, analisam-se as políticas públicas e iniciativas locais que visam à inserção mercantil das unidades de produção. E, em segundo lugar, estudam-se as políticas e ações locais que promovem o fortalecimento da produção para autoconsumo das famílias do Alto Uruguai.

5.4.1 – As políticas públicas e iniciativas locais de fortalecimento da esfera mercantil das unidades de produção.

As políticas públicas e iniciativas locais no Alto Uruguai possuem uma lógica de ação semelhante a que se analisou no caso do Pronaf, no capítulo 4. Neste sentido, o que se pretende demonstrar é que há um privilegiamento das atividades produtivas e econômicas das unidades de produção que são dinâmicas e com mercado garantido, em detrimento da produção para autoconsumo. Percebe-se, que as políticas públicas e iniciativas locais que seriam os instrumentos responsáveis, em grande medida, pela transformação social, econômica e produtiva do território, na verdade, o que estão fazendo é fortalecer o padrão de desenvolvimento hegemônico que está levando, dentre outras coisas, a uma vulnerabilização e mercantilização do consumo familiar, tal como se demonstrou no capítulo 3.

As principais políticas públicas e iniciativas locais de desenvolvimento no Alto Uruguai são voltadas às atividades tradicionais como a produção de grãos e *commodities* agrícolas e a integração aos CAIs da suinocultura e avicultura. Isso demonstra que a mudança de paradigma vigente não é fácil de ser executada no Alto Uruguai, pois as instituições, atores e organizações sociais ligadas ao desenvolvimento, não conseguem visualizar atividades produtivas e econômicas *alternativas* a este padrão agrícola de desenvolvimento e que propiciem um processo real de diversificação rural e não fique preso somente à produção de grãos e a integração agroindustrial. No que se refere a estas políticas e iniciativas locais, começa-se analisando algumas delas como as que estão voltadas a apoiar o plantio de grãos e a expansão da integração vertical.

Neste sentido, há uma gama de ações locais que são desenvolvidas visando à adequação das áreas de plantio e o aumento de produção agropecuária. É o caso dos trabalhos como construção e recuperação de estradas vicinais, que objetiva o escoamento da produção agrícola das áreas interioranas dos municípios. Também é o caso dos trabalhos de máquinas fornecidos pelo poder público local que, em muitos lugares, é desenvolvido através das chamadas “patrulhas agrícolas” que executam atividades diversas, em que as principais são: a limpeza de áreas com pedras, controle da erosão, destocamentos, adequações de áreas para plantio, construção de canais de drenagem, fornecimento de trabalhos de máquinas para executar o plantio de grãos, distribuição de esterco orgânico nas unidades de produção. Enfim, trabalhos que visam principalmente à melhoria das áreas de terras impróprias, para que haja a sua incorporação à produção visando o aumento da produtividade agrícola.

Em muitos casos, os atores sociais de desenvolvimento justificam tal opção das políticas públicas e iniciativas locais, devido às atividades ligadas à produção de grãos e *commodities* serem as principais estratégias de reprodução social dos agricultores familiares do Alto Uruguai, como o relato de um agrônomo da Emater demonstra que o incentivo à produção de grãos é uma das principais ações, pois “é o que mais gera renda” e, por este motivo, “o grão é a prioridade” nas ações dos atores e instituições locais de desenvolvimento.

Mas te digo francamente, a soja é a primeira em termos de retorno de ICMS, a questão de retorno à soja eu acredito que seja o primeiro. [...] Quando eu falo soja são os grãos, vamos pegar os grãos soja, milho e trigo, estes três são os fortes. *O grão é a prioridade sem dúvida, é o que mais gera renda* [...] (Entrevista 22, 2004, R. B., Engenheiro Agrônomo, Emater).

Neste sentido, parece haver uma contradição em termos de *qual* desenvolvimento se quer gerar com as políticas públicas e iniciativas locais das instituições de desenvolvimento, pois muitos dos atores sociais de desenvolvimento exercem uma crítica forte ao padrão de desenvolvimento agrícola e ao processo de mercantilização da agricultura familiar. Contudo, quando se examina os trabalhos que estes desenvolvem, percebe-se que os mesmos são voltados ao aprofundamento deste padrão técnico-produtivo. Há inclusive casos em que os CMDRs aprovaram em seu plano de trabalho, que o fortalecimento do padrão agrícola é a prioridade das iniciativas e trabalhos da Emater e do poder público municipal. Ou seja, os CMDRs, que se esperaria que fossem unidades de planejamento do desenvolvimento dos municípios, fazem uma opção deliberada por ações que acabam reforçando o desenvolvimento agrícola e para promovendo incrementos na produtividade das principais culturas.

Já, em outros casos, o trabalho dos conselheiros municipais consiste em fazer o acompanhamento e a lista dos agricultores que serão beneficiados pelos serviços das chamadas “patrulhas agrícolas” e as máquinas do poder público municipal, demonstrando o viés que as políticas públicas e iniciativas locais possuem em torno do desenvolvimento agrícola. O relato do que foi traçado como prioridade de trabalho de um dos CMDRs, é ilustrativo desta tendência das ações de desenvolvimento no Alto Uruguai. Observa-se, pelo relato, que a prioridade do CMDR foi a readequação das áreas impróprias de cultivo para implantação de culturas como o milho, a soja, o feijão, etc, visando o aumento da produção agrícola.

O Valor Adicionado (Bruto) [...] em 97 era de 7 milhões que vinha da agricultura e hoje nós temos em 46 milhões da agricultura. Ele teve um crescimento muito grande que foi da adequação das lavouras que deu um aumento da produção significativo da produção de milho, soja, feijão, todas as

safras do município. [...] E para começar o desenvolvimento do município a readequação das propriedades, das lavouras, das áreas que fica mais fácil o pessoal plantar (Entrevista 11, 2004, N. B., Secretário da Agricultura Municipal, SAM).

Há também um conjunto amplo de políticas públicas e iniciativas locais que são voltadas à instalação e ao desenvolvimento de atividades como a suinocultura e a avicultura. Incluem-se, neste sentido, o fornecimento de trabalhos de máquinas para executar a terraplanagem para a construção das pocilgas e aviários, o fornecimento de materiais para construção dos mesmos como areia, pedras britas, cimento e, em alguns casos, até a força de trabalho de funcionários das prefeituras para executar os sistemas de instalação elétrica, o encanamento ou mesmo a construção das instalações. Neste sentido, a justificativa apresentada pelos atores de desenvolvimento para este conjunto de trabalhos, é a de que a suinocultura, principalmente, é uma atividade que em alguns municípios chega a quase 70% do retorno do ICMS do município.

Desse modo, pode-se dizer que reside nesta compreensão a contradição central deste tipo de ação, pois as políticas públicas e iniciativas locais praticadas são em função da rentabilidade que as mesmas irão gerar para os cofres públicos e não para os agricultores familiares. Neste sentido, tanto as políticas públicas de incentivo à produção de grãos, com destaque para a soja, e aos CAIs, possuem este viés de estimularem o desenvolvimento financeiro das prefeituras através do retorno de impostos, deixando em segundo plano as aspirações produtivas e econômicas dos agricultores. Esse tipo de concepção e ação das políticas públicas e iniciativas locais fica explicitado nos relatos de dois secretários municipais da agricultura com relação à suinocultura. No primeiro relato, o informante elenca alguns dos principais trabalhos que a SAM realiza junto aos agricultores. No segundo, o secretário da agricultura formula que o incentivo à suinocultura é por que esta gera em torno de 68 a 70% do ICMS que retorna para os cofres municipais e formula que *“no caso do ICMS que vem em primeiro lugar vem à suinocultura”*.

Colocamos a disposição dos agricultores para auxiliar na construção e melhoramento das propriedades, galpões, pocilgas e chiqueirões. Nós temos uma equipe de pedreiros e carpinteiros que são dois pedreiros, dois carpinteiros, um eletricista e um encanador que nós estamos colocando a disposição num programa em incentivo à suinocultura da secretaria aos agricultores (Entrevista 11, 2004, N. B., Secretário da Agricultura Municipal, SAM).

Em termos de rentabilidade para o município seria a suinocultura que hoje nós temos em torno de 50 a 60 propriedades produzindo e o retorno só da suinocultura dá quase 68 a 70% (do ICMS) que vem. No caso do ICMS que vem, em primeiro lugar vem à suinocultura, a avicultura, o fumo, depois o

milho, a soja e o leite está lá em sétimo ou oitavo [...] (Entrevista 5, 2004, Técnico em Agropecuária, SAM).

Há também, uma gama de trabalhos em torno das outras políticas públicas que vêm das esferas administrativas, tanto a nível estadual como federal e que são importantes na dinâmica de trabalho das instituições locais. É o caso da elaboração de projetos e da operacionalização de programas como o RS-Rural e também o Pronaf, que segundo os atores sociais de desenvolvimento, “toma muito tempo de trabalho” das instituições locais, principalmente da Emater. Segundo estes, a elaboração e execução destas políticas públicas como o RS-Rural, o Banco da Terra, o Pronaf, o Proger Rural e o Proger Rural Familiar, demandam muito do tempo de trabalho que poderia ser administrado e distribuído em termos de extensão rural e assistência técnica junto aos agricultores. Este fato também é motivo de críticas por parte dos agricultores, que acham que, o que falta principalmente é os “*técnicos da Emater saírem mais do escritório*” e estarem mais presentes nas comunidades rurais.

Inclusive, este é um dos motivos apontados pelos agricultores pelo qual a produção para autoconsumo está fragilizada nas unidades de produção. Seria devido à falta de assistência técnica e extensão rural das instituições locais como Emater e SAMs. Isso pode ser ilustrado pelos dados da Pesquisa AFDLP (2003), realizada no município de Três Palmeiras, no Alto Uruguai. Esta pesquisa demonstra que a maioria dos agricultores familiares do Alto Uruguai possuem acesso às políticas de assistência técnica e extensão rural, atingindo um percentual de 55,9% dos entrevistados. Mas, se levar em conta o percentual de agricultores que não possuem acesso a este tipo de política pública (44,1%), concluí-se que o percentual de 55,9% não é tão significativo do ponto de vista da abrangência das políticas públicas de assistência técnica e extensão rural, já que quase a metade dos agricultores não tem acesso a estes serviços¹⁶³.

Isso pode ser explicado devido ao fato da assistência técnica e extensão rural fornecidas aos agricultores, não serem somente oriundas de órgãos públicos. Segundo a Pesquisa AFDLP (2003), os órgãos públicos são responsáveis por apenas uma parte em tais trabalhos. A Emater é responsável por somente 28,8% do total de assistência técnica e extensão rural no Alto Uruguai; as SAMs por 3,4% e; a Secretaria Estadual da Agricultura por

¹⁶³ Pode-se perceber, durante o trabalho de campo, uma certa “discriminação” em relação ao tipo “*ideal*” de agricultor que as instituições locais privilegiam em termos de desenvolvimento dos trabalhos de assistência técnica e de extensão rural. Há um nítido privilégio a aqueles agricultores familiares que são “modelo” para o município, em detrimento daqueles mais pobres e menos estruturados em sua unidade de produção. Isso é extremamente contraditório do ponto de vista da segurança alimentar, pois são estes últimos os que mais necessitam de políticas públicas para gerar o fortalecimento da sua produção para autoconsumo e diversificar as suas estratégias de vivência.

5,1%. Como órgãos privados de assistência técnica e extensão rural, se sobressaem às cooperativas de produção com 30,5% do total; os sindicatos com 3,4%; as empresas integradoras com 6,8% e; particulares com 6,7% do total. Isso explica, em parte, o processo de vulnerabilização do autoconsumo, pois as cooperativas de produção agropecuária, por exemplo, prestam assistência para que haja o fortalecimento do cultivo de grãos e *commodities* agrícolas na região que são as atividades com as quais elas trabalham. Do mesmo modo, as empresas integradoras e particulares, visam o fortalecimento do setor específico em que atuam. Assim, o tipo de assistência técnica e de extensão rural prestado no Alto Uruguai, influencia diretamente as estratégias de reprodução social dos agricultores e, também, em parte, agem no sentido de vulnerabilizar a produção para autoconsumo e, conseqüentemente, assim, a segurança alimentar dos mesmos.

Há também, um conjunto variado de iniciativas no Alto Uruguai que visam romper com o padrão de desenvolvimento agrícola vigente. Estas iniciativas das instituições locais ocorrem na área da bovinocultura do leite, da fruticultura, da agroindustrialização e agregação de valor aos produtos da agricultura familiar, no tratamento ambiental da água e saneamento básico, através de cursos de formação e profissionalização dos agricultores, dentre outros trabalhos que os atores, instituições e organizações sociais estão realizando. Estes trabalhos, de certa forma, enfocam um padrão de desenvolvimento diferenciado das práticas e princípios da assim chamada modernização da agricultura e, também, são uma forma de diversificação das estratégias de vivência dos agricultores tal como formulou Ellis (2000). Neste sentido, os agricultores estão se reproduzindo não somente pelas estratégias de produção agropecuária e através da integração agroindustrial, mas por um conjunto de atividades produtivas variadas e *alternativas* a este padrão de desenvolvimento hegemônico¹⁶⁴.

Contudo, o mais contraditório é que esta gama de atividades produtivas diferenciadas que, de certo modo, estão propiciando a diversificação das estratégias de vivência dos agricultores familiares, não conseguem romper com o padrão de desenvolvimento agrícola hegemônico no Alto Uruguai. Há uma compreensão clara dos atores sociais e das instituições de desenvolvimento de que o território deve se diversificar produtiva e economicamente. Tanto é assim que várias das ações locais agem neste sentido, mas não conseguem executar a

¹⁶⁴ Segundo Ellis (2000), a diversificação e a especialização das estratégias de vivência dentro de uma unidade de produção, não são contraditórias e excludentes. Neste sentido, se a família possui um número de membros suficientes para tal empreendimento, ela pode ser diversificada em suas várias atividades produtivas, rendas e ativos. Ou seja, no seu *portfolio* e, ao mesmo tempo, cada um dos membros do grupo doméstico ser especialista em uma atividade específica de produção. No Alto Uruguai, esta abordagem encontra dificuldades de ser operacionalizada nos grupos domésticos por ser este um local de expulsão demográfica como já se demonstrou e

“quebra de paradigma” do desenvolvimento agrícola, que possui suas raízes na história do território, dificultando, assim, o desenvolvimento de alternativas viáveis do ponto de vista da reprodução social dos agricultores familiares¹⁶⁵. O que acontece no Alto Uruguai não é diferente de outros lugares, em que o desenvolvimento agrícola e a produção de grãos são as principais estratégias de reprodução das famílias. Neste sentido, ressalta-se que talvez não bastem somente políticas públicas e iniciativas locais diferenciadas para modificar este cenário social, econômico e produtivo, pois este decorre de um contexto mais geral e estrutural do país, que se refere ao “modelo” de desenvolvimento capitalista e suas influências sobre o rural.

Este direcionamento e as dificuldades de se diversificar as estratégias de vivência dos agricultores familiares através das políticas públicas, ficam explicitados no depoimento de um presidente de STR da Fetag e de um agricultor familiar que enfatiza a diversificação como um dos princípios trabalhados realizados pelas instituições e atores sociais no Alto Uruguai¹⁶⁶. No primeiro relato, observa-se a dificuldade de executar a diversificação das atividades produtivas dos agricultores e, mesmo quando isso ocorre, este processo se desenvolve setorialmente dentro da própria produção de grãos, de leite, da produção de carnes e da fruticultura. No segundo relato, o agricultor entrevistado deixa explícito que os trabalhos e ações das instituições e atores sociais de desenvolvimento são voltados à diversificação rural como forma de sair do padrão produtivo dos grãos (milho e soja).

Buscaram-se já vários exemplos e se frustrou (o agricultor) e hoje quando você traz uma nova alternativa para o produtor ele fica muito atrás, muito na dúvida se vai ser viável ou não. Assim, dentro das possibilidades o produtor diversifica a produção de grãos, de leite, de carne, de fruticultura alguns, mas ainda nós estamos a passos lentos (Entrevista 8, 2004, D. S., Representante Sindical, Fetag).

Eles estão em cima de tudo isso aí, em cima do leite, do peixe, da fruta essas coisas que eles querem que todos diversifiquem para ter uma renda a mais. [...] Eles trabalham com tudo um pouco e sempre falam nas reuniões que não adianta plantar só o milho ou só a soja e deixar o resto por que aí não tem

no qual as famílias rurais possuem, em média, somente 4 membros, conforme se constatou através da Pesquisa AFDLP (2003) e já havia sido demonstrado amplamente por Conterato (2004).

¹⁶⁵ As políticas públicas e iniciativas locais enfocam a diversificação das estratégias de vivência dos agricultores familiares, porém esta diversificação das unidades de produção é sempre formulada pelos informantes (tanto agricultores como os atores sociais de desenvolvimento) num quadro setorial. Ou seja, a diversificação dentro das atividades agropecuárias. Estes atores sociais, em nenhum momento, formularam a diversificação das estratégias de vivência na forma de uma integração intersetorial ou multisetorial, através, por exemplo, de atividades não agrícolas e da pluriatividade.

¹⁶⁶ No caso da diversificação, o Codemau que pode ser considerado uma instituição territorial de desenvolvimento pela sua ampla abrangência nos diversos municípios e pelos seus trabalhos com programas regionais de desenvolvimento, enfatiza que os “eixos” principais pelos quais deve se assentar o desenvolvimento da região são: em 1º lugar a diversificação rural; 2º a agregação de valor e a agroindustrialização da matéria-prima e; em 3º lugar a mineralogia. Mesmo o Codemau trabalhando com programas alternativos, a questão do desenvolvimento agrícola *stricto sensu* não consegue ser modificado significativamente no Alto Uruguai.

como você sobreviver se encher todas as terras de soja e ai não sobra mais nada para plantar. Então eles dizem que vem tudo do mercado e ai é difícil. Eles sempre dizem que a pequena propriedade não era para se envolver com a soja, isso nas reuniões que eu fui, algumas vezes, eles dizem que não adianta se botar na soja o pequeno, não adianta, pobre não adianta. Tem que plantar um pouco de tudo e criar um pouco de tudo (Entrevista 10, 2004, L. S., Agricultor familiar).

Na próxima seção, busca-se mostrar que existem algumas destas políticas e iniciativas locais que enfocam o estímulo da produção de alimentos próprios dos agricultores familiares. Muitas, inclusive, sendo responsáveis pela geração de processos de segurança alimentar junto às famílias rurais.

5.4.2 – As políticas públicas e iniciativas locais de estímulo à produção para autoconsumo.

Não obstante, a relevância das ações e dos trabalhos das instituições e atores locais de desenvolvimento em termos de fortalecer e inserir os agricultores familiares nos mercados de grãos e *commodities* agrícolas e de integração aos CAIs, existem vários trabalhos que se direcionam a estimular à produção para autoconsumo. Estas ações se desenvolvem na área da bovinocultura de leite, da fruticultura, do tratamento da água e saneamento básico, de trabalhos de prestação de assistência técnica e extensão rural voltados ao autoconsumo e, de cursos e capacitações profissionais visando o aprendizado da produção, elaboração e preparo dos alimentos. Isto mostra que, mesmo que persista o padrão agrícola de desenvolvimento hegemônico, existem iniciativas em curso que apresentam soluções para a vulnerabilização da agricultura familiar e da segurança alimentar.

Dentre estas políticas e ações locais, a bovinocultura de leite é uma das principais atividades produtivas vista como alternativa ao padrão de desenvolvimento dos grãos e *commodities* agrícolas. Como já se demonstrou no capítulo 4, o leite é uma produção que possui o carácter da alternatividade como definiu Garcia Jr. (1983; 1989). As políticas públicas e iniciativas de fortalecimento da produção leiteira no Alto Uruguai enfocam a bovinocultura como uma das principais alternativas ao padrão de desenvolvimento dos grãos e a especialização produtiva, sendo que o leite é tido como uma diversificação das estratégias de vivência dos agricultores.

As políticas públicas e iniciativas locais fortalecem a bovinocultura leiteira através do fornecimento de assistência técnica e extensão rural, através de veterinários que orientam na

prevenção e cura das doenças animais, na inseminação artificial, no manejo e implantação de pastagens e demais orientações gerais da atividade. Há, também, um processo de orientação quanto à construção de silos, no processo de elaboração de silagem e na alimentação dos animais. As ações locais também se desenvolvem na área de manejo sanitário dos animais e pastagens, na orientação quanto à escolha e aquisição de matrizes leiteiras e em cursos de profissionalização dos agricultores na atividade. Em outros casos há, inclusive, a doação de matrizes leiteiras em conjunto com outras políticas públicas estaduais, como o RS-Rural nas comunidades menos estruturadas e mais pobres dos municípios, bem como outras ações de reestruturação familiar e produtiva nas chamadas “bacias leiteiras”¹⁶⁷.

As políticas públicas e iniciativas locais desenvolvem a bovinocultura de leite, por ser esta uma atividade produtiva que é muito importante na reprodução social dos agricultores familiares, “pelo lado social” como formularam os informantes. Ou seja, em termos de retorno econômico para os municípios (ICMS), a produção de grãos, *commodities* agrícolas e a integração agroindustrial são hegemônicos. Porém, pelo lado da manutenção do tecido social e a reprodução social e alimentar dos agricultores, o leite compreende uma boa parte da quota das famílias nos municípios. Isso é devido o leite seguir a trajetória da alternatividade e a sua produção ter vários usos no contexto da unidade de produção familiar, como já se demonstrou no capítulo 4. Também, é devido o leite possuir um caráter mercantil para as famílias. O caráter mercantil desta produção é importante, pois assegura uma renda mensal para as famílias, facilitando que estas façam frente aos gastos mensais em termos de alimentação que não é produzida na unidade familiar, para os gastos com roupas, combustíveis, energia elétrica, telefone e outras pequenas despesas mensais, chegando alguns informantes a formularem que “o leite é o salário do agricultor familiar” devido a este ser uma entrada monetária mensal nas famílias.

A produção de leite nos pequenos municípios do Alto Uruguai é importante, também, para a dinamização da economia local, pois é uma renda que faz com que o comércio, as pequenas lojas, os supermercados, as agropecuárias e outros estabelecimentos, se beneficiem das compras realizadas pelos agricultores todos os meses, gerando, assim, um círculo virtuoso de relações e trocas econômicas locais entre os atores sociais. O relato do presidente da Coopac é ilustrativo da importância do leite para os agricultores familiares do Alto Uruguai.

¹⁶⁷ As chamadas “bacias leiteiras” compreendem certas comunidades rurais em que a atividade de produção de leite é predominante. O termo bacia leiteira é tributário das ações estaduais nas chamadas bacias hidrográficas municipais. Desse modo, as políticas estaduais como o RS-Rural, possuem como unidade básica de ação as chamadas bacias hidrográficas mais pobres dos municípios e, por este motivo, que o termo “bacia” é utilizado, também, nos casos das ações em torno da bovinocultura de leite.

A sua importância da atividade também pode ser visualizada pela Figura 6, que demonstra a relevância desta nas unidades de produção.

Então isso começa a desenvolver o município e o agricultor por que ele todo o mês tem o seu “salário”. O que ele faz com o “salário”? Ele coloca o telefone, ele tem a água, ele tem luz, ele começou a adquirir os confortos, ele tem o carro, ele abastece o carro com o dinheiro do leite, ele compra o que ele necessita com o dinheiro do leite. Então *é um “salário” do agricultor o leite* e sem contar os derivados que às vezes as famílias mesmas fazem com o leite e as agroindústrias que surgiram que são 3 agroindústrias (Entrevista 19, 2004, A. L., Agricultor familiar, Coopac).



Fonte: Pesquisa de campo (2004).

Figura 6: Importância da atividade leiteira para as unidades de produção familiares.

Um outro conjunto importante de políticas públicas e iniciativas locais se desenvolve na área da fruticultura como uma atividade importante na reprodução social e na diversificação das estratégias de vivência dos agricultores familiares. As principais culturas incentivadas pelas ações locais são a citricultura (laranjas, bergamotas, etc), a viticultura (que está em plena expansão sendo uma das principais culturas), o plantio de pessegueiros, nectarinas, ameixeiras, figueiras dentre outros cultivos¹⁶⁸. As ações locais, no caso da fruticultura, agem no sentido de viabilizar as mudas das frutíferas, orientar sobre o plantio e o manejo como podas, adubação verde, aplicação de agrotóxicos, etc, bem como na área da

¹⁶⁸ Segundo o Jornal o Alto Uruguai (2004), o setor de fruticultura será ampliado em 20% dos 4,2 mil hectares existentes atualmente na região. O objetivo é o de ampliar a área plantada em mais 800 ha das diversas frutíferas,

comercialização. Esta opção pela fruticultura pelas instituições e atores locais de desenvolvimento é devido a um conjunto de razões, mas a principal é porque a fruticultura “*é para quebrar um pouco o paradigma da modernização*”, como formulou um técnico da Emater.

Em primeiro lugar, a fruticultura é uma produção que está fora do escopo tradicional de produção de grãos e *commodities* agrícolas e que possui o carácter da alternatividade, como já se demonstrou no capítulo 4. Além disso, é uma atividade *alternativa* de inserção mercantil das unidades de produção familiares. Em segundo lugar, esta atividade demanda uma menor quantidade de trabalho, em algumas épocas do ano, dos membros da unidade de produção e um trabalho diferenciado em relação às tarefas que devem ser executadas, sendo, em alguns casos, menos laborioso do que o cultivo de grãos. Os atores locais justificam a atividade por ser um cultivo de carácter perene e que é mais resistente às secas e outras intempéries climáticas. Em terceiro lugar, está o seu alto valor agregado gerado por unidade de área, pois a atividade é responsável pela geração de uma maior renda por área plantada, se comparada aos cultivos de grãos. Também influi na opção pela fruticultura das unidades de produção a topografia do terreno, pois em áreas muito declivosas outras atividades não são possíveis de serem implantadas. Neste sentido, a opção pela fruticultura faz com que nestas áreas a atividade seja viável, também, do ponto de vista da conservação do solo e da água, que são considerados aspectos importantes para as instituições locais como as Ematers e as SAMs.

Tanto no caso da bovinocultura de leite, como no da fruticultura, o fortalecimento da produção para autoconsumo não é o objetivo central das políticas públicas e iniciativas locais. Na maioria das vezes, o objetivo central é o de propiciar a geração de uma nova estratégia de vivência para que os agricultores familiares se integrem a um “novo” tipo de mercado que não o dos grãos e *commodities* agrícolas. Assim, o fortalecimento do autoconsumo e a conseqüente geração da segurança alimentar, são secundarizados na formulação de tais ações, que visam à inserção comercial das unidades de produção. O autoconsumo, neste contexto, só é fortalecido *periférica e secundariamente* nas unidades familiares, devido ao grupo doméstico plantar para a venda e, assim, como possui este tipo de produção disponível, usa-a para a alimentação da família. Esta é a principal contradição deste conjunto de ações locais, pois o foco principal de tais iniciativas é a inserção mercantil e não a geração da segurança alimentar da população rural através do estímulo ao autoconsumo de alimentos.

injetando quase R\$ 6 milhões na economia dos municípios. Dos municípios do Alto Uruguai em torno de 20, escolheram a fruticultura como uma atividade prioritária para a diversificação da economia rural.

Do ponto de vista do fortalecimento da produção para autoconsumo no Alto Uruguai, assume uma relevância, também, as políticas públicas e iniciativas locais que promovem o tratamento da água, a preservação ambiental e o saneamento básico das unidades familiares. A água não é um alimento produzido pelo agricultor e, tampouco, passa pelo processo de produção agrícola das unidades familiares, porém, ela é um alimento indispensável utilizado no autoconsumo das famílias, sendo importante em relação à reprodução social, a segurança alimentar e, sobretudo, na saúde da população rural. A água pode ser considerada também um autoconsumo do grupo doméstico, pois ela é obtida, na maioria das famílias, no interior das próprias unidades de produção e são raras as famílias que possuem água encanada e tratada de fora do seu estabelecimento.

No caso da água, as instituições e atores locais desenvolvem um trabalho em relação à manutenção da qualidade de vida e da segurança alimentar dos agricultores familiares, através do desenvolvimento de métodos de tratamento, conservação e análises da qualidade das águas servidas às famílias. Muitos destes trabalhos são executados em conjunto com as políticas públicas estaduais como o RS-Rural¹⁶⁹ e, em outros casos, são próprios das instituições locais de desenvolvimento, como a Emater, as prefeituras municipais e as SAMs. Estas políticas priorizam a construção de banheiros nas residências familiares, o destino correto das águas utilizadas nos banheiros e na cozinha doméstica, a construção de fossas assépticas e sumidouros, a canalização das águas residuais, a não poluição ambiental com as águas residuais, etc.

Um outro conjunto de iniciativas visa assegurar a qualidade da água para consumo das famílias, através de ações como a proteção das fontes, poços e vertedouros, limpeza e construção de fontes, tratamento da água para consumo e preparo dos alimentos, análises periódicas para aferir a qualidade desta em termos microbiológicos, físicos e químicos, etc. Além disso, as ações enfatizam a “tomada de consciência” dos agricultores sobre a importância da água como elemento essencial à qualidade de vida, à segurança alimentar e à

¹⁶⁹ Não é o objetivo desta dissertação a análise do Programa RS-Rural no âmbito de uma política pública estadual. Contudo, pode-se afirmar que ele é, em parte, responsável por processos de reestruturação do autoconsumo nas comunidades rurais mais pobres e vulneráveis em sua reprodução social. Verificou-se durante o trabalho de campo que o RS-Rural possui três pilares de ação nas famílias abrangidas. Constitui-se de ações de geração de trabalho e renda, ações de saneamento básico e preservação ambiental e, um conjunto de trabalhos de fortalecimento da produção para autoconsumo familiar. No caso do fortalecimento do autoconsumo incluem-se ações como: construção de pomares, de hortas, implantação de pequenas lavouras de autoconsumo, doação de pequenos equipamentos para a transformação e agregação de valor aos produtos da agricultura familiar através da chamada “agroindústria caseira”, criação de pequenos animais, entrega de matrizes de vacas leiteiras e outros pequenos animais, fortalecimento das bacias leiteiras, etc. Assim, em muitos casos, as instituições locais executam os seus trabalhos em conjunto com o de outras políticas públicas de outros níveis administrativos do Estado, como ocorre no caso do RS-Rural.

preservação do meio ambiente que se concretiza em termos de orientações em reuniões técnicas, semanas do meio ambiente e prescrições feitas via programas radiofônicos locais. Assim, este conjunto de ações locais assume uma importância na reprodução social dos agricultores familiares, pois além de gerar a segurança alimentar através da qualidade da água de consumo familiar, também, preservam o meio ambiente e a qualidade de vida da população dos espaços rurais. Este conjunto de trabalhos em torno da água e da segurança alimentar das famílias, é demonstrado pelo relato de um secretário da agricultura municipal que elenca algumas das principais ações das instituições de desenvolvimento como as Ematers e as SAMs.

[...] Temos um trabalho que foi feito sobre a infra-estrutura na área rural e a qualidade de vida, água potável nas famílias do interior, poços artesianos acompanhado com exames de laboratório cada 6 meses para ver a contaminação dos poços, das águas. [...] É um trabalho de conscientização do destino correto das águas servidas, das fossas e dos banheiros, etc. Isso é feito pelos extensionistas da Emater. E depois tem trabalhos com equipamentos e máquinas que perfuram (novas fontes e poços). Nós fizemos trabalhos de condução das águas servidas, construção de sumidouros, fossas assépticas, etc nas propriedades. A gente chama isso de saneamento básico no meio rural mais vinculado ao destino das águas servidas, das águas de banheiros, de lavar roupa, as águas que existem ao redor da casa (Entrevista 11, 2004, N. B., Secretário da Agricultura Municipal, SAM).

Ainda no âmbito dos trabalhos em conjunto das instituições locais e do RS-Rural, se pode destacar um conjunto de ações em torno da conservação do solo, recuperação das qualidades químicas e físicas, práticas de correção da fertilidade e da acidez do mesmo, técnicas de adubação orgânica, adubações verdes (cobertura verde do solo) e ações de controle da erosão. Estas ações locais são importantes tanto do lado da produção dita mercantil, como da produção para autoconsumo, pois o solo é a base e o substrato para o desenvolvimento dos processos produtivos agrícolas e o seu bom estado de conservação e manejo, implica diretamente no potencial produtivo das atividades agropecuárias que são desenvolvidas sobre o mesmo. Assim sendo, a sua conservação e manutenção em condições adequadas, assume uma importância decisiva na reprodução social e alimentar dos agricultores familiares como no caso da produção para autoconsumo destes.

Um outro grupo de ações e trabalhos das instituições locais voltados ao estímulo da produção para autoconsumo é realizado através da construção coletiva e participativa de experiências em unidades demonstrativas que, usualmente, em extensão rural são chamadas de lavouras demonstrativas ou “propriedades modelo”. Consiste na implantação de hortas, pomares e lavouras de arroz, feijão, mandioca, batata, trigo, amendoim, dentre outras, numa

comunidade ou mesmo nas escolas municipais de 1º grau, visando demonstrar como se deve implantar, manejar e a importância que possui a produção para autoconsumo para as famílias rurais. Estas experiências, geralmente, são realizadas em escolas ou em algum dos agricultores da comunidade e possui um carácter participativo e coletivo na execução dos trabalhos, sendo que todos os agricultores participantes se envolvem na execução da atividade, juntamente com os atores sociais de desenvolvimento. A sua importância reside em fazer com que os agricultores (re) valorizem a produção para autoconsumo na dinâmica da sua unidade de produção. Neste tipo de atividade, geralmente, as SAMs ou a Emater doa parte das sementes, equipamentos e materiais necessários à execução da atividade de formação dos agricultores e estes, por sua vez, contribuem com a sua força de trabalho para construir a horta, plantar o cultivo ou mesmo implantar a lavoura específica de autoconsumo.

O crescimento dos cultivos é acompanhado periodicamente com visitas dos atores sociais de desenvolvimento e dos agricultores. No final do ciclo destes, é realizada a colheita e a quantidade de produto obtida é distribuída igualmente para cada agricultor da comunidade que participou da experiência. Isso é realizado para que, no próximo ano, este mesmo agricultor execute o plantio da sua própria lavoura de autoconsumo nos “moldes” em que lhes foi ensinado pela experiência coletiva fazendo, assim, que cada agricultor tenha as condições técnicas para a produção (saber-fazer, as técnicas de cultivo, preparo do solo, época de semeadura, etc) e o insumo básico para a produção (as sementes ou mudas). No caso desta experiência ser desenvolvida em escolas da rede municipal de ensino, o objetivo é a capacitação e formação dos filhos dos agricultores quanto à importância da produção para autoconsumo para que estes influenciem os pais e, também, os que forem agricultores futuramente, já possuam o corpo do saber necessário e o conhecimento acumulado sobre o assunto, como se referiram Woortmann e Woortmann (1997).

Estas experiências podem ser consideradas como geradoras da segurança alimentar, tal como a definiu Maluf *et all* (2004) para os agricultores, pois além de lhes fornecer o conhecimento e o acompanhamento em uma atividade de formação pedagógica e participativa, esta faz com que cada agricultor, no final do processo, se beneficie com as sementes da produção para autoconsumo gerada, podendo, assim, cultivar a cultura no próximo ano agrícola para a reprodução social e alimentar do seu próprio grupo doméstico¹⁷⁰. O relato de um agrônomo da Emater e de um secretário da agricultura municipal é elucidativo

¹⁷⁰ No caso das hortas, a colheita das verduras, tubérculos e legumes é realizada de forma com que cada agricultor se beneficie de uma parte da produção para ser utilizada no autoconsumo do seu grupo doméstico em particular.

deste tipo de política pública e iniciativa local visando fortalecer a produção para autoconsumo. No primeiro relato, verifica-se que este tipo de trabalho quando é realizado de forma coletiva, é chamado de “hortas comunitárias” ou de “propriedades modelo”. No segundo relato, o secretário da agricultura municipal explicita que o objetivo deste tipo de iniciativa é o de incitar os agricultores que não participaram da experiência formativa, a fazerem igual na sua propriedade.

E1: Nós iniciamos um trabalho de se produzir o que realmente se consome que é, desde a pipoca, o amendoim, as hortaliças no geral que é as hortas comunitárias e até mesmo as hortas familiares. E também vai se trabalhar junto às escolas municipais à propriedade como um todo. [...] Se vai trabalhar nas escolas com os alunos e, posteriormente, se reúne à comunidade em uma propriedade para ser uma “propriedade modelo” para posteriormente através do mutirão se desenvolver em todas essas propriedades [...] (V. A., Engenheiro Agrônomo, Emater).

E2: Se pega uma “propriedade modelo” em cada localidade e depois a própria visão do pessoal de fora em cima desta propriedade vai fazer com que eles melhorem a sua (Entrevista 5, 2004, L. A., Técnico em Agropecuária, SAM).

Em relação ao estímulo da produção para autoconsumo, há também várias políticas públicas e iniciativas locais que visam promover a profissionalização dos agricultores, a formação e informação, a transferência de tecnologia e conhecimentos por parte das instituições e organizações sociais para os mesmos. É o caso de cursos ligados à produção para autoconsumo, a elaboração e preparação de alimentos, de boas práticas de higiene e limpeza das habitações, de higienização correta dos alimentos, de hábitos alimentares saudáveis e corretos, de tratamento da água, de melhor aproveitamento dos alimentos e da chamada “alimentação alternativa”¹⁷¹.

Neste caso, este grupo de políticas públicas e iniciativas locais podem ser divididas em dois grupos distintos em relação ao seu enfoque. Num primeiro grupo, podem-se encontrar as ações de formação e profissionalização dos agricultores em torno da esfera da produção dos alimentos propriamente dita. Este conjunto de atividades geralmente envolve principalmente o público masculino e os jovens, também do mesmo sexo. Neste conjunto de atividades, estão os cursos de formação (uma das principais atividades realizadas), os seminários municipais, os dias de campo, as viagens de estudo e formação, que visam socializar os agricultores com o

¹⁷¹ No caso da alimentação alternativa, encontrou-se durante o trabalho de campo uma experiência importantíssima no que se refere à utilização da soja na alimentação humana. Esta leguminosa historicamente foi utilizada no Alto Uruguai para a venda e não possuía nenhum valor em termos alimentares e nutricionais para a população rural. Contudo, em alguns municípios pesquisados, ela está sendo utilizada para a confecção de produtos de confeitaria e padaria como croquetes, biscoitos, bifés de soja, ambrosias, doces de soja, leite de soja, etc realizando, assim, uma *metamorfose* do papel desta oleaginosa que somente era valorizada em termos de

conhecimento de “novas” alternativas produtivas, tanto ligadas ao autoconsumo familiar como, em alguns casos, visando novos “nichos” mercadológicos e atividades produtivas.

O centro destas iniciativas gravita em torno da formação, capacitação e profissionalização dos agricultores em relação às técnicas de produção do autoconsumo, ou seja, a transmissão do corpo do saber como formularam Woortmann e Woortmann (1997). As atividades de formação e capacitação estão ligadas à esfera da produção do autoconsumo, englobando o repasse de conhecimentos em torno de algumas atividades como: a produção de leite a pasto, a criação da terneira, formação e manejo de pastagens, utilização de caldas e produtos menos tóxicos no combate de doenças e insetos, cursos na área da fruticultura (implantação do pomar, podas, formação, comercialização, etc), derivados de leite, carne e vegetais (agregação de valor), piscicultura, gestão rural, apicultura, dentre outros. Alguns destes cursos ministrados aos agricultores são relatados pelo presidente da Coopac no trecho da entrevista. Verifica-se que os cursos que o informante relata, estão mais voltados à área da produção leiteira e seus derivados, por ser esta a principal atividade que a cooperativa desenvolve junto aos agricultores¹⁷².

[...] A gente fez muitos cursos, cursos de geléia de laranja, bergamota, a gente fez vários cursos de derivados de leite que é para o agricultor fazer o queijo, vários tipos de queijo, fazer bebida láctea, o iogurte, pão de soro, doce de leite, bom, fizemos vários e, em praticamente todas as comunidades do município a gente fez curso com mulheres e homens também para eles aprender a importância da produção de subsistência [...]. Todos estes produtos ai a gente ensinou (Entrevista 19, 2004, A. L., Agricultor familiar, Coopac).

No caso das mulheres e jovens rurais, a capacitação e formação possuem um carácter diferenciado da propiciada aos homens. Nas atividades formativas, como cursos, excursões e reuniões técnicas nas comunidades, estas quase não são profissionalizadas em relação à esfera da produção propriamente dita do autoconsumo. Com estas, as ações e trabalhos visam à educação quanto aos hábitos alimentares saudáveis e corretos, às práticas de higiene e limpeza das habitações e alimentos, à obtenção e o preparo destes, o seu aproveitamento para a alimentação da família, à confecção de novos pratos e receitas, o preparo de chás de ervas medicinais dentre outras profissionalizações¹⁷³. Quando há os chamados Clubes de Mães

venda na forma de grão para o mercado e que hoje passa a integrar os hábitos de consumo e a alimentação de muitas famílias no Alto Uruguai.

¹⁷² Ressalta-se, que a maioria dos cursos ministrados aos agricultores que estão relacionados à produção para autoconsumo são realizados pelas Ematers municipais e não por organizações da agricultura familiar, como no caso citado da Coopac.

¹⁷³ No caso das mulheres, também são ministrados, pela Emater principalmente, vários cursos de confecção de vários tipos de artesanatos e também de cosméticos caseiros como sabões, shampoos, sabonetes, etc, que não são produtos de autoconsumo alimentar, mas servem para autonomizar a reprodução social do grupo doméstico

organizados nas comunidades dos municípios, geralmente, são estes grupos sociais que são procurados pelas instituições locais para se ministrarem cursos e reuniões técnicas sobre o autoconsumo familiar, porque as mulheres já se encontram previamente organizadas, o que facilita o acesso e a execução deste tipo de iniciativa.

Assim, pode-se dizer que, enquanto os homens são socializados com as técnicas de produção dos alimentos, as mulheres, por sua vez, recebem o conhecimento necessário para o seu preparo e aproveitamento para o grupo familiar, assegurando, assim, a segurança alimentar e nutricional dos alimentos consumidos pelo grupo doméstico. Este conjunto de políticas públicas e iniciativas locais que são responsáveis pela formação e capacitação das agricultoras pode ser visualizado pelo relato de um agrônomo da Emater municipal. Note que o informante formula que este é um dos principais trabalhos da Emater com o autoconsumo e que a “*estratégia é de trabalhar com a mulher isso*”, demonstrando a diferenciação por sexo que existe, inclusive, na execução destas ações locais de estímulo ao autoprovisionamento de alimentos.

[...] Mas o principal trabalho que a gente faz com a subsistência é com as mulheres através dos Clubes de Mães. Então é a produção da matéria-prima, é a horta, é o aproveitamento do que ela tem em casa, como ela pode aproveitar melhor, é a laranja, é a bergamota, é o leite, como que faz isso, como que aproveita, as receitas. A nossa estratégia é de trabalhar com a mulher isso (Entrevista 22, 2004, R. B., Engenheiro Agrônomo, Emater).

Ainda dentro do contexto da formação e informação dos agricultores familiares com relação à produção para autoconsumo, existem uma série de políticas públicas e iniciativas locais, que não se constituem em ações e trabalhos “concretos” de geração do autoconsumo junto aos agricultores. É o caso das orientações em reuniões técnicas nas comunidades, nas visitas de extensão às residências dos agricultores e os programas radiofônicos das SAMs, das Ematers e de outras instituições e representações sociais dos agricultores familiares, como os sindicatos e cooperativas de produção agropecuária, que fornecem as informações em torno da importância da produção para autoconsumo. Como formularam os atores locais de desenvolvimento, este tipo de trabalho visa “*conscientizar os agricultores da importância de eles produzirem os seus próprios alimentos*” nas suas unidades de produção e não depender, assim, de compras exteriores assegurando a segurança alimentar das famílias. No caso do Alto Uruguai, pode-se formular que uma das principais políticas públicas e iniciativas de fortalecimento do autoconsumo, é baseada nas prescrições técnicas e nas orientações que os

frente ao contexto social e econômico ou, em alguns casos, até servir como uma pequena fonte de renda alternativa para as famílias no caso da venda destes produtos.

atores sociais de desenvolvimento repassam aos agricultores familiares como forma de conscientizá-los da importância de produzirem os seus próprios alimentos.

Soma-se a isso, a constatação de que uma boa parte das ações e trabalhos das instituições de desenvolvimento locais, são voltadas às atividades agropecuárias comerciais e dinâmicas e não ao autoconsumo familiar, como já se demonstrou anteriormente. Além disso, os atores sociais de desenvolvimento reconhecem que, em grande medida, as políticas públicas e iniciativas locais estão deixando de lado a produção de autoprovimento de alimentos das famílias, como o relato de um secretário da agricultura municipal demonstra. O relato é elucidativo do “esquecimento” que as ações locais de desenvolvimento possuem com relação à produção para autoconsumo, sendo que o informante chega a reconhecer que a Emater, a SAM e a cooperativa local “*estão fazendo pouco neste sentido*” e que “*tem que ser mais forte este investimento técnico na produção de autosubsistência*”¹⁷⁴.

Neste sentido, eu confesso que está um pouco fraca esse fomento a idéias e a produção de autosubsistência [...]. Tanto a Emater, a própria secretaria (da agricultura) como a Cooperativa estão fazendo pouco neste sentido, tem que ser mais forte este investimento técnico na produção de autosubsistência (Entrevista 11, 2004, N. B., Secretário da Agricultura Municipal, SAM).

Também há um consenso das instituições e dos atores sociais de desenvolvimento do Alto Uruguai em torno da importância de se alavancar processos de agroindustrialização e de agregação de valor à matéria-prima proveniente da agricultura familiar, tanto no sentido de fortalecer os processos diferenciados de construção de mercados para os dos agricultores familiares, ao qual aludiu Maluf (1999), bem como com o objetivo de gerar o autoconsumo na forma de produtos transformados e processados nas unidades de produção. Entretanto, o que se percebe neste tipo de política e iniciativa local é a fragmentação das ações, o pouco avanço significativo das iniciativas e a não execução de trabalhos que realmente venham a fortalecer este tipo de atividade¹⁷⁵. No fundo, a limitação é a mesma da constatada para as outras atividades produtivas “inovadoras” do território: a grande dificuldade que as instituições e atores locais se deparam para alavancar processos endógenos de desenvolvimento rural que

¹⁷⁴ O ator social de desenvolvimento usa o termo “autosubsistência” para se referir à produção para autoconsumo.

¹⁷⁵ Dos municípios pesquisados, apenas o de Constantina possui 12 agroindústrias familiares legalizadas e em funcionamento nas áreas dos derivados de carnes, leite e vegetais. Nos demais municípios, as iniciativas neste sentido são menos expressivas ainda em termos de número de famílias na atividade. Para ver os principais motivos do entrave ao desenvolvimento de iniciativas em torno da agroindustrialização da matéria-prima da agricultura familiar na região, as dificuldades de associativismo e de ação coletiva dos agricultores, consultar Pelegrini (2003), já que não é o objetivo na presente pesquisa aprofundar a análise em torno deste tema.

sejam alternativos ao padrão de desenvolvimento agrícola e setorial, a que historicamente os agricultores familiares estão submetidos¹⁷⁶.

Assim, pode-se afirmar que as políticas públicas e iniciativas locais no Alto Uruguai possuem uma ambigüidade fundante, pois fortalecem tanto as atividades produtivas mercantis e dinâmicas dos agricultores familiares, como a produção para autoconsumo. No caso da segunda, alguns tipos de fortalecimento gerados no autoprovisionamento de alimentos decorrem da criação de novas alternativas de inserção mercantil como no caso da bovinocultura de leite e da fruticultura. Neste tipo de ações, o fortalecimento da produção para autoconsumo ocorre de uma forma indireta e secundária na dinâmica das unidades de produção. Em outros casos, há um fortalecimento direto através da construção de hortas, pomares e pequenas lavouras demonstrativas, ou mesmo no caso das orientações institucionais repassadas aos agricultores sobre a importância deste tipo de produção. Assim, pode-se afirmar que, em grande medida, as políticas públicas e iniciativas locais de desenvolvimento estão gerando a segurança alimentar dos agricultores familiares do território, através do estímulo à produção própria de alimentos para as famílias rurais.

Esta dupla lógica das políticas públicas e iniciativas locais no Alto Uruguai pode ser compreendida através dos conceitos de estratégias de adaptação e de reação de Ellis (2000). No caso das ações que incentivam a produção de grãos, *commodities* agrícolas e a integração agroindustrial estas estratégias dos agricultores, dos atores sociais e instituições locais de desenvolvimento são de adaptação ao contexto social e econômico e ao processo de mercantilização dos processos de produção tradicionais. Já no caso dos trabalhos de fortalecimento e apoio a produção para autoconsumo, estes podem ser descritos como estratégias de reação ao contexto histórico do desenvolvimento agrícola do território, pois estas iniciativas visam retomar a produção de autoprovisionamento de alimentos, minorar a vulnerabilização da agricultura familiar e também gerar ações que restabeleçam a segurança alimentar dos agricultores.

¹⁷⁶ Atualmente o Codemau e outras instituições do Alto Uruguai, estão montando um Programa Regional de Qualificação das Cadeias Agroindustriais (2004), que visa o fortalecimento destas atividades e a unificação das ações em termos regionais para a Região do Médio-Alto Uruguai. Como aspectos positivos, destaca-se a abrangência do programa que pode ser considerado como territorial por ser uma política que está sendo pensada

CONCLUSÕES

A presente dissertação procurou analisar o papel da produção para autoconsumo e das políticas públicas e iniciativas locais no Alto Uruguai do Rio Grande do Sul. Com relação à produção para autoconsumo, procurou-se demonstrar que esta possui uma importância fundamental na geração da segurança alimentar para as unidades familiares e para a população da região. Também se demonstrou que a mercantilização e a vulnerabilização da produção de alimentos, são processos simultâneos e estruturais da agricultura familiar do Alto Uruguai, que agem no sentido da fragilização e solapamento das condições de reprodução social e alimentar das famílias. No que se refere às políticas públicas e iniciativas locais de desenvolvimento, pretendeu-se mostrar que as mesmas são ambíguas, pois possuem a sua ação voltada a um aprofundamento do padrão de desenvolvimento, calcado na produção de grãos, de *commodities* agrícolas e na integração agroindustrial, mas também fortalecem, em alguns casos, a produção de autoprovisionamento. Contudo, o estímulo realizado por estas na produção de alimentos, é periférico e secundário na dinâmica das unidades familiares. Neste sentido, a pesquisa pretendeu explicitar que estas políticas públicas e iniciativas locais, em grande medida, reforçam os processos de mercantilização e vulnerabilização da produção para consumo das famílias rurais.

Quanto à problemática social em estudo, pode-se dizer que no período recente, uma parcela cada vez mais significativa dos agricultores familiares do Alto Uruguai vem apresentado dificuldades para garantir sua viabilidade econômica e a sua reprodução social. Estudos recentes mostram que esta situação decorre do próprio “modelo” de desenvolvimento técnico produtivo vigente na região, que induz, crescentemente, os agricultores à inserção mercantil. A alteração dos processos produtivos, cada vez mais dedicados às monoculturas e a mercantilização social e econômica, produziram efeitos diversos na agricultura familiar da região, entre os quais se destaca a diferenciação social entre os agricultores familiares, a

em nível de vários municípios e a cooperação multiinstitucional do mesmo com a participação de diversas

especialização produtiva, uma fragilização social, uma degradação das condições de vida, a vulnerabilização da produção para o autoconsumo, entre outras conseqüências sociais, econômicas e produtivas. Em face deste processo mais geral, este estudo concentrou o seu interesse sobre duas dimensões principais: de um lado, em analisar o processo de fragilização e vulnerabilização da produção para autoconsumo, decorrente das transformações mais gerais antes mencionadas, indicando seus efeitos para a segurança alimentar das famílias. De outro lado, procurou-se estudar em que medida as políticas públicas e iniciativas locais de desenvolvimento, atualmente em vigor, que tem como objetivo fortalecer e ampliar a agricultura familiar, de fato, estão contemplando ações que se destinam a estimular a produção para o autoconsumo e a segurança alimentar.

Neste sentido, ao término desta dissertação, que teve como preocupações centrais o estudo da produção para autoconsumo e as políticas públicas federais e as iniciativas locais correlatas à agricultura familiar e a sua reprodução social e alimentar, vale a pena um questionamento sobre a verdadeira contribuição que a pesquisa fornece ao avanço do conhecimento social sobre o rural brasileiro e para o território do Alto Uruguai em particular. Neste sentido, considera-se que esta dissertação fornece alguns subsídios e reflexões importantes para se pensar o desenvolvimento de territórios mercantilizados, como é o caso do Alto Uruguai. Além disso, o estudo contribui para a compreensão de como se desenvolve a dinâmica de reprodução social e alimentar da agricultura familiar enquanto forma de produção e trabalho hegemônica neste espaço rural.

Desse modo, considera-se que a principal contribuição aportada está em “descortinar” a importância da produção para autoconsumo para a geração de processos endógenos de segurança alimentar nas famílias rurais e no próprio território. Também, fornecem-se subsídios teóricos e reflexivos correlacionados a reprodução social e alimentar da agricultura familiar, demonstrando a importância que possui o autoprovisionamento de alimentos, através dos processos de autosuficiência produtiva e de autonomização das famílias frente ao contexto social, econômico e mercantil. Considera-se que a presente pesquisa também aporta avanços no conhecimento relacionado às políticas públicas estudadas, como o Pronaf e as iniciativas locais de desenvolvimento. Tentou-se demonstrar que estas possuem em sua lógica, como concepção predominante, a idéia da integração mercantil e da especialização dos agricultores em poucas atividades produtivas e econômicas. Neste sentido, as ações praticadas nem sempre focalizam a produção para autoconsumo como uma esfera importante em termos

de fortalecimento da agricultura familiar. Assim, acredita-se que o estudo contribui para que os atores sociais locais, as instituições ligadas ao rural e os formuladores de políticas públicas em todos os níveis do Estado percebam a importância de se criar mecanismos de financiamento e apoio à agricultura familiar que não a focalize meramente do ponto de vista produtivo, comercial e mercantil, mas também do ponto de vista do estímulo da produção para autoconsumo e da segurança alimentar das famílias rurais.

Por outro lado, os resultados objetivos desta pesquisa permitem uma breve digressão sobre algumas referências analíticas que inspiraram este trabalho. A primeira e, talvez, fundamental referência refere-se à idéia da mercantilização da agricultura familiar. Partindo da idéia de Van der Ploeg (1990; 1992), pode-se afirmar que no Alto Uruguai há um processo de mercantilização da agricultura familiar e que este atinge também a esfera da produção de alimentos para consumo das famílias. Contudo, a mercantilização do consumo de alimentos é um processo que possui diferentes graus entre as famílias pesquisadas. Neste sentido, o conceito de mercantilização do consumo foi relevante para a análise de como se desenvolveu este processo junto aos agricultores familiares e de como este tipo de produção sofreu as consequências das transformações técnico-produtivas, econômicas e sociais a partir dos anos 70.

Esta referência também foi utilizada no caso da análise das políticas públicas em que se demonstrou que uma parcela dos agricultores familiares do Alto Uruguai, está dependente do crédito rural e das instituições financeiras oficiais. Esta situação caracteriza-se como um processo de externalização monetária das unidades familiares e um tipo de mercantilização do agricultor familiar que não é produtiva, mas financeira. Ainda no estudo das políticas públicas, esta referência foi fundamental para a descrição das suas ações e os diferentes tipos de estímulos que geram junto aos agricultores familiares. Neste sentido, utilizou-se o conceito de mercantilização do consumo de alimentos para se descrever o processo pelo qual algumas políticas públicas praticadas fortalecem os movimentos de integração mercantil, financiam o aprofundamento do padrão tecnológico, ou mesmo, agem no sentido de mercantilizar a própria produção para consumo, através do reforço das atividades produtivas tradicionais do território como o cultivo de grãos e a integração aos CAIs.

Uma outra referência conceitual inspiradora utilizada, é fornecida por Frank Ellis (2000), com a idéia de vulnerabilização do autoconsumo. Esta referência foi relevante para o entendimento de como a produção de autoprovisionamento das famílias se modificou frente ao contexto mais geral da mercantilização social e econômica da agricultura familiar. Com esta referência também foi possível a análise das situações em que as famílias rurais se

encontram em precariedade social e em insegurança alimentar, descrevendo-se os principais condicionantes e fatores relacionados à ocorrência deste processo no Alto Uruguai. Ainda com relação a este autor, um outro conceito chave ao estudo empreendido é a idéia de diversificação das estratégias de vivência dos agricultores familiares. Esta referência foi útil para discutir as estratégias adotadas pelos agricultores frente ao padrão de desenvolvimento agrícola vigente que é hegemônico no território. Neste sentido, tentou-se “descortinar” as principais causas que levaram o Alto Uruguai a ser um território em que a produção agropecuária (cultivo de grãos, *commodities* agrícolas e a integração aos CAIs), é a principal atividade desenvolvida pelas famílias, quase inexistindo um processo efetivo de diversificação da economia rural e das atividades produtivas.

O conceito de diversificação das estratégias de vivência também serviu de referência na explicitação da hipótese de que, é a produção de alimentos para consumo não vulnerabilizada e mercantilizada das unidades familiares que gera novas estratégias de vivência junto aos agricultores familiares. Neste sentido, a análise das experiências do Programa Fome Zero e das feiras da agricultura familiar são exemplos de diversificação das estratégias de vivência dos agricultores do Alto Uruguai, que foram baseadas na comercialização dos produtos da agricultura familiar (da produção que antes servia ao consumo dos agricultores). A análise destas experiências revelou que a produção da agricultura familiar foi responsável pela geração de novos ativos e fontes de rendas, diversificando o *portfolio* de oportunidades das famílias envolvidas em tais iniciativas.

Ainda com relação à Ellis (2000), foram fundamentais os conceitos de estratégias de adaptação e de reação ao contexto social e econômico. Com estes dois conceitos, conseguiu-se explicitar, primeiro, as diferentes situações sociais, econômicas e produtivas que existem junto aos agricultores familiares da região e as diferentes estratégias que são acionadas em cada caso. Em segundo lugar, estas referências foram úteis para se empreender a análise das políticas públicas e iniciativas locais, mostrando que as mesmas podem tanto adaptar os agricultores às atividades produtivas tradicionais do território, como podem inseri-los numa nova dinâmica produtiva e econômica, que engloba ações que visam reagir à situação social de vulnerabilização e restabelecer a sua segurança alimentar.

Uma outra referência conceitual relevante são os estudos de Afrânio Garcia Jr. (1983; 1989), sobre o caráter de alternatividade da produção para autoconsumo. A alternatividade produtiva estabelece a idéia de que produção para autoconsumo pode ser vendida ou consumida pelos membros do grupo doméstico, dependendo das condições de reprodução social e alimentar, das flutuações de preço e das condições de troca em vigor no mercado. O

conceito de alternatividade produtiva foi utilizado, no caso do Alto Uruguai, para dar conta de duas situações diferentes. A primeira se refere a este caráter da produção para autoconsumo poder cumprir tanto o papel de uma produção mercantil e, ao mesmo tempo, de servir ao consumo alimentar da família. Neste contexto, o uso desenvolveu-se no sentido de discutir o processo de autonomização das unidades produtivas frente ao contexto social e econômico, pois as famílias que possuem a oportunidade de optar entre vender e/ou autoconsumir os produtos de autoprovisionamento, contam com um tipo de estratégia que implica em um maior “jogo de cintura” de tais unidades em relação ao mercado.

A segunda utilidade do conceito de alternatividade produtiva desenvolveu-se no sentido de dar conta da disputa teórica existente entre alguns estudiosos da agricultura familiar, que insistem em definir esta forma social de produção e trabalho como um “setor de subsistência” ou mesmo como uma “agricultura de subsistência”. Neste sentido, o que o conceito de alternatividade produtiva traz de novo para a realidade da agricultura familiar brasileira, é que não existe nenhum tipo de agricultura na atualidade que possa ser caracterizada como sendo somente de “subsistência”. Com o conceito de alternatividade produtiva, pode-se entender a agricultura familiar tanto do ponto de vista das suas estratégias de reprodução social internas ao núcleo doméstico, bem como as suas ligações com o ambiente social e econômico. Neste sentido, pelo conceito de alternatividade, pode-se afirmar que não existe uma “agricultura de subsistência”, como não existe um agricultor familiar totalmente mercantilizado do ponto de vista social e econômico. Este entendimento permite estabelecer, que existem agricultores familiares que possuem sua lógica de produção e reprodução social assentada no mercado e ao mesmo tempo na lógica interna da família (por exemplo, na produção para autoconsumo), como duas esferas integradas dialeticamente e sobrepostas à unidade de produção e ao grupo doméstico, determinando e apontando os “caminhos” e as estratégias pelas quais vai se dar sua reprodução social e alimentar.

No que se refere à realidade social do território em estudo, verificou-se que esta é extremamente ambígua em suas facetas, o que levou à escolha de um referencial teórico que desse conta das contradições sociais encontradas durante o trabalho de campo. Neste sentido, salienta-se a importância do uso de um referencial teórico que permitiu uma compreensão histórica das transformações sociais, econômicas, técnico-produtivas e culturais que o Alto Uruguai conheceu desde a década de 70. Assim, puderam-se explicitar as principais *mudanças* e a *reconstrução da realidade social* ligada à dinâmica da agricultura familiar como, por exemplo, no caso da produção para consumo, em que se demonstrou a ocorrência de um processo histórico de mercantilização e vulnerabilização desta junto às unidades de

produção. Isso também foi realizado no caso do Pronaf, no qual se traçou a sua trajetória de evolução e mudanças que se delinearam no tempo e no espaço rural do Alto Uruguai.

Neste sentido, as principais mudanças sociais que aconteceram no Alto Uruguai, coincidem com o início do processo de transformações na base técnico-produtiva da agricultura, a assim chamada modernização agrícola que se iniciou a partir dos anos 70. Neste movimento histórico, a agricultura familiar ingressou numa etapa de mercantilização social e econômica, na qual os reflexos e contradições deste processo afloraram através da sua crescente integração aos circuitos mercantis de troca e de venda da força de trabalho, no solapamento das condições objetivas em que se assentava a sua reprodução social, no aprofundamento do modelo tecnológico, etc. Além disso, ressalta-se a relevância da especialização produtiva em poucas atividades, basicamente, a produção de grãos e a integração vertical aos CAIs, uma intensa diferenciação social e produtiva entre os agricultores, a fragilização e o empobrecimento do tecido social do território e o surgimento de situações de insegurança alimentar junto às populações rurais. Contudo, estas transformações não atingiram a todos os agricultores da mesma forma. Há os que saíram ganhando neste processo, que se inseriram nesta dinâmica territorial e acumularam capital para continuar se reproduzindo. Por outro lado, há aqueles agricultores que não conseguiram acompanhar esta dinâmica agrícola do território, que se fragilizaram e que estão numa situação de vulnerabilização social e alimentar crescente.

Estas contradições fizeram com que o Alto Uruguai seja conhecido, por um lado, como um grande “celeiro” produtivo devido à expressividade do desenvolvimento agrícola e setorial que ocorre nesta região historicamente. Porém, de outro lado, também é aí que se encontram os mais baixos índices de desenvolvimento humano e social, as situações de fragilidade social e pobreza rural, as baixas rendas agrícolas, o “estreitamento” das condições de reprodução social dos agricultores, a expulsão demográfica de uma grande parte da população, e outros indicadores, que demonstram como este processo também gerou efeitos perversos e negativos. Esta contradição revela, tão somente, a face desigual e ambígua do desenvolvimento do capitalismo na agricultura, pois se trata de um sistema que, ao mesmo tempo amplia a produtividade agrícola e vulnerabiliza a reprodução social de uma forma de produção e trabalho como a agricultura familiar.

Neste processo mais geral de transformações técnico-produtivas, sociais e econômicas da agricultura familiar do Alto Uruguai, uma das esferas que sofreu as conseqüências da mercantilização foi a do consumo familiar de alimentos, que foi vulnerabilizado e externalizado da unidade de produção. Neste sentido, se afirma a primeira hipótese de estudo,

de que a diminuição da importância dada à produção para autoconsumo na dinâmica das unidades de produção familiares, decorre do processo mais geral de mercantilização da agricultura familiar, que fez com que os agricultores se especializassem em poucas atividades produtivas, nos cultivos dinâmicos e comerciais, no aprofundamento do modelo tecnológico, nas atividades rentáveis, etc. Estas transformações técnicas e produtivas que decorrem da mercantilização social da forma familiar é que levou, em grande medida, estes agricultores a uma situação de vulnerabilização de sua reprodução social e alimentar, a uma fragilização do tecido social e até à situações de insegurança alimentar. Neste sentido, este estudo demonstra que a mercantilização social e econômica contribuiu de forma decisiva para vulnerabilizar a reprodução social e alimentar dos agricultores familiares do Alto Uruguai.

Contudo, este processo de mercantilização do consumo de alimentos não atingiu todos os agricultores familiares da mesma forma. Há uma parcela significativa que se mantiveram, relativamente autônomos, ao processo de mercantilização social e econômica em que a produção de autoprovisionamento perfaz montantes extremamente significativos da produção gerada pela família e autoconsumida na alimentação dos membros domésticos. Há ainda outros, que mesmo sendo bastante mercantilizados do ponto de vista social e econômico continuam possuindo a produção para consumo não vulnerabilizada na dinâmica da sua unidade familiar. Deste modo, pode-se dizer, que a produção de alimentos para o consumo, de uma maneira geral, foi mercantilizada no território, mas ainda há famílias que guardam o corpo do saber e as técnicas de produção responsáveis pela sua autonomia alimentar.

Este processo pode ser descrito como uma estratégia de adaptação, conforme definiu Ellis (2000), e de esforço de conservação dos conhecimentos, métodos de cultivo e produção herdados do sistema agrícola colonial, no qual a produção de alimentos não se encontrava mercantilizada. Pode-se dizer, enfim, que a produção para consumo possui diferentes graus de mercantilização entre os agricultores familiares do Alto Uruguai, como formulou Van der Ploeg (1990; 1992). Esta é uma característica também muito variável entre as situações sociais dos agricultores, sendo que os principais fatores que influem na sua diferenciação são: o tamanho da unidade de produção, o tipo de relevo (fertilidade do solo, declividade, etc) e as condições agronômicas, as diferentes inserções mercantis dos agricultores, o sistema produtivo desenvolvido, as atividades econômicas e produtivas praticadas e o saber-fazer dos agricultores.

Verificou-se que é nesta parcela de agricultores que a mercantilização social e econômica não vulnerabilizou e solapou a produção de alimentos para consumo das famílias, que se encontram os agricultores em melhores situações em termos de qualidade de vida e de

bem estar social. Isso se deve ao fato da produção para autoconsumo possuir um papel importante na geração dos princípios da segurança alimentar junto aos agricultores que a possuem. Estes princípios são: o do acesso e disponibilidade dos alimentos, a qualidade nutricional destes, o fornecimento das quantidades permanentes e suficientes à alimentação do grupo doméstico e, ainda, a obtenção de uma alimentação que responde aos hábitos de consumo históricos das famílias rurais do Alto Uruguai. Ressalta-se, ainda, que a produção para autoconsumo também gera um processo de autonomização das famílias frente ao contexto social e econômico, pois aquelas que são autosuficientes na produção de alimentos, dependem muito menos de compras externas e de recursos monetários para executar tal operação. Neste contexto, a produção para autoconsumo também propicia a alternatividade produtiva da unidade de produção familiar, podendo os membros desta, decidir entre vender e/ou autoconsumir a produção própria de alimentos.

Além disso, este tipo de produção é que fornece a base material e produtiva pela qual vai se desenvolver os processos de diversificação das estratégias de vivência dos agricultores familiares, como se referiu Ellis (2000). Neste sentido, pôde-se confirmar a segunda hipótese de pesquisa através da análise empreendida do Programa Fome Zero e também com relação às “feiras da agricultura familiar” nas quais se verificou que estas experiências geraram novas estratégias de vivência e de desenvolvimento junto aos agricultores que participavam de tais iniciativas. Estas estratégias de vivência geradas pela produção de alimentos da agricultura familiar se referem à possibilidade dos agricultores comercializarem este tipo de produção para o poder público, no caso do Programa Fome Zero e, também, para a população do Alto Uruguai, no caso das feiras da agricultura familiar, fazendo com que as famílias envolvidas em tais iniciativas pudessem diversificar o seu *portfolio* de oportunidades, rendas e ativos. Assim, a hipótese de que a produção de alimentos (de autoconsumo) possui um papel importante na geração da segurança alimentar e nos processos de diversificação das estratégias de vivência junto aos agricultores familiares do Alto Uruguai, revelou-se adequada.

Além destas “funções” que a produção de alimentos assume diretamente ligada à reprodução social e alimentar dos agricultores familiares, esta também possui um papel importante na geração do abastecimento e da segurança alimentar das demais populações do Alto Uruguai. Isto foi verificado com a análise da experiência da compra pública local de produtos da agricultura familiar para o Programa Fome Zero no município de Constantina e no caso das “feiras da agricultura familiar”. Nestas duas experiências, a agricultura familiar além de produzir para o seu autoprovisionamento produz, também, excedentes de alimentos

(que antes eram autoconsumidos pelas famílias) que são oferecidos para a mitigação da fome, dos processos de insegurança alimentar e para o abastecimento local do território, contribuindo, assim, para que não haja a vulnerabilização da reprodução social e alimentar da população do mesmo. Este papel preenchido pela produção de alimentos da agricultura familiar, decorre deste tipo de produção propiciar a geração de alguns dos princípios norteadores do conceito de segurança alimentar junto à população do Alto Uruguai, como: a qualidade nutricional dos alimentos, as quantidades suficientes e permanentes destes, o acesso e a disponibilidade de alimentos e, o fornecimento de uma alimentação de acordo com os hábitos de consumo “arraigados” historicamente neste espaço rural. Assim, a agricultura familiar além de se autoprovisionar, produz alimentos para as demais populações do território garantindo, em parte, o abastecimento e segurança alimentar destas.

Contudo, as ambigüidades do desenvolvimento agrícola do Alto Uruguai e a fragilização da agricultura familiar desta região, não são os únicos processos sociais em curso no território em análise. Há também os efeitos das políticas públicas e iniciativas locais de desenvolvimento que devem ser avaliados do ponto de vista de se elucidar qual o estímulo que as mesmas estão destinando para os agricultores familiares. Neste sentido, as contradições também residem no impacto e nas concepções que perpassam as instituições de desenvolvimento, as políticas públicas e as iniciativas locais praticadas visando ações de apoio à agricultura familiar. Na verdade, estas acabam sendo uma maneira de reforçar o padrão de desenvolvimento agrícola que, em larga medida, é o responsável pelo solapamento da reprodução social e alimentar dos agricultores familiares.

Neste sentido, as políticas públicas praticadas são contraditórias em termos do *tipo* de estímulos que estão desenvolvendo junto à agricultura familiar do Alto Uruguai. Este fortalecimento é, de uma forma geral, baseado na mercantilização social e econômica das unidades de produção familiares, na integração mercantil, no incremento do padrão tecnológico e produtivo, na especialização produtiva em torno do cultivo de grãos e *commodities* agrícolas como o milho, a soja, o fumo, etc, e na integração aos CAIs da suinocultura e avicultura. Neste sentido, o fortalecimento da produção para autoconsumo acontece somente de uma forma *periférica* e *secundária* na dinâmica das unidades de produção, pois as concepções que perpassam as políticas como o Pronaf e as iniciativas locais de desenvolvimento, não enfocam o autoprovisionamento alimentar das famílias como uma dimensão relevante da reprodução social das mesmas.

Observou-se este processo através da análise do Pronaf como política pública para a agricultura familiar do Alto Uruguai. Para o caso estudado, comprovou-se que o principal

fortalecimento que o Pronaf gera na agricultura familiar, vem de encontro ao padrão de desenvolvimento produtivista, que é hegemônico no território. Neste contexto, as suas ações se desenvolvem no sentido de mercantilizar social e economicamente os agricultores familiares, de financiar o padrão tecnológico vigente, de aprofundar o processo de especialização produtiva e de manter a dependência estrutural dos agricultores familiares ao crédito rural e às instituições financeiras oficiais. Esta política também mantém o viés do desenvolvimento agrícola e setorial do território, não financiando atividades produtivas e econômicas com ligação intersetorial como, por exemplo, a pluriatividade e as atividades não agrícolas. Deste modo, o Pronaf contribui muito pouco para que possa emergir uma nova ruralidade econômica e social, uma gama de atividades produtivas alternativas de fontes de renda, de ativos e de capitais, que diversifiquem o *portfolio* de oportunidades e as estratégias de vivência dos agricultores familiares, como se referiu Ellis (2000).

No caso da produção para autoconsumo, o fortalecimento que o Pronaf Crédito gera é distinto entre as suas duas linhas de financiamento: o Custeio e o Investimento. No caso do Custeio, o Pronaf fortalece principalmente a especialização produtiva via o cultivo de grãos e *commodities* agrícolas como o milho, a soja e o fumo, além da modalidade do Pronaf Rotativo, que também é aplicado nestas culturas. A produção para autoconsumo somente é fortalecida de forma periférica através da aplicação de uma parte dos recursos ou dos insumos, que seriam destinados às culturas dinâmicas, nos cultivos para consumo. O mesmo ocorre na produção de milho das unidades familiares, que entra como um insumo na produção de carnes que são utilizadas para a alimentação da família. Já o Pronaf Investimento, apóia a produção de alimentos de uma forma indireta através da criação da infra-estrutura rural das unidades de produção. Também gera um estímulo de forma direta, no caso da fruticultura e da bovinocultura de leite, que são atividades que possuem o caráter da alternatividade produtiva na dinâmica de tais unidades.

Contudo, o processo de fortalecimento da produção para autoconsumo gerado pelo Pronaf, deve ser minorado *vis-a-vis* o movimento mais amplo de apoio a mercantilização e a especialização produtiva em curso no Alto Uruguai. Neste sentido, vale resgatar a terceira hipótese formulada, de que o Pronaf não fortalece o autoconsumo e também não propicia a diversificação das estratégias de vivência dos agricultores familiares. A pesquisa demonstrou que esta hipótese não se confirma integralmente e, portanto, deve ser relativizada, pois o Pronaf mesmo que, periféricamente e, em alguns poucos casos de forma direta, possui ações que geram estímulos favoráveis ao autoconsumo, principalmente na sua linha de Investimento. De certa forma, o programa também está propiciando uma diversificação das

estratégias de vivência dos agricultores, mesmo que ainda de uma forma tímida e pouco significativa. Assim, pode-se dizer que o Pronaf, em alguma medida, tem gerado a segurança alimentar dos agricultores familiares do território através do fortalecimento do autoprovisionamento alimentar das famílias.

Já no caso das políticas públicas e iniciativas locais praticadas pelas instituições de desenvolvimento nos municípios, estas possuem uma dupla lógica de ação sobre as unidades de produção. Por um lado, geram o reforço do padrão agrícola e setorial de desenvolvimento, incentivando atividades produtivas ligadas à especialização produtiva como no caso do plantio de grãos, *commodities* agrícolas e a integração vertical aos CAIs. Entretanto, de outro lado, elas fortalecem a produção de alimentos para consumo familiar com uma gama diversificada de políticas e trabalhos dos quais se destacam: a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural voltados ao autoconsumo; os incentivos a atividades como a fruticultura e a bovinocultura de leite; os cursos, capacitações e profissionalizações dos agricultores relacionados à produção, preparo e consumo dos alimentos; os trabalhos em torno do tratamento de águas e do saneamento básico nos espaços rurais e; as orientações e “conscientizações” de caráter geral sobre a importância da produção para autoconsumo na alimentação e bem estar das famílias.

Comparando-se estas políticas públicas e iniciativas locais que visam à inserção mercantil das unidades de produção *vis-a-vis* às políticas de apoio à produção para autoconsumo familiar, pode-se afirmar que se encontra uma maior gama destas agindo no sentido do reforço da produção comercial e mercantil das unidades familiares. Assim, quanto à terceira hipótese formulada, de que as políticas públicas e ações locais não enfocavam o fortalecimento da produção para autoconsumo e o desenvolvimento rural de uma forma diversificada, pode-se afirmar que esta se confirma apenas parcialmente, pois uma parte significativa das políticas e ações locais tem como base o apoio à produção para autoconsumo. De outro lado, estas políticas e iniciativas também geram, mesmo que de uma forma não central em sua lógica, um desenvolvimento que pode ser descrito como diversificado em relação a algumas atividades produtivas, mesmo que estas mantenham o seu viés setorial. Deste modo, pode-se afirmar que as políticas públicas e iniciativas locais das instituições e atores sociais de desenvolvimento, em grande medida, desenvolvem ações que estão gerando um fortalecimento da produção para autoconsumo e, assim, conseqüentemente, criando condições reais para que surjam processos concretos de estímulo à segurança alimentar dos agricultores familiares.

Neste sentido, pôde-se concluir de uma maneira geral com o estudo empreendido, que a agricultura familiar do Alto Uruguai passou por um processo histórico de transformações sócio-econômicas e produtivas, que implicaram em uma fragilização das condições de reprodução social desta forma de produção e trabalho. Neste movimento, a produção para consumo de alimentos das famílias rurais sofreu dois processos: o de mercantilização e o de vulnerabilização, que são entendidos como problemas estruturais da agricultura familiar da região. Por outro lado, as políticas públicas que poderiam ser os instrumentos de transformação deste cenário social, econômico e produtivo acabam, em muitos casos, por reforçar e estimular as atividades produtivas e o padrão de desenvolvimento que é responsável, em parte, pela mercantilização e vulnerabilização descritos anteriormente. Neste sentido, mesmo que algumas iniciativas locais e políticas públicas apoiem ações de fortalecimento da produção de autoprovimento, a maioria destas não o fazem de uma maneira central em sua lógica, mas periférica e secundária.

Assim, ao término desta dissertação que teve como preocupação central o estudo do papel da produção para autoconsumo, das políticas públicas e iniciativas locais de desenvolvimento, tentou-se responder a alguns questionamentos de pesquisa que inquietavam o autor desde longa data. Contudo, sabe-se que na pesquisa social a resposta de uma pergunta, tanto de forma parcial como integral sempre remete a novas perguntas, dúvidas ou abre novos horizontes de trabalho e investigação. Assim, esta dissertação de mestrado se constitui, desde então, como o início de uma trajetória de pesquisas que o autor se coloca, desde já, o desafio de consolidar nos próximos anos, nas temáticas correlatas à agricultura familiar e ao desenvolvimento rural. Deste modo, a realização deste estudo possibilitou a abertura de novos horizontes de pesquisa e investigação e as reais possibilidades de concretização das mesmas, talvez, através de um doutoramento nos anos vindouros.

Com relação à continuidade da realização de estudos no âmbito do rural, esta dissertação abriu novos horizontes de pesquisa e inquietações em torno da temática da agricultura familiar e do desenvolvimento rural. Uma delas, que perpassou quase toda a dissertação e que não pode ser abordada na presente pesquisa, é a dos hábitos de consumo dos agricultores familiares. Além de demonstrar a importância da produção para autoconsumo para a reprodução social e a segurança alimentar das famílias rurais, seria também interessante à elaboração de um estudo que avaliasse os hábitos de consumo diários dos agricultores, no que se refere ao preparo dos alimentos, as refeições realizadas, os tipos de alimentos consumidos, o número de refeições diárias, a composição nutricional dos alimentos,

as relações de poder dentro da família no que se refere à produção, obtenção e alimentação, etc.

Um outro conjunto de temáticas que se abrem para a pesquisa nos próximos anos, é o estudo de assuntos poucos abordados com relação à agricultura familiar, já que as investigações focalizam esta, geralmente, do ponto de vista econômico e produtivo. Estes temas seriam a análise das relações de gênero no interior do núcleo familiar, das relações de poder e hierarquia do grupo doméstico, os padrões de herança, o parentesco, etc. Ou seja, um “olhar” sobre dimensões sociológicas e antropológicas das famílias que a maioria dos estudos deixam de lado e que são importantes na reprodução social, moral e simbólica das mesmas. É neste sentido que se espera contribuir de agora em diante.

Quanto ao aprendizado que fica a partir da elaboração deste estudo, vale salientar a “bagagem” teórica e de conhecimentos práticos para a vida de pesquisador e profissional da área do desenvolvimento rural. Outro aprendizado importante foi retirado do processo de pesquisa no que se refere à realidade social em torno da agricultura familiar, em que se constatou que esta se apresenta como um processo complexo e multifacetado. Neste sentido, a explicação de um determinado processo social, que a primeira vista parece simples, muitas vezes, esconde meandros que não podem ser negligenciados, pois se corre o risco de cair em elaborações grosseiras e que em nada ajudam a explicar o objeto em estudo. Assim, a tarefa que parece factível de ser realizada pelos estudiosos do “mundo” rural, é a de tentar explicar até as pequenas coisas, as contradições e questões destoantes das centrais, pois, muitas vezes, é nestas que se encontram as evidências empíricas fundamentais que ajudam a elucidar um determinado objeto em estudo, no sentido de tentar exaurir o máximo possível a realidade social em suas múltiplas faces.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas-SP: Hucitec, 2ª Ed., 275p.,1998. (Coleção Estudos Rurais).
- ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J. E. **Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. Brasília-DF, Convênio FIPE/IPEA 07/97. 51p., Abril de 1999. (Texto para discussão n. 641).
- ABRAMOVAY, R. **Relatório Institucional da Secretaria da Agricultura Familiar**. Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/Projeto BRA/98/012, Contrato n° 2002/001521. Relatório Final: São Paulo/Brasília, 41p., 2002.
- _____ **O futuro das regiões rurais**. Editora da UFRGS: Porto Alegre-RS, 149p.,2003. (Coleção Estudos Rurais).
- ANDRADE DA SILVA, E. R. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Relatório Técnico das Ações Desenvolvidas no Período 1995/1998**.Brasília-DF. IPEA, 48p., 1999. (Texto para discussão n. 664).
- ALMEIDA, B. M. W. **Redescobrimo a família rural**. ANPOCS, n. 1, v. 1, p. 66-83, Junho de 1986.
- ALTMANN, R. **A agricultura familiar e os contratos: reflexões sobre os contratos de integração, a concentração da produção e a seleção de produtores**. Florianópolis – SC, 112p., 1997.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. PNUD/IPEA/IBGE/FJP, 1998.
- BELIK, W. *et all.* O financiamento da produção agrícola brasileira na década de 90: ajustamento e seletividade. In: LEITE, S, P. (Org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Editora da UFRGS: Porto Alegre/RS, pp. 95-120, 2001.

BELIK, W. *et all.* **Políticas de combate à fome no Brasil.** São Paulo em Perspectiva, 11p., 2001.

BRUM, A. J. **Modernização da agricultura: trigo e soja.** Editora Vozes: Petrópolis, 200p., 1987.

_____ (Coord.) **Perfil Agropecuário da Região do COREDE do Médio Alto Uruguai.** Editora da URI: Frederico Westphalen, 218p., 1999.

BUAINAIN, A. M *et all.* **Agricultura familiar e novo mundo rural.** *In:* XL Congresso Brasileiro de Sociologia e Economia Rural. Passo Fundo: Anais, SOBER, 2002.

CADONÁ, L. A. **O movimento de grupalizações na pequena produção familiar de Frederico Westphalen-RS: análise e perspectivas.** Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural/UFSM. Santa Maria, 165p., 1993.

CAMPANHOLA, C. *et all.* **Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais.** Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 17, n. 1, p. 11-40, 2000.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito: um estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida.** Livraria Duas Cidades: São Paulo, 7ª Edição, 284p., 1987.

CARNEIRO, M. J. **Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf.** *In:* Estudos Sociedade e Natureza. Rio de Janeiro-RJ, Revista Semestral, n. 8, p. 70-82, abril de 1997.

_____ **Em que consiste o familiar da agricultura familiar?** Anais: Oficina de Atualização Temática ORNAs (ocupações rurais não-agrícolas). Londrina/PR, p. 153-163, 17 a 19 de outubro de 2000.

_____ **Do rural e do urbano: uma nova terminologia para uma velha dicotomia ou e reemergência da ruralidade.** II Seminário sobre o Novo Rural Brasileiro. NEA-Instituto de Economia-UNICAMP, Texto 7, Campinas: outubro de 2001.

CHAVES FEIJÓ, R. L. **Avaliação preliminar do impacto do Pronaf na produtividade da agricultura familiar.** *In:* XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Juiz de Fora-MG, CD-Roan, 22p., 2003.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina.** Buenos Aires: Editora Nueva Vision, 342p., 1974.

_____ Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. *In:* GRAZIANO DA SILVA J.; STOLKE, V. **A questão agrária.** Editora Brasiliense: São Paulo, p. 133-163, 1981.

- CODEMAU. **Programa regional de qualificação das cadeias agroindustriais**. Frederico Westphalen-RS, 18p., 2004.
- COLE, D. M. **Colonos, agricultores familiares e pluriatividade: um estudo de caso no município de David Canabarro e na microrregião do Alto Taquari/RS**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS. Porto Alegre, 205p., 2003.
- COLOGNESE, S. A. *et all.* A técnica de entrevista na pesquisa social. *In*: BAETA NEVES, C. E. ; BAUMGARTEN CORRÊA, M. **Pesquisa social empírica: métodos e técnicas**. Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFRGS. Cadernos de Sociologia, n. 9, pp. 143-160, 200p., 1998.
- CONTERATO, M. A. **A mercantilização da agricultura familiar do Alto Uruguai/RS: um estudo de caso no município de Três Palmeiras**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS. Porto Alegre, 189p., 2004.
- COUTO, E. P. *et all.* **Segurança alimentar e desenvolvimento no Brasil**. XLI Congresso Brasileiro de Sociologia e Economia Rural. Juiz de Fora: Minas Gerais, CD-Roan, 27 a 30 de julho de 2003.
- DELGADO, N. G. Política econômica, ajuste externo e agricultura. *In*: LEITE, S, P. (Org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Editora da UFRGS: Porto Alegre/RS, pp. 15-52, 2001.
- ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University Press, 273p., 2000.
- EMATER *et all.* **Questionário sobre o SANS às famílias do meio rural e urbano da região do Médio-Alto Uruguai**. Realizado através do Fórum Regional de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, 2002.
- EMATER. **Diagnóstico da realidade municipal**. Escritório Municipal de Taquaruçu do Sul, 28p., 2002.
- _____ **Feira ecológica da agricultura familiar de Constantina: comercialização associativa**. Escritório Municipal da Emater de Constantina, 4p., sd.
- ENDERLE, A. T. **Palmitinho, origem e trajetória histórico-cultural**. Editora da URI: Frederico Westphalen-RS, 400p., 1996.
- FAO. **Seguridad alimentaria como estrategia de desarrollo rural**. 28ª Conferencia Regional de la FAO para América Latina y el Caribe. Guatemala, 14p., Abril de 2004.

FERREIRA, B. *et all.* A agricultura familiar e o Pronaf: contexto e perspectivas. *In:* GARCIA GASQUES, J.; CONCEIÇÃO, J. C. (Orgs). **Transformações da agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2001.

FRIEDMANN, H. Simple Commodity Production and Wage Labour in the American Plains. London. **Journal of Peasant Studies**, v. 6, n. 1, 1978a, p. 71-100.

_____ World market, State and Family Farm: social bases of household production in the era of wage labour. Cambridge. **Comparative Studies in Society and History**, v. 20, n. 4, 1978b, p. 545-586.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). Núcleo de Contabilidade Social, 2001.

_____ Disponível em < [http:// www.fee.tche.br](http://www.fee.tche.br).> Acesso em 09/04/2004.

GARCES PARES, A. C. Estado e modernização: a função do crédito agrícola e da política de garantia de preços mínimos. *In:* FIGUEIRADO, V. (Coord.). **Estado, Sociedade e tecnologia agropecuária**. Sd.

GARCIA JR., A. R. **Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores**. Editora Paz e Terra: Rio de Janeiro, 236p., 1983. (Coleção Estudos sobre o Nordeste).

_____ **O sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. Marco Zero: São Paulo; Brasília, DF, Editora Universitária de Brasília; MCT-CNPq, 285p., 1989.

GIL, C. A. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. Editora Atlas S. A.: São Paulo, 5ª Edição, 1999.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. Editora Hucitec: São Paulo, 210p., 1981.

_____ **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Instituto de Economia: Unicamp, 217p., 1987.

_____ **Tecnologia e agricultura familiar**. Editora da UFRGS: Porto Alegre/RS, 238p., 1999.

GRAZIANO DA SILVA, J. *et all.* **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. *In:* Ministério do Desenvolvimento Agrário/Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 110p., 2001.

GODOY, W. I. *et all.* **Feiras livres: valorização de um sistema local de comercialização**. *In:* XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Juiz de Fora/MG, Cd-Roan, 15p., 2003.

GOODMAN, D. *et all.* **Da lavoura as biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional.** Rio de Janeiro: Editora Campus, 192p.,1990.

GÖRGEN, FREI S. A. *ofm.* **A resistência dos pequenos gigantes: a luta e a organização dos pequenos agricultores.** MPA. Editora Vozes: Agosto de 1998, 103 p.

HAYAMI, Y. & RUTTAN, V. W. **Uma teoria de mudança técnica e institucional.** p. 89-136, 1971.

HEREDIA, B. M. A. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil.** Editora Paz e Terra: Rio de Janeiro, 164p., 1979. (Série Estudos sobre o Nordeste).

INCRA/FAO. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto.** Brasília-DF. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, 74p., 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agropecuário, 1970.

_____ Censo Agropecuário, 1975.

_____ Censo Agropecuário, 1980.

_____ Censo Agropecuário, 1985.

_____ Censo Agropecuário, 1995/96.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico, 1970.

_____ Censo Demográfico, 1980.

_____ Censo Demográfico, 1991.

_____ Censo Demográfico, 2000.

KAGEYAMA, A. **Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos.** Projeto Rurbano, Instituto de Economia-Unicamp, 1998.

KAUTSKY, K. **A Questão Agrária.** São Paulo: Editora Nova Cultural, Tradução: Otto Erich Walter Maas, 1986. (Coleção Os Economistas).

KIYOTA, N. *et all.* **Agricultura familiar e suas estratégias de comercialização: um estudo de caso no município de Capanema – Região Sudoeste do Paraná.** In: XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Cd-Roan, 20p., 2000.

JORNAL FOLHA DO NOROESTE. **Prejuízos com a estiagem são maiores a cada dia que passa.** Página Geral, p. 12, 26 de março de 2004.

JORNAL O ALTO URUGUAI. **Médio Alto Uruguai lidera expansão da fruticultura no estado.** p. 12, 1º de Maio, 2004.

LEITE, S. P. Padrão de financiamento, setor público e agricultura no Brasil. In: LEITE, S, P. (Org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Editora da UFRGS: Porto Alegre/RS, pp. 53-94, 2001.

_____ **Orçamentos familiares e estratégias socioeconômicas em assentamentos rurais: apontamentos ao debate sobre multifuncionalidade da agricultura brasileira**. In: Seminário franco-brasileiro de pesquisa sobre a multifuncionalidade da agricultura. Florianópolis/SC, 23p., 2003.

_____ Autoconsumo y sustentabilidad em la agricultura familiar: una aproximación a la experiencia brasilena. In: BELIK, W. **Políticas de seguridad alimentaria y nutrición en América Latina**. Editora Hucitec: FAO-FEDEPAL, São Paulo, pp. 123-181, 375p., 2004.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: O Processo de Formação do Mercado Interno para a grande Indústria**. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 3ª Edição, Vol. I e II, Tradução: José Paulo Netto, 1988. (Coleção Os Economistas).

MALUF, R. S. **Ações públicas locais de abastecimento alimentar**. São Paulo-SP, Polis Papers: Polis Assessoria, Formação e Estudos em Políticas Sociais, n. 5, 42p., 1999.

_____ Políticas agrícolas e de desenvolvimento rural e a segurança alimentar. In: LEITE, S. (Org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Editora da universidade/UFRGS, p. 145-168, 2001.

MALUF R. S. *et all*. **Caderno 'segurança alimentar'**. Disponível em < <http://www.zooide.com/> >, 35p. Acesso em 11/02/2004.

MANN, S.; DICKINSON, J. **Obstáculos ao desenvolvimento da agricultura capitalista**. Literatura Econômica: São Paulo, v. 9, n. 1, p. 7-26, 1987b.

MANUAL OPERACIONAL DO PRONAF: **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Ministério da Agricultura e Abastecimento: Secretaria de Desenvolvimento Rural. Brasília-DF, 47p., 1996.

MARSDEN, T. New rural territories: regulating the differentiated rural spaces. **Journal of Rural Studies**. Vol. 14, N. 1, p. 107-117, 1998.

MARTINS, J. S. **Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade brasileira**. São Paulo: Pioneira. 161p., 1975.

_____ **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 5ª edição, 185p., 1995.

_____ **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Editora Vozes: Petrópolis-RJ, 2ª Edição, 228p. 2003.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Instituto PIAGET: Lisboa, Tradução: José Luís Coutinho. 520p., 1997.

MEDEIROS, L. S. **Trabalhadores rurais, agricultura familiar e organização sindical**. São Paulo em Perspectiva: Revista da Fundação SEADE. V. 11, n. 2, p. 65-72, Abr-jun/1997.

MENASCHE, R. **Os grãos da discórdia e o risco à mesa: um estudo antropológico das representações sociais sobre cultivos e alimentos transgênicos no Rio Grande do Sul**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 283p., 2003.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E REFORMA AGRÁRIA. **Política agrícola diferenciada para o pequeno produtor: situação atual, recomendações e medidas operacionais**. Relatório Final da Comissão Técnica - Portaria MAARA 682/93 e 42/93. Brasília-DF, 52p., 1993.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO (MA). **Agricultura família, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural: política de desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado**. Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR). Brasília-DF, Versão preliminar, 36p., março de 1999.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA)/SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (SDT). **Referências para um programa territorial de desenvolvimento rural sustentável**. Brasília – DF, Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF). Documento produzido em cooperação com o IICA, 20p., setembro de 2003.

MORUZZI MARQUES, P. E. **Concepções concorrentes em torno das políticas públicas de apoio à agricultura familiar: uma releitura sobre a construção do PRONAF**. In: XLII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Cuiabá-MS, CD-Roan, 16p., Julho de 2004.

NAVARRO, Z. Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil (1978-1990). In NAVARRO, Z. (ORG). **Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre-RS: Editora da Universidade/UFRGS, p. 62-105, 228 p., 1996.

_____ **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. São Paulo: USP – Instituto de Estudos Avançados. Revista Estudos Avançados, Vol. 15, n. 43, 18p., Dezembro de 2001.

- OLIVEIRA VILELA, S. L. **Qual Política para o Campo Brasileiro? (Do Banco Mundial ao Pronaf: a trajetória de um modelo?)**. Natal-RN. *In: XXXV Congresso de Economia e Sociologia Rural. SOBER*, 3 a 7 de Agosto de 1997.
- PELEGRINI, G. **Estudo dos fatores condicionantes do processo de formação e atuação das associações de agroindústria familiar: o caso do município de Palmitinho-RS**. Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural/UFSM. Santa Maria, 161p., 2003.
- PIRAN, N. **Agricultura familiar: lutas e perspectivas no Alto Uruguai**. Erechim: EdiFAPES, 11, 192p., 2001. (Série Pensamento Acadêmico).
- PLANO NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR. Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária. Brasília-DF, 56p., 1995.
- PLANO SAFRA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR 2003/2004. Disponível em < <http://www.pronaf.gov.br> >. Acesso em 10/02/2004, 13p., 2003.
- PLEIN, C. **As metamorfoses da agricultura familiar: o caso do município de Iporã D`Oeste, Santa Catarina**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS. Porto Alegre, 156p., 2003.
- PROGRAMA RADIOFÔNICO DO SINDICATO DE TRABALHADORES RURAIS DE PALMITINHO. Palmitinho-RS, 06/02/2004.
- PROGRAMA FOME ZERO. **Termo coletivo de adesão e responsabilidade**. Convênio n. 4310002/2003 – Conab/Coopac, 13p., 2003.
- PROJETO COMPRA LOCAL DOS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR. Proponente: Cooperativa de Produção Agropecuária Constantina Ltda (Coopac), Dezembro de 2003.
- PROJETO FOME ZERO. **Uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil**. Disponível em < <http://www.fomezero.gov.br> >, 118p., Outubro de 2001.
- PRONAF. **Manual de Crédito Rural Plano de Safra da Agricultura familiar – 2004/2005**. Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria da Agricultura Familiar. Brasília-DF, Disponível em < <http://www.pronaf.gov.br> >. Acesso em agosto de 2004, 28p., 2004.
- TAVARES DOS SANTOS, J. V. **Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. Editora Hucitec: São Paulo, 2ª Edição, 182p., 1984.
- RICOTTO, A. J. *et all*. **Intereses y significados sociales en una red alternativa de producción y comercialización para la agricultura familiar: el caso de las ferias francas de Misiones, Argentina**. *In: XL Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, Cd-Roan, 16p., 2002.

RIZZATTI, M. E. C. **Aspectos Significativos da História de Frederico Westphalen**. Editora Marin, 338p., 1996.

REIS, J. Modos de industrialização, força de trabalho e pequena agricultura: para uma análise da articulação entre a acumulação e a reprodução. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. n. 15/16/17, p. 225-260, 1985.

_____ Território e sistemas produtivos locais: uma reflexão sobre as economias locais. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. n. 25/26, p. 127-141, 1988.

RENK, A. **Sociodicéia às avessas**. Editora Grifos: Chapecó-SC, 440p., 2000.

ROCHE, J. **A colonização alemã e o Rio Grande Do Sul**. Editora Globo: Porto Alegre. Coleção Província, v. 1, 401 p., 1969.

RÜCKERT, A. A. **Metamorfoses do território: a agricultura de trigo-soja no Planalto Médio Riograndense, 1930/1990**. Editora da UFRGS: Porto Alegre/RS, 2004.

SACCO DOS ANJOS, F.; SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e pluriatividade no Rio Grande do Sul: a emergência de uma nova ruralidade**. Pelotas, 2003. [Relatório Final – Projeto de pesquisa CNPq – UFPel (PPGA)/UFRGS (PGDR)] (*in press*).

SACCO DOS ANJOS, F. *et all*. **Abrindo a caixa-verde: estudo sobre a importância do autoconsumo na agricultura familiar gaúcha**. In: XLII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. SOBER: Cuiabá – MT, Cd-Roan, 22p., 2004.

SARACENO, E. **La experiencia europea de desarrollo rural y su utilidad para el contexto latinoamericano**. Grupo de Asesores Políticos (Group of Policy Advisers) - Comisión Europea, 14p., sd.

_____ Recent Trends in rural Development and Their Conceptualisation. **Journal of Rural Studies**. v. 10, n. 4, pp. 321-330, 1994.

_____ **“O conceito de ruralidade: problemas de definição em escala européia”**. Programa de Seminários INEA sobre desenvolvimento nas áreas rurais. CRES/Udine, Métodos de análise e políticas de intervenção, Roma, 30 de outubro de 1996.

SCHEJTMAN, A. La cuestión urbana en el desarrollo rural: elementos para una reformulación de las políticas. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (Editores). **O Novo Rural Brasileiro: políticas públicas**. EMBRAPA-Meio Ambiente, V. 4, pp. 17-49, 2000.

SCHEJTMAN, A.; BERDEGUÉ, J. A. **Desarrollo territorial rural**. Santiago: Chile, Documento de trabajo, RIMISP, 60p., 2003.

SCHNEIDER, S. **Agricultura Familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 205p., 1999. (Série Estudos Rurais).

SCHNEIDER, S. *et all.* Pobreza rural, desequilíbrios regionais e desenvolvimento agrário no Rio Grande do Sul. **Teoria e Evidência Econômica**. Passo Fundo-RS: v.8, n.15, p.117-149, 2000.

SCHNEIDER, S. *et all.* Caracterização sócio econômica dos municípios gaúchos e desigualdades regionais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Vol. 39, n. 3, p. 117-142, jul/set de 2001a.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: v.16, p.164-184, 2001b.

_____ **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 254p., 2003a. (Coleção Estudos Rurais).

_____ **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas**. *In*: I Fórum Internacional Território, Desenvolvimento Rural e Democracia. Organizado pelo IICA-Brasil e MDA. Fortaleza-Ce, 16, 17, 18, 19 de novembro de 2003b.

SCHNEIDER S. *et all.* Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. *In*: SCHNEIDER, S.; KUNRATH SILVA, M.; MORUZZI MARQUES, P. E. (Orgs.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre-RS, Editora da UFRGS, 252p., p. 21-49, 2004. (Série: Estudos Rurais).

SUAREZ, M. *et all.* Introdução. *In*: CARDOSO DE OLIVEIRA, R. (Org.). **Anuário Antropológico**. Edições: Universidade Federal do Ceará: Fortaleza e Tempo Brasileiro: Rio de Janeiro. N. 81, p. 149-156, 1983.

SEYFERTH, G. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. *In*: MAUCH, C.; VASCONCELLOS, N. (Org.). **Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história**. Editora da Ulbra: Canoas, p. 11-27, 1994.

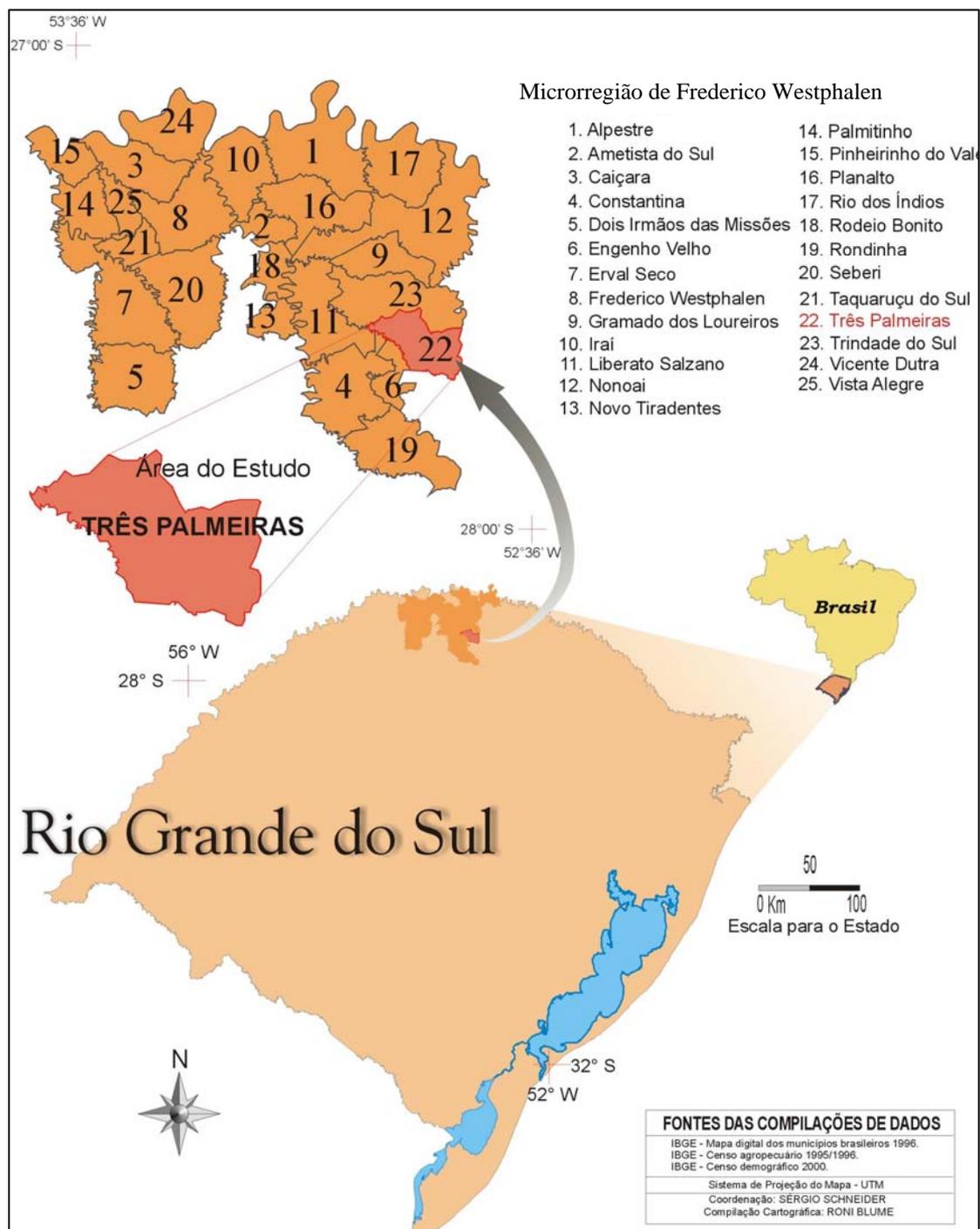
VALENTE JÚNIOR, A. S. *et all.* **Ocupação, renda e segurança alimentar e nutricional entre famílias beneficiárias do Programa Fome Zero: o caso do município de guaribas (PI)**. *In*: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural: Cuiabá-MT, CD-Roan, 18p., 2004.

VAN DER PLOEG, J. D. **Labor, Markets, and Agricultural Production**. Boulder, San Francisco, & Oxford: Westview Press, 1990.

- _____ El processo de trabajo agrícola y la mercantilización. *In*: GUZMAN, E. S. (Ed.) **Ecología, Campesinato y Historia**. España: Las Ediciones de La Piqueta, 1992.
- VAN DER PLOEG, J. D *et all*. Rural Development: From Practices and Polices towards Theory. **Sociologia Ruralis**. v. 40, n. 4, p. 391-408, 2000.
- VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo-SP: Hucitec, Editora da Universidade de São Paulo, 219p., 1991. (Coleção Estudos Rurais).
- _____ **A face territorial do desenvolvimento**. *In*: Anais do 27º Encontro Nacional de Economia, Belém, 8-10 de Dezembro de 1999, volume II, pp. 1301-1318, 1999.
- _____ **Desenvolvimento territorial do Brasil: do entulho Varguista ao Zoneamento Econômico-Ecológico**, 2001.
- WAIBEL, L. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: 2ª Edição anotada. Superintendência de Recursos Naturais e Meio Ambiente (SUPREN), 326p., 1979.
- WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar. Organizado por Gert, H. e C. Wright Mills. 1982.
- WOLF, E. **Sociedades camponesas**. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 2ª Edição. Curso de Antropologia Moderna, 147p., 1976.
- WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Editora da UNB: Brasília, 192p., 1997.
- WOORTMANN, E. O sítio camponês. *In*: CARDOSO DE OLIVEIRA, R. (Org.). **Anuário Antropológico**. Edições: Universidade Federal do Ceará: Fortaleza e Tempo Brasileiro: Rio de Janeiro. n. 81, p. 164-203, 1983.
- _____ **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiantes do Nordeste**. Editora Edunb: Brasília, Editora Hucitec: São Paulo, 335p., 1995.
- WOORTMANN, K. A transformação da subordinação. *In*: CARDOSO DE OLIVEIRA, R. (Org.). **Anuário Antropológico**. Edições: Universidade Federal do Ceará: Fortaleza e Tempo Brasileiro: Rio de Janeiro, n. 81, p. 204-229, 1983.
- _____ A família trabalhadora. **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo, ANPOCS, p. 69-87, 1984.
- _____ “Com parente não se neguceia”: o campesinato como ordem moral. *In*: **Anuário Antropológico**. Editora da UnB: Brasília-DF, N. 87, p. 11-73, 1990.

ANEXOS

Anexo 1: Microrregião de Frederico Westphalen com destaque para o Município de Três Palmeiras, base dos dados primários da pesquisa AFDLP no Alto Uruguai do Rio Grande do Sul.



Fonte: Pesquisa AFDLP/CNPq – UFRGS - UFPel (2003).

Anexo 2: Agricultores familiares e atores sociais de desenvolvimento entrevistados no Alto Uruguai.

- Adão Nunes, Agricultor Familiar.
- Adir Lazaretti, Agricultor Familiar e Presidente da Coopac.
- Antônio Rodrigues de Almeida, Agricultor familiar e Representante Sindical, Fetraf – Sul.
- Bruno Magalsky, Agricultor Familiar.
- Cléber Albarello, Representante Sindical e integrante do MPA.
- Deonir Sarmiento, Representante Sindical, Fetag.
- Edeimar Girardi, Economista, Codemau.
- Gaspar Scheidt, Engenheiro Agrônomo, Emater.
- Gelson Pellegrini, Engenheiro Agrônomo, SAM.
- José Nunes, Agricultor Familiar, Vereador e integrante do MPA.
- Júlio César Leal, Técnico em Agropecuária, Emater.
- Leandro Albarello, Técnico em Agropecuária, SAM.
- Luis Fritzen, Agricultor Familiar.
- Luis Siqueleiro, Agricultor Familiar.
- Marcos Conterato, Técnico em Agropecuária, SAM.
- Marlene Zanatta Bridi, Extensionista Rural, Emater.
- Nadir Busatto, Secretário da Agricultura Municipal, SAM.
- Nelci Araldi, Agricultor Familiar e Presidente do CMDR.
- Nelson Bordin, Agricultor Familiar.
- Olivar Lazaretti, Representante Sindical, Fetraf – Sul.
- Rosalino Dalã, Agricultor Familiar.
- Ruben Bernardi, Engenheiro Agrônomo, Emater.
- Valdecir Augustin, Engenheiro Agrônomo, Emater.
- Valdecir Estival, Agricultor Familiar e Representante Sindical, CMDR.
- Vinícius da Trindade, Técnico em Agropecuária, Emater.

Anexo 3: Metodologia de cálculo do autoconsumo utilizada na pesquisa AFDLP.

Os dados primários que se utiliza nos capítulos desta dissertação, principalmente no capítulo 3, são frutos da pesquisa AFDLP (2003), que foi realizada no estado do Rio Grande do Sul, no ano de 2002. Esta pesquisa visou estudar as diferentes dinâmicas da agricultura familiar e o desenvolvimento rural em quatro regiões distintas da geografia gaúcha onde, em cada uma, se elegeu um município específico para proceder a um estudo de caso. Estas regiões são o Alto Uruguai (município de Três Palmeiras), a Serra Gaúcha (Veranópolis), Sul do estado (Morro Redondo) e a região Noroeste (Salvador das Missões). Esta pesquisa também contou com o financiamento do CNPq, que no início de 2001, lançou o edital para apresentação de projetos na área de C & T em apoio à agricultura familiar.

A pesquisa possui os seus dados referenciados no ano agrícola de 2001 e 2002 (setembro de 2001 a agosto de 2002). Ao todo foram entrevistados 238 estabelecimentos familiares nas distintas regiões, compreendendo um universo médio de 2.500 explorações familiares. Em cada município usou-se entrevistar de 10 a 15% das unidades familiares que compunham o todo do município. O critério adotado foi o da amostragem sistemática aleatória por comunidade, dentro de cada município, para que se pudesse abarcar a diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar e, também, a questão probabilística de qualquer um dos estabelecimentos poder entrar na amostra. Assim, no município de Três Palmeiras, foram aplicados 59 questionários totalizando 10,17% das unidades familiares existentes no mesmo.

Acredita-se, que o município de Três Palmeiras é um município representativo de uma dinâmica maior da agricultura familiar e de desenvolvimento da região do Alto Uruguai. Este é o motivo principal da sua escolha por parte da pesquisa AFDLP. Por este motivo, acredita-se que o município de Três Palmeiras seja representativo das condições em que transcorre a reprodução social da agricultura familiar da região e, deste modo, pode ser possível uma generalização, em certa medida, dos resultados obtidos com os dados da produção para autoconsumo local. A sua escolha, também se deve ao fato deste município possuir um número total de estabelecimentos muito próximo ao dos outros municípios estudados. Isto era importante em termos de se manter uma certa proporcionalidade média no número de questionários que seriam aplicados em cada caso em estudo, dentro da proposta de 10 a 15% dos estabelecimentos entrevistados em cada local.

A aplicação destes questionários deu origem a um banco de dados montado no software SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*), com aproximadamente 1.300 variáveis que dizem respeito a aspectos produtivos, políticas públicas, estrutura fundiária, representações sociais, valor gerado, ambiente social e econômico, etc. Deste banco de dados é que se retiraram os dados relativos à produção para autoconsumo e alguns outros dados primários que se utilizam nesta dissertação. Acha-se necessário a apresentação da metodologia de cálculo do autoconsumo por dois motivos principais. Primeiro, para que haja uma compreensão clara e objetiva de como os mesmos foram obtidos. E, segundo, para servir de base e até mesmo para abrir um debate metodológico com outras pesquisas, que se propõem a estudar esta mesma variável com procedimentos distintos. Sendo assim, em seguida, apresentam-se os principais passos e a metodologia que foi utilizada para a montagem do banco de dados da pesquisa AFDLP (2003).

No que se refere aos aspectos produtivos da agricultura familiar de Três Palmeiras, foram levantados dados relativos à produção vegetal, animal e a chamada “transformação caseira”, que compreende a matéria-prima que passou por um processo de elaboração e processamento no interior das unidades familiares como no caso dos queijos, salames e doces de frutas. Em cada uma destas rubricas foram levantados dados sobre as quantidades produzidas, vendidas e autoconsumidas pelas famílias, bem como os preços médios de venda da produção nos mercados regionais. Foram, ainda, levantadas as quantidades de autoconsumo animal, que é à parte da produção própria das famílias que se destina à alimentação animal. Geralmente, compreende produtos vegetais como no caso da produção de milho, por exemplo, que entra como um insumo na criação animal. O autoconsumo animal configura o que Tepicht chamou de autoconsumo intermediário, devido a este tipo de produção vegetal servir de forma intermediária para a obtenção de um outro produto final, como, por exemplo, a carne.

O autoconsumo compreende todo o tipo de produção, bens, ferramentas de trabalho ou outros produtos que são gerados no interior da unidade familiar e que é utilizada pelos membros desta para suprir as suas necessidades. Entretanto, para a presente dissertação, não se analisa alguns “tipos” de autoconsumo como, por exemplo, o autoconsumo na forma de lenha utilizada pelas famílias, o autoconsumo intermediário animal ou produtivo e o que Leite (2003; 2004) chamou de “salário indireto”, que consiste em adicionar à renda não monetária das famílias, receitas advindas de tíquetes refeição, passes de ônibus, etc¹⁷⁷. A

¹⁷⁷ Acha-se que Leite (2003; 2004), confunde em seus estudos dois tipos de receitas que são diferentes. O autoconsumo é um tipo de renda ou ingresso não monetário da unidade de produção e integra o cálculo da renda

análise realizada se deterá no autoconsumo alimentar do grupo doméstico. O autoconsumo alimentar pode ser definido como aquela parcela da produção animal, vegetal ou transformação caseira, que foi produzida pelos membros de uma família e que é utilizada na alimentação do grupo doméstico correspondente de acordo com as suas necessidades.

A primeira operação que se efetuou no banco de dados foi o cálculo do Produto Bruto, em moeda corrente, das diferentes rubricas de produção. Estes foram obtidos da multiplicação das quantidades de produtos vendidos, pelo preço médio de venda dos respectivos produtos. Desta forma, obteve-se o Produto Bruto de Venda das unidades familiares. Os dados relativos à produção para autoconsumo também estão na forma de moeda corrente, em reais (R\$). Para organizá-los desta maneira, foram obtidas as quantidades dos produtos de autoconsumo e multiplicados pelos seus respectivos preços de venda que os agricultores receberiam, caso vendessem estes produtos no mercado regional. Esta operação matemática tornou os dados de autoconsumo apresentáveis na forma de Produto Bruto de Autoconsumo.

Assim, por exemplo, se no banco de dados a produção de arroz autoconsumida totaliza 1.527Kg nas 59 famílias entrevistadas em Três Palmeiras e o preço médio de venda do arroz pago aos agricultores regionalmente é de R\$ 0,25/Kg, o Produto Bruto de Autoconsumo de arroz é igual a R\$ 381,75. Ressalta-se, que para tal operação, necessitou-se realizar uma uniformização das unidades de medida da produção como, por exemplo, a transformação de sacas em Kg. Também, em alguns casos, o estabelecimento dos preços médios foi estimado com base na declaração dos agricultores que possuíam determinada produção. Por exemplo, àqueles agricultores que não possuíam arroz na sua unidade de produção, o valor deste foi estimado tomando-se como referência os valores médios de preços que foram informados pelos outros agricultores que possuíam arroz na sua propriedade, de forma a completar os espaços em branco que havia no banco de dados decorrente da falta da informação, já que se fosse atribuído o valor zero (0,0), isso levaria à distorções no momento do cálculo do autoconsumo (subestimativa).

Os preços atribuídos à produção para autoconsumo podem ser considerados de dois pontos de vista distintos. Sacco dos Anjos *et all* (2004), atribuíram o preço pago ao produtor na hora da compra destes produtos. Este procedimento, geralmente, acaba por subestimar os valores que este tipo de produção representa. Por outro lado, podem-se atribuir os preços

bruta das mesmas. Contudo, o autoconsumo é o resultado concreto do que é produzido dentro da unidade familiar. Já o “salário indireto” a que o autor se refere nada tem a ver com o processo produtivo agrícola. Este é

pagos ao consumidor de maneira que a produção para autoconsumo passa a assumir um maior valor na unidade de produção. Como critério de fixação dos preços para a produção para autoconsumo na pesquisa AFDLP (2003), decidiu-se pelo preço que os agricultores receberiam caso vendessem os seus produtos de autoconsumo nos mercados regionais, mesmo sabendo que isso, de certa forma, leva a uma sub-valorização desta produção. Este posicionamento se justifica devido a acreditar-se que a fixação dos preços em nível do agricultor leva mais em conta as condições de reprodução social em que a agricultura familiar opera frente ao ambiente social e econômico.

Destas duas operações elementares de cálculo do Produto Bruto de Venda e do Produto Bruto de Autoconsumo, resultou o Produto Bruto Total, que nada mais é do que a soma dos dois primeiros. Deste modo, pode-se obter, por exemplo, as percentagens de Produto Bruto referente ao montante que perfaz a produção para autoconsumo e a produção para a venda na totalidade dos casos estudados do município de Três Palmeiras. Esta última operação é importante, pois permite que se saiba o percentual médio que o autoconsumo perfaz nas famílias pesquisadas no Alto Uruguai.

Ressalta-se que o Produto Bruto de Autoconsumo, no caso da transformação caseira, não foi possível de ser calculado. Isso aconteceu devido às informações prestadas por alguns agricultores não levar em conta uma separação da matéria-prima *in natura* da matéria-prima que entrava na produção de derivados da rubrica específica da transformação caseira para autoconsumo. Desse modo, estes produtos que se encontravam nesta rubrica, foram adicionados na parte da produção vegetal ou animal conforme o caso. Por exemplo, se era produção de queijos, esta foi somada juntamente à produção animal e entrou no cálculo do Produto Bruto de Autoconsumo animal. Esta dificuldade foi encontrada na hora do preenchimento dos questionários em que, em muitos casos, o valor do autoconsumo estava sendo sobreestimado.

Por exemplo, se um agricultor informava que produzia um total de 12.000 litros de leite no ano de referência da pesquisa, essa litragem correspondia a uma dada quantidade que era consumida pela família, por exemplo, 2.000 litros e a uma outra, que era comercializada (10.000 litros). Assim, os derivados de leite que eram autoconsumidos pela família, por exemplo, na forma de queijos devem estar dentro das quantidades de leite que eram autoconsumidas, ou seja, dentro da parcela dos 2.000 litros. Deste modo, se o mesmo

um tipo de excedente econômico não monetário exterior a unidade produtiva que integra as receitas das famílias e deve ser adicionado ao cálculo da renda bruta total, mas não ao autoconsumo das famílias.

agricultor autoconsumia 30 Kg de queijo no ano de referência da pesquisa, o leite para fabricá-lo deve vir da quantidade de leite autoconsumida pela família (dos 2.000 litros).

Este é o procedimento que se utilizou na montagem do banco de dados para contornar a superestimação dos valores do autoconsumo, evitando-se somar novamente os quilogramas de queijo separados da quantidade de leite autoconsumida. Neste sentido, os dados de autoconsumo foram obtidos como Produto Bruto de autoconsumo animal e Produto Bruto de autoconsumo vegetal, já que o Produto Bruto de autoconsumo para transformação caseira, pelos motivos expostos, não foi possível separar para fins de cálculo. Assim, o Produto Bruto Total de autoconsumo foi obtido da soma do Produto Bruto de autoconsumo vegetal mais o animal.

Outro aspecto considerado é que no cálculo do autoconsumo não há a possibilidade de se obter os valores monetários líquidos que este tipo de produção perfaz nas unidades familiares. Isso se deve ao fato de não se conseguir separar, de forma exata, as despesas que incorrem na produção para autoconsumo com as da produção para a venda. Por exemplo, não se consegue separar as despesas que foram imputadas no uso de adubo químico num parreiral, em que uma parte da produção da uva se destina à venda e a outra vai para o vinho a ser autoconsumido pela família. Neste exemplo, a dificuldade está em saber qual a quantidade de adubo que foi gasta para a produção da uva e qual a quantidade que foi dispendida na produção da uva que virou vinho para o consumo da família, uma vez que não é possível calcular, separadamente, estas despesas e subtraí-las da renda agrícola total. Não há como haver uma separação, exata, entre despesas para a produção mercantil e para a de autoconsumo. Por este motivo, acredita-se que o autoconsumo deve ser calculado e apresentado na forma de Produto Bruto de Autoconsumo e não como produção para autoconsumo líquida.

No caso dos produtos de autoconsumo advindos da produção do pomar e hortas domésticas, estes também não foram calculados por esta metodologia devido a sua extrema variabilidade entre os agricultores e, sobretudo, pelo fato do próprio agricultor não saber informar as quantidades que consome de produtos da horta ou do pomar. Por exemplo, o agricultor não sabe informar, com poucas exceções, quantas laranjas, pés de alface, goiabas, temperos verdes, etc, consome por semana, mês ou ano. Nestes casos, foi solicitado aos agricultores que informassem apenas os valores médios anuais do ano de referência da pesquisa, em reais, da produção do pomar e da horta. Esta decisão também foi tomada devido às pequenas quantidades de produtos que teriam que ser levantados no questionário, o que

acarretaria em um acréscimo, não desprezível, do número de variáveis do banco e também de trabalho que teria que ser despendido a campo para coleta destas informações.

Ocorre, que muitos dos agricultores não quiseram e outros não souberam informar os valores que a sua produção do pomar e da horta doméstica assumiam anualmente no ano base da pesquisa. Neste caso, se realizou uma estimativa destes, tomando-se como referência os valores médios *per capita* informados pelos outros agricultores entrevistados. Assim, estimaram-se estes valores levando-se em conta o número de membros das unidades domésticas que não haviam declarado os valores de autoconsumo para horta e pomar. Por exemplo, em uma unidade familiar na qual o número de membros é maior, também os valores do autoconsumo do pomar e da horta devem ser maiores. Por este motivo a estimativa deve ser considerada do ponto de vista *per capita*.

A explicitação de metodologia do cálculo do autoconsumo se faz de extrema importância, pois é a partir dela que se pode descrever os dados utilizados como fontes na presente dissertação. Estes dados são apresentados, principalmente no capítulo 3, que analisa a produção para autoconsumo do ponto de vista da sua importância para a reprodução social e a segurança alimentar dos agricultores familiares do Alto Uruguai. Neste sentido, os dados da pesquisa AFDLP são utilizados para demonstrar a importância do autoconsumo do ponto de vista produtivo *vis-a-vis* à produção comercial ou mercantil.